**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

THAÍS ZAPALA STEGLE

Operários em tempos de hiperinflação: Vida, trabalho e resistência em Fortaleza – CE
(1985-1989)

São Paulo

2019

(versão corrigida)

THAIS ZAPALA STEGLE

Operários em tempos de hiperinflação: Vida, trabalho e resistência em Fortaleza – CE
(1985-1989)

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola

(versão corrigida)

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para afins de estudo e pesquisa, desde que que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço da Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Zapala Stegle, Thaís
Operários em tempos de hiperinflação: Vida,
trabalho e resistência em Fortaleza ? CE (1985-1989)
/ Thaís Zapala Stegle. -- São Paulo, 2019.
199 f.

Orientador: Osvaldo Luis Angel Coggiola.
Dissertação (Mestrado - Programa de História
Econômica) -- Universidade Federal da Bahia, Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

1. inflação. 2. mulheres. 3. greves gerais. 4.
sindicatos. I. Luis Angel Coggiola, Osvaldo. II.
Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

Nome do (a) aluno (a): Thais Zepala Hegle
Data da defesa: 26 / 04 / 2019
Nome do Prof. (a) orientador (a): Oswaldo Luis Angel Caggiola

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 25 / 09 / 2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

STEGLE, Zapala Thaís. **Operários em tempos de hiperinflação**: Vida, trabalho e resistência em Fortaleza – CE (1985-1989). Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Agradecimentos

No curso dessa jornada, mais de uma dezena de pessoas foram fundamentais, não poderia agradecer a todas, mas sem dúvida há aquelas que não posso deixar de citar. Meus amigos, Luiz Gustavo Soares pelo apoio na revisão carinhosa, Gisele Peres e Karen Capelesso pela mão estendida sempre. Lá em Fortaleza, agradeço ao petit comitê que possibilitou uma parte importante das realizações dessa pesquisa, pelos conselhos, pela morada e pelos cafés, Paula Farias e George Bezerra.

Deixo um agradecimento especial aos meus familiares e ao meu companheiro, André Ferrari, que dividiu comigo os sentimentos contraditórios que a empreitada de realizar uma pesquisa acadêmica pode nos trazer: as descobertas, as leituras e a sensação, permanente, de que nunca há um tempo livre, em especial, quando não temos o apoio das entidades de fomento à pesquisa, realizando-a entre uma jornada de trabalho e outra, nas férias e finais de semana.

Agradeço aos professores do Departamento de História Econômica da USP, em especial meu orientador Osvaldo Coggiola, pela oportunidade de realizar essa pesquisa e registrar, através dela, as memórias de parte do movimento operário fortalezense. Foram especiais nesse caminho também o professor Sean Purdy e a professora Paula Marcelino, do departamento de Sociologia, pela dedicação carinhosa ao nosso aprendizado nas disciplinas em que fui sua aluna.

RESUMO

O quinquênio iniciado em 1985 ficou marcado, na história econômica do Brasil, pelo desenvolvimento de uma das maiores crises hiperinflacionárias da história do país, atingindo, em 1989, o índice de 1417% de aumento no nível dos preços. Ao mesmo tempo, o país passava por uma forte pressão política pela redemocratização e assistia voltarem à cena os movimentos sociais e sindicatos, atores até então reprimidos pelo regime político anterior. Em Fortaleza – Ceará, a expansão industrial, promovida pelas políticas de incentivos fiscais da SUDENE, nas duas décadas anteriores (1960 e 1970), empregou a mão-de-obra daqueles que migravam do sertão fugindo da concentração fundiária e da seca. Parte expressiva desse contingente era de mulheres e foi alocada nos principais setores industriais do Estado, têxteis, confecção de roupas, beneficiamento de castanhas e alimentos. Neste estudo, busco compreender como as características da industrialização promovida na capital e as condições de vida e de trabalho dos operários e operárias atuaram na retomada de sua atuação política-sindical entre os anos 1985-1989, analisando a formação das oposições sindicais, a participação operária nas greves gerais contra os pacotes econômicos governamentais de combate à inflação e a atuação na eleição da primeira mulher prefeita de uma capital brasileira, Maria Luiza Fontenele.

Palavras-chave: inflação, greves gerais, mulheres, sindicatos

ABSTRACT

In Brazil's economic history, the five years between 1985 and 1989 were characterised as the unfolding of a great hyperinflation crises, to the point that, by the end of the period, prices were registering a 1.417% mark-up. At the same time, Brazil was going through a strong political campaign for democracy and witnessed the comeback of social movements and trade unions, so far under repression by the military dictatorship. In Fortaleza – Ceará, the industrialization program, as developed by SUDENE's fiscal endorsement program during the previous two decades, employed migrants from the hinterland deserts, who were fleeing drought and land concentration. A significant amount of this migration was undertaken by women, who then found jobs in the main industrial sectors of the state: textiles, garments, nut and food processing. This study focus the characteristics of this industrialization and the living and working conditions of the male and female workers in Fortaleza as they re-started unionism between 1985 and 1989, altogether analysing the creation of opposing platforms in the trade unions, participation in general strikes against governmental austerity programs against

inflation, and the mobilised workers contribution to the election of the first female mayor of a major capital city in Brazil, Maria Luiza Fontenele.

Keywords: inflation, general strike, trade unions, women

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Charge utilizada nos materiais referentes à Greve Geral 1986.....	61
Figura 2: Cartaz nacional CUT para convocação à greve geral de 12 dez. 1986	63
Figura 3: Foto publicada na matéria “Mobilizados na capital três mil homens da PM”.....	71
Figura 4: Charge de Paulo Caruso utilizada pela CUT nos materiais para convocação da greve geral de 1987.	72
Figura 5: Tabela sobre perdas salariais publicada no Boletim do DIEESE	78
Figura 6: Telex de Antônio Ortins – Presidente da CUT Ceará à CUT NacionalFonte: CEDOC- CUT.....	82
Figura 7: Capa d’O Povo de 16 de mar. de 1989.....	85
Figura 8: Boletim Pano Prás Mangas, edição extraordinária, do Movimento de Oposição Sindical da categoria de Confeccção, [198-], verso.....	91
Figura 9: Boletim da CUT Estadual - CE, jun. 1984	109
Figura 10: Iº Boletim da Pastoral Operária. set./out. 1979.....	113
Figura 11: Boletim Pano Prás Mangas (Movimento de Oposição Sindical da categoria de Confeccção de	124
Figura 12: Boletim Pano Prás Mangas Extraordinário do Movimento de Oposição Sindical da categoria de Confeccção, [198-] Frente.....	126
Figura 13: Boletim Pano Pras Mangas Movimento de Oposição categoria de confeccção - maio de 1988 -.....	134
Figura 14: Foto do Jornal O Povo, 21 de março de 1989.....	143
Figura 15: Foto da Assembleia de greve, Jornal O Povo, 21 mar. 1989	144
Figura 16: Foto publicada no Jornal O POVO em 09 de setembro de 1985. Matéria: "Eleições de novembro: os gastos desconhecidos”	158
Figura 17: Foto publicada no Jornal O Povo, 25 de set. de 1985. Matéria: "Calçada vira palanque para candidata."	160
Figura 18: Foto publicada no Jornal O Povo, 10 nov. 1985. Matéria: “Maria leva bonecos à praça.”	163
Figura 19: Foto publicada na capa do Jornal O POVO, em 18 de novembro de 1985.	171

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – INDUSTRIALIZAÇÃO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA FORTALEZENSE.....	24
1.1 - Surge uma nova classe operária: Industrialização planejada e (i)migração urbana des governada.	24
1.2 - A classe operária de Fortaleza também tem dois sexos: o caso das castanheiras, costureiras, sapateiras e tecelãs.	41
CAPÍTULO 2 –VIDA, TRABALHO E RESISTÊNCIA OPERÁRIA EM TEMPOS DE HIPERINFLAÇÃO.....	55
2.1 – “Era receber o salário e correr para o mercantil” – o Plano Cruzado e o ensaio de greve geral – 1985/1986.	55
2.2 – “O governo Sarney muda a política salarial e nada muda no nosso bolso” – Plano Bresser e a reação operária – 1987/1988.....	65
2.3 – Encerrando a primavera das lutas operárias – Plano Verão e a grande greve geral de 1989 em Fortaleza.....	75
2.4 – Condições de vida, de trabalho e de política	87
CAPÍTULO 3 - O MOVIMENTO OPERÁRIO ENTRA EM CENA: NOVO SINDICALISMO, ORGANIZAÇÃO DE BASE E OPOSIÇÕES SINDICAIS.....	97
3.1 – Entre o couro, a luta e a “tomada” do sindicato – nasce a oposição sapateira.	111
3.2 – Empunhando agulhas, boletins e bandeiras - O Movimento de Oposição Sindical na categoria de confecção	118
3.3 – O tear, os fios e a resistência operária na categoria têxtil	128
3.4 – Pás, colheres e cimento – os peões na construção do novo sindicalismo	135
CAPÍTULO 4 – OS OPERÁRIOS E A ELEIÇÃO DA PRIMEIRA PREFEITA DE UMA CAPITAL NO BRASIL, MARIA LUIZA FONTENELE (1985)	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
BIBLIOGRAFIA	182

INTRODUÇÃO

Fortaleza é conhecida no Brasil por suas praias e pelo sol sempre presente. Aqueles que nunca exploraram as ruas dos bairros populares da cidade não sabem que, nelas, um outro mundo vem à tona. As pequenas casas, construídas lado a lado, muitas vezes sem recuos ou espaços entre seus muros, escondem também seus mistérios. À época eu morava na cidade e, ao andar por aquelas ruas, sempre me chamava a atenção o barulho de maquinário vindo de alguma garagem encoberta por um portão de alumínio. Eram as facções – pequenas empresas terceirizadas que realizam parte do serviço de confecção de peças de roupa, geralmente para grandes marcas, e que iam surgindo para mim como um pequeno segredo a ser desvendado.

Certo dia, estando próxima àquelas casas, outra movimentação tomou minha atenção. Era uma expressiva quantidade de mulheres uniformizadas, que se aglomeravam pela Avenida Sargento Hermínio, e, mais adiante pela mesma via, uma grande placa que ostentava o emprego direto de seis mil funcionários exposta na fachada de uma fábrica, no bairro Antônio Bezerra. Não era uma visão habitual para quem conhecia a cidade a partir de suas praias e do centro universitário no Benfica. No entanto, eu já sabia que a Guararapes, empresa vinculada à marca Riachuelo, uma grande loja de departamentos espalhada pelo Brasil, não era a única do ramo de confecção na cidade. Diversas outras pequenas fabriquetas, muitas delas de lingerie e roupas femininas, fazem da cidade um dos polos da moda íntima no país. Essa possibilidade de trabalhar no setor, seja diretamente, seja costurando para as facções de forma precária, em casa, transformou em costureiras uma parte importante das mulheres da periferia da cidade.

Foi impressionada pelo grande número de casas que dispunham de máquinas de costuras em seu interior, fato que me remeteu à memória afetiva de minha avó, também costureira, e frequentando os bairros de Fortaleza, sarapintados por pequenas empresas de confecção de roupas, que fui chegando à história das operárias da fábrica Guararapes e sua organização de base nos locais de trabalho na década de 1980, tema de minha monografia para conclusão do curso de História na Universidade Estadual do Ceará - UECE, onde me graduei em 2013.

No entanto, quando desenvolvi o projeto de mestrado expandindo o objeto de estudo para o período hiperinflacionário e o ascenso do movimento operário na segunda metade da década de 1980, apesar de já familiarizada com parte do que estudaria ali, me deparei com alguns problemas até então não abordados, com sujeitos ainda desconhecidos e com histórias

não narradas que, ao se revelarem, mudaram minha percepção sobre o objeto. É importante frisar que, ao longo do mestrado, as mudanças e os acontecimentos no país também contribuíram para que eu terminasse esta dissertação de forma diferente de quando comecei.

Como afirmou Edward P. Thompson (1981, p.27), refletindo sobre a epistemologia do conhecimento histórico, a relação entre sujeito-objeto, historiador e objeto de estudo é materialista e dialética. O objeto impõe os seus limites, sem se revelar ou gerar, a partir de si, o conhecimento; quem o gera ao observá-lo é o pesquisador, que, por sua vez, o faz a partir da sua relação com a realidade: “Pensamento e ser habitam um único espaço, que somos nós mesmos. Mesmo quando pensamos, também temos fome e ódio, adoecemos ou amamos, e a consciência está misturada ao ser” (THOMPSON, 1981, p.27).

Conforme o objeto foi se desvelando, evidenciou-se também a necessidade de aprofundar alguns dos problemas que surgiam na narrativa dos entrevistados ou nas demais fontes consultadas. Entre eles, destacam-se as características da industrialização recente no Estado, impulsionada pela política de incentivos fiscais aplicada pela SUDENE a partir da década de 1960; é delas que decorre uma forte presença feminina na composição do operariado local, bem como outras especificidades que serão tratadas aqui.

Como se sabe, o quinquênio pesquisado, 1985-1989, foi marcado por uma das maiores crises hiperinflacionárias¹ já ocorridas no país. As condições de vida dos trabalhadores se deterioraram rapidamente. Estão bem presentes na memória daqueles que entrevistei as lembranças das dificuldades para adquirir mercadorias básicas, e mais ainda da cobrança de ágio e da defasagem salarial. Nessa época, houve também fortes manifestações contra os sucessivos planos econômicos, Cruzado, Bresser e Verão. Na maior das paralisações, ocorrida em 14 e 15 de março de 1989, o transporte urbano parou 90% de suas atividades, mudando o ritmo da cidade (O POVO, 15/03/1989). Nos bairros operários, no entanto, o clima estava agitado, com grandes passeatas, compostas em sua maioria por mulheres operárias das empresas de confecção e beneficiamento de castanha, percorrendo as avenidas rumo ao centro da cidade.

Às diversas categorias de trabalhadores operários se juntaram os estudantes, rodoviários, professores e outros segmentos, para lutar contra o ajuste fiscal do governo Sarney. O índice inflacionário chegou, ao final daquele ano, a 1417% (O POVO, 14/02/1989). Algumas categorias já haviam deflagrado suas greves, como a de 23 dias dos trabalhadores têxteis na

¹ Segundo Carneiro (2002), o emprego deste termo, em referência aos altos índices de inflação que incidem generalizadamente nos preços de mercadorias, tem se tornado consensual em relação ao período estudado.

Finobrasa (1987), a dos trabalhadores metalúrgicos e a dos sapateiros.

Alguns anos antes, em 1985, os movimentos sociais que então ressurgiam, embalados pelos fortes ventos da redemocratização, protagonizaram um dos momentos políticos mais importantes da história do Estado. Praticamente sem verbas ou apoio de políticos tradicionais, as urnas dos bairros populares da cidade elegeram a primeira mulher prefeita de uma capital no Brasil: Maria Luiza Menezes Fontenele, vinculada ao Partido dos Trabalhadores.

Tal resultado não pode ser desvinculado da organização crescente dos trabalhadores na cidade; tampouco seria prudente desprezar a influência recíproca desses fenômenos. De fato, esse trabalho busca indicar como se constrói esse arco de circunstâncias que reúne, em meio ao contexto nacional da redemocratização, as oposições sindicais e mobilizações em categorias e fábricas localizadas de Fortaleza, a conflagração de uma greve geral, e a eleição da primeira prefeitura capitaneada por uma mulher do PT no Brasil, em uma espécie de crescendo da consciência da força da organização coletiva deste setor e, especialmente, das mulheres dentro dele.

Por isso, além da relação entre a situação econômica hiperinflacionária e a ação reivindicativa operária através das greves gerais, busquei compreender também o surgimento da organização de base nos locais de trabalho, com a criação de grupos de fábrica e oposições, e a participação operária na eleição municipal de 1985. Era um tema pouco previsto no projeto inicial, mas que foi se impondo ao longo do trabalho, ao se revelar uma das memórias mais presentes nas entrevistas realizadas.

Cumpria perceber a grandeza desse fato aos olhos da história das lutas operárias na cidade que, mesmo antes da industrialização citada aqui, tinha dado passos e estabelecido algumas tradições relevantes. Tem sido esforço da historiografia recente registrá-lo, e essa introdução passa a citar as obras e pesquisadores que hoje permitem tal visão mais alargada.

Historiografia das lutas operárias de Fortaleza

Apesar da origem dos operários estudados aqui, em sua maioria, ser resultado da migração em massa ocorrida nos períodos de grande estiagem no semiárido cearense, apresentando uma composição bastante diferente da que lhe antecedeu, tanto em termos numéricos quanto sociais, a organização operária na cidade de Fortaleza remonta a fins do século XIX e foi objeto de importantes pesquisas da historiografia operária do Estado. Uma

das mais proeminentes é a produção capitaneada pela professora Adelaide Gonçalves sobre a imprensa libertária, que rendeu diversos trabalhos acadêmicos. Figura entre seus principais projetos a ampla pesquisa realizada nos arquivos públicos e particulares, em conjunto com Allyson Bruno Vianna (GONÇALVES; VIANNA, 2002), que congregou documentos impressos, panfletos, periódicos, fotos e manifestos vinculados ao movimento operário do final do século XIX até meados da década de 1920, através dos quais pude tomar contato com as organizações operárias existentes naquele período.²

Além de contribuir enormemente ao debate por meio desse *corpus* documental, o estudo de Adelaide Gonçalves retoma um importante debate na historiografia brasileira sobre a corriqueira associação entre a chegada ao Sul e Sudeste do país, em finais do século XIX, dos imigrantes italianos e europeus e o surgimento de grandes mobilizações populares. Aparentemente reforçada pelo dado da influência das ideias libertárias no meio operário no início do século seguinte, e a tradição anarquista e sindicalista de muitos dos imigrantes, a generalização teórica que atribui aos europeus recém-chegados a radicalização e organização do movimento operário brasileiro de conjunto naquele período, cujo ponto máximo teria sido a greve geral de 1917, não considera a existência, em outras regiões do país, de um movimento operário atuante e enérgico que já realizava greves e se nutria de experiências com outros movimentos, partilhando, entre outras, da forte tradição de resistência à escravidão (GONÇALVES; VIANNA, 2002).³

Outra produção importante sobre o início do século XX foram as pesquisas desenvolvidas por Eduardo Parente sobre a organização, métodos de luta e as greves dos trabalhadores da empresa fornecedora de energia, a Light, que englobava os motorneiros de bondes, operários das oficinas e usinas (PARENTE, 2008). Muitos dos expedientes utilizados pelos trabalhadores lighteanos seriam repetidos pelos operários na década de 1980. Entre estes, eram frequentes as queixas sobre a difícil condição de vida naquele momento, provocadas pelas secas de 1915 e 1919, que cercearam não apenas o acesso aos alimentos, como provocaram um imenso movimento migratório para a capital.

² A pesquisa foi compilada com base nos seguintes órgãos: *O Trabalhador Gráfico*; o periódico ligado à União dos Pedreiros, *o Edificador*; *O Têxtil*, ligado aos trabalhadores têxteis; e a *Voz do Alfaiate*, ligado à União dos Alfaiates. Entre as diversas organizações levantadas está a Voz Proletária, de origem comunista (GONÇALVES; VIANNA, 2002).

³ Marcelo Badaró Mattos (2009) em seu trabalho sobre o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro também relata o compartilhamento entre formas de organização e luta entre trabalhadores escravos e livres, quando trabalhadores em padarias organizam um levante que possibilita a fuga de diversos trabalhadores escravizados.

Também são parte essencial da historiografia do movimento operário e compõem parte da bibliografia em que me apoiei as pesquisas mais recentes realizadas sobre os trabalhadores têxteis. O trabalho de Telma Bessa Sales, com o qual tive contato por meio de exposições orais em seminários e pelo artigo “Tecerões da história: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias” (SALES, 2008), trata das mobilizações que ocorreram na Finobrasa, em 1988, e traz importante contribuição sobre a vida, cultura e memória desse segmento operário de Fortaleza.

A dissertação de mestrado de Francisco Alexandre Gomes (2012) debruça-se sobre as condições de produção e trabalho da indústria têxtil local, assim como sobre as formas de organização daqueles trabalhadores, sua relação com os outros movimentos e com a Central Única dos Trabalhadores, suas pautas de reivindicações e as formas de repressão utilizadas pelas autoridades naquele período. Empregando diversas fontes, que vão de materiais dos sindicatos a artigos de jornal, seu trabalho apresenta um panorama complexo das estruturas em ação na vida dos têxteis.

Ainda sobre têxteis, Jormana Araújo (2013) investiga, sob o mesmo olhar, as trabalhadoras da Fábrica Santa Cecília em Fortaleza, seus relatos de organização e mobilização e, a partir de suas memórias e experiências, consegue construir um quadro muito rico sobre o cotidiano dessas pessoas. Com esse foco nas especificidades da parcela feminina da classe operária local, um assunto com produção notadamente escassa para o período estudado, esse trabalho desenvolve um esforço crucial para a historiografia brasileira, ao qual busco dar continuidade no capítulo 1 da presente dissertação.

A construção civil de Fortaleza é outra categoria que recebeu olhares atenciosos de pesquisadores, em especial daqueles ligados às Ciências Sociais. Em 1988, a oposição ao sindicato, vinculada ao novo sindicalismo, venceu as eleições; no ano seguinte, a categoria deflagrou sua primeira greve, baseada nas experiências de luta que o movimento operário havia acumulado até ali. Paula Farias (2013), em sua pesquisa *Dos canteiros ao sindicato: a formação política das lideranças da construção civil sob a égide do sindicalismo classista*, retrata a reorganização sindical deste período, ressaltando os métodos de luta e a formação das suas lideranças através dos processos de educação política.

Yuri Nóbrega (2006) também pesquisou a formação da oposição da construção civil em 1987 e os desenlaces posteriores. O autor utilizou como fonte, além de entrevistas, os arquivos da época então guardados no sindicato. Infelizmente, esses documentos se perderam mas, graças aos registros de Nóbrega, foi-me possível acessar diversas informações e documentos

bastante relevantes nessa pesquisa.⁴

A historiografia estabelecida por Araújo, Gomes e Nóbrega forneceu um ponto de apoio para que eu pudesse compreender a formação das oposições, as similitudes e diferenças entre elas, além de conter importantes dados e fatos citados durante as entrevistas e pesquisas que realizei. Foi através destes trabalhos que muito se desvendou sobre o papel nada desprezível do novo sindicalismo na história do movimento operário cearense.

No entanto, a produção historiográfica sobre o movimento operário em Fortaleza ainda é muito recente e escassa; notadamente, a respeito dos sapateiros ou da confecção de roupas não há pesquisas acadêmicas na área de história. Apenas recentemente as castanheiras se tornaram objeto de estudo, através do mestrado de Marcelo Ramos (2018), dissertando sobre a importante greve da categoria na empresa CIONE, em 1968.

Foi, portanto, apenas nos últimos anos que a história vem se apropriando de forma recorrente do estudo do movimento operário na cidade. Isso traz dificuldades não apenas em termos referenciais, mas também quanto à forma de entrar em uma seara muito pouco estudada. Apesar destes trabalhos explorarem temas correlatos em diferentes categorias, há diversos campos a serem ampliados. É essencial debater o que motivou a entrada em cena desses atores, quais características são similares a cada oposição e quais as diferenciam, bem como as influências que estas exerceram umas sobre as outras, através da enorme solidariedade de classes expressa em diversos relatos durante as pesquisas e pela possibilidade de atuação conjunta em uma central sindical ou em organizações políticas, religiosas e não-religiosas. São debates para os quais busquei aportar, mas em patamar inicial que, acredito, ainda verá outras frutíferas pesquisas à frente.

Organização dos capítulos

Como dito anteriormente, a classe operária que surgia ao final da década de 1970 em Fortaleza, apesar de compartilhar diversos traços e tradições comuns com a do início do século, era já bastante diferente. Para compreender essa peculiaridade busquei analisar, na primeira parte do primeiro capítulo, o processo de expansão industrial pelo qual Fortaleza havia passado, principalmente pelo resgate da concepção e ação da SUDENE no Nordeste. Tentei desvendar

⁴ Em visita realizada à entidade em abril de 2018 fui informada de que os arquivos não estavam mais disponíveis, possivelmente tendo sido descartados por deterioração por mofo.

como a escolha dos projetos beneficiados condicionou, através do direcionamento de recursos e incentivos fiscais às elites locais, as características dessa nova classe operária que entrava em ação.

Quanto às questões pertinentes à industrialização do Ceará, guiei-me pelas principais referências da sociologia, história e geografia para o tema, como Abu-El-Haj (1997), Zenilde Baima Amora (1978) e Elizabeth Fiuza Aragão (1982). Antecipando uma parte fundamental do debate, destaco a relevância da obra de Maria Auxiliadora Lemenhe (1998) que, ao estudar a família Bezerra Menezes, proprietárias de terras e importantes empresas do ramo têxtil, desconstruiu uma ideia até então corriqueira, a de que os empresários cearenses derrubaram as oligarquias para desenvolver, de forma independente, a indústria no estado. Através do estudo dessa socióloga, fica evidente que tais empresários, posteriormente eminentes figuras políticas do país, como Tasso Jereissati, se aliaram a essa oligarquia, mantendo o *status quo* e o poder entre as mesmas famílias, porém com uma capa moderna.

De fato, as relações entre o poder constituído no Ceará e os rumos da industrialização vieram à tona durante os debates da época sobre as políticas da SUDENE, realizados entre economistas e políticos e que acessei por meio do acervo da *Revista Econômica do Nordeste*, publicada pelo Banco do Nordeste. Outra fonte relevante para dados socioeconômicos foi a base de dados do IBGE, embora as informações sobre o período não se encontrem inteiramente sistematizadas.

Na segunda parte do primeiro capítulo, debrucei-me sobre a particularidade da forte presença feminina na composição da classe operária cearense sob a nova industrialização. A concentração da expansão industrial em determinados ramos não explica, sozinha, o emprego feminino e as diferentes formas de resistência dessa parcela dos operários.

Durante uma das entrevistas que realizei me aproximei de umas das pistas do problema. Wélia Matias (2011) tecia para mim algumas observações sobre o estado civil das mulheres que se organizavam na oposição das costureiras e um dado me despertou a atenção: “eram todas solteiras”. Ela depois complementou que, após se casar e ter filhos, sofreu enorme dificuldade de seguir atuando, reforçando a pista que agora me moveria.

Recorri à diversas autoras para compreender a complexa relação entre as relações

sociais de produção e as de vida pessoal e familiar ou, mais precisamente, a reprodução social⁵. Lise Vogel, Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya me apresentaram uma concepção teórica bastante sólida sobre o tema, possibilitando que eu compreendesse a questão gênero e trabalho de uma forma unitária, como uma relação simbiótica, sem abrir mão, no entanto, de enxergá-las como fenômenos de naturezas diferentes.

El capitalismo ha cortado por un lado los lazos económicos fundados en el patriarcado y, por otro, ha conservado y utilizado de varios modos las relaciones de poder y la ideología patriarcales. Ha cortado la familia como unidad productiva, pero la ha utilizado y la ha transformado profundamente para garantizarse el trabajo reproductivo de la fuerza de trabajo (ARRUZZA, 2010, p. 150).⁶

Para Arruzza, portanto, as relações de subjugação entre opressores e oprimidos não estão apenas transversalizadas por relações de poder desconectadas de bases materiais, mas são interconectadas com as relações de produção, ao mesmo tempo que as compõem, como uma totalidade articulada e contraditória. Desta forma, o estudo das particularidades da classe trabalhadora, ou seja, de sua parcela feminina, negra ou imigrante, não busca apenas dar voz aos excluídos, mas também, e crucialmente, compreender quais mecanismos fizeram com que essa parcela fosse excluída dos espaços políticos, e muitas vezes de organização de sua própria classe.

Pude assim, partindo da experiência e narrativas das nossas entrevistadas, refletir sobre as dificuldades de atuação destas mulheres a partir da sua condição de operárias e de responsáveis por um trabalho essencial para a subsistência de si própria e de suas famílias, a reprodução social. Considerando que foi nas portas das fábricas de empresas com mão de obra majoritariamente feminina que as greves gerais ganharam peso, e que dessas categorias saíram os grupos de oposição mais importantes para reformular as ações reivindicatórias na cidade, é possível afirmar que a especificidade feminina da classe operária fortaleceu-se nunca esteve ausente da ação organizada dos trabalhadores no período estudado. No entanto, é também de

⁵ O conceito de reprodução social que utilizei neste trabalho e que será melhor detalhado no primeiro capítulo, refere-se às necessidades vitais de manutenção de um trabalhador, incluindo, além do trabalho doméstico, comumente conhecido por ser aquele feito no lar pelas trabalhadoras, todos aqueles serviços que possibilitam a vida e sua reprodução, como o acesso à saúde, educação, previdência social, entre outros.

⁶ Debater e estudar como a opressão de mulheres, negros, não-brancos e imigrantes se relacionava com as relações de produção e sua influência na organização e formação da classe trabalhadora sempre foi e continua sendo um desafio para os historiadores que têm como objeto o estudo dos movimentos sociais. Cinzia Arruzza, em seu livro *Las sin Parte Matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo* traça historicamente essa relação de enlace e desenlace entre o movimento de mulheres e a luta de classes. Seu principal foco, pensar na relação entre opressão e exploração, atinge em cheio o centro das dificuldades que diversas correntes historiográficas, inclusive a marxista, tiveram para incorporar o estudo sobre mulheres e demais setores oprimidos às suas pesquisas.

uma crua realidade a afirmação de que as dificuldades de permanência destas mulheres nas organizações de base permitiram sua participação apenas nos momentos mais agudos de enfretamento.

O segundo capítulo trata das difíceis condições de vida dos operários provocadas pelos sucessivos aumentos dos preços e pelas péssimas condições de trabalho, para chegar às pautas e lutas que se integraram à grande greve geral de 1989. As origens da crise hiperinflacionária brasileira e as consequências para a classe trabalhadora são dois temas bem desenvolvidos pela História Econômica. Recorri a Wilson Nascimento Barbosa (1986) e André Tomio Lopes (2016), que dissertou em 2016 sobre o governo Sarney e seus planos econômicos, além do economista Ricardo Carneiro (2002). Em jornais de grande veiculação, como o O POVO e a Folha de São Paulo, acessei dados e notícias sobre as principais medidas do governo e as consequências do aumento consecutivo de preços, assim como a reação dos trabalhadores, em especial da Central Única dos Trabalhadores – CUT, naquele momento.

Em consulta ao arquivo da CUT nacional, na cidade de São Paulo, encontrei diversos documentos denominados “Quadro de Mobilização” e “Coleta de informações”, formulados pela Secretaria de Comunicação da entidade, que me auxiliariam na reconstrução do trajeto entre as primeiras mobilizações operárias do quinquênio até a greve geral de 1989.⁷ Para minha surpresa, e sem que nenhuma outra pesquisa acadêmica indicasse-o, as greves gerais de 1986, 1987 e 1989 em Fortaleza estavam bem documentadas na entidade, o que possibilitou que eu cruzasse as informações contidas ali com aquelas veiculadas nos jornais e nas entrevistas realizadas, conseguindo assim mapear a participação operária nas mobilizações.

O tema do terceiro capítulo são as oposições e grupos de fábrica. Se, por um lado, a situação econômica foi combustível para a formação deles, por outro, no entanto, eles não surgiram de forma espontânea, mas sim em decorrência da forte influência de grupos políticos organizados que atuavam na CUT e nas comunidades de Fortaleza. A Pastoral Operária, ligada à Teologia da Libertação, corrente cristã vinculada à Igreja Católica, figurou entre as principais delas. Além dela, outros grupos políticos de origem marxista, oriundos de rupturas com o PCB e posteriormente com o PCdoB, também influenciaram na formação dessas oposições. Abordei a formação destes grupos através da retomada das ações do movimento operário e do surgimento do chamado novo sindicalismo, apoiando-me nos estudos desenvolvidos nas

⁷ Esses levantamentos consistiam em informes, obtidos através do contato com a CUT nas regiões, para avaliar a situação da mobilização para as greves gerais nas localidades. Mantinha-se uma lista atualizada de todos os contatos locais e uma série de instruções para padronizar a coleta.

últimas duas décadas e meia sobre o processo de reorganização política e sindical dos trabalhadores no Brasil, um período que vai de finais de 1970 às primeiras eleições presidenciais diretas em 1989. Os principais autores que debatem o surgimento do novo sindicalismo são Ricardo Antunes, Armando Boito Junior e Iran Jácome Rodrigues.

Em um dos primeiros trabalhos sobre o tema, auto denominado Novo Sindicalismo, Antunes (1995) analisa as mobilizações da década de 1980, refletindo sobre seu significado e concluindo que nem sempre o estágio de organização dos movimentos que levavam à greve estava relacionado à estrutura sindical ou diretamente aos sindicatos já constituídos. Muitas vezes, esses movimentos adquiriram grande importância na luta política mais geral dos trabalhadores na sociedade, fazendo com que esse novo sindicalismo transcendesse seu papel meramente reivindicatório sindical e atuasse como um organizador da luta política da classe trabalhadora, em substituição às forças políticas organizadas em partidos.

Frente ao ressurgimento do movimento operário e ao entrelaçamento desse ressurgir do movimento operário com ações sindicais mais organizadas que caracterizam o *novo sindicalismo*, tem ocorrido o que se poderia chamar de uma inversão que estampa o movimento da realidade, qual seja: o movimento sindical mais combativo tem assumido uma dimensão política de tal intensidade em sua ação que ele se encontra à frente dos próprios partidos que pretendem a representação do movimento operário (ANTUNES, 1995. p. 142).

Essa proposição teórica serve muito bem à realidade de Fortaleza, onde o movimento das oposições logrou uma atividade mais ampla e política do que a estrutura sindical até então permitiria antever. Um dos objetos desta pesquisa, a organização de base, ou seja, a reunião de indivíduos em grupos sem uma vinculação direta com o sindicato e, às vezes, em oposição a ele, surge neste momento como um dos principais temas desse novo sindicalismo, e também o extrapola. Essa forma de organização é resultado de um novo momento político e está vinculada a uma concepção antiburocrática, contrária à estrutura da maioria dos sindicatos que ainda estavam nas mãos dos interventores diretos ou indiretos do governo, os chamados “pelegos”, funcionando como correia de transmissão da política estatal no interior da classe trabalhadora. A burocratização das organizações sindicais, tema abordado por Armando Boito Júnior (1991) em sua pesquisa sobre sindicalismo de estado no Brasil, será combatida pelos novos sujeitos que entraram em cena, mas também incorporada por eles parcialmente, segundo o autor.

A dissertação de Altino Nogueira Neto (1990) também foi um importante ponto de apoio. O autor pesquisa a redemocratização através de duas importantes categorias que participaram ativamente das mobilizações nos finais de 1970 e 1980, os metalúrgicos e os

bancários de Fortaleza, resgatando o histórico de aproximação dos metalúrgicos dos Autênticos do ABC⁸ e a participação dos trabalhadores cearenses na fundação da CUT nacional. Praticamente o único sobre os metalúrgicos fortalezenses, esse estudo permite compreender as diferenças e continuidades que marcaram a retomada do movimento operário no período anterior à fundação da CUT no Estado, demonstrando a forte participação dos metalúrgicos no processo de formação da central.

A partir desses apoios, pus-me a registrar a influência das concepções do novo sindicalismo entre as novas organizações operárias que surgiam neste momento em Fortaleza, por meio das memórias dos entrevistados. Foram temas explanados por eles o processo de formação das oposições e grupos de fábrica, as mobilizações e ações conjuntas realizadas pelos agrupamentos, além de sua relação na CUT-CE. Outros documentos, tais como o *Boletim Pano Prás Mangas*, vinculado ao Movimento de Oposição dos Trabalhadores em Confeção de Roupas ou os jornais da CUT-CE, pesquisados em acervos de entidades ou pessoais, contribuíram para a reconstrução da trajetória desses grupos.

No quarto capítulo, para abordar a participação dos operários na eleição de Maria Luiza Fontenele à prefeitura, busquei materiais que confrontassem as entrevistas realizadas, recorrendo aos jornais de grande veiculação, principalmente *O Povo*, edições do ano de 1985 e, além deste, pesquisas já produzidas sobre o assunto. Entre elas, a de Irllys Barreira (1998), *Chuva de Papéis*, retratou a campanha de Maria Luiza a partir de símbolos e ritos, ressaltando como as características que negavam a política vigente até então ficaram ressaltadas na imagem da candidata, como a figura da mulher e da ligação aos movimentos sociais e trabalhadores operários.

Outra pesquisa que retoma eventos relatados pelos entrevistados é a de Braga Neto (2011). Nesta dissertação o autor reconstrói os acontecimentos que culminaram na eleição da primeira prefeita mulher de uma capital brasileira. Sua pesquisa analisa o Jornal *Diário do Nordeste*, pertencente ao grupo Edson Queiroz, de eminente família da elite local e também proprietária da metalúrgica Esmaltec, opositores diretos da prefeita, desde antes do pleito.

As entrevistas e o aprendizado com a metodologia de pesquisa

⁸ Conforme veremos, a tendência assim chamada Autênticos do ABC foi o grupo vinculado ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e região que teria grande iniciativa na formação de uma nova central sindical à época, posteriormente atuando como um dos principais grupos na fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

A inclusão do último capítulo, apesar de não figurar no projeto inicial, foi uma das descobertas que as entrevistas e o desenvolvimento da pesquisa possibilitaram. Como diria Carr, de forma bastante bem-humorada: “Os fatos estão disponíveis para os historiadores nos documentos, nas inscrições, e assim por diante, como os peixes na tábua do peixeiro. O historiador deve reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los da maneira que o atrair mais” (CARR, 1982, p.45). Dito de outra forma, a participação dos operários na eleição de Maria Luiza foi um dos fatos que optei por trazer à análise, escolha que não teria tomado caso não tivesse observado, através destes relatos, o destaque que esse evento teve nas memórias sobre o período.

Salienta-se que, em diversos momentos, percebi o ato de resgatar as memórias como uma ação cheia de significados. Durante as entrevistas, reparei no movimento da memória em relacionar constantemente as ações do passado às referências atuais. Jânio Vidal (2018), um dos entrevistados, refletiu sobre isso: “a gente já tem uma versão menos romântica” ao se referir à distância de 30 anos entre o momento da entrevista e a formação das oposições.

Sobre o tema, Alessandro Portelli (2016), escreveu:

Do ponto de vista dos historiadores tradicionais, metodologicamente mais conservadores, a objeção mais importante à história oral dizia respeito à sua confiabilidade: não podemos no fiar em narrativa orais porque a memória e a subjetividade tendem a “distorcer” os fatos.

Em primeiro lugar, nem sempre é esse o caso. Ademais, como podemos nos assegurar que distorções igualmente sérias não são encontradas em fontes documentais estabelecidas? Portanto, assim como ocorre em todas as outras fontes, a tarefa do historiador reside em fazer o cruzamento das informações, checando cada narrativa contra outras narrativas e outros tipos de fonte (...) o que faz com que as fontes orais sejam importantes e fascinantes é precisamente o fato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir deles e criam significado através do trabalho de memória e do filtro da linguagem.

Reiteradas vezes, os entrevistados se permitiram realizar “balanços”, palavra resgatada por eles, muito utilizada nos meios políticos em referência ao ato de realizar uma análise das decisões e ações tomadas no passado. Os balanços sobre suas ações ou das organizações das quais participavam transcenderam a análise objetiva e tornaram-se, em muitos momentos, os balanços de suas trajetórias de vida também. Sem dúvida, ser o receptor deste compartilhamento é uma das experiências mais vivas e interessantes que um historiador pode ter, mas também nos coloca num caminho difícil, na trilha do vasto mundo da subjetividade humana. Deparei-me com a complicada missão de reescrever essas histórias, sem prejudicar a essência do dito, mas sabendo direcioná-las ao objetivo da pesquisa.

Isso faz do acesso a essas memórias uma parte fundamental da pesquisa. Utilizei nove entrevistas, algumas delas ainda durante a primeira pesquisa para a monografia de conclusão da graduação. Preparei as entrevistas por meio de uma lista de tópicos e elaborando algumas poucas perguntas-chave, no método chamada semiestruturado, deixando margem para a interação espontânea com o entrevistado e o fluxo de pensamento e memória dele. A escolha dos entrevistados seguiu inicialmente dois critérios: i) atuação nos processos sindicais e políticos da categoria; e ii) disponibilidade e acesso. No entanto, conforme a análise foi entrando nos assuntos decorrentes e a ótica de gênero mostrou-se crucial para entender a apropriação dos processos pelos agentes, senti a necessidade de priorizar as entrevistas com mulheres. Também optei por recortar, em meio a todas as entrevistas, aquelas cujos depoentes mais conseguiam articular suas percepções sobre o momento histórico de que participaram. Ao final, os entrevistados cujos depoimentos foram aqui mobilizados são:

- Valdir Alves Pereira: foi sapateiro durante a década de 1980, participou da chapa de oposição que ganhou o Sindicato dos Sapateiros e da fundação da CUT estadual, e também foi muito ativo na eleição de Maria Luiza Fontenelle, tendo organizado diversos dos chamados “comícios expressos” nos bairros – pois, além da atuação sindical, já atuava no movimento popular de bairros. Assim, tinha liderança notável nessas esferas. Por essa confluência de fatores, considerei sua visão privilegiada. Primeira entrevista realizada em 10/02/2011 e a segunda em 15/04/2018.

- Antônio Ortins Monteiro Dias: conhecido apenas como Ortins, foi um dos principais personagens do movimento sindical cearense da década de 1980, ao ponto de ter sido citado por diversos entrevistados. Paraibano, Ortins era estudante universitário em Pernambuco quando decidiu mudar-se para o Ceará para realizar trabalho no movimento popular, anos depois tornou-se metalúrgico para ingressar no movimento operário. Não se restringiu à categoria, no entanto; também esteve por trás da oposição sindical dos têxteis, por exemplo. Foi membro do Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza, do Partido Revolucionário Comunista – PRC – durante a eleição de Maria Luiza Fontenelle (PT), e membro da CUT regional e estadual por várias gestões, presidente dela durante a greve geral de 1989. Entrevista realizada em 19/04/2018.

- Socorro Silva: atualmente funcionária do sindicato da Construção Civil de Fortaleza, cedo entrou para o movimento sindical em 1986, trabalhava naquele momento na Kempe Industrial S.A, umas das maiores fábricas do ramo calçadista no momento e empregando majoritariamente mulheres. Fez parte da oposição que derrotou a chapa da diretoria do sindicato

dos sapateiros no mesmo ano e foi membro da entidade durante todo o período pesquisado, tendo sido uma das fontes de informação da CUT nacional para a greve geral. Entrevista realizada em 14/09/2016.

- Socorro Rodrigues: foi estudante de História na Universidade Federal do Ceará, e integrou o Coletivo Gregório Bezerra- CGB e posteriormente PLP – Partido da Libertação Proletária - era responsável pelo trabalho da organização do grupo operário da fábrica Guararapes, atuando na organização da oposição sindical das costureiras para a disputa do sindicato. O método empregado por ela para prospectar candidatos a membro da oposição envolvia identificá-los nas reuniões da Pastoral Operária de que participava. Trata-se de um depoimento muito relevante para ressaltar o apoio externo às categorias mobilizadas, do qual estas dependeram bastante. Entrevista realizada em 15/09/2011, quando integrava a secretaria de Educação da gestão municipal do PT.

- Jânio Nunes Vidal: nascido em 1961, iniciou a militância no ensino secundário e, em seguida, ingressou no PCB, depois no CGB e por fim PLP. Entrou na Universidade de Engenharia Civil em 1980, se formando em 1985, e participou ativamente da vida política na cidade nesse momento. Entre 1987 e 1989 trabalhou como engenheiro em uma empresa de projetos da Construção Civil, Água e Solos, quando iniciou sua atuação na categoria de construção civil e passou a identificar operários ativos na Pastoral Operária e idealizar, com eles, a oposição que viria a ganhar o sindicato em 1988. Demitido na empresa, passa a ser assessor do sindicato. Entrevista realizada em 29/06/2018.

- Manuel Farias: conhecido como “Seu Manuel”, era desenhista no mesmo escritório de Jânio Vidal; já trabalhava na área de projetos na construção civil desde meados dos anos 1970. Em 1987 passou a integrar o coletivo Gregório Bezerra. Paraibano, “Seu Manuel”, frequentava os canteiros de obra, tinha extensas relações de confiança com os trabalhadores ou, como se diz no jargão sindical, tinha muito “trabalho de base”, e foi uma das principais figuras no pleito que elegeu a chapa cutista de oposição ao sindicato da construção civil em 1988. Desde então, é funcionário do sindicato. Entrevista realizada em 19/04/2018.

- Maria da Costa Santana: foi funcionária da empresa Guararapes no período estudado; casada e com três filhos naquele momento, foi demitida “por justa causa” da empresa após afixar um cartaz chamando à paralisação da greve geral de 1989. Era sua primeira participação política, um indicativo das barreiras para a atuação para as mulheres responsáveis pelos cuidados com a família, mas que me marcou por expressar a determinação de agir em uma

ocasião histórica. Entrevista realizada em 20/09/2011.

- Frederico Costa: hoje professor universitário de Pedagogia, era estudante de direito da UFC e atuante na organização do grupo de fábrica da Guararapes desde 1987. Membro do CGB/PLP, fazia parte da “célula” destacada para o trabalho entre os operários. Detém memória detalhada do cotidiano da atuação política sistemática e dos métodos da organização, das lutas e da repressão, também foi por ele que encontrei o caminho a outras lideranças da época, incluindo Socorro e Wélia. Entrevista realizada em 11/06/2011.

- Wélia Matias: foi funcionária da Guararapes entre 1987 e 1990 e participou do grupo de fábrica e do movimento de oposição da categoria. Muito identificada com a Pastoral Operária para a qual militava, foi também cooptada para o PLP, aos poucos assumindo papel de liderança na oposição das costureiras. Entrevista realizada em 02/10/2012.

Por dificuldades logísticas ou diversas barreiras, tentei contato, mas não consegui acesso a: Antônio Ibiapino, figura central na formação da oposição dos têxteis; Acrísio Sena, muito importante na CUT estadual, vereador à época da pesquisa e Maura Isabel, presidente do sindicato das costureiras no período estudado, e desde então sempre na diretoria desse sindicato.

Evidentemente, as entrevistas não foram as únicas fontes a que recorri. Conforme explicitado, utilizei também jornais de grande circulação, principalmente *O Povo*, entre 1985 e 1989 que, por não dispor de acervo digital, precisou ser consultado pessoalmente na hemeroteca da Biblioteca Menezes Pimentel, em Fortaleza⁹. Acessei também o arquivo do Sindicato dos Bancários de Fortaleza, o Centro de Documentação da CUT Nacional na cidade de São Paulo e documentos oriundos de acervos pessoais, além de demais fontes bibliográficas.

Em contato com a CUT regional de Fortaleza, o Sindicato dos Sapateiros e o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, entidades visitadas pessoalmente, fui informada de que os arquivos da época foram descartados por estarem comprometidos com mofo. O problema se estende também às instituições públicas: em contato com o Tribunal Regional Eleitoral para obter acesso aos arquivos da eleição de 1985, fui comunicada que eles não mantinham nenhum documento do pleito arquivado, sendo necessário, para saber o resultado das urnas vinculadas aos bairros operários, recorrer aos jornais de grande veiculação. A umidade elevada de Fortaleza, característica da maior parte das cidades litorâneas do país, exige das instituições

⁹ Nas duas últimas vezes em que estive na biblioteca para consulta, esta encontrava-se em reforma, sendo necessário realizar a pesquisa em uma sala bastante empoeirada e sem ar condicionado, fator que vem contribuindo para a deterioração do material.

cuidados especiais na guarda de documentos. O descarte ocorre também, muitas vezes, pela simples falta de compreensão da importância da preservação da memória.

A ausência de fontes documentais escritas vinculadas às organizações operárias foi flagrante durante toda a pesquisa, sendo o Sindicato dos Têxteis praticamente o único que mantinha arquivo com a guarda de documentos. Ainda sobre o Sindicato de Confecção de Roupas, apesar de diversas investidas realizadas não apenas durante o mestrado, mas ainda na graduação, não consegui entrevistar a presidente em exercício desde a disputa realizada em 1989, Maura Isabel da Conceição, nem consegui obter acesso a algum documento da época.

É desejo desta pesquisadora que, através da dissertação ora desenvolvida, uma lacuna na historiografia cearense seja preenchida, trazendo o lume das ciências humanas para a organização de base e as mobilizações fabris entre 1985 e 1989 e resgatando o movimento operário fortalezense como um sujeito histórico e político das transformações sociais dos anos de redemocratização. Assumi o uso das memórias e da valorização das experiências para dar voz aos sujeitos dessa história e, ouvindo-a, busquei, nas relações de produção e reprodução da sociedade, a chave interpretativa para compreender o papel relevante que o movimento operário cumpriu na transformação da realidade cearense. Aos companheiros e companheiras no presente texto, desejo uma boa jornada!

CAPÍTULO 1 – INDUSTRIALIZAÇÃO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA FORTALEZENSE.

1.1 - Surge uma nova classe operária: Industrialização planejada e (i)migração urbana desgovernada.

Os primeiros indícios da existência de uma classe operária em Fortaleza remontam ao final do século XIX, junto com as pioneiras indústrias no estado. Seu surgimento é resultado da produção de algodão, que teve uma longa história no Ceará, chegando à época da Guerra de Secessão americana (1861-1865) como um dos principais fornecedores para a indústria têxtil mundial. Embora tenha retrocedido abruptamente após o término do conflito, a produção continuou uma das principais receitas agrícolas do estado.

No período que estudaremos, a década de 1980, o operariado protagonista de diversas lutas, em sua maioria, não nascera na cidade, e sim para ela migrara entre as décadas de 1950 e 1980, mas nem por isso deixou de ser herdeiro daquele primeiro processo de industrialização. Foi assim porque, muito antes da década em tela, notadamente no início do século XX, já haviam ocorrido notáveis lutas operárias, sobre essa organização existe uma extensa bibliografia. Entre as mais densas estão as pesquisas sobre a imprensa de tradição libertária, além das fundamentais obras acadêmicas sobre os ferroviários e sobre os trabalhadores da Light, a empresa de distribuição de energia (cf. PARENTE, 2008).

A primeira indústria têxtil de Fortaleza surgira a partir do excedente de matéria-prima gerado pela queda de exportações do algodão a partir de 1884: era a Tecidos Progresso, de Thomaz Pompeu. Nos anos seguintes, fundam-se também outras pequenas indústrias que beneficiavam os produtos agrícolas, pecuários ou diretamente extrativistas, como a indústria da cera de carnaúba e do óleo de oiticica, extraídos de plantas encontradas em grandes quantidades nas regiões semiáridas. Além delas, também já estavam presentes na economia cearense os curtumes para beneficiamento do couro, uma tradição da atividade econômica de mais longa tradição na economia local, a pecuária bovina.

No entanto, o processo de industrialização acabou mostrando-se incipiente nessa primeira fase. Segundo Zenilde Amora (1978), a falta de infraestrutura e de integração do território, com altos custos de transporte terrestre, e a implantação no Sudeste de fábricas mais

bem equipadas em tecnologia impediram o desenvolvimento das indústrias, colocando-as em crise profunda, mas não definitiva, na década de 1950. Na década seguinte, a autora observou o crescimento de precárias indústrias do gênero alimentício e, como hipótese, levantou a possibilidade de o crescimento populacional de 90% na década anterior ter motivado essa expansão.

Em 1960, o Ceará contava com 4,6% do total da população brasileira e participava com 1,96% da renda nacional. Com 2.233 estabelecimentos, a indústria ocupava apenas 20.069 postos de trabalho, correspondendo a 8,4% da renda da economia cearense, entre estes o setor têxtil concentrava 27,1% da produção e o de gênero alimentares 15,8% (AMORA, 1978). Quando se passou a adotar as políticas desenvolvimentistas, no início daquela década, essas fábricas ligadas às antigas atividades nos setores tradicionais foram as primeiras a serem favorecidas pelos incentivos fiscais¹⁰.

Ao final da década de 1950, tendo percebido o amplo desequilíbrio regional na industrialização existente nas regiões brasileiras, Celso Furtado, como diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDE, criou o Grupo de Trabalho pelo Desenvolvimento do Nordeste – GTDN. Essa equipe ficou responsável por analisar e pensar alternativas àquela realidade, lançando em 1959 um documento intitulado “Uma política de desenvolvimento Econômico para o Nordeste”, programa base para a fundação da SUDENE, com os principais problemas observados sobre os aspectos limitadores do desenvolvimento econômico da região. Guiados pela corrente de pensamento econômico desenvolvimentista impulsionadora da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, Celso Furtado e a equipe de pesquisadores concluíram que a existência de diversos desequilíbrios regionais, entre os quais os níveis de renda, taxas de desenvolvimento e distribuição desigual do fluxo de recursos para o Centro-Sul, somados à concentração fundiária e política ineficaz de combate às secas, impossibilitavam o desenvolvimento da região (BIELCHOWSKY, 2004).

Assim, a partir de 1959, com a criação da SUDENE, Banco do Nordeste (BNB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), começa-se a efetivamente implementar políticas para um processo de industrialização na região Nordeste. A SUDENE teria como diretriz o incentivo econômico através do desenvolvimento tanto da agricultura, combatendo os problemas gerados pelas secas, quanto da industrialização, a partir de uma política de incentivos fiscais. Uma das principais ações propostas pelo GTDN era expandir a produção

¹⁰ Segundo Bielchowsky (2004), o desenvolvimentismo é a corrente econômica que defende um projeto de industrialização integral como forma de superação da pobreza de uma determinada região ou país.

industrial local, a partir de matérias-primas e condições regionais e, ao mesmo tempo, redistribuir terras e gerar uma profunda mudança nas relações rurais, incorporando grandes contingentes de mão-de-obra à atividade primária para baratear os custos dos alimentos e diminuir os gastos com o trabalho fabril nos centros urbanos.

Os desequilíbrios regionais apontados por aqueles que conceberam a SUDENE foram debatidos criticamente por Francisco de Oliveira, para quem as bases econômicas regionais, sejam elas agrícolas ou industriais, foram destruídas pela penetração de mercadorias produzidas no Centro-Sul do Brasil: ao não produzir mais, a partir das matérias-primas locais, com a mão-de-obra da região, ocorreu um processo de transferência de recursos para as economias do Centro-Sul, com a consequente concentração de acumulação e reprodução do capital, fazendo com que a economia local entrasse em estagnação. O Nordeste passa a ter um papel de economia agroexportadora, através de uma divisão social do trabalho em relação às demais regiões do país. Logo, para reverter esse quadro, seria preciso alterar a divisão social do trabalho presente nas regiões brasileiras, possibilidade viável apenas por meio do combate às oligarquias incrustadas na lógica agroexportadora até então estabelecida (OLIVEIRA, 2008).

Tais ações voltadas à diminuição dos desequilíbrios regionais, causados pela intensa industrialização do Sul e Sudeste, tiveram outra recepção pelas elites locais. Foi efetivamente rejeitado pelas elites o programa de irrigação e realização de açudes concebido pela SUDENE e proposto como uma das principais formas de combate ao problema da semiaridez¹¹ do clima nordestino e seu solo com baixa retenção de água subterrânea (FURTADO, 1998). Como propusesse a desapropriação de terras e o enquadramento de grandes lotes como de uso público, o programa tentava evitar que os atuais proprietários fossem beneficiados pelo projeto, impedindo o reforço da estrutura centralizadora agrária que já reinava como modelo. Era, segundo Celso Furtado, uma minirreforma agrária.

No Congresso, os deputados nordestinos barraram o projeto quando submetido à aprovação: no fundo, o grande problema para estas oligarquias regionais é que as políticas de combate à seca propostas retiravam mecanismos de controle político, já que possibilitavam autonomia econômica para os sertanejos e ensejavam menor dependência em relação aos programas governamentais, além de diminuir a concentração de riqueza:

Como explicar que a solução desses problemas, que atingem não só o Ceará, mas todo

¹¹ Locais onde há deficiência ou irregularidade de chuvas, fazendo com que a evaporação seja superior à precipitação. Pode ocorrer, nestas áreas, a ocorrência de secas periódicas. No Nordeste ela compreende mais de 900.000 km² (FURTADO, 1998).

o Nordeste, tenha sido tão adiada? [...] a manutenção do *status quo* interessa à burguesia agrária (representada na região do semiárido pelo “coronéis” da pecuária-algodão), que não pretendem abrir mão da posse da terra – utilizada muitas vezes apenas para fins de especulação imobiliária, ou para obtenção de crédito agrícola e taxas negativas de juros reais, desviado frequentemente para outras atividades – e das condições de superexploração do trabalhador rural (MARQUES, 1986, p.130).

Ainda, segundo Oliveira (2008), os recorrentes decretos de “estado de emergência”, fruto das secas e da fome iminente advinda da situação de escassez total, serviam aos coronéis como forma de conceder uma moeda de troca aos eleitores de seus “currais eleitorais”, tais como a prioridade no preenchimento de postos nas frentes de trabalho promovidas pelos governos para contornar os problemas sociais gerados pelas secas. Por exemplo, a seca de 1979-84, citada anteriormente, fora prevista por técnicos do Centro Técnico Aeroespacial – CTA- de São José dos Campos - SP, sem que disso decorresse qualquer medida do então governador Virgílio Távora, como preparação de açudes ou construção de cisternas. O resultado, conforme retomaremos mais adiante, foi a instalação de uma situação de calamidade pública que resultou nas imagens, transmitidas então pela rede nacional, de famintos saqueando comércios em busca de alimentos, criação de novas frentes de trabalho e alocação de recursos federais, antes não previstos para o governo local (MARQUES, 1986).

No Ceará, as particularidades históricas da economia agropecuária já vinham reforçando a tendência de expansão industrial a partir dos gêneros considerados tradicionais. Desse modo, a longa tradição da política clientelista, herdeira do domínio fundado nas relações pessoais e na “troca de favores”, levou o governo executivo estadual a imprimir características próprias ao processo de acelerada industrialização, beneficiando as elites locais já inseridas no processo produtivo e os comerciantes com forte presença econômica e influência política, que conseguiram angariar os primeiros benefícios dos programas de incentivo¹².

Assim, as elites da região souberam empregar os benefícios fiscais para expandir a sua participação na crescente produção industrial, sendo o programa de incentivo à industrialização

¹² Sobre o tema do clientelismo, relações de poder e a “política de favores” no Estado do Ceará existe extensa pesquisa, entre elas remeto à de Maria Auxiliadora Lemenhe (1998): LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder: o caso dos coronéis*. São Paulo: Anna Blume/Edições UFC, 1998.

muito bem recebido e adaptado pelos governos locais. A primeira medida tomada no Ceará foi a formação de um grupo de técnicos ligados à burocracia estatal que pudesse planejar e cumprir as metas de forma sistemática: para tal, a SUDENE atuou junto ao governo estadual, em uma parceria que, junto ao projeto de eletrificação de Fortaleza, é considerada o marco do programa ali.

No entanto, as demais das diretrizes da SUDENE foram aplicadas parcial e seletivamente. Apesar de receberem de braços abertos os incentivos fiscais, os governos locais mantiveram intactas as relações no campo, fazendo com que a situação de calamidade gerada pelas secas de 1953 e 1958 se repetissem nos anos posteriores. A chamada indústria da seca¹³ seguiu sendo a marca do sertão nordestino, gerando inúmeras mobilizações no campo¹⁴ e uma ampla corrente migratória para as capitais, sendo Fortaleza a maior absorvedora desse contingente de trabalhadores despossuídos.

Enquanto no modelo tradicional o processo de industrialização decorre do reinvestimento do capital previamente acumulado por atividades comerciais, na expansão industrial cearense a política de incentivos fiscais foi o fator determinante para um novo reagrupamento de forças econômicas e, posteriormente, políticas. Não se tratava apenas de permitir que as nascentes indústrias não pagassem impostos, mas de reinvestir o imposto arrecadado pelo Estado em projetos industriais aprovados pelos técnicos já formados pela SUDENE, revertendo-os para um fundo que emprestava a pequenos juros, gerando, assim, o

¹³ A “indústria da seca” é uma expressão cunhada pelo escritor Antônio Carlos Callado, nos anos 1960, em reportagens publicadas no Jornal Correio da Manhã (RJ), cobrindo notícias sobre as ligas camponesas e a situação do semiárido nordestino (CABRAL, 2011, p. 22). O termo passou a ser utilizado criticamente, inclusive por autores como Celso Furtado, para se referir à forma de aplicação das verbas federais destinadas à essas regiões, nos períodos de seca, para aplastar o estado de calamidade decretado pelos poderes locais. A distribuição dos recursos era negociada pelo Estado privilegiando os favores clientelistas, conforme as filiações políticas de cada chefe local, o que fazia com que as verbas, ao invés de promoverem a superação estrutural do problema, acabassem mantendo a dependência destas pessoas aos poderes locais (FURTADO, 1998, p.25).

¹⁴ A história das lutas rurais no Ceará foi estudada por diversos pesquisadores, entre eles, a dissertação de Helaine Saraiva Matos aborda a criação dos sindicatos rurais, através da influência do PCB, das Ligas Camponesas e da Igreja Católica. Até 1964, o PCB teve ampla influência no campo, o que lhe permitiu fundar diversas associações rurais, criando entre 1962 e 1964 dezenas de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Após 1964, percebe-se, no entanto, que o Estado passa a “autorizar” apenas os Sindicatos Rurais ligados à Igreja Católica. Segundo a autora, no Ceará, foram muito difundidos os Círculos Operários Cristãos, criados como um instrumento assistencialista junto às massas operárias e que, por orientação encíclica, passaram a atuar também junto aos trabalhadores em geral. O trabalho desses círculos nas comunidades rurais possibilitou à igreja, utilizando um discurso anticomunista, expandir sua influência e fundar sindicatos junto a essa população. No entanto, muitos arquidiocesanos atuaram indo de encontro a essa orientação, e este mesmo movimento foi o gérmen da organização, entre os trabalhadores rurais, de sindicatos combativos, ainda sob a ditadura, que daria origem às Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e às Pastorais da Terra, influenciadas pela Teologia da Libertação (MATOS, 2017).

reinvestimento na produção.¹⁵

A industrialização do Ceará a partir de 1960, assume, portanto, características de uma industrialização tardia, ou seja, só então o Estado começava a sair do predomínio econômico da agricultura e pecuária.¹⁶ Como parte disso, o volume migratório do interior para a cidade sofreu um aumento substancial, e muito rápido, a partir da década de 1950 e das políticas de planejamento e industrialização promovidas pelo governo, um resultado da concentração de esforços, verba e planejamento na industrialização; paralelamente, o efeito em alguns centros econômicos no interior do Ceará foi oposto, refletindo na queda do PIB nestas regiões.

Em seu levantamento sobre os projetos selecionados pela SUDENE, na primeira década de implantação do programa, Amora (1978) percebeu um padrão de preferência no agrupamento por setor entre as empresas que receberam incentivos para expandir seu parque fabril: 11 delas eram indústrias alimentícias e oito, indústrias têxteis. Em outros tipos de incentivo, também foi observado um modelo: 8 projetos de investimento no ramo da confecção e 8 no ramo da metalurgia, praticamente até então inexistentes. Esse processo de investimento em setores de bens de consumo, em Fortaleza, divergia do fenômeno perseguido nas demais capitais nordestinas, que renovaram seu parque industrial a partir das indústrias pesadas ou denominada intensivas, entre elas o setor metalúrgico, beneficiado com 14,7%, e o químico, com 25% dos recursos liberados. Nos primeiros 6 anos da política de incentivos fiscais, 1960-1966, a Bahia recebeu 38,4% do total dos fundos, enquanto a indústria pernambucana recebeu 35,7% e cearense 8,6%. Os dois primeiros aplicaram 90% dos fundos em indústrias de capital intensivo, sem que isso tenha gerado maior número de mão-de-obra empregada, tanto pelas próprias características dessas empresas, mais automatizadas e de modelo administrativo “fordista”, quanto pela não utilização de matéria-prima local, importadas do Sul e Sudeste (ABU-EL-HAJ, 1997).

A explicação dada pelo então governador do Estado, Virgílio Távora, é a seguinte:

Quando foi criada a SUDENE, em 1959, havia projetos industriais para todo o Nordeste, menos para o Ceará. Ninguém queria aplicar o seu 34/18 – desconto no imposto de

¹⁵O Projeto de Lei no. 3995 de dezembro de 1961 e a emenda 34/18 implementada pelo Decreto-Lei de 4239 de junho de 1963 possibilitaram a utilização desse mecanismo de incentivos fiscais para o Nordeste, indicando a atuação direta do poder público para implementar essa política. (ABU-EL-HAJ, 1997)

¹⁶ Industrialização tardia é um conceito que emprestamos da economia para nos referirmos a um processo mais amplo de industrialização que determina, em certo grau, a dinâmica econômica de uma região. Ela é tardia no Ceará em relação ao Sudeste. No entanto, sabemos que a industrialização brasileira é tardia em seu conjunto, assim como em toda a América Latina, quando comparadas à Revolução Industrial. Com essa afirmação não depreendemos que o capitalismo cearense ou brasileiro é tardio, mas apenas sua industrialização e urbanização.

renda [acumulados no Banco do Nordeste¹⁷]— numa cidade em que a indústria, além dos custos das instalações produtiva, tinha que arcar com as despesas para a construção de uma casa de força para gerar energia. [...] A nossa riqueza era basicamente o algodão, que podia faltar a qualquer momento, ante uma seca. **Havia uma incipiente indústria em Fortaleza, como a fábrica Thomaz Pompeu, a do Audísio Pinheiro, Filomeno Gomes, têxteis, mas eram empresas que sobreviviam quase às custas da complacência do governo.** Simplesmente porque a cidade não tinha estrutura. O nosso porto tinha apenas 130 metros com 3 de calado. [...] Água [encanada], praticamente, só existia no centro da cidade (TÁVORA, V. 1988 apud ALENCAR JÚNIOR, 2006, p. 175, grifo nosso).

Baseado nessas constatações, o governo cearense inicia um projeto local de planejamento para industrialização, denominado PLAMEG – Plano de Metas Governamentais, para suprir os problemas infraestruturais que dificultavam a formação de indústrias. O plano previa um deslocamento planejado de recursos públicos para o setor industrial, a partir da concepção tradicional de que investir na agricultura do semiárido é desperdício de recursos, já que as condições climáticas e de solo não permitiriam seu desenvolvimento a contento – é digna de observação a contradição dessa concepção com a então defendida pela SUDENE, para quem as limitações impostas pelas condições climatológicas e de solo eram uma questão de falta de recursos tecnológicos e investimento em açudes e irrigação.

Entre os anos de 1963 e 1966 de todo o recurso disponível no Estado, 54,7% foram aplicados em infraestrutura e incentivos à indústria; mais da metade da verba para a rede de abastecimento de água e esgotos foi alocada para o Distrito Industrial de Fortaleza. Na composição geral dos recursos da PLAMEG, 35% eram oriundos do Estado, 50% do tesouro nacional, e a outra parte financiada por fontes internacionais, tais como Banco Mundial, BID e AID (ALENCAR JÚNIOR, 2006). Dessa forma, recursos de diversas fontes foram investidos no projeto de melhoria infraestrutural inicial, elaborado pelos técnicos da UFC, dos órgãos estaduais e da própria SUDENE, sendo alocados na construção de rodovias, melhorias no porto e no sistema de energia. Destaca-se que, durante a elaboração desse projeto, foram detalhados quais setores industriais deveriam ser prioridade, porém nada se elaborou sobre as questões relacionadas à infraestrutura geral da cidade, sua concentração espacial e os padrões de ocupação urbana.

Além da melhoria infraestrutural, outra forma de incentivo à instalação da indústria foram os empréstimos subsidiados a juros baixíssimos com linhas de crédito de capital de giro

¹⁷ Nos primeiros anos de aplicação da política de investimento fiscal, foi utilizado o artigo 34/18 que transformava 40% do recolhimento de todo imposto vinculado à pessoa jurídica em fundos destinados ao Banco do Nordeste, que eram revertidos em empréstimos a serem pagos em 5 anos a baixas taxas de juros.

disponibilizadas pelo Banco do Estado do Ceará – BEC. Os incentivos eram destinados a projetos específicos escolhidos pelos técnicos das instituições já citadas, BNB, UFC, SUDENE. Ficou evidenciado no direcionamento destes recursos os privilégios às elites locais, em sua maioria ligadas ao setor de comércio e agropecuário, e que agora passavam a diversificar suas atividades com empreendimentos industriais. Entre os projetos aprovados estavam aqueles vinculados a estabelecidos empresários do ramo comercial, tais como José Dias Macedo, Expedito Machado, Fernando Gurgel e um dos proprietários dos maiores grupos empresariais do Brasil na atualidade: Edson Queiroz.¹⁸

Segundo Alencar Júnior (2006, p. 192):

Nos anos de 1964 e 1965, foram financiados 32 projetos, sendo 28% destes do setor metalúrgico, 20% área de calçados e confecções e móveis e 52% dos setores têxteis, processamento de óleos e alimentos que tinham maior peso na economia do Estado. Apenas 19% dos projetos situavam-se fora de Fortaleza, ficando a capital com mais de dois terços dos empreendimentos. Apenas 15% destes projetos eram de empresários de fora do Estado, contudo a participação de empresários locais que militavam na política partidária ficou restrita à José Dias Macedo.

A partir dessa amostra de 45 projetos industriais financiados em três anos de governo de Virgílio, verificamos que mais de dois terços dos empreendimentos se situaram em Fortaleza e eram de propriedade de empresários locais com interesses econômicos no comércio ou nos setores industriais tradicionais. A política de incentivos de Virgílio, combinada com as ações da SUDENE, no caso Ceará, fortaleceu grupos econômicos locais que passaram a ter maior importância econômica no Estado nas décadas seguintes. Esse foi o caso dos grupos Edson Queiroz, J. Macedo, Machado, Jereissati, Ari.

Em 1974, o governo federal resolve mudar a forma pela qual promovia a distribuição dos recursos destinados a esse projeto, alicerçando-se em uma nova concepção de industrialização, voltada ao mercado externo e menos direcionada ao surgimento de indústrias pesadas como a metalurgia. Cria-se o Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR – que consistia em investimento de *capital de risco*: por esse novo método, compram-se os ativos (ações) das indústrias com projetos previamente selecionados, a serem incentivadas mediante a injeção de recursos nessas empresas. Se a empresa optasse por comprar ações ou debêntures de outras empresas com projetos de investimento no Nordeste aprovados, passava a gozar de

¹⁸ O grupo Edson Queiroz é um dos maiores expoentes dessa diversificação: atualmente o grupo está nos setores mais estratégicos do ramo empresarial. Em 1981 fundou o jornal *Diário do Nordeste* e se tornou a afiliada da Rede Globo de Televisão, através da Verdes Mares. Faz parte do grupo também a distribuidora de gás, atualmente chamada Nacional Gás Butano, empresa com a qual inaugurou suas atividades comerciais, além da distribuidora de água Indaiá e Minalba, a metalúrgica Esmaltec, umas das líderes em eletrodomésticos, e uma das mais importantes universidades particulares do Nordeste e a mais importante de Fortaleza, UNIFOR.

descontos em seu imposto de renda, e assim, através da política de incentivos fiscais, o governo transferia recursos para arcar com os custos da implantação desses projetos.¹⁹

Após a mudança na forma de distribuição de recursos, os setores tradicionais, ligados às indústrias têxteis e de alimentos, continuaram sendo o carro-chefe da industrialização cearense: embora haja um aumento de 3,4% para 10,3 % do setor metalúrgico até 1974, demonstrando um certo êxito na alocação de recursos na área, os números indicam que esse setor continuou minoritário, demonstrando que esse movimento foi insuficiente para mudar o predomínio prévio no perfil industrial cearense. Uma das principais particularidades da industrialização tardia cearense não foi apenas o fato de ter se expandido nos setores tradicionais anteriores, mas de ter utilizado os recursos provenientes das isenções fiscais das medidas 34/18 e do FINOR para privilegiar as elites locais que, de posse desse estímulo inicial, soube manter sua preponderância na economia do Estado.

Geraldo Nobre²⁰, no entanto, traça outra explicação para a alocação de recursos nos setores tradicionais. Segundo o autor, não havia falta de recursos naturais ou humanos que justificassem a não alocação de verbas em projetos da indústria intensiva no Ceará, apesar de admitir que a falta de petróleo e a indisponibilidade de energia elétrica, revertida após a eletrificação do Estado em 1965, tenham prejudicado. O maior impeditivo, porém, teria sido a ação influenciadora de industriais paulistas e do Sudeste, que conseguiam os maiores volumes de recursos oriundos dos incentivos fiscais para projetos em seus próprios Estados ou para suas iniciativas em estados nordestinos, como Bahia e Pernambuco.

Durante a gestão de Virgílio Távora (1963-1966), segundo Nobre, este não apenas fundou o “Distrito Industrial de Fortaleza²¹” e órgãos para assessorar o financiamento de projetos industriais, conforme apontamos acima, mas também montou um escritório do governo cearense em São Paulo, para influenciar os industriais paulistas nas decisões referentes aos “depósitos” (incentivos fiscais):

¹⁹ Modificação realizada através do Projeto de Lei 1376, de dezembro de 1974.

²⁰ O historiador Geraldo Nobre foi Chefe do Serviço de Imprensa do Governo do Ceará entre 1967 e 1971 e tinha relações próximas com membros do governo e principalmente das entidades de classe industriais, tendo suas obras reeditadas e publicadas pela rede SESI e Senai, assim como pela FIEC até recentemente. As posições por ele expostas são de fundamental importância, pois refletem parte das elaborações teóricas dessa parcela dos industriários, contribuindo para a compreensão do pensamento destes na época.

²¹ Denominação utilizada naquele momento para o Distrito Industrial localizado em Maracanaú, na cidade de Maranguape, vizinha à Fortaleza. Posteriormente, na década de 1980, foi emancipado e se tornou uma cidade. Atualmente o Distrito conta com centenas de indústrias, algumas destas antes instaladas em Fortaleza, mantendo a maior concentração industrial do Estado. A cidade é também considerada a 6ª mais violenta do Brasil, segundo o *Atlas da Violência* publicado pelo IPEA em 2018.

[...] pelo que é realmente paradoxal a quantidade mínima de aprovação desses por parte da SUDENE, como se esta fosse indiferente ao empenho do governante do Ceará [...] Examinando-se a relação dos projetos em referência, quanto aos ramos das indústrias, chega-se à conclusão de que, em geral, os empreendimentos financiados pela SUDENE, para o Ceará, se referiram a atividades tradicionais, como a fiação e a tecelagem, os produtos alimentícios e bebidas, os óleos vegetais, etc, quase não se verificando inovações, salvo as de caráter técnico, podendo-se concluir que o dito órgão desenvolvimentista, além de atribuir à indústria cearense recursos de pouca monta, em comparação aos destinados aos Estados da Bahia e Pernambuco, praticamente nada fez no sentido de abrir novas perspectivas, por uma diversificação dos empreendimentos, embora caiba aos seus economistas o argumento de não haverem elaborado os projetos, mas tão somente emitido os pareceres para a concessão de financiamento (NOBRE, 1989, p. 280-281).

A elaboração dos projetos a serem analisadas pelos técnicos da SUDENE receberam, no caso do Estado do Ceará, apoio direto dos órgãos estaduais, que proveram corpo técnico especializado para tanto. O quadro técnico estava se formando há alguns anos, conforme Alencar Júnior (2006): a criação do Banco Nacional do Nordeste – BNB, em 1952; da Universidade Federal do Ceará – UFC em 1954; e posteriormente a criação de um conjunto de instituições e projetos: CETREDE, CAEN (programa de pós-graduação), projeto Asimow estavam todos a serviço da formação de técnicos que pudessem pensar o desenvolvimento econômico e industrial do Estado. Além destes, o próprio PLAMEG, Plano de Metas Governamentais, criado no primeiro governo de Virgílio Távora, destacava central importância a pensar e executar os projetos industriais nas áreas que o governo julgava prioritárias.

Para o próprio Virgílio Távora, o PLAMEG “não é, de modo algum, uma planificação geral da economia cearense, senão uma ordenação prioritária dos setores há muito estagnados e em rápido processo de empobrecimento” (CEARÁ, 1963 *apud* ALENCAR JUNIOR, 2006, p.177). Segundo Alencar Junior, antes mesmo de assumir o governo, VT já havia discutido as principais linhas do PLAMEG com a Federação das Indústrias Cearense – FIEC. A relação entre empresários industriais e o poder estatal estava já há algum tempo alinhada no mesmo objetivo.

Empresários cearenses “procuraram manifestar suas inquietações e expectativas, o que os levou a instituir uma Organização do Desenvolvimento Econômico do Ceará”, segundo Nobre (1989, p. 257), organizando uma entidade empresarial que tinha como direcionamento em seus estatutos: “Pugnando pela solução de todos os problemas econômicos do Estado, é lícito à Organização pleitear a participação das classes produtoras na administração pública, vedadas, porém as ingerências e manifestações de caráter político-partidário.”. Entre os membros da Organização pelo Desenvolvimento Econômico do Ceará, criada em 1952, estava

Thomaz Pompeu Netto, também um dos fundadores da FIEC.

Apesar de não ter tido fôlego, a organização elaborou documentos esclarecedores, que explicitavam suas concepções sobre a necessidade de influenciar o papel do poder público no tema da industrialização. Pelo contrário, suas principais “críticas” à “classe produtora”, como se autointitulavam, eram direcionadas justamente à ausência de uma maior aproximação e influência junto ao Estado e políticos locais. Posteriormente, essa concepção seria combustível para a criação do CIC – Centro Industrial do Ceará e do surgimento dos “jovens empresários” que reeditariam, com sucesso, a aproximação com o poder público, elegendo Tasso Jereissati (1986), de tradicional família proprietária, governador do estado.

Mesmo antes disso, a organização empresarial parece ter sido profícua nas suas intenções. Na década seguinte, uma reestruturação administrativa no Estado, em novembro de 1962, criava secretarias voltadas ao desenvolvimento da indústria no Ceará. Nas palavras de Nobre (1989, p.267): “Nessa evolução da estrutura administrativa do estado, parece nítida a orientação dos governantes de fortalecer a economia com um setor industrial apto a processar uma parcela maior do produto agrícola.”

O papel “modernizador” cumprido por VT e seus sucessores, durante os anos de implementação dos programas de incentivo fiscais adotados pela SUDENE para o Nordeste, já estava em consonância com uma parte importante das elites locais. As concepções postas em prática já vinham sendo debatidas e há, mais de uma década, os empresários cearenses se organizavam para exigir dos poderes públicos uma ação efetiva com relação aos investimentos para a ampliação da industrialização no Estado. Há neste ponto uma diferença entre a expansão industrial do Ceará e a dos demais Estados, muito debatida, e que agora resgataremos para realizar algumas observações importantes sobre a classe operária oriunda desse processo.

Entre aqueles que tematizam a questão regional e nordestina, há os que acreditam que, diferentemente de Pernambuco e da Bahia, o Ceará conseguiu derrotar a resistência das oligarquias locais e implementou a expansão de seu parque industrial a partir da ação de empresários locais. Essa compreensão está, por exemplo, na conferência de Tânia Bacelar sobre o pensamento de Celso Furtado, em que afirma:

Diferentemente do restante da região, os empresários do Ceará patrocinaram o processo de industrialização do seu estado. Fortaleceram-se internamente e, fortes, conseguiram derrubar a oligarquia e se tornaram hegemônicos no estado. Conseguiram fazer o que Celso Furtado sonhou. Quer dizer, os empresários urbanos ficaram relativamente mais poderosos e puderam bater na oligarquia com mais força, tomar o poder no estado e manter esse poder ao longo de tanto tempo. Mas o Ceará é

uma exceção. Quando se olha para a Bahia não é assim, quando se olha para Pernambuco não é assim, porque a tendência mais forte foi a outra, foi a de transferir para o Nordeste frações do capital industrial que estavam na região mais industrializada do país (BACELAR, 2000, p.79).

Em outra elaboração sobre esse tema, no livro *Elegia para uma Re(li)gião*, Francisco de Oliveira evidencia sua análise do processo desde “seu epicentro”, como o próprio autor enquadra, o Estado de Pernambuco. Sugere, a partir daí, como hipótese, que o processo de inversões através dos incentivos fiscais teria possibilitado a geração, no Nordeste, de grandes oligopólios e conglomerados de capitais sediados no Centro-Sul, reforçando a concentração dos desequilíbrios regionais e produzindo o “epitáfio” das “oligarquias locais” e da “burguesia industrial nordestina”.

Tais afirmações, no entanto, não levam em consideração o processo particular de formação dessa burguesia industrial no Ceará, que promoveu sua acumulação de capital a partir de atividades agropecuárias e comerciais, mas que só conseguiu alavancar sua expansão industrial com recursos e benefícios tanto locais como federais, isto é, oriundos do Estado. É central nessa análise o fato de que os próprios beneficiados pelos incentivos fiscais eram, em parte, das tais “oligarquias derrubadas”²² ou, não sendo, posteriormente a elas se associaram. Maria Auxiliadora Lemenhe levanta a hipótese de que essa elite oligárquica se adaptou às novas formas de atividade urbana e industrial, sem alterar os pressupostos de sua política clientelista.

A longa sobrevivência no Nordeste e particularmente no Ceará, do domínio político fundado nas relações pessoais, poderia ser explicada pelo retardo com que a economia do estado ingressou no processo de expansão industrial brasileiro. Nesta mesma linha de interpretação pode-se argumentar que, uma vez iniciado o processo de modernização das atividades produtivas – que tem como marco a criação da SUDENE e o conjunto de políticas que esta instituição viabilizou – o ritmo contido da expansão industrial e, sobretudo, o lugar secundário ocupado pela economia agrícola nos programas de desenvolvimento econômico constrangeram a possibilidade de superação das antigas formas do exercício do poder.” (LEMENHE, 1998, p. 27-28)

Em consonância com essa autora, observamos que as oligarquias não foram suplantadas por uma burguesia industrial, mas adaptadas a ela. As modernas formas de organização da indústria conviveram com as antigas formas de dominação política, baseadas até então nas relações de produção originadas no campo. Para Lemenhe (1998), o desenvolvimento de uma

²² A referência a derrubada das elites locais remete-se à eleição em 1986 do governador Tasso Jereissati, representante dos industriários, em que este derrotou a chapa dos políticos tradicionais, chamados “coronéis”, conforme veremos no Capítulo 4.

atividade urbana e industrial não transformou as relações de poder, possibilitando que as elites locais se adaptassem a novas formas de organização econômica, mas não alterassem os pressupostos de sua política clientelista. Uma parte dessas elites locais se privilegiou diretamente com os benefícios disponibilizados pela SUDENE e pelo governo federal, e outra associou-se aos industriários, ajustando-se, sem, no entanto, perder o controle sobre os poderes locais, e alternando-se no poder com a nova burguesia industrial.

Abaixo apartamos, de uma lista de 106 empresas levantadas por Nobre (1989), as indústrias sediadas em Fortaleza que receberam recursos da SUDENE entre 1964 e 1979. Em negrito, destacamos aquelas que foram citadas em nossa pesquisa, seja através das entrevistas ou de documentos que indicam a atuação do movimento operário. É possível identificar, entre elas, as novas empresas, como a CIONE, recém-fundada em 1963, e outras mais tradicionais, como as da família de Thomaz Pompeu, a primeira indústria a introduzir grande maquinário na produção no estado. Apesar de ser possível observar uma quantidade considerável de metalúrgicas, antes muito raras entre as indústrias da capital, percebe-se a predominância de ramos ligados à produção agropecuária²³ e de bens de consumo não duráveis, ligados à manufatura de produtos produzidos no estado.

²³ Das 106 empresas listadas, as do interior do Ceará, não reproduzidas nesta tabela, são praticamente todas vinculadas à agroindústria, incluindo aí as de beneficiamento de couro. Há apenas três exceções nesta lista, apontadas por Nobre (1989): Cimento Portland em Barbalha e Sobral; e Cemaco, metalúrgica em Pacatuba, evidenciando a profunda ligação entre o beneficiamento dos produtores locais e os projetos selecionados, que passaram a transformar a produção agropecuária em agroindústria, com incentivo e apoio estatal.

Tabela 1.- Indústrias que receberam recursos da SUDENE entre 1964 e 1979

	Ano	Empresa	Ramo
1	1964	SARONORD - S/A. Roupas do Nordeste	Confecção de Roupas
2	1965	Metalgráfica Cearense S/A. - MECESA	Metalúrgica
3	1965	CONAC S/A. - Indústria de Artefatos de Couro, beneficiamento e transformação de couros, peles e similares.	Calçadista/Curtume
4	1965	ROMAC S/A. Confecções	Confecção de Roupas
5	1966	Epitácio Cordeiro Lins S/A. Indústria e Comércio de Calçados - ECLISA	Calçadista/Curtume
6	1966	Indústria Del Rio S/A.	Confecção de Roupas
7	1966	Protect S/A. Tintas e Vernizes	Químico
8	1967	José Maria Macedo Metalúrgica S/A. - JOMETAL	Metalúrgica
9	1967	Indústria Plástica Cearense S/A. - IPLAC	Plástico
10	1967	LOGS S/A Compensados e Artefatos de Madeira	Móveis
11	1967	OTOCH S/A Indústria de Móveis	Móveis
12	1967	KEMP Indústria de Calçados Vulcanizados do Nordeste S/A	Calçadista/Curtume
13	1967	Cia. Ceará Têxtil	Têxtil
14	1967	Thomaz Pompeu de Souza Brasil S/A. Fiação e Tecelagem	Têxtil
15	1967	Confecções Royale S/A	Confecção de Roupas
16	1967	Cervejaria Astra S/A.	Alimentícia
17	1967	Companhia Industrial de Óleos do Nordeste — CIONE	Beneficiamento de Caju
18	1967	Indústria Delta S/A.	Móveis
19	1968	Ferragens e Aparelhos Elétricos S/A FAE	Metalúrgica
20	1968	Indústrias Elétricas Elite S/A. — INELSA	Metalúrgica
21	1968	Grandes Curtumes Cearenses S/A	Calçadista/Curtume
22	1968	Indústria de Calçados Capelo S/A	Calçadista/Curtume
23	1968	Cirúrgicos do Nordeste S/A - CINORD	Têxtil
24	1968	Indústria de Chenille e Tapetes S/A — INDUCHENILLE	Têxtil
25	1968	União Industrial Têxtil S/A. - UNITEXTIL	Têxtil
26	1968	Companhia ALGIMAR Indústrias Químicas de Alginatos	Química
27	1968	Caju Industrial S/A - CISA	Beneficiamento de Caju

28	1969	PRESTA S/A. Artefatos de Couro (ex-Bambino Calçados S/A - BANCALSA)	Calçadista/Curtume
29	1969	Fiação Jangadeiro S/A	Têxtil
30	1969	Fiação Nordeste do Brasil S/A. - FINOBRASA	Têxtil
31	1969	Linhas Seridó S/A	Têxtil
32	1969	Petróleo e Lubrificantes do Nordeste S/A - PETROLUSA	Química
33	1969	SALNORTE Refinaria Norte Brasileira S/A. (ex-SANORTE)	Química
34	1969	Gráfica Industrial S/A - GRAFISA	Gráfica
35	1970	CIBRIG do Nordeste Indústria Eletrônica S/A	Metalúrgica
36	1970	Companhia Industrial de Peles e Couros - CINPELCO	Calçadista/Curtume
37	1970	Bembom Sorvetes S/A.	Alimentícia
38	1970	Pierre Lira S/A Comércio, Indústria e Exportação, de Fortaleza	Beneficiamento de Carnaúba
39	1971	Móveis de Aço Ângelo de Figueiredo S/A — MOVAÇO	Metalúrgica
40	1971	Passamanaria do Nordeste S/A	Têxtil
41	1972	Ar-Frio Refrigeração S/A.	Metalúrgica
42	1972	Laboratórios Alfa-Conlab do Brasil S/A	Farmacêutica
43	1972	Indústria Brasileira de Sal - IBRASAL	Química
44	1972	F. Oliveira S/A Comércio, Indústria e Agricultura	Alimentícia
45	1973	Cidrão Vilejack S/A Indústria e Comércio de Exportação	Confecção de Roupas
46	1974	Indústria Brasileira de Artefatos Plásticos S/A — IBAP	Plástico
47	1974	IPLAC S/A Tecidos Plásticos	Plástico
48	1974	ISONOR Indústria de Plásticos S/A	Plástico
49	1974	Indústria Tapetelene S/A	Têxtil
50	1974	Esplanada Confecções do Nordeste S/A ESPLANOSA (Esplanord)	Confecção de Roupas
51	1974	Ximenes Confecções S/A	Confecção de Roupas
52	1975	Construções Eletromecânicas S/A - CEMEC	Metalúrgica
53	1975	Indústria de Alimentos e Bebidas Antártica do Ceará S/A	Alimentícia
54	1976	F.P.B. Ferramentas S/A	Metalúrgica
55	1976	Organização Têxtil Bezerra de Menezes S/A (TBM), de Juazeiro do Norte *	Têxtil
56	1976	Têxtil União Franco-Brasileira S/A (Distrito Industrial)	Têxtil
57	1977	Companhia Industrial de Vidros do Ceará	Vidros
58	1977	Artefatos de Aço e Alumínio do Brasil S/A. - ALUBRÁS	Metalúrgica
59	1977	Fios Nordestinos S/A - FINESA	Têxtil
60	1977	Mundica Paula S/A	Confecção de Roupas
61	1978	SEGURAME do Nordeste S/A	Metalúrgica
62	1978	Vicunha Nordeste S/A Indústria Têxtil	Têxtil
63	1979	Ceará Máquinas Agrícolas S/A - CEMAG	Metalúrgica

Fonte: Elaborado a partir de informações de NOBRE (1989, p. 272-279)

Confirma-se nesta relação de empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais, através de projetos aprovados pela SUDENE, a predominância das empresas têxteis que realizavam o beneficiamento de algodão e a produção de tecidos – correlata a esse ramo, depreende-se a confecção de roupas. Observa-se também o beneficiamento do couro, através do ramo calçadista e, por fim, as empresas de beneficiamento da castanha de caju. Esses quatro ramos, como veremos a seguir, seriam os maiores empregadores de mão-de-obra não especializada e, em particular, de grandes parcelas femininas, influenciando profundamente as características da classe operária fortalezense.

No início da década de 1980, a alta porcentagem de empresas locais de tipo “familiar” demonstra o direcionamento dos recursos nos anos anteriores. Cerca de 43%, isto é, quase a metade de todas as empresas locais cearenses é de controle familiar, fechado nesse momento; outras 23% são de famílias associadas; e apenas 10%, de vários sócios (ARAGÃO, 1982). Além da política de concessão de recursos para as famílias que já mantinham relações com o poder local, em especial aquela representada pelo governador Virgílio Távora, outra forma de beneficiamento dos empresários cearenses foi explicitada pela negociação junto à Companhia Siderúrgica Nacional – CSN de cotas de aços a preços subsidiados pela estatal, abaixo daqueles praticados no mercado, para incentivar as indústrias metalúrgicas nascentes, privilegiando os grupos Edson Queiroz, Ângelo Figueiredo e MECESA no Estado do Ceará (ALENCAR JÚNIOR, 2006).

Os próprios industriários reconheciam a peculiaridade da expansão industrial cearense, sem citar, no entanto, o incentivo dado às elites locais. O discurso empregado era o da importância de ter o empresariado local à frente das indústrias no Ceará, diferentemente dos outros estados do Nordeste. A fala a seguir, proferida em um seminário do Centro Industrial do Ceará em 1982, evidencia isso:

Uma coisa precisa ser ressaltada: é que a industrialização do Ceará, quase na sua totalidade, está sendo feita por empresários cearenses enquanto da Paraíba e da Bahia, sobretudo, tem sido feita por empresário do Centro-Sul e, em Pernambuco, a concentração de empresas que foram implantadas com capital de São Paulo é muito significativa (O SEMINÁRIO, 1982 *apud* ABU-EL-HAJ, 1987).

A partir de 1980, as tratativas entre empresários e poder público passam a incorporar incentivos mais amplos. Os governos iniciam uma política de “emprestar”, em regime de comodato, terrenos e instalações públicas, além da disponibilização de energia, água e esgotos com tarifas subsidiadas, aprofundando-se a transferência direta e indireta de recursos dos cofres

públicos para a iniciativa privada. Ao final do governo Virgílio Távora, em 1982, o Ceará tinha o maior parque industrial têxtil da região, e o terceiro maior do país. De 1960, início da industrialização, até 1980 a população havia aumentado 178,5% mas a distribuição territorial mudara pois, na década anterior, Fortaleza já havia recebido um intenso processo migratório, tendo aumentado em 90,5% os seus habitantes entre 1951 e 1958, isto é, apenas oito anos (MARQUES, 1986).

Além de as diretrizes econômicas do governo Virgílio Távora privilegiarem o processo de industrialização na capital e região metropolitana, a partir de 1979 inicia-se uma grande seca no Ceará que vai intensificar o fluxo migratório para a capital, aprofundando o processo de êxodo das regiões rurais. A seca de 1979-1983 tem um peso importante na situação do estado, pois, além dos efeitos da migração em si, o impacto também se fez sentir por meio de uma maior organização do movimento rural e de seus sindicatos, tendo sido eles instrumentais para, junto com os sindicatos urbanos, fundar a Central Única dos Trabalhadores no Ceará, que estudaremos mais à frente.

Apesar das características econômicas, sociais e espaciais do Ceará terem sofrido uma ampla transformação com a implantação do parque industrial, as elites econômicas seguiram praticamente inalteradas, assim como a concentração fundiária e de renda. Segundo Parente, (1985, p.190-191):

Os dados oficiais do (IBGE e INCRA) indicam a concentração da estrutura fundiária no Ceará. Um número relativamente pequeno de propriedades apropria-se de grandes parcelas de terras, enquanto existe um número avultado de produtores sem terra, ou com parcela exígua de terras. Em 1980, segundo dados do IBGE, 47,9% dos estabelecimentos agrícolas que se encontram no estrato de área de até 10 hectares detinham apenas 9,1% da área total. Em contrapartida os grandes estabelecimentos, representando apenas 1,3%, ocupavam 34% da área total (...) as análises de programas governamentais mais recentes com o objetivo de aumentar a produção e o emprego têm demonstrado que ao invés de reverter a situação de penúria das massas rurais, esses programas têm reforçado a estrutura de poder prevalecente. Sobre estas características estruturais que resultam na extrema pobreza rural superpõe-se o impacto conjuntural da seca, definindo a retração da oferta de trabalho, cujas consequências mais sensíveis frente ao declínio da produção agropecuária são: a fome, as doenças, a segregação familiar e o êxodo rural.

Mesmo diante destas permanências, o Ceará que entra na década de 1980 é completamente diferente daquele que encontramos no início dos anos 1950, uma mudança impulsionada principalmente pela migração rural, que transferiu amplos contingentes para a capital. A nova indústria e os trabalhadores que passaram a trabalhar nela são, em sua imensa maioria, filhos das secas e das dificuldades do sertão nordestino.

Em três décadas, entre 1950 e 1980, a população de Fortaleza passou de 270.169 para 1.308.919, e o resultado foi a completa falta de infraestrutura e os problemas de saneamento básico; nenhuma outra capital nordestina experimentou um crescimento neste volume. A despeito dessas mudanças, o planejamento urbano não levou em conta aqueles que nas indústrias trabalhavam, já que, no plano diretor, os poderes executivo e legislativo municipal não consideraram que a expansão populacional necessitaria de proporcional aumento do saneamento, rede de transporte viário, política habitacional e aparelhos públicos. Em 1981, contabilizavam-se 268 favelas em Fortaleza que abrigavam 24% da população, com um índice de apenas 12% de saneamento básico (ARAGÃO, 1982).

A cidade cresceu de forma desgovernada, pois a industrialização “planejada” pelos governos não seguiu nenhum plano diretor e acabou concentrando-se na região dos bairros da região Oeste e Sudeste da cidade, próximas às rodovias que possibilitaram o escoamento das mercadorias. Exatamente nesses lugares, onde a classe operária buscava fixar residência, foi onde a cidade menos disponibilizou equipamentos sociais e infraestrutura básica. Os interesses econômicos e políticos das elites locais não levaram em conta, em nenhum momento, que aqueles que moveriam as recentes indústrias instaladas também precisavam de um plano de incentivo e planejamento urbano. As tensões geradas por tantos problemas sociais não demorariam para vir à tona.

1.2 -A classe operária de Fortaleza também tem dois sexos: o caso das castanheiras, costureiras, sapateiras e tecelãs.

A industrialização a partir de gêneros tradicionais trouxe à Fortaleza um tipo de indústria ligada aos bens de consumo não duráveis ou denominados de consumo final que, historicamente, apresentaram tendência à contratação de ampla parcela de mão-de-obra feminina. Evidentemente, existiram exceções, como o caso da Paraíba, em que, segundo Guimarães (1998), empregou-se majoritariamente o operário na produção têxtil e alimentícia. Fortaleza, no entanto, manteve a tendência de contratação de mão-de-obra característica desse tipo de indústria ao longo da história, absorvendo, assim, elevado número de operárias na produção industrial.

As particularidades da presença feminina no sistema fabril no Brasil foram abordadas, entre outros, pelos estudos pioneiros de Heleieth Saffioti e Maria Valéria Juno Pena. Ambas

registraram a absorção massiva de mulheres durante o primeiro surto industrial no Brasil ao final do século XIX, lembrando as importantes e famosas greves realizadas pelas tecelãs no início do século XX. Ressalta-se que tais indústrias foram o carro-chefe do desenvolvimento industrial até a década de 1950, sendo que o emprego feminino nestas chegou a ser de 78,3% em 1872, diminuindo a 23,9% em 1950.²⁴ Segundo Pena (1981, p.143):

o decréscimo de utilização de mão de obra feminina entre 1872 e 1950 foi acompanhado de um expressivo crescimento populacional que tornou mais atraente ao capitalista a utilização das mulheres operárias em casa, executando trabalhos a domicílio (...) de outro lado, a população feminina foi concentrada nas ocupações mais baixas da hierarquia fabril.

Sobre este tema, Eva Blay (1975), analisando a situação da mulher na indústria paulista em 1970, diferenciou as “indústrias femininas”, classificadas como tradicionais, têxteis e confecção, daquelas que pouco contratavam mulheres, como a metalúrgica e química. As primeiras mantinham em seus quadros mais de 50% de trabalhadoras consideradas mão-de-obra “não qualificada”, já as intensivas empregavam proporções bem menores de mulheres na produção e tinham índices mais elevados de trabalhadores “qualificados”. Quando a autora delimita sua pesquisa às mulheres “qualificadas”, com ensino médio e superior, mais de 80% delas “migram” da produção para a área administrativa das empresas, demonstrando que quanto maior o grau de qualificação exigido, menor o nível de absorção de mão-de-obra feminina na produção.

A tendência de emprego conforme os “níveis de qualificação” também foi observada durante a implantação dos projetos da SUDENE no estado da Bahia: naquela situação, o emprego de mulheres na indústria petroquímica compunha apenas 20% do total, dentre os quais as mulheres negras, ampla maioria da população feminina no estado, alcançava ínfimos percentuais de empregabilidade. Uma das principais características dessa indústria era a exigência de mão-de-obra qualificada, que não apenas diminuía a presença de mulheres como um todo, mas da população negra também (GUIMARÃES, 1998).

O quadro abaixo, com dados da Região Metropolitana de Fortaleza, revela um panorama da empregabilidade de mulheres muito diferente daquela identificada nas indústrias da Bahia:

²⁴ Para a diminuição da absorção de mão-de-obra feminina pesam também, segundo Pena (1981), as alterações da legislação civil de 1916 e 1932 que, em nome de “proteger a saúde feminina”, criavam uma série de mecanismos que restringiam a contratação de mulheres em determinados ramos, a hora-extra feminina e o trabalho noturno; outro reflexo desse mesmo ímpeto foram as ações educacionais no sistema SESI e Senai, implantados a partir de 1950, em que as mulheres eram proibidas de realizar cursos de qualificação, mas sim direcionadas a cursos para desenvolver “habilidades ligadas ao lar”, como corte, costura e culinária.

Tabela 2 – Força de Trabalho por Setor na Região Metropolitana de Fortaleza em 1979

Setor de Atividade	% da força de trabalho	% do total de ocupados
1. Primário	1,6	1,7
Masculino	2,6	2,7
Feminino	0,2	0,2
2. Indústria	17,3	18,4
Masculino	13	13,8
Feminino	23,5	25,1
3. Construção Civil	6,1	6,5
Masculino	10	10,6
Feminino	0,6	0,7
4. Comércio	16	17
Masculino	19	20,2
Feminino	11,6	12,4
5. Serviços	52,8	56,3
Masculino	49,5	52,6
Feminino	57,5	61,6
6. Desempregados	6,2	-
Masculino	6	-
Feminino	6,4	-
TOTAL	100	100
Masculino	100	100
Feminino	100	100

Fonte: pesquisa direta CME-CAEN 1979 (apud OLIVEIRA; CASEMIRO, 1985, p. 65)

É preciso, no entanto, ir além da constatação de que as novas ou expandidas indústrias mantiveram a tendência à contratação de mulheres, e compreender o motivo e quais as consequências disso na composição da classe operária da década de 1980 que estudaremos à frente. Para tanto, vamos recorrer ao debate sobre a explicação histórica do emprego feminino nas indústrias de bens de consumo. Para Pena (1981), a contratação feminina para tais serviços estaria ligada a um papel determinado à mulher, o da reprodução social. Essa condição não foi iniciada pela indústria brasileira, foi uma tendência do próprio capitalismo industrial. No trecho abaixo, sobre a participação feminina na constituição do sistema fabril brasileiro, Pena afirma:

Os ramos mais absorvedores de trabalho feminino [em relação ao total de empregados do ramo] foram aqueles cuja produção anteriormente se fazia nos quadros domésticos e corria por conta das mulheres. Na **fiação e na tecelagem**, na industrialização de cigarros, charutos e fumos, **na de camisas e roupas brancas, na malharia, na produção fabril de redes, chapéus**, chocolates, mais da metade da mão-de-obra era feminina (PENA, 1981, p. 93, grifo nosso).

Porém, para a mesma autora, as mulheres não foram mantidas recorrentemente nesses

ramos somente porque as mercadorias aí produzidas, anteriormente, eram fruto do trabalho reprodutivo, mas também porque esses eram os setores que tinham os salários médios mais baixos. É possível compreender, portanto, que à medida que foram surgindo novos setores, como a indústria automobilística, eletrônica, química – ou seja, os de caráter intensivo –, as mulheres mantiveram-se majoritariamente naquelas atividades vinculadas à produção de bens de consumo destinados à reprodução social²⁵, ou de características manufatureiras caracterizadas por exigir “menos especialização”, ainda que, com o avanço tecnológico, tenham empregado maquinário de avançada complexidade.

Tal hipótese nos provocou a reflexão: qual a relação entre a diferença salarial e a especialização de tarefas masculinas e femininas quando as indústrias de tecnologia intensiva praticamente ainda não existiam?

Remontando ao início da expansão industrial, observamos através dos escritos de Hobsbawm que a diferenciação salarial entre homens e mulheres não ocorria apenas entre empresas de diferentes ramos, mas principalmente através da diferenciação de funções dentro das mesmas empresas. Os operários e operárias eram divididos entre os trabalhadores habilitados e não habilitados e mantinham diferenças salariais marcantes. Segundo o autor: “Na indústria de tecidos de lã penteada o aumento de salário médio dos homens entre 1855 e 1866-8 foi de 66 por cento, das mulheres 6 por cento (HOBSBAWM, 2000b, p.344)”. Entre os inúmeros exemplos desse período, observa-se o caso dos alfaiates da indústria manufatureira: ainda que fossem operários, eram considerados uma mão-de-obra habilitada, e compunham um setor que alcançava uma remuneração bem acima dos demais trabalhadores. No entanto, as mulheres que trabalhavam na indústria de confecção, naquele período, ainda que realizassem o mesmo serviço, recebiam as menores médias salariais.

Ressalta-se que desde o início da revolução industrial, as mulheres (e as crianças) estiveram nos postos de trabalho com as médias salariais mais baixas e considerados menos qualificados, independentemente do ramo e da tecnologia industrial empregada. Consolidou-se como explicação para essa diferenciação o fato de considerar-se o trabalho da mulher como

²⁵ Reprodução social aqui emprega-se como um termo que designa a ação de manutenção vital das pessoas na sociedade. Estão incluídos aí cuidados que estão além de tarefas domésticas realizadas no ambiente do lar, como alimentação, vestimenta, cuidados com filhos e a moradia, inclui-se entre essas necessidades vitais os trabalhos realizados na área da saúde e da educação. Empregaremos, portanto, o termo reprodução social a partir dos estudos organizados por Tithi Bhattacharya (2017), através da teoria da Reprodução Social (*Social Reproduction Theory*), utilizando-a como um método apoiado na teoria marxista para analisar a relação entre trabalho e força de trabalho. Tal cabedal teórico fornece, para este debate, uma ferramenta vital na compreender a relação entre opressão e exploração sob o capitalismo.

complementar, já que, não obstante, quem deveria sustentar a família era o pai (patriarca), o homem, e que, portanto, a mulher poderia vender, sim, sua força de trabalho, mas sempre por um preço inferior à do homem.

A integração da mulher no processo produtivo fabril, ao longo dos anos, tem se caracterizado, portanto, como um processo permeado por uma síntese entre as novas relações de produção, que pressupõem a venda da força de trabalho por um determinado período em troca de salário, e a reprodução de antigas ideologias, herdadas da sociedade patriarcal.²⁶

Apesar do capitalismo industrial ter suplantado as relações sociais de produção que possibilitavam a existência da família nuclear patriarcal, ele absorveu parte de seus preceitos culturais, transformando-os em ideologias necessárias para se desincumbir da reprodução social. Conforme Arruzza, (2015, pp. 45-46):

A transformação da família é, acima de tudo, o resultado da expropriação da terra, ou acumulação primitiva, que separou grandes porções da população de seus meios de produção e subsistência, provocando de um lado a desintegração da família camponesa patriarcal, e, de outro, um processo de urbanização historicamente sem precedentes. O resultado foi que a família passou a não mais representar a unidade de produção com um papel produtivo específico, geralmente organizado nas relações patriarcais específicas que prevaleciam na sociedade agrária prévia.

Esse processo começou em momentos diferentes e assumiu diferentes formas em todos os países nos quais as relações capitalistas tiveram lugar. Com a separação entre o lugar de produção e a família, a relação entre produção e reprodução (no sentido biológico, geracional, e de reprodução social) foi também radicalmente transformada.

Com o advento do capitalismo, uma parte da reprodução social, o trabalho doméstico, antes realizada como uma indústria pública, passou a ser responsabilidade da parcela feminina, agora como parte de uma indústria particular, restrita aos lares e como uma segunda jornada de trabalho. Portanto, no trabalho doméstico, o tempo despendido com a recomposição da força dos operários para assumir a jornada no dia seguinte passou a ser assumido pelas mulheres sem que estas fossem remuneradas por tal responsabilidade, garantindo, através de trabalho não pago, a produção de mercadorias para o capitalista.

Ou seja, ao não se responsabilizar pela reposição da força de trabalho dos trabalhadores,

²⁶ Importante ressaltar que nas sociedades coloniais, em especial aquelas que utilizaram mão-de-obra escrava africana, as ideologias que justificavam os papéis sociais dos negros e em especial das negras em relação ao processo produtivo não disseminaram o mito da fragilidade feminina para o desempenho de determinadas funções, comum nas sociedades patriarcais tradicionais. A estas mulheres estavam destinados os mais pesados serviços, demonstrando que a incorporação de determinados estereótipos culturais também mantém uma dimensão histórica, sendo utilizadas de forma diferenciada em diversas formações sociais.

os capitalistas livraram-se de maiores gastos com o pagamento dessas despesas, e puderam, portanto, ver seu lucro expandido. O âmbito doméstico passa a ter uma conotação privada, particular, pela qual responde a família operária. Individualiza-se a responsabilidade dos cuidados do lar, como se isso dissesse respeito somente à mulher e, em dias mais atuais, ao homem como braço auxiliar. Segundo Lise Vogel (2013, p.159, tradução nossa)²⁷:

À medida que a acumulação avança, a oposição entre trabalho assalariado e trabalho doméstico se acentua. O direcionamento do capitalismo para aumentar a mais-valia aumentando a produtividade, especialmente por meio da industrialização, força uma separação espacial, temporal e institucional severa entre o trabalho doméstico e o processo de produção capitalista. Os capitalistas organizam a produção de forma que ela esteja cada vez mais sob seu controle direto em oficinas e fábricas, onde o trabalho assalariado é executado por períodos de tempo específicos. O trabalho assalariado passa a ter um caráter totalmente distinto da vida do trabalhador fora do trabalho, incluindo seu envolvimento no componente trabalho doméstico necessário [para sua manutenção vital]. Ao mesmo tempo, o salário realiza a mediação em relação tanto à manutenção diária quanto aos processos de substituição geracional, suplementados ou às vezes substituídos pela assistência do Estado [...] Essas duas características, a separação do trabalho assalariado do trabalho doméstico e o pagamento de salários, são materializadas no desenvolvimento de locais especializados e unidades sociais para o desempenho do trabalho doméstico. Famílias da classe trabalhadora situadas em domicílios particulares representam a forma dominante na maioria das sociedades capitalistas, mas o trabalho doméstico também ocorre em campos de trabalho, quartéis, orfanatos, hospitais, prisões e outras instituições semelhantes.²⁸

A autora introduz, a partir desta observação, que a reprodução social não se restringe apenas ao trabalho doméstico, realizado nos lares, como a alimentação ou os cuidados, mas engloba todos os processos sociais necessários para a existência dos trabalhadores e das próximas gerações, como a educação, o cuidado com a saúde, a previdência social, entre outros. Ou seja, quanto mais se separa o processo de produção do processo de reprodução, maior é, na

²⁷ A autora foi precursora da Teoria Unitária, na década de 1980, que compreende a relação entre opressão e exploração como uma síntese unitária entre substrato ideológico e econômico, partindo da ideia de uma relação dialética e interdependente entre superestrutura (ideologia) e estrutura (exploração), transformando a relação entre opressão e exploração em unitária.

²⁸ Original: “As accumulation proceeds, the opposition between wage-labour and domestic labour sharpens. Capitalism's drive to increase surplus-value by enhancing productivity, especially through industrialization, forces a severe spatial, temporal, and institutional separation between domestic labor and the capitalist production-process. Capitalists must organize production so that more and more of it is under their direct control in workshops and factories, where wage-labour is performed for specified amounts of time. Wage-labour comes to have a character that is wholly distinct from the labourer's life away from the job, including his or her involvement in the domestic component of necessary labour. At the same time the wage mediates both daily maintenance and generational-replacement processes, supplemented or sometimes replaced by state-contributions. That is, the social component of the worker's necessary labour facilitates the reproduction of labour-power indirectly, by providing money that must then be exchanged to acquire commodities. These two characteristics the separation of wage-labour from domestic labour and the payment of wages are materialised in the development of specialised sites and social units for the performance of domestic labour. Working-class families located in private households represent the dominant form in most capitalist societies, but domestic labour also takes place in labour-camps, barracks, orphanages, hospitals, prisons, and other such institutions.”

sociedade, a aparência de que ambos não são correlacionados, quando, em sua essência, a existência da reprodução social é vital para a produção de mercadorias. A separação entre as duas esferas pública e privada implica destinar à mulher a resolução das questões que estão na esfera privada, não apenas o trabalho doméstico em si, mas o cuidado com os idosos, a responsabilidade pelos familiares doentes e pela criação dos filhos, e a manutenção do lar.

Dessa forma, a própria reprodução social passa a ser transacionada como uma mercadoria, a única mercadoria que é produzida fora do circuito de produção de mercadorias e que, ao mesmo tempo, é essencial à manutenção da produção capitalista. O Estado e os capitalistas, ao se desincumbirem de prover tais serviços, transferem ao trabalhador, principalmente à sua parcela feminina, a obrigação de realizá-los, seja através do próprio trabalho ou adquirindo-os como produtos.

A compreensão da relação dialética entre a produção x reprodução social é determinante para entendermos a importância central que há para o capitalismo em diminuir, cada vez mais, seus gastos com mão-de-obra, seja através da redução de salários ou da diminuição dos custos com a reprodução da força de trabalho. As contradições geradas nesse processo não atingem só as mulheres, mas todos aqueles que, por sua condição na sociedade – imigrantes, negros, ou outras populações em situação de vulnerabilidade –, podem fornecer mão-de-obra barata e realizar diferentes serviços a baixos custos.

Esse posicionamento teórico significa reconhecer, nessa necessidade do capital, os motivos pelos quais homens e mulheres trabalhadores assumem diferentes posições e funções na produção de mercadorias, e principalmente na reprodução da mercadoria “força de trabalho” (manutenção vital dos próprios trabalhadores). A manutenção da opressão de gênero, partindo dessa concepção, é uma necessidade do capital em primeiro lugar e, por isso, apesar de aparentemente, em diversos momentos, a opressão desenvolver-se em outras esferas da vida, ela está determinada, em sua essência, pela síntese dialética entre as esferas da produção e da reprodução, compondo, conforme Lise Vogel, uma teoria unitária.²⁹

²⁹ Essa conceituação se diferencia da compreensão, muito comum entre as intelectuais brasileiras, em especial entre as marxistas, que entende a relação entre o capitalismo e o patriarcado como consubstancial. As obras referenciais dessa teoria são das pesquisadoras em trabalho e mulheres, Helena Hirata e Heleieth Saffioti, além de serem comuns também na escola francófona, dentre as quais a principal representante é Danièle Kergoat. Para essas autoras, as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são dois conceitos indissociáveis que explicam a relação de consubstancialidade entre o modo de produção patriarcal e o modo de produção capitalista. A divisão sexual do trabalho é vista como uma forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo, sendo também determinada por uma relação de poder entre homens e mulheres (KERGOAT, 2009, p.67).

Tal construto teórico encontra um emprego crucial na tarefa de identificar as particularidades da classe operária fortalezense, com sua forte presença feminina durante o período estudado. A partir da análise do papel da opressão na produção capitalista poderemos compreender como estas questões influenciaram diretamente na disposição deste setor para se organizar como um movimento político sindical.

A indústria de confecção de roupas, têxtil, calçadista e de beneficiamento de alimentos foram, portanto, setores que ao empregar, historicamente, grandes contingentes de mulheres no Ceará, conseguiram reduzir os custos de sua produção, pagando a estas mulheres as menores médias salariais. Em muitos casos, devido aos baixos salários que ganhavam nessas indústrias, muitas aumentavam a quantidade de trabalho que realizam em casa para não ter que recorrer a produtos já manufaturados. A maior parte delas também não dispunha de bens como eletrodomésticos, que pudessem poupar tempo de trabalho, conforme o caso relatado pela operária Wélia Matias³⁰ que sequer uma geladeira possuía na década de 1980.

Esse modelo de industrialização baseado em mão-de-obra com menores custos foi ao encontro do tipo de desenvolvimento capitalista que se gestava naquele momento, conforme apontou Frota em sua pesquisa sobre as castanheiras:

A acumulação interna [de capital] se dava através do barateamento do custo de reprodução da força de trabalho, através de salários reais ao nível da subsistência mínima, alimentados pela oferta ilimitada da mão-de-obra pouco qualificada sobretudo de mulheres, que compõe 26,2% de população economicamente ativa do Estado, e que migram para áreas urbanas, abastecendo assim a indústria e outros setores da economia capitalista. Daí a crescente ampliação do exército de reserva. (FROTA, 1984, p.31)

Em um primeiro momento, a relação entre o fator da dupla jornada e a não organização das mulheres operárias parece, afinal, não ser tão imediatamente lógica. No entanto, quando observamos as dificuldades relatadas pelas operárias, verificamos que esses elementos foram determinantes para moldar sua participação (e não participação) no movimento operário. As obrigações extras, somada ao cuidado dos filhos e às outras dificuldades relatadas, retiravam delas parte importante do tempo para se organizar nos grupos de fábrica ou se engajar em ações

Tal compreensão mantém uma diferença com a teoria unitária porque esta entende que, ao invés de uma relação consubstancial, ou seja, da soma das substâncias, a relação opressão *versus* exploração parte de uma relação simbiótica, entre permanências de formações sociais anteriores (sociedades patriarcais) e relações capitalistas de produção, gerando, a partir de uma totalidade articulada, um novo fenômeno.

³⁰ Wélia Matias, trabalhadora da Guararapes, organizou o grupo de fábrica junto com Socorro e participou da Greve Geral de 1989.

políticas. Efetivamente, as condições sociais e materiais que permitiam ao homem a atividade laboral e sindical foram muito diferentes das condições das operárias.

A jornada de trabalho era, como veremos no próximo capítulo, por si só exaustiva. O ritmo de trabalho está entre as principais reclamações das trabalhadoras; além disso, o dia-a-dia da produção nessas fábricas impunha alta produtividade e forte controle disciplinar. As operárias não podiam conversar entre si, trabalhavam por horas a fio em pé, em locais desconfortáveis, a altas temperaturas e sob ruído excessivo. Entre as formas de controle disciplinar direcionado especificamente às mulheres, a ficha para o banheiro é uma das mais utilizadas, não sendo comum nos relatos de fábricas ou setores masculinos. Está relacionada ao fato de as mulheres, em geral, irem mais vezes ao banheiro e demorarem maior tempo ali por terem necessidade fisiológicas diferentes das masculinas, já que passam alguns dias do mês menstruadas. O controle sobre a ida ao banheiro ocasionava, conforme comumente relatado pelas mulheres, um desconforto enorme, gerando situações vexatórias, como as operárias saírem do trabalho com as roupas manchadas por menstruação, ou ainda com complicações de problemas ginecológicos, tais quais relatados por Frota (1984) em pesquisa junto às castanheiras.

Parte desse controle disciplinar era exercido utilizando até mesmo ações diretas de repressão física, em que supervisores ou “fiscais” chegavam a agredir as trabalhadoras, aplicando-lhe beliscões quando elas conversavam ou não estavam atentas ao trabalho (FROTA, 1984). Na edição do Jornal *O Povo* de 03/03/1989 é possível encontrar o relato de uma manifestação realizada em frente à CIONE pela União Cearense de Mulheres, em que estas se queixam, em 19 correspondências endereçadas ao movimento, das fichas de controle de ida ao banheiro e dos beliscões que recebiam durante a jornada de trabalho na fábrica.

Outra ocorrência frequentemente citada é o assédio sexual incessante dos supervisores sobre as trabalhadoras: os relatos desse tipo repetem-se em todas as categorias entrevistadas em que há concentração femininas, sendo um tema recorrente das manifestações ou denúncias realizadas nessas fábricas. Na categoria têxtil e das castanheiras, as pesquisas indicaram que entre os problemas decorrentes dessa situação para as mulheres está o adoecimento psicológico, dado que muitas vezes não podiam denunciar ou deixar de trabalhar junto ao assediador. Conforme relata Gomes, sobre as trabalhadoras da Têxtil Bezerra de Menezes:

A pressão sofrida pelas funcionárias é tamanha que elas fizeram constar na pauta de reivindicações encaminhada para apreciação pela diretoria da empresa, um item específico pedindo a ‘extinção das perseguições sexuais por parte dos servidores e

chefe de seção', requerendo a demissão de seis deles. (DIÁRIO DO NORDESTE, 20 mai 1986, *apud* GOMES, 2012)

Situação comum também na fábrica têxtil Santa Cecília, Maria Bezerra relata, em entrevista a Jormana Araújo, o assédio permanente vivido por ela e por suas colegas: aquelas que se recusavam a sair com os chefes eram perseguidas, tinham sua produção diminuída, passavam por diversas situações de humilhação, fator que a motivou procurar o sindicato para realizar a denúncia. O sindicato dos trabalhadores, vinculado ao sindicato patronal naquele momento, ao invés de acolher, delatou as trabalhadoras aos chefes da fábrica e, depois desse caso, convidada pela oposição (como veremos no capítulo 3), Maria Bezerra incorporou-se ao movimento operário cutista nascente.³¹ As motivações que levaram Maria Bezerra ao sindicato e, posteriormente, à ação política sindical, tomando parte do movimento operário organizado, demonstram que as relações da esfera da produção e da reprodução agem ambas, dialeticamente, sobre a vida do trabalhador. A relação entre os dois fatores, assédio sexual e a diminuição salarial relacionada à denúncia deste, fizeram com que Maria, incomodada com a situação, se organizasse (ARAÚJO, 2013).

Para Socorro Rodrigues, as dificuldades observadas por ela naquele período para organizar as mulheres das fábricas é fato tão presente na vida de uma operária que ainda guarda relação com a situação dos dias atuais: muitas não podiam ficar depois do horário de trabalho, pois tinham que sair rapidamente para fazer jantar e cuidar dos filhos e da casa.

A gente observa que as categorias que tem mais dificuldade para se organizar, são exatamente as categorias que têm a maioria de mulheres, apesar de a gente ter muitas mulheres aguerridas, que vão à luta, mas é muito difícil, vão para a reunião e com quem fica os filhos? Os maridos não compreendem acham que vão para a reunião para namorar. Tanto que a essência do grupo que a gente construiu eram de mulheres solteiras, as casadas só iam em momentos maiores de mobilização (RODRIGUES, 2011)

³¹ “Então eu peguei um grupo de mulheres, e eu fui naquele sindicato. Quando eu cheguei lá, eu tentei conversar com ele, falar pra ele tudim, que a gente estava sendo assediada, que tinha uma mulher que chorava tanto no pé da máquina que chega dava dó dela, chorava que ficava rouca. Porque ela já tinha acostumado um sujeito. E quando ela se negava, na semana seguinte, ele ia e tirava ela da máquina, deixava ela sem trabalhar porque ela não queria sair com ele. Então, eu peguei esse grupo de mulheres e fomos no sindicato. Só que foi horrível porque no dia seguinte, o cara [do sindicato] foi lá e entregou a gente, disse pro gerente. Eu fiquei como se eu tivesse pedido a cabeça da mulher. Ave Maria, foi muito difícil pra mim porque eu era novata. E eu dizia: “eu vou abandonar isso aqui, vou deixar, vou viver por mim mesmo, e o resto que se dane”. Eu fui ficando, fui ficando, e o pessoal começou a cobrar, cobrar, e eu: “não, não tem mais o que fazer não, porque agora até a minha cabeça vai”. Sei que foi duas mulheres pra fora por conta disso. Quando foi um dia, o sindicato me fez o convite através do Ortins, do Ibiapina, e pronto. Foi a partir daí que eu comecei no movimento sindical, daí começou a luta, que foi exatamente quando a gente entrou, que começou a explodir as greves na fábrica.” (BEZERRA, Maria, *apud* ARAÚJO, 2013).

Também relatou Wélia Matias que as operárias que participavam eram, em geral, mulheres solteiras:

Na oposição todas eram solteiras, em [19]88 eu era a única casada que tive filho e depois que eu tive minha filha eu já sentia a dificuldade de ir para as reuniões à noite e [as dificuldades] eram por vários motivos. Era difícil se organizar dentro da fábrica porque tava ali direto o supervisor, o gerente e a gente tinha medo, a recessão era grande e para arranjar outro emprego era difícil. Para as solteiras isso era mais fácil porque mesmo que fosse demitida tinha outras pessoas em sua casa, às vezes morava com a mãe. (MATIAS, 2012).

Maria da Costa Santana nos contou que a paralisação de que participou na Guararapes, durante a greve geral de 1989, foi a primeira atividade política de sua vida; porém, apesar de achar extremamente relevante o motivo das mobilizações e reconhecer a importância de participar, os cuidados com a família, filhos, marido, não a permitiam sequer cogitar destinar parte de seu tempo às atividades políticas.

A entrevista dada à Gema Esmeraldo (1997, p.52) por Dona Neném, do Sindicato das Castanheiras, também ilustra a situação:

A injustiça com a mulher é diferente. Quando o patrão fala grosso, o homem responde na mesma altura. Mas, a mulher vai logo chorando, porque tem medo. As mulheres sofrem, mas são obrigadas a ficar quietas. Trabalham, em casa, de noite. Trabalham muito. Não participam do sindicato, porque têm o trabalho de casa e os maridos não deixam ... tem muita mulher que chega no trabalho machucada, com o olho roxo, porque os maridos batem nelas. Mas elas não deixam os maridos, porque quando estão sóbrios são bons para os filhos delas.

Das categorias que estudamos, sapateiros, têxteis, confecção e castanheiras foram majoritariamente femininas no período, e apesar de observamos participação feminina em todas as oposições vinculadas a essas categorias, evidencia-se que a composição desses agrupamentos políticos era desproporcionalmente mais masculina, não refletindo a distribuição em suas bases. Agrega-se aos elementos já acima elencados para explicar esse fenômeno a contribuição das questões culturais, criando limitações subjetivas diretamente na individualidade das operárias quando inseridas nos espaços públicos, sejam eles os sindicatos ou outros tipos de organizações.

Por isso, não era incomum que as que se mobilizassem sofressem represálias familiares, tendo que fazê-lo, muitas vezes, de forma velada aos pais ou aos maridos, quando casadas. Tais dificuldades refletiram, evidentemente, na composição de mulheres operárias na formação da CUT Ceará (conforme capítulo 2). No primeiro Congresso, o de fundação da Central no estado em 1984, apesar das principais oposições operárias ainda não terem surgido, nenhuma operária

estava entre o quadro de direção da nova central, indicando a dificuldade de inserção dessa parcela no movimento que surgia.³²

Segundo Esmeraldo (1997, pp. 48-49):

A história da construção e da consolidação da CUT no estado do Ceará enquanto uma central representativa dos interesses da classe trabalhadora, foi marcada em toda a sua trajetória pela presença constante, significativa e destacada de mulheres. Imbuídas do desejo de participarem da formação de uma central autônomas sintonizada com as novas demandas da classe trabalhadora, as mulheres cearenses somaram-se aos homens nessa luta.

Mas a natureza das práticas sindicais das lideranças masculinas e femininas cearenses, no início dos anos 80, foi se gestando em uma perspectiva de construção e afirmação da unidade da classe trabalhadora. As mulheres participantes de forma integral e integrada nas lutas voltadas para a construção da Central no Ceará não externavam discriminações e dificuldades à sua participação sindical. Tinham uma visão de classe unitária, atuando num contexto de homogeneidade das relações sindicais (...) A ruptura feita pelas mulheres cearenses, ao atuarem de forma independente nos espaços sindicais e no movimento de mulheres, parecia expressar a dificuldade de afirmação, de aceitação das especificidades femininas no espaço sindical. Assim atuavam absorvendo e confirmando o espaço sindical como um espaço masculino.

De fato, conforme a autora indica, as mulheres estiveram presentes desde a fundação da Central, sendo a maioria das primeiras participantes funcionárias ou empregadas públicas vinculadas à educação ou ao Sistema Financeiro, nos bancos públicos. As operárias passaram a se aproximar da Central não como diretoras, mas através de seus sindicatos ou conforme as oposições iam formando-se. Observa-se, no entanto, que é durante os períodos de grandes mobilizações que esta participação se avolumava, indicando que exigia delas maior tempo de dedicação o manter-se organizadas por muito tempo e assumir cargos mais distantes daqueles vinculados à base das categorias, um tempo que, como apontamos, eram escassos.

A exclusão da mulher da vida pública opera-se, portanto, em uma relação dialética entre as condições materiais que não lhe permitem, na maioria das vezes, dispor do tempo necessário para agir nesta e os fatores subjetivos que, ao mesmo tempo, incidem sobre as mulheres trabalhadoras e sobre o próprio movimento. Como apontou Gema Esmeraldo (1997), o movimento organizado dos trabalhadores não compreendeu, em diversos momentos, a necessidade de debater as especificidades dessas mulheres, suas dificuldades e reivindicações particulares. Apesar de concordarmos com essa autora nesse ponto, não comungamos da ideia defendida por ela de que as mulheres atuavam absorvendo e confirmando o espaço sindical

³² Conforme Boletim do Congresso de Fundação da CUT estadual, de junho de 1984 (Figura7). Segundo levantamento das diretorias realizados por Gema Galgani Esmeraldo (1997, 143-148) a primeira operária a compor a CUT-CE, foi Maria Bezerra em 1990, operária têxtil, citada acima.

como masculino; ao contrário, ao lutar por reajuste salarial, melhores condições de trabalho e até mesmo pelo fim do assédio nas fábricas, como muitas relataram, as mulheres também lutavam por questões que atingem diretamente as mulheres, tanto quanto – ou ainda mais, em alguns casos – aquelas pautas abraçadas pelo movimento feminista dos anos 1970, citado pela autora.

A seu modo, elas estavam, portanto, reafirmando aquele espaço como seu, ainda que a predominância fosse masculina. A pequena proporção de operárias vinculadas às oposições e diretorias fica ainda mais sub-representada nas direções da Central, demonstrando que as políticas de inserção eram ainda bastante restritas nestes espaços. Sendo, portanto, não apenas um problema de quais bandeiras a Central defendia, mas também como a Central percebia as particularidades femininas e como atuava para desfazer o desequilíbrio ocasionado pela condição das mulheres trabalhadoras.

Em entrevista à Gema Esmeraldo (1997, p. 53), a castanheira D. Neném relatando sobre sua vida e participação política, deu uma importante contribuição sobre o trabalho sindical realizado junto à categoria nos anos anteriores:

Nós lutamos por melhores salários – para ter mais condições de criar nossos filhos. Por jornada de 40 horas - tem muita gente desempregada. Por creche – o nosso dinheiro não dá para pagar. Pra melhorar a alimentação na fábrica – não tem café e muita gente chega para trabalhar sem ter comido nada. Por melhores condições no setor de trabalho.

Como afirmou Socorro, as dificuldades limitavam, sobremaneira, a atuação feminina; no entanto, mesmo diante dessas condições, observamos que o movimento operário de Fortaleza em 1985-1989 foi marcado por uma grande participação de mulheres que, aguerridas, deflagraram as greves, participaram de grupos de fábricas e oposições sindicais. Discorremos sobre as dificuldades das mulheres operárias para se organizar e se mobilizar não no intuito de colocá-las num papel de passividade, mas para demonstrar que aquelas que se fizeram presentes tiveram primeiro de passar por diversas situações que dificultavam sua atuação. Corroboramos a ideia defendida por Hobsbawm em seu texto sobre mulheres na obra *Mundos do Trabalho* (HOBSBAWM, 2000) de que, se nem sempre foram feitas referências à mulher, em especial na história do movimento operário, é porque muitas vezes ela, por suas condições, não pôde estar presente.

Essas especificidades históricas, como o amplo emprego de mulheres e suas

particularidades, imprimiram à classe operária fabril fortalezense propriedades ímpares. Para as mulheres, as responsabilidades com a reprodução social e os papéis que lhe foram atribuídos na sociedade fazem com que sua inserção no mercado de trabalho e formas de organização para reivindicar melhorias salariais sejam empreendidas de uma forma particular, influenciando dialeticamente nas características do conjunto da classe operária fortalezense neste período.

Por fim, observamos que a industrialização realizada no Nordeste, a partir da iniciativa da SUDENE, não seguiu padrões em diversos aspectos: os gêneros fabris, o tipo de mão-de-obra contratada, a origem do capital invertido e até as relações com os poderes locais foram diferentes de estado a estado. A análise dessas particularidades no caso do estado do Ceará é condição *sine qua non* para compreender as características da classe operária local nascente, resultado deste processo que, apesar das dificuldades apresentadas acima, sofreram um forte ascenso do movimento operário na década de 1980 na cidade, em especial no quinquênio 1985-1989, quando se formaram diversas oposições e ocorreram dezenas de radicalizadas greves operárias.

A classe operária de Fortaleza, outrora protagonista de grandes mobilizações sociais, como a greve dos condutores de bonde da empresa de energia Light e a dos trabalhadores gráficos³³, sofreu significativas mudanças, decorrentes das políticas desenvolvimentistas implementadas pelos governos nas décadas posteriores, a partir dos anos 60. O câmbio de sua composição, com a incorporação de amplas camadas femininas oriundas do meio rural, somadas ao denso processo de alterações socioespaciais ocorridas no meio urbano, permitiram um amálgama entre suas tradicionais formas de organização e aquelas que os migrantes, agora operários e operárias, carregavam consigo, produzindo também novas formas de sociabilidade com a urbe.

³³Cf. Introdução.

CAPÍTULO 2 –VIDA, TRABALHO E RESISTÊNCIA OPERÁRIA EM TEMPOS DE HIPERINFLAÇÃO

Meu Deus mas para que tanto dinheiro?
Dinheiro só pra gastar
Que saudade tenho do tempo de outrora
Que vida que eu levo agora
Já me sinto esgotado
E cansado de penar, meu Deus

Sem haver uma solução
De que me serve um saco cheio de dinheiro
Pra comprar um quilo de feijão?
Me diga gente
De que me serve um saco cheio de dinheiro
Pra comprar um quilo de feijão?
No tempo dos merréis e do vintém
Se vivia muito bem, sem haver reclamação

Eu ia no armazém do seu Manoel com um tostão
Trazia um quilo de feijão
Depois que inventaram o tal cruzeiro
Eu trago um embrulhinho na mão
E deixo um saco de dinheiro
Ai, ai, meu Deus

“Saco de feijão”

Compositor: Chico Santana/ Intérprete: Beth Carvalho

2.1 – “Era receber o salário e correr para o mercantil” – o Plano Cruzado e o ensaio de greve geral – 1985/1986.

“Era receber o salário e correr para o mercantil”, respondeu Valdir Alves Pereira (2018)³⁴ quando questionado sobre as dificuldades sofridas pelos trabalhadores durante os últimos anos da década de 1980. A inflação exponencial que atingia o Brasil não era exclusividade verde-e-amarela, alcançando, em diversos graus, diferentes países da América Latina; a Argentina passou por um período de elevadas taxas inflacionárias, aplicando, antes mesmo do Brasil, os primeiros pacotes de choques para contenção da inflação.³⁵

³⁴ Primeira entrevista realizada em 10/02/2011 e a segunda em 15/04/2018.

³⁵ Conforme Amano (2016), o plano Austral aplicado na Argentina em 1985 visava conter a inflação exponencial e a desvalorização da moeda local. Os princípios econômicos adotados na implementação desse plano foram próximos aos adotados no Brasil, com forte influência da escola neoestruturalista, como veremos a seguir.

A economia brasileira acumulou em 1985 o índice de 224% de inflação. A crise hiperinflacionária foi resultado de uma política consciente de endividamento iniciada ainda nos anos de ditadura, no período do “milagre econômico”. Segundo Carneiro (2002, p. 206): “a transferência de recursos reais para o exterior está na raiz da incerteza quanto à evolução da taxa de câmbio, cujo efeito sobre as outras esferas da economia dá ensejo ao desenvolvimento de um processo hiperinflacionário”³⁶. Por isso, as correntes interpretativas desse processo costumam dividir temporalmente esse período de instabilidade em dois: de 1980 a 1984 e de 1985 a 1989.

Ao final dos anos 1970, diante de uma nova crise do petróleo, os juros internacionais elevaram-se, não sendo mais possível para as estatais seguir emprestando para pagar a dívida já contraída.³⁷ O governo até então havia utilizado as empresas públicas para atrair investimentos externos e depois repassá-los à iniciativa privada, através de taxas subsidiadas para a compra de aço, fornecimento de energia elétrica e uso das telecomunicações (AMANO, 2016).³⁸ As dívidas contratadas a taxas flutuantes sofreram uma forte expansão, colocando o país no risco iminente de ver suas reservas superavitárias consumidas pelo pagamento de juros e amortizações. Soma-se a isso a dependência do petróleo como um dos principais componentes da matriz energética nacional, exigindo a importação de barris do produto a preços elevadíssimos, contribuindo para o desequilíbrio da balança de pagamentos.

Não surtiu efeito a política de maxidesvalorização, utilizada pelo governo em alguns momentos (notadamente em 1983) para desvalorizar em 30% a moeda frente ao dólar e, assim, equilibrar a balança de pagamentos e controlar a inflação; adicionalmente, ao ganharem ímpeto as exportações, em tese esse aumento teria liberado os incentivos fiscais do governo para tal operação. Segundo Carneiro (2002, p. 185), “existia, contudo, um amplo conjunto de subsídios,

³⁶ Segundo Ricardo Carneiro (2002), o uso do termo hiperinflação vem se tornando objeto de consenso entre as diversas correntes interpretativas do processo inflacionário brasileiro deste período. A financeirização dos preços e a indexação da moeda, representando de maneira indireta a dolarização da economia, corroborariam para a interpretação de que a economia na segunda metade da década de 1980 no Brasil passou por um processo hiperinflacionário.

³⁷ Em Wilson Barbosa (1986), a crise do petróleo desenvolveu-se em dois momentos de elevação do preço do produto, entre 1973-1975 e 1979-1982. Expressou-se na aparência como uma disputa pela matriz energética, mas como essência tratava-se do fim do modelo adotado em Bretton Woods diante da divisão internacional do trabalho e das políticas de bem-estar social após a Segunda Guerra Mundial.

³⁸ Segundo matéria do jornal de grande circulação *Valor Econômico*, ligado a grandes grupos empresariais, uma das formas de captação de dinheiro no exterior acontecia através dos bancos públicos, principalmente Banco do Brasil, que esteve, em diversos momentos, na iminência de quebrar por não ter liquidez suficiente para fechar a compensação. O BB mantinha reservas em moedas estrangeiras no exterior que eram eventualmente esvaziadas pelo governo, destinadas a conter a crise. Esses bancos públicos, BB e Banespa, captavam através da venda de papéis no exterior com o prazo de 180 dias e emprestavam no Brasil com prazos de oito anos. Acesso em 16/09/2018 em <https://www.valor.com.br/cultura/2783388/mae-de-todas-criises-do-brasil>.

representado pela deterioração de preços e tarifas públicas [...] Esse conjunto de ‘subsídios invisíveis’ representou papel crucial no ajustamento do setor privado à crise”.

Esses “subsídios invisíveis” nada mais eram do que a transferência da dívida externa privada para o setor público. A internalização da dívida aconteceu através da emissão de títulos de dívida pública do Tesouro Nacional, captando recursos que foram revertidos para o pagamento dos juros da dívida. O Banco Central passou a centralizar a dívida externa privada, acatando assim os termos da renegociação com o FMI.

Além desses termos, o FMI e credores internacionais passaram a exigir uma política de cortes recessivos em diversas áreas, diminuição de subsídios à iniciativa privada e de gastos públicos. Em 1982, com a moratória decretada pelo México, o nível de endividamento dos países subdesenvolvidos tornou-se uma grande preocupação, o que fez com que as medidas de controle do FMI e organismos internacionais sobre esses países se tornassem mais agressivas e reforçassem uma intensa pressão pró-liberalização dessas economias, que durou toda a década de 1980. A maratona neoliberal entrou em marcha em 1979 com as declarações e políticas de ataque ao nível salarial dos trabalhadores, globalização e liberalização das economias periféricas, defendidas entre outros pelo governo de Margareth Thatcher na Inglaterra.

Entre 1982 e 1984, a totalidade dos pagamentos de juros e amortizações do capital emprestado pelo país foi de 20 bilhões de dólares, chegando a 7,8% do PIB brasileiro. Conforme Amano (2016, p.64), “A transferência de recursos reais para o exterior, durante a década de 1980, da América Latina rumo aos países centrais, parece não ter tido precedentes na história do capitalismo”.³⁹ O Estado brasileiro aprofundou, nesse momento, a aplicação de políticas monetárias e fiscais receitadas pelos organismos internacionais; os ingredientes dessa receita consistiam na restrição ao crédito, elevação da taxa de juros, contração dos gastos públicos e dos salários. Passaram a ser apregoadas a liberdade total e a não regulação das atividades comerciais, retirando barreiras alfandegárias e subsídios, mas na política salarial os liberais defendiam controle rígido do Estado para evitar os reajustes e, através da política recessiva, controlar a inflação.

Foi esse Estado que Sarney assumiu em abril de 1985, após a morte de Tancredo Neves, último presidente brasileiro antes da redemocratização, indicado em janeiro daquele ano pelo

³⁹ A interessante comparação apresentada por Amano, através da leitura de Benakouche, indica que na história mundial as maiores porcentagens estimadas de PIBs transferidos para outros países ocorreram em duas situações: quando a França perdeu a guerra para a Prússia, transferindo 5,2% do PNB francês e quando a Alemanha perdeu a Primeira Guerra Mundial, transferindo 2,5% do PIB alemão entre 1926 e 1931.

Colégio Eleitoral composto pelos parlamentares. A medida inicial de governo foi o congelamento das tarifas públicas e de contratação de servidores, e a emissão de novos títulos do Tesouro Nacional. No primeiro de maio de 1985, dobrou o salário mínimo para ganhar a confiança dos setores com menores salários, proclamando a necessidade de negociação: “a conciliação e esperança não podem ser fraudadas” (O POVO, 01/05/1985). Seu governo chegaria ao final de 1985 com a estabilização da inflação na casa dos 200% ao ano, uma taxa que, apesar de alta, não era exponencial como a encontrada na Argentina. A situação, no entanto, não era confortável.

A nova equipe econômica, com vínculos keynesianos, formada por Luiz Gonzaga Beluzzo e João Manuel Cardoso de Mello, indicava a teoria da inflação inercial como uma das principais causas para a elevação de preços mês a mês, ou seja, a elevação de preços ocorria para que se recompusesse as perdas do passado. A política derivada dessa nova concepção fundamenta o primeiro dos planos de choque heterodoxos aplicados pelo governo, o Plano Cruzado, substituindo a então moeda Cruzeiro reduzia os zeros da moeda, reajustando os preços em 20% e congelando-os.

O Plano Cruzado assemelhava-se àquele já implementado na Argentina, o Austral. Foram adotados mecanismos como o “gatilho”, um reajuste automático dos salários conforme o índice de inflação e realizado de tempos em tempos, podendo ser mensal, trimestral, semestral ou anual, conforme determinado pelas negociações coletivas das categorias. A regra do gatilho neste plano não foi, no entanto, direta, pois não havia a recomposição de todo o valor corroído pela inflação. Quando o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) atingisse 20%, 60% era reajustado automaticamente e o restante dependeria da negociação entre a categoria e sindicatos patronais.

Era enorme a insegurança da população assalariada, já que não era possível prever se o salário seria reajustado parcialmente ou se conseguiria aproximar-se do valor corroído pela inflação e comprar a mesma quantidade de produtos dos meses anteriores. Sobre esse assunto, Socorro Rodrigues (2011) afirmou: “tinha aquilo do gatilho, né. [...] então as pessoas ficavam voltadas para isso, focado nisso [...] isso deixava as pessoas muito angustiadas porque eu não sei quanto é que vou ganhar no próximo mês.”

Meses após o anúncio do plano Cruzado, realizado em fevereiro de 1986, tornou-se perceptível a melhora nos índices econômicos; no entanto, parte do índice inflacionário manteve-se oculto. Um dos principais responsáveis por essa dificuldade em medir a inflação

real era a cobrança de ágio sobre os produtos com preços congelados, corriqueira prática pela qual se cobrava um valor extra, de forma ilegal e escamoteada, sobre o preço tabelado nos produtos com maior demanda. Quando questionado sobre as principais dificuldades da classe operária naquele período, Valdir Pereira (2018) confirmou a cobrança do ágio e os problemas de sobrevivência dos operários no período: “falta de mercadoria, de alimento, era muito difícil para os trabalhadores [...]. Na realidade, a inflação era bem maior do que tava lá no preço, as pessoas iam comprar e pagavam o ágio, [os comércios] não podiam declarar o preço que estavam vendendo”.

Foi essa percepção sobre o achatamento dos salários que levou os metalúrgicos de Fortaleza a realizar sua primeira paralisação, depois da importante greve de 1979 (sobre esta, cf. capítulo 3). Em maio de 1986, cerca de 5.000 metalúrgicos paralisaram a produção, e a primeira fábrica atingida foi a principal fábrica do setor, a termomecânica Esmaltec. Entre as reivindicações, estava o cumprimento do acordo realizado em novembro de 1985 e não honrado pelos empresários, pois muitas empresas ainda pagavam um salário abaixo do piso da categoria. Em uma difícil greve, os trabalhadores optaram por aceitar a intermediação da Delegacia Regional do Trabalho – DRT, que interveio criando uma comissão paritária para realizar as negociações. A patronal não aceitava as reivindicações relacionadas ao reajuste, mas precisou firmar um acordo sobre o cumprimento de itens básicos da CLT, naquele momento não respeitados, como o depósito do FGTS, entre outros (NOGUEIRA NETO, 1990).

A euforia sobre o lançamento do pacote durou pouco: após um fôlego de alguns meses, os sinais de piora econômica voltaram rapidamente. O governo lançou o “Cruzadinho”, um pacote de ajustes fiscais para corrigir os rumos da economia, mas a ameaça de falta de produtos no mercado e do pagamento de ágio fez com que aqueles que podiam antecipar os gastos estocassem mercadorias, elevando os níveis de consumo e de demanda e gerando uma deterioração na situação da classe operária que, sem reservas para realizar essa antecipação, ficavam vulneráveis ao pagamento de taxas extras e de escassez de produtos essenciais nas prateleiras dos comércios.

Ainda em 1986, após as eleições, o governo lançou o Cruzado II, mais um pacote para tentar corrigir os problemas observados no Plano Cruzado, mas agora a principal estratégia era desaquecer o mercado, aumentando os impostos para desacelerar o consumo.⁴⁰ O Plano

⁴⁰ Segundo Wilson Barbosa (2004), o PMDB conseguiu ir bem nas eleições de 1986 por influência do congelamento de preços que, apesar de suas limitações, agradava a população atingida pelos constantes aumentos e a insegurança que estes geravam. O ‘estelionato eleitoral’ consistiu em logo após as eleições o governo alterar sua política e a inflação chegar a patamares estrondosos.

Cruzado anterior tinha conseguido até este momento um arrefecimento no crescimento dos conflitos trabalhistas, reduziram-se as jornadas de trabalho perdidas com greves e paralisações, e havia muita expectativa com as medidas tomadas. Ao mesmo tempo, uma situação contraditória atingia as categorias: aquelas dos ramos das mercadorias com preços congelados encontravam uma situação difícil na negociação com os empresários; por outro lado, nos setores que tinham preços controlados mas uma alta demanda, necessitando de maior mão-de-obra e aumento na produção, as categorias notavam mais facilidade na negociação, pois os empresários não estavam dispostos a arriscar perder jornadas de trabalho.

No entanto, depois do anúncio do Cruzado II a trégua acabou. Ao final de 1986, em dezembro, a CUT lançava um panfleto convocatório para a greve geral de 12 de dezembro, no qual afirmava: “o Cruzado II [...] é um pacote recessivo e inflacionário, que aumenta preços e confisca salários, estabelece mais uma manipulação de índices inflacionários e formaliza o descongelamento dos preços, impondo o pior arrocho salarial dos últimos anos”. Além de trazer o tema da perda salarial, o material resgatava a difícil situação enfrentada pelos trabalhadores resultado do consumo sobretaxado ilegalmente: “os trabalhadores não aguentam mais o ágio generalizado, a escassez de produtos essenciais, os aluguéis insuportáveis; não aguentam mais um pacote impondo sacrifícios ao povo para garantir o pagamento da dívida externa” (CUT NACIONAL, 07/12/1986).

Em Fortaleza, os informes da greve indicam um grande esforço realizado pela Central, que naquele mês completava dois anos de vida. Para convocando à paralisação, foram impressos 100.000 panfletos convocatórios unitários CUT/CGT, 200.000 somente da CUT e ainda 10.000 cartazes da Central. A principal plenária de organização da greve aconteceu no dia 6 de dezembro, menos de uma semana antes da paralisação na cidade, reunindo 34 entidades, entre as quais 19 sindicatos e 15 entidades de movimentos populares, com a presença de aproximadamente 200 pessoas. Deliberou-se que o Comando de Greve unitário se reuniria diariamente às 19:00 no Sindicato dos Bancários, naquele momento ainda ligado à CGT. Entre as principais palavras-de-ordem levantadas pela plenária de Fortaleza estavam: “não ao pagamento da dívida externa”, “pela estatização do sistema financeiro” e “em defesa das estatais” (CUT NACIONAL, 10/12/1986).⁴¹

⁴¹ O Centro de Documentação da CUT – nacional, CEDOC, localizado em São Paulo, mantém sob sua guarda documentos da Secretaria Geral e da Secretaria de Comunicação, com diversos levantamentos realizados sobre as greves gerais e outras mobilizações nos Estados. Percebemos que os materiais produzidos, como panfletos

Figura 1 : Charge utilizada nos materiais referentes à Greve Geral 1986

Fonte: Arquivo CEDOC – CUT

Entre as observações repassadas para a CUT nacional e registradas nesta em Informes Internos, divulgou-se a informação de que, embora tenham participado na plenária de preparação, os membros da CGT não estavam “encaminhando a mobilização”. No informe de 9 de dezembro, as categorias de sapateiros e comerciários já estavam com a adesão confirmada, e a Câmara dos Lojistas – CDL informou que fecharia o comércio no centro no dia. A CUT regional confirmava nestes informes já ter realizado a convocação com um “arrastão na praia” e uma panfletagem na porta do estádio de futebol no domingo.

No levantamento seguinte, realizado com membros da CUT regional Fortaleza, no dia 10

preparatórios e documentos contendo os balanços sobre as mobilizações, utilizavam os dados levantados nesses contatos. Esses levantamentos eram realizados diretamente com os membros das CUTs regionais, de forma sistemática, em diversos dias diferentes, antes e depois das paralisações. Em 1986, os formulários preenchidos à mão ou em máquinas continham: Estado, dia do contato, nome de quem foi contactado e as seguintes perguntas: 1. a) Assembleia - categorias que realizaram, b) categorias que vão realizar; 2. a) Mobilização/Atos já realizados (data, hora, nº de participantes), b) Atos e passeatas marcados/data, hora e local; 3. Divulgação, a) Panfletos-unitários ou só CUT? Tiragem? b) Cartaz- unitário ou só CUT? Tiragem? c) Palavras-de-ordem (quais são)? d) Divulgação na imprensa – jornais rádio, TV – Acesso, enfoque? 4. a) Plenária Intersindical (Data e Local, horário), b) Comando de Greve CUT/CGT – local e funcionamento; 5. a) Outras observações.

de dezembro, indicava que assembleias com professores, servidores da rede estadual, metalúrgicos, previdenciários, estudantes universitários já haviam deliberado pela paralisação. Ainda ocorreriam assembleias dos motoristas de ônibus, bancários e servidores municipais ⁴². A programação para o dia 12 de dezembro começaria com a paralisação pela manhã, passeatas dos bairros em direção ao centro a partir das 14:00, ato-show às 16:00 na Praça José de Alencar e buzinaço às 17:00.

Informações mais precisas, presentes em um novo informe, data de 11 de dezembro já davam conta da movimentação da patronal: as empresas do ramo metalúrgico anunciaram o adiantamento do 13º salário e a cesta-básica de Natal para que os operários não aderissem à greve. Foram informadas também as reduzidas chances de paralisar os ferroviários, e relatada a possibilidade de ações em categorias operárias não dirigidas pela CUT nem pela CGT, como “óleos” e construção civil. Em nenhum momento, no entanto, há menção à possibilidade de paralisar a indústria têxtil e a confecção, entre elas a Guararapes. No boletim informativo que compila as informações em definitivo de todos os estados, as categorias do Ceará com paralisação deliberada em assembleias eram: professores, servidores da rede estadual, metalúrgicos, previdenciários, servidores municipais, bancários, comerciários, sapateiros, economistas, médicos, jornalistas, correios, telefônicos. (CUT NACIONAL, 11/12/1986, p.03).

A Greve Geral do dia 12 de dezembro de 1986 mostrou tendências um pouco diferentes dos informes levantados até então, principalmente a forte presença de categorias não esperadas na mobilização. A Fábrica Guararapes, segundo os informes compilados na CUT nacional, conseguiu uma adesão de 80% durante a paralisação. Nesse momento ainda não havia oposição formada, mas como nos relatou Socorro Rodrigues (2011), nas greves gerais seguintes essa fábrica seria um dos principais focos da CUT, possivelmente pelo potencial observado no movimento paredista em tela.

Outras categorias também foram destaque nessa paralisação, especialmente os têxteis, que haviam encarado uma difícil greve na Têxtil Bezerra de Menezes (ver capítulo 3), estavam organizando a oposição e aparecem, nesse informe, com uma paralisação de 90%. Não é possível, no entanto, auferir se os cutistas conseguiram alcançar esse nível de paralisação nas fábricas, já que não há esse detalhamento nos informes posteriores repassados à CUT nacional. O jornal *O Povo* de 13/12/1986 (O POVO, apud GOMES 2012) afirma que o pagamento do

⁴² A prefeitura naquele momento era governada por Maria Luiza Fontenele (PT), conforme veremos no capítulo 4, cujo grupo político também estava à frente da CUT estadual através da professora Rosa da Fonseca e com diversos membros na diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza.

13º salário por parte das empresas teria pressionado os trabalhadores a não aderir à paralisação, fator que, somado ao transporte particular disponibilizado pelas próprias sindicais nascidos dessas mobilizações capitaneariam as greves seguintes.

Figura 2: Cartaz nacional CUT para convocação à greve geral de 12/12/1986

Fonte: Arquivo: CEDOC – CUT.

empresas para busca-los, um a um, em suas próprias casas, teria feito com que a maior parte dos trabalhadores produzissem naquele dia.⁴³ A matéria do periódico informa também que os piquetes estavam marcados às 14:00 em frente à Finobrasa, quando, segundo a própria programação da CUT, nesse horário as passeatas estariam percorrendo os bairros em direção ao centro para finalizar a manifestação.

Além dos trabalhadores têxteis e da fábrica Guararapes do setor de confecção, diversas outras categorias pararam as atividades, com destaque para os motoristas de coletivos, bancários e gráficos, conforme informe repassado à CUT. O balanço publicado pelo Centro Pastoral Vergueiro - CPV, ligado à Pastoral Operária, apesar da abordagem positiva, apresenta diferenças na quantificação das categorias paralisadas e em relação às debilidades:

[No Ceará] Os rodoviários pararam completamente. Os eletricitários e bancários pararam parcialmente. Os metalúrgicos não pararam porque os donos das empresas anunciaram o pagamento do décimo terceiro salarial integral, durante todo o dia de ontem. Cerca de 70% do comércio parou. (CPV, 16/12/1986, p. 2)

O balanço elaborado pela diretoria executiva da CUT nacional destacou o emprego do aparato repressivo durante a greve, mobilizando-se o exército em vários locais para conter os piquetes e manifestações, as campanhas caluniosas e a tentativa de esconder a amplitude e a repercussão da greve geral. Considerou o movimento vitorioso por ter conseguido paralisar diversas cidades e categorias no país, em uma demonstração que os trabalhadores não aceitariam aquela situação. Os jornais, no entanto, estamparam sucessivas manchetes de que a greve havia sido um fracasso, derrotada pela baixa adesão – mas, contraditoriamente, chamaram o dia de um grande feriado.

Em Fortaleza, assim como no restante do país, a polarização era evidente e continuaria durante todo o ano de 1987. Apesar de forte, a greve não conseguiu paralisar amplamente os setores produtivos: por exemplo, sapateiros e metalúrgicos, dois importantes sindicatos cutistas, não realizaram paralisações. Nas demais categorias, a CUT crescia rapidamente, formando oposições e aglutinando ativistas, em um crescimento impulsionados pelas mobilizações e os movimentos paredistas. Surgia uma geração de articuladores: esses novos ativistas e diretorias

⁴³ “O piquete marcado para as 14 horas, nas indústrias têxteis Finobrasa e Ceará Têxtil, também não ocorreu. Na Finobrasa, a única dificuldade encontrada foi o transporte, mas a empresa conseguiu apanhar a maioria dos funcionários em casa, em carros próprios. Durante toda a manhã viaturas da Polícia Militar transitaram nas proximidades das fábricas, numa ronda que tinha finalidade de detectar o movimento dos grevistas” (O POVO, 13/12/1986 apud GOMES, 2012).

2.2 – “O governo Sarney muda a política salarial e nada muda no nosso bolso” – Plano Bresser e a reação operária – 1987/1988.

O ano de 1987 começou com uma forte disputa entre trabalhadores, governo e setores empresariais. A inflação não recuou após o anúncio do Cruzado II, ao contrário, a tendência de elevação exponencial dos preços se consolidou, fazendo com que o governo, por pressão do empresariado, descongelasse os preços de alguns itens.⁴⁴ A briga desse setor com o governo era também quanto à política salarial, que previa o gatilho, pois para os empresários o aumento salarial provocava a inflação e não o contrário – resolver a situação congelando apenas os salários era uma alternativa lógica para quem destes não sobrevivia. Instalou-se a disputa entre propostas diametralmente opostas, com os trabalhadores exigindo o congelamento dos preços e a recomposição salarial, e os empresários, os realinhamentos dos preços e o fim da atual proposta de gatilho (ROSSI, 1987).⁴⁵

No mês seguinte, fevereiro de 1987, o governo Sarney declarou a moratória da dívida externa. Longe de fazê-lo como um questionamento à política de endividamento do Estado e dos mecanismos de cálculo dos juros, foi tão somente uma forma de postergar o pagamento, pois simplesmente não havia valores em caixa para transferir aos credores (BARBOSA, 2004). No mesmo mês, era instalada a Assembleia Constituinte, que discutiria e promulgaria a nova Constituição de 1988. Esses dois fatos atestam que a política e a economia estavam no centro da vida da população; não admira que desde 1985 as greves vinham crescendo, como resultado das perdas acumuladas nos anos anteriores, atingindo 76 milhões de jornadas perdidas naquele ano, contra 14 milhões em 1984 (NORONHA, 1991).

Esses conflitos e a alta exponencial dos preços abrem as portas para um ano de 1987 com forte instabilidade política, prolongada pelos sucessivos ajustes e reajustes econômicos e, como vimos, por profundos conflitos sindicais. Em especial nos setores públicos, antes minoritários

⁴⁴ Cf. manchete da *Folha de S. Paulo* de 31/01/1987: “Empresários insistem em choque já”. Grupos empresariais chegaram a defender uma rebelião, desobediência civil, para que o governo mudasse os rumos da política econômica. Por outro lado, estampam os jornais, tanto *Folha de S. Paulo*, como *O Povo*, as negociações recorrentes entre as centrais sindicais, principalmente a CUT, e o governo. Observa-se, portanto, a crescente influência e peso que a CUT adquiriu nas negociações das políticas salariais e junto aos trabalhadores. (ROSSI, 1987)

⁴⁵ Na *Folha de S. Paulo* de 01/02/1987 as declarações de uns dos diretores da FIESP, Walter Sacca, ao se referir ao mínimo necessário divulgado pelo DIEESE, demonstra as intenções dos empresários diante do impasse sobre o reajuste salarial: Qualquer limite do salário mínimo superior aos limites suportáveis pela economia brasileira, CZ\$1.300,00 a valores de janeiro, seria inflacionário, causando desemprego e trazendo prejuízos. (FIESP..., 1987)

nas mobilizações e greves laborais, mas que, por conta da recorrente política de sofrer perdas sem reposição por parte do governo, acabam tomando a dianteira de longas greves (NORONHA, 1991). Ainda em fevereiro, antes do anúncio da moratória, os representantes das entidades sindicais levaram ao governo exigências que se contrapunham à dos empresários então organizados para pressionar o governo – entre elas, estava

o reajuste mensal com base na inflação real, congelamento dos gêneros de primeira necessidade e tarifas públicas, tabelamento de aluguéis, reforma agrária, ensino gratuito em todos os níveis e jornada de trabalho de quarenta horas, entre outros pontos. O diálogo era uma espécie de encenação ou interregno entre o fracasso do Cruzado e um provável futuro plano, cujo conteúdo ainda era incerto (NORONHA, 1991, p. 116).

Em junho de 1987, depois do fracasso do Plano Cruzado, o governo promulga, por meio de três novos decretos, o Plano Bresser, que levava o nome do então ministro da Fazenda, o professor Luiz Carlos Bresser Pereira, recém-empossado no cargo em abril daquele ano. As expectativas de crescimento foram reduzidas de 7% para 3,5%, e também se deixou de buscar a inflação zero e a desindexação da economia. Eram planos “modestos”, como equilibrar globalmente a economia, contendo a aceleração da inflação, as perdas salariais (parcialmente), reverter a crise e recuperar níveis positivos na balança de pagamentos (AMANO, 2016).

Nesse novo plano, os preços foram novamente congelados, mas uma das principais medidas foi acabar com o gatilho salarial, como vinha sendo utilizado. Os salários também seriam congelados e reajustados a cada três meses conforme a Unidade de Referência de Preço – URP, um indexador que consistia em uma taxa média da inflação dos últimos três meses e válido para remarcação de todos os preços. No entanto, parte da inflação de junho, mês em que o plano entrou em vigor, não foi levada em consideração no cálculo para os salários.

A inflação acumulada até a data de anúncio do plano no ano vigente, 1987, era de 126,94%, em média 20 a 22% ao mês. Ao terem seus salários remarcados por uma média da inflação apenas após três meses, os trabalhadores chegariam ao final do terceiro mês ganhando menos da metade do que recebiam no primeiro da série, para só então terem seus salários reajustados. Os juros e o câmbio, no entanto, não passariam pela mesma política de choque, o que inevitavelmente levava aqueles com condições de investir a terem ganhos astronômicos.⁴⁶

⁴⁶ “Comparando-se as regras de indexação para os dois conjuntos é óbvio a diferenciação estabelecida em favor dos juros e do câmbio. Mais ainda, no caso de elevação do patamar inflacionário, os juros e o câmbio seriam sempre corrigidos à frente, pelo menos, dos salários. Nestas condições, há um claro favorecimento dos setores aplicadores líquidos no mercado financeiro e exportadores numa intensidade maior do que aquela definida pelas regras de indexação do Cruzado II de novembro de 1986 (CARNEIRO, apud AMANO, 2016, p. 93).”

A ideia era equilibrar, com essas medidas, a balança de pagamentos e acabar com o déficit público, eleito como o grande vilão dos processos inflacionários. Esse discurso, no entanto, correspondia a uma intenção:

Na verdade, a importância da discussão do déficit público como um problema lógico e não como um problema histórico tinha por objetivo fundar uma opinião de que o Estado brasileiro precisava ser diminuído, para corresponder as suas reais possibilidades. Nessa diminuição, seria importante livrar-se das “empresas estatais” (e não públicas), que poderiam amortizar parte da dívida etc. Ou seja, na discussão do déficit público, era habilmente introduzida a estratégia da micropolítica, de desmoralização do Estado nacional local, do bem-estar social etc. O discurso começava pela necessidade de “globalizar a administração” das empresas públicas e terminava pela necessidade de vendê-las. Na discussão da eliminação do déficit, não se mencionava quase a única forma eficaz para enfrentá-lo: a expansão econômica continuada, apesar do déficit e da dívida (BARBOSA, 2004, p. 59).

Entre as diversas opiniões sobre o assunto, o Conselho Federal de Economia e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE apontavam que a não recomposição de parte da inflação de junho resultaria em uma grande perda do salário real. Tal política de ajustamento ortodoxa, baseada na compressão dos salários e aumento de juros, é evidentemente recessiva, atingindo o setor produtivo e os níveis de salários e empregos vinculados a ele.⁴⁷

Em Fortaleza, grande parte dos operários ganhava entre um e dois salários mínimos, valores aproximados a que chegamos ao observar as pautas das campanhas salariais das categorias em mobilização, conforme capítulo 2.⁴⁸ Sendo um dos Estados do país com as piores médias de salário na indústria, os operários em Fortaleza sofriam de forma mais intensa o achatamento salarial. O salário mínimo, além de padecer com as perdas inflacionais, tinha um valor baixo quando comparado aos demais da América Latina. Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo* (19 jun. 1987): “[...] o Brasil possui um dos menores salários mínimos do mundo. Com o reajuste de 20%, o mínimo passa a valer apenas US\$ 42,24, enquanto na Argentina ele chega a US\$ 140, no Equador US\$ 104, na Colômbia US\$ 84, no Uruguai US\$ 74 e no Peru

⁴⁷ A divisão entre escolas econômicas ortodoxas e heterodoxas é uma aproximação teórica, uma vez que não existe uma “escola heterodoxa”, e sim diferentes escolas econômicas que absorveram este nome ao se opor ao modelo ortodoxo clássico e suas ramificações, como a escola neoliberal. Entre as principais escolas não ortodoxas na América Latina, a estruturalista e neoestruturalista foram as de maior peso, mas o pensamento econômico marxista, de conjunto, também é considerado heterodoxo.

⁴⁸ Ao pesquisar a greve da construção civil em 1989, verificamos que os trabalhadores chegaram a ganhar abaixo do mínimo, e após o reajuste ficaram na faixa entre um e dois salários. Na confecção de roupas, os relatos são de um salário mínimo entre 1988 e 1989. A mesma situação na categoria têxtil, conforme Gomes (2012), em que a renda de um operário em 1989 estava entre um e dois salários mínimos, bem inferior à média nacional quando comparados com São Paulo, onde variava entre dois e três salários.

US\$ 53”.

Em 1990, o Banco Mundial divulgou em seu *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* um índice de pobreza baseado na incapacidade das famílias de atingirem um padrão de vida mínimo. Segundo esse documento, uma renda de US\$ 370,00 por pessoa, por ano, a colocaria no nível de pobreza universal; já com um rendimento abaixo de US\$ 275, ela estaria na faixa dos “extremamente pobres”. Se levarmos em consideração essas indicações, um operário ganhando um salário mínimo, ou seja, US\$ 506,88 anuais, sustentando a si e mais uma única pessoa da família, sendo filho, cônjuge ou pai/mãe, já estaria na faixa dos extremamente pobres – isso basta para ilustrar o nível de vida da classe operária fortalezense.⁴⁹

Wélia Matias (2012) falou-nos sobre os reflexos dessa política salarial na vida dos trabalhadores naquele período:

Quando eu comecei na Guararapes eu era solteira [...] trabalhava eu, minha mãe, minha irmã mais velha, e a gente morava de aluguel e assim mesmo era muito difícil. Mal dava pra pagar aluguel, comprar uma roupinha e alimentação básica. Esse negócio de cultura, lazer, era uma raridade. Era muito sofrido para quem ganhava um salário mínimo, nós não tínhamos geladeira naquela época, em [19]88. Eu acho que é isso que motivou a oposição, não só nós, as costureiras, mas várias outras oposições. Toda essa política salarial.

A partir da crise de 1981, as constantes políticas de ajuste e salariais achataram o mínimo e impuseram perdas a longo prazo, afetando o nível da renda e do emprego de forma profunda.⁵⁰ Os dados da variação do mínimo no primeiro quinquênio da década, entre 1981 e 1985, foram de, respectivamente, -1,9%, 0,7%, -10,2%, -8,8%, -10,1% (AMANO, 2016), contribuindo para, até esse momento, uma redução de mais de 30% no poder de compra da classe trabalhadora. Soma-se a isso também a ampla redução dos níveis de emprego, segundo matéria do jornal *O Povo* de 1º de maio de 1985, sendo possível apenas retornar aos índices de 1980, caso se mantivesse o ritmo da produção industrial, apenas após dez anos de crescimento. Foi por esses motivos que o decênio 1980-1989 ficou conhecido como uma década perdida para

⁴⁹ A definição do nível de pobreza pelo *Relatório* do Banco Mundial tem a seguinte descrição: “Pode-se conceber um nível de pobreza baseado no consumo que contenha dois elementos: a despesa necessária para adquirir um padrão mínimo de nutrição e outras necessidades básicas, e um montante adicional, variável de um país para outro, que reflete o custo da participação na vida cotidiana da sociedade” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 28).

⁵⁰ A situação das classes menos favorecidas tornou-se grave, pois, segundo Amano (2016, p 66), “os salários pagos na indústria caíram 13,67% e a parcela de renda total apropriada pelos 1% mais ricos e pelos 10% mais ricos cresceu pouco mais de 2%, enquanto que a parcela apropriada pelos 50% mais pobres caiu 0,60%. Em 1981 havia pouco mais de 50 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza e, em 1984, esse número alcançou 63 milhões de pessoas.”

o desenvolvimento econômico e social do país.

Diante desse quadro, a CUT e as demais centrais sindicais passaram a articular uma nova greve geral, como forma de pressionar o governo a recompor as perdas salariais. O movimento paredista nacional que seria deflagrado em 20 de agosto de 1987 exigia: a recomposição de 37,74% dos salários “roubados” no momento do congelamento em junho-julho daquele ano; gatilho mensal de acordo com a inflação calculada pelo DIEESE; garantia de emprego; não pagamento da dívida externa, entre outros. Segundo material convocatório (CUT, s/d), apesar do governo (IBGE) anunciar uma inflação de 3,05% no mês de julho, a Fundação Getúlio Vargas anotou uma elevação de preços na faixa de 9,33% e o DIEESE, pesquisando entre a população que tinha como renda média 1 a 30 salários mínimos, calculou uma inflação de 14,04%. Antes disso, no início do mês de agosto, Bresser Pereira anunciava os primeiros aumentos de preços, apesar do congelamento, justificando ser uma flexibilização, algo “informal”, mas mantendo até setembro, conforme estabelecido, o congelamento dos salários.

A organização desse movimento paredista, diferentemente da greve geral anterior de dezembro de 1986, começou com meses de antecedência. Segundo informe levantado em 18 de junho de 1987, pela equipe de comunicação nacional da CUT, no dia seguinte ao anúncio das medidas houvera, em Fortaleza, uma plenária “esvaziada” na Central. Outra, realizada em 17 de junho com diversas entidades sindicais, estudantis e movimentos populares, deliberou por um ato público preparatório dali a dois dias na praça José de Alencar. A CGT se descolou da CUT nessa ação, praticamente não se movimentou para a realização do movimento paredista.

Em Fortaleza, segundo os “Questionários de Coleta de Informações”⁵¹ utilizados na compilação nacional de dados da greve, estavam articuladas para realizar a paralisação em 18 de agosto de 1987 as seguintes categorias: têxteis, metalúrgicos, sapateiros, comerciários, padeiros, previdenciários; os trabalhadores rurais não indicaram paralisação, mas confirmaram a realização de mobilizações. A programação prevista continha paralisações pela manhã e um ato no bairro Carlito Pamplona, próximo a diversas indústrias. À tarde haveria um grande ato

⁵¹ Os Questionários de Coleta de Informação utilizados na greve de 1986 continuaram a ser utilizados nessa, com algumas mudanças. Pedia-se para especificar quais as cidades em que havia mobilização, disponibilizaram também um espaço para “informes sobre repressão” antes não previstos. Este questionário de 18/08/1987 foi preenchido através do contato com “Socorro e Ibiapino”, supomos que se trate de Socorro Silva, sapateira e Ibiapino, trabalhador têxtil, ambos haviam recentemente assumido o sindicato de suas categorias, conforme veremos no próximo capítulo. Havia também referência a “Bosco”, provavelmente Bosco Sampaio, responsável pelo setor de formação e um dos cursistas citados pelas operárias nas entrevistas durante os seminários realizados pela CUT para as oposições sindicais.

na praça José de Alencar, onde tradicionalmente eram realizadas as manifestações.

No dia 20 de agosto, os mesmos expedientes acionados durante a greve anterior foram utilizados para impedir a adesão a essa: contingentes policiais dificultaram a realização de piquetes, e foi repassada para a CUT nacional a informação de 10 prisões até as 16:00 (CUT, 20/08/1987). Além disso, as empresas adiantaram parcialmente o décimo-terceiro salário (algo extremamente raro em agosto) e um bônus que estava previsto como parte da negociação para a reposição de perdas salariais.

O jornal *O Povo* de 21/12/1987 traz a imagem da parede de policiais em frente às fábricas para impedir o piquete. Na matéria, o responsável pela operação afirma que cerca de três mil homens foram destacados só em Fortaleza para “evitar piquetes e resguardar o patrimônio público e privado das depredações” e completou com o motivo da presença de tamanha força policial: “Todo cuidado é para zelar o patrimônio, porque nessas manifestações, é comum um grande número de pessoas que se influenciam. Se alguém de repente gritar: Vamos quebrar aquele ônibus ou a loja tal, todos irão”. A entrevista passa uma imagem estereotipada dos manifestantes, como uma massa sem senso crítico e composta por vândalos, capazes de depredar lojas sem motivo aparente. A reportagem não entrevistou, no entanto, nenhum manifestante.

A repressão, apesar de não noticiada pelos órgãos de imprensa, ficou marcada e segue na memória dos entrevistados que participaram do movimento paredista. Frederico Costa (2011) relembra um dos eventos: “uma operária não queria entrar [na fábrica para trabalhar], um soldado da Polícia Militar foi dar com um cassetete nela, ele [Nilton] deu um tapa na cabeça do soldado e voou capacete, cassetete e tudo. Ele [Nilton] foi preso também.” Os informes enviados à CUT nacional relatam 13 pessoas presas, entre as quais um operário na Guararapes, dois militantes da CUT em um piquete e Rosa da Fonseca, membro do PRC e uma das pessoas mais próximas à então prefeita da capital, Maria Luiza Fontenele (PT).

Ainda sobre a paralisação na Guararapes, Socorro Rodrigues (2011) afirmou ter sido este dia um momento importante para a organização do movimento de oposição na categoria (ver capítulo 3): “Em 1987 que foi a primeira grande greve geral, em agosto de 1987, nós paramos pela primeira vez a Guararapes. Mas foi uma parada rápida, porque a greve geral era de um dia, mas foi uma coisa que assustou, então nós continuamos esse trabalho”.

O “Quadro de Mobilizações” levantado pela CUT nacional junto à regional Fortaleza, às 15:20, corroborava com o aumento das mobilizações nas categorias operárias. Ele fornecia o seguinte panorama da greve geral naquele momento: “um avanço muito grande nas fábricas

em relação à 12 dez. [de 1986]”, sendo as categorias com maior destaque as operárias femininas da confecção de roupas, através das fábricas Guararapes e Del Rio, e as castanheiras, com a empresa CIONE, a maior do setor, e Irmãos Fortineli.

Figura 3: Foto publicada na matéria “Mobilizados na capital três mil homens da PM”.

Fonte: Jornal O POVO, 21/08/1987. Hemeroteca Pública Menezes Pimentel.

Destas fábricas, segundo o levantamento, teriam saído passeatas que se encontraram em três locais: Paróquia de Messejana, Paróquia do Antônio Bezerra e Paróquia da Parangaba, com a observação de que “as igrejas inclusive foram abertas à população”.⁵² Dom Aluísio Lorscheider⁵³, arcebispo de Fortaleza, também é citado como apoiador do movimento, em rápida menção: “D. Aloísio apoia a greve” (CUT, 20/12/1987).

⁵² O apoio aberto ao movimento operário e popular em Fortaleza por parte da Igreja Católica foi recorrente em toda a trajetória de ascenso das lutas populares após a ditadura, como veremos no próximo capítulo.

⁵³ Dom Aluísio Lorscheider, arcebispo de Fortaleza entre 1973 e 1995, esteve envolvido diretamente em diversos conflitos sociais, ocupações de terrenos urbanos, greves, manifestações, geralmente intermediando-os e abrindo as paróquias para acolher os manifestantes.

Figura 4: Charge de Paulo Caruso utilizada pela CUT nos materiais para convocação da greve geral de 1987.

Fonte: Arquivo: CEDOC- CUT

O engajamento da igreja no Ceará foi noticiado até por jornais de outras localidades, como o *Jornal do Brasil*, editado no Rio de Janeiro, que cita uma carta do arcebispo com as justificativas do motivo pelo qual a igreja deveria apoiar a greve. Dizia a matéria:

Os bispos e padres da diocese desta capital [Fortaleza] aproveitaram as missas de ontem para dar apoio e solidariedade à greve geral na próxima quinta feira convocada pela CUT e pela CGT. Em todas as paróquias foi lida uma carta do cardeal arcebispo Dom Aluísio Lorscheider, afirmando que o movimento deve ser feito “com ordem e respeito [...] justifica-se essa greve pelo arrocho salarial ao qual estão submetidos os operários brasileiros. De 1951 a 1987, o salário mínimo perdeu 50% do seu valor. É o salário mínimo mais baixo da história do Brasil” [...] Mais adiante, a nota – com a assinatura de dom Aluisio lembra: “O pensamento social da igreja, recentemente reafirmado por João Paulo II na encíclica *Laborem Exercens*, considera o método de greve um modo de proceder legítimo” (JORNAL DO BRASIL, 17/08/1987)

Além das fábricas, durante a greve geral, ocorreu ampla paralisação nos setores públicos, afetando todos os servidores municipais, professores estaduais, municipais (e também, parcialmente, os professores particulares) e das universidades públicas, previdenciários, INPS, CAGECE (Companhia de Água e Esgoto do Ceará), COELCE (Companhia de Energia Elétrica do Ceará), Banco do Estado do Nordeste (BEC), Caixa Econômica Federal (parcialmente), comerciários, já que houve o fechamento das lojas. Nos

transportes, nos rodoviários de coletivo urbano a adesão foi de 80% e nos trens de subúrbio a paralisação foi parcial.

Sobre a interrupção dos trens metropolitanos, o *Jornal da Tarde*, editado em São Paulo, trouxe a notícia “No Ceará até sabotagem contra um trem”:

Foi sabotagem não tenho nenhuma dúvida – disse ontem o superintendente regional da Refesa no Ceará, ao explicar a retirada de dormentes das linhas Norte e Sul, que provocou o descarrilamento de uma locomotiva e de um vagão de passageiros. Ele afirma que os sabotadores agiram com grande habilidade (...) o ato foi político, pois deixou uma marca bem nítida segundo o engenheiro, que conta: “Na linha Sul, na altura do quilômetro 18, entre as estações Pajuçara e Araçapé, foram arrancados quatro dormentes que estavam sob os trilhos e lançados, posteriormente, sobre eles. Quando a locomotiva que ia para o Maracanaú bateu nos dormentes, esfacelou-os completamente. Até que tudo fosse normalizado houve um atraso de 30 minutos. Os nossos técnicos quando chegaram ao local encontraram uma placa contra a violência no campo. Isso prova que foi um ato político”. Mas não aconteceu apenas isso: “Quase na mesma hora, na linha Norte, acontecia ocorrência semelhante, só que, entre as estações Caucaia e Jurema. Os sabotadores retiraram possivelmente com ferramentas especiais, os parafusos que prendiam as taras (conexões) entre os trilhos (JORNAL DA TARDE, 21/08/1987).

A paralisação dos transportes durante as greves gerais foi estratégica para garantir uma paralisação total nas atividades, e por isso nas greves seguintes a mobilização deste setor seria prioridade. Nas demais cidades, em especial nos centros industrializados, houve muita dificuldade em mobilizar para a greve geral, podendo-se perceber aí o impacto das 40 mil demissões nos meses anteriores e do abono salarial, que teriam desmobilizado importantes categorias, como os metalúrgicos.

Além das greves gerais, os movimentos paredistas, principalmente aqueles ligados aos servidores públicos, atingiram índices muito acima dos anos anteriores:

Em 1987 o número de greves atingiu seu recorde (2188), bem como de jornadas não trabalhadas (132 milhões). A ocorrência de greves longas resultou em uma das mais altas médias de dias parados (8,2 dias), só inferior à de 1981 (8,8), expressando a dificuldade das negociações. A média de grevistas foi o único indicador com valores baixos em 1987: 4123 grevistas, o que pode ser explicado pela predominância de greves por empresas ou grupos de empresas contrapostas às de categoria. Foi, portanto, o ano de mais intenso conflito, desde 1978 (NORONHA, 1991, p. 117).

Os ajustes, congelamentos e rebaixamentos salariais não foram suficientes para salvar o Plano Bresser, que afundou junto com a credibilidade do governo Sarney. A inflação voltou a crescer exponencialmente, o nível de emprego caiu abruptamente e 151 mil postos foram perdidos no ano, sendo 88,5 mil deles somente no mês de dezembro; nesse mesmo mês, Bresser Pereira pediu demissão do cargo de ministro da Fazenda, assumindo em seu lugar Maílson

Nóbrega.

O “mosaico de concepções e experimentações” dos ministros da fazenda de Sarney, segundo Barbosa (2004, p.66), “parecia haver pertencido a diferentes governos”, resultando desses ensaios e tentativas a “desaparição das macroestratégias nacionais”:

O financiamento inflacionário do déficit público havia em todos os casos sido restabelecido pela equipe econômica que devia assegurar uma reforma estrutural. Em momento algum – exceto involuntariamente no Cruzado I – intentou-se um mecanismo redistribuidor de renda, ligado a expansão do setor produtivo e desestimulante – no longo prazo – a especulação.

Desde o Plano Cruzado iniciou-se, segundo Carneiro (2002), uma nova etapa no processo inflacionário, advinda da instabilidade dos preços e das constantes expectativas de congelamento destes. Tal possibilidade levava os empresários a antecipar-se e elevar os preços, conseguindo, desta forma, avolumar seus ganhos e manter os mesmos custos de produção, já que os salários permaneciam iguais até o próximo disparo do gatilho. Essa tendência resultava em uma contínua aceleração dos preços e na corrida por mecanismos no sistema financeiro que protegessem da desvalorização monetária os valores em conta-depósito. Surge daí a ampla utilização do *overnight*, uma aplicação de curtíssimo prazo que incorporava em sua taxa de juros a expectativa da inflação – por meio desta prática recorrente, observou-se uma “financeirização dos preços”, uma das principais características da hiperinflação. (CARNEIRO, 2002)

Na virada de ano para 1988, Maílson Nóbrega restabeleceu as relações com o FMI, passou a negociar novos empréstimos e também a defender que a implantação de políticas fiscais e monetárias para reduzir os déficits públicos⁵⁴, por dedução lógica, levaria à queda da inflação; porém, sem expectativas de zerá-la, a meta era conseguir o fim de seu crescimento exponencial. A inflação, no entanto, não só continuou sua curva ascendente como atingiu limites ainda não conhecidos pelos brasileiros.

Aquele ano de 1988 terminou com um número nada agradável: 1.000% foi o índice inflacionário acumulado ao longo dos 12 meses, corroendo os salários já atingidos pelas perdas

⁵⁴ “As políticas de ajustes eram as seguintes: fixação de um limite para reajustes de tarifas e preços públicos de até 26,5% por um período de 30 dias, contados a partir de 5 de novembro, e de 25% no 30 dias subsequentes; controle de preços de 94 produtos básicos e também com reajuste máximo de 25% URP, reajustando os salários em dezembro na mesma faixa” (AMANO, 2016, p.99).

dos planos anteriores. No boletim *Pano prás Mangas* [198-]⁵⁵, encontramos referência sobre essa questão: “A situação que se apresenta para nós, trabalhadores, é gritante. A inflação corrói mais o nosso salário [...] fica cada dia mais difícil viver com o salário de Cz\$ 8.712,00, já se sabe que essa ninharia não garante a alimentação do trabalhador. E como ficamos para vestir? O aluguel?”

No setor produtivo, como confecção e têxteis, surgiam importantes oposições e novas diretorias sindicais combativas, reorganizando o movimento operário. Entre as reivindicações centrais da principal greve operária ocorrida em Fortaleza na década de 1980, a greve dos 23 dias da Finobrasa (maio de 1988), estava o reajuste salarial:

Os trabalhadores reivindicavam um salário de Cz\$ 35.868,84 mensais, mas os patrões só aceitavam pagar Cz\$ 11.500,00, pouco mais de um salário mínimo, que em maio de 1988 equivalia a Cz\$ 8.712,00. Na Finobrasa, foi combinado um reajuste que implicaria em ganhos reais para os operários, mas, no dia do pagamento, os patrões não cumpriram o acordo [...] na agenda de reivindicações dos trabalhadores em greve constava, dentre outros, dos seguintes pontos: acréscimo de vinte por cento de ganho real em cima dos cem por cento de Índice de Preços do Consumidor (IPC) (GOMES, 2012, p.169).

Na oposição dos trabalhadores da construção civil, o tema da inflação também era presente: “Com (a) grande inflação que aí está, lutaremos para que os nossos salários não sejam rebaixados. Os salários deverão ser reajustados mensalmente, garantindo no mínimo a reposição da inflação do mês” (*Vote Oposição*, informativo, out/1988 apud NOBREGA, 2006). Quando os trabalhadores da construção civil deflagraram sua primeira greve, em março de 1989, ainda não haviam recuperado as perdas salariais do Plano Bresser, editado dois anos antes, e por isso os “peões” exigiram, somente deste plano, a recomposição salarial de 26,06%.

2.3 – Encerrando a primavera das lutas operárias – Plano Verão e a grande greve geral de 1989 em Fortaleza.

Um novo choque foi pensado para controlar a inflação, o Plano Verão: uma nova e contestada medida anunciada às pressas, que ocupou imediatamente as principais manchetes dos jornais de grande circulação. A iniciativa congelou novamente os preços de bens de primeira necessidade e também os salários, que, assim como no Plano Bresser, foram mantidos

⁵⁵ Boletim da organização de base e posteriormente oposição sindical das trabalhadoras da fábrica Guararapes, editado entre 1987 e 1989.

abaixo do seu valor real.

José Sarney divulgou o Plano Verão no pronunciamento de 15 de janeiro de 1989, pedindo à nação “sacrifício no lugar de sangue e lágrimas”:

[...] tentou-se o Plano Bresser, os resultados não foram bons, a inflação baixou e subiu. Continuou subindo. E eu não desisti [...]. Sem as decisões de hoje a inflação poderia chegar a 1.500% ao ano, **nenhum Estado teve suas instituições preservadas em uma situação dessas** [...] eu não estou apresentando um programa econômico. Estou convocando o país para uma [proposta] comum de salvação nacional. [Isso] exigirá renúncias, coragem. Para evitarmos sangue e lágrimas, temos que [ter] suor e sacrifício. (O POVO, 16/01/1989, p. 9, grifo nosso).

O tom dramático indicava a situação difícil em que se encontrava a economia do país, não apenas em consequência da inflação exorbitante, mas também pelas convulsões sociais, que surgiam a todo momento. A preocupação é revelada quando Sarney afirma que “nenhum Estado teve suas instituições preservadas em uma situação dessas”, refletindo o medo de que essas convulsões questionassem, entre as tais instituições, o próprio governo.

O valor do piso nacional, segundo *O Povo* (09/03/1989), passou a ser de NCZ\$ 63,90, e o salário mínimo defendido pelo DIEESE era de NCZ\$ 434,9, ou seja, o salário necessário era quase 7 vezes superior ao piso.⁵⁶ Além de preços e salários congelados, o Plano previa demitir milhares de servidores públicos não concursados, extinguir ministérios e privatizar empresas estatais para combater o déficit público, mantendo-se na sala o mesmo espantalho dos gastos públicos e salários como causa da inflação. Segundo o economista Jayme Magrassi de Sá, ligado ao governo, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* (26/01/1989), essa era uma questão fundamental. Para ele, sem o equilíbrio do orçamento (gastos públicos, em especial com as estatais e o pagamento de salários) e do caixa (moeda emitida e moeda captada), não haveria a redução da inflação.

Novamente entrou em cena essa atitude bem caracterizada Barbosa (2004) por mosaico: misturando políticas ortodoxas e heterodoxas, o plano formulado pela nova equipe econômica incluía congelamento, aumento das taxas de juros, desindexação da economia, e a determinação para desindexar os salários, antes reajustados pela URP. O ministro da Economia optou, então, pela desvalorização da moeda, uma medida já aplicada, mas nunca em proporções tão drásticas. De qualquer forma, um dos pilares desse plano era o arrocho salarial, reforçado agora pela

⁵⁶ Segundo a reportagem d’*O Povo* (09/03/1989), o salário mínimo do DIEESE foi calculado considerando-se itens de necessidades básicas de uma família de quatro pessoas: dois adultos e duas crianças.

retirada de regras prévias para reajustes: assim, todo aumento deveria ser negociado em câmaras tripartites entre governos, empresários e trabalhadores. Soma-se a essa ação a elevação prévia dos preços antes do anúncio do plano, evidentemente sem reajustes salariais.

Economistas ligados ao DIEESE e ao Conselho Federal de Economia afirmavam que a inflação continuava sendo uma forma de impor aos trabalhadores o custo de uma parte da crise econômica que abatia os setores empresariais. Com o aumento dos preços, esses setores podiam manter suas taxas de lucro e salvar seu capital de qualquer desvalorização. Os economistas também afirmavam que os empresários tinham conseguido tirar vantagem do congelamento, aumentando sobremaneira os preços imediatamente antes do anúncio do pacote econômico:

[...] o arrocho salarial imposto pelo Governo aos trabalhadores será bem elevado, principalmente para as categorias com data-base em fevereiro [...] além do achatamento, a classe trabalhadora enfrenta os aumentos promovidos tanto pelo setor público quanto pelo setor privado dias antes da divulgação do plano [...] os empresários puderam assim acumular gorduras que serão perdidas durante a vigência do congelamento (O POVO, 14/01/1989, p. 5).

Para o governo, além das demissões em massa, era preciso “cortar na carne”, isto é, reduzir as verbas para as áreas sociais – mesmo que isso fosse visto como uma medida antipopular –, “honrar” o pagamento da dívida externa com vistas à manutenção dos “compromissos internacionais”, fortalecer as exportações e conter o consumo. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo* de 19 de janeiro de 1989, Sarney estava com tudo preparado para declarar a moratória, já que não havia, conforme informado pelo Banco Central, níveis de reservas cambiais para efetuar a operação. No entanto, na semana seguinte, o mesmo jornal publicava um artigo sobre o aumento das reservas cambiais por meio de operações com fechamento de câmbio após a implementação do Plano Verão, o que permitiu o pagamento de US\$ 530 milhões em juros da dívida externa, demonstrando a real finalidade das mudanças adotadas

A pressão dos sindicatos e dos trabalhadores em greves setoriais e a proposta de greve geral, levantada pela CGT e pela CUT, gerava uma dura contradição para o governo: ainda que não fosse possível fazer reajustes e aumentar os salários, era preciso sentar com os representantes dos trabalhadores e contornar a insatisfação popular. A então ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, assumiu a difícil tarefa de controlar os movimentos dos trabalhadores, por meio da aproximação com as centrais sindicais para tentar uma conciliação entre os interesses destas, os dos empresários e os do governo.

Presidida por Jair Menegheli, a CUT passou a exigir a negociação da reposição das

perdas ocasionadas pelo Plano Verão como moeda de troca para sentar-se à mesa com o governo. Como o plano tinha entrado em vigência “de surpresa” no início de janeiro, muitas categorias não tinham recebido o reajuste referente ao mês de dezembro, ou parte dele, o que ocasionou uma perda salarial considerável. A imagem seguinte, de uma tabela publicada no *Boletim do DIEESE* de janeiro de 1989, ilustra o acúmulo das perdas desde o Plano Bresser:

Figura 5: tabela sobre perdas salariais publicada no Boletim do DIEESE

Reajustes de salários segundo as datas-base e índices de salário real					
Meses	Choque Verão	Reajuste necessário		Salário real	Perda
		sem Plano Verão	com Plano Verão	março/86 = 100	
Janeiro	—	70,28	70,28	58,73	41,27
Fevereiro	14,73	107,92	81,24	55,18	44,82
Março	10,37	104,81	85,86	53,89	46,11
Abril	6,37	104,99	92,63	51,91	48,09
Maio	1,60	99,66	96,66	50,85	49,15
Junho	—	99,64	99,64	50,09	49,91
Julho	2,67	96,55	91,44	52,24	47,76
Agosto	—	86,47	86,47	53,63	46,37
Setembro	—	87,60	87,60	53,30	46,70
Outubro	—	83,64	83,64	54,45	45,55
Novembro	—	75,18	75,18	57,08	42,92
Dezembro	—	73,98	73,98	57,48	42,52

Obs.: O reajuste segundo o Choque Verão considerou que todas as categorias tiveram um reajuste integral na última data-base, isto é, inclusive os 26,06% da inflação de junho de 1987.

Fonte: Boletim do DIEESE (DIEESE, 01/1989)

Ainda neste boletim, os economistas do DIEESE avaliam as perdas salariais:

A princípio, o DIEESE calculou que os trabalhadores teriam perdas variando entre 33% e 43%, em relação a março de 1986. A revisão destes cálculos, em função dos 70,28%, mostrou que na verdade as perdas salariais ficaram entre 41,27% e 49,91%, a maior defasagem já imposta aos trabalhadores brasileiros.

Portanto, a dinâmica instalada fazia com que a inflação pressionasse a queda geral dos salários. No momento de recompô-los, o governo e os empregadores nunca permitiam que o reajuste chegasse aos índices da inflação. Externando o sentimento de impotência decorrente disso, o Movimento de Oposição dos Trabalhadores da Confecção publicou em seu boletim:

“Hoje mais do que nunca estamos em nosso país com um salário vergonhoso [...] Estamos todos os dias ouvindo que o Brasil está em crise, cada dia o Governo Sarney junto com outros dirigentes muda a política salarial e aí se constata que nada muda em nosso bolso” (PANO... , s/d).

Como a negociação entre patrão e empregado é, por sua natureza, comumente expressa na doutrina jurídica como uma relação desigual, em que geralmente prevalece o poder econômico, os economistas do governo sabiam que, ao retirar o mecanismo do gatilho, haveria uma enorme pressão para manter as perdas salariais. O “pacto social” seria resolvido por uma parcela da população que, ao assumir o ônus, via suas condições de vida descer a patamares inéditos. Não surpreende que, em contraposição a essa orquestração, os trabalhadores mantivessem a escalada de greves e mobilizações, para forçar a recomposição das perdas salariais, que nesse momento eram numerosas em todo o país. Segundo Noronha (1991, p. 122) foi neste momento que “as greves atingiram seu ponto máximo em toda a década, com grande crescimento do número de jornadas perdidas tanto no setor público como no privado, as quais somadas atingiram a cifra de 240 milhões”.

A pressão popular era enorme, a dinâmica de deflagração de greves era crescente, e a repressão a elas não ficava atrás. Em novembro de 1988, os operários da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN iniciaram um movimento paredista pedindo reajuste das perdas salariais, mas a estatal se recusou a negociar e eles ocuparam a empresa; durante a reintegração de posse, o exército agiu violentamente, com o saldo de 100 feridos e três operários mortos. Em dezembro do mesmo ano, Chico Mendes, líder sindical, seringueiro e membro do PT, foi morto por fazendeiros, e a razão para o motivo do crime não foi outra senão seu legado em defesa dos povos vinculados à Amazônia e pelo reconhecimento das reservas extrativistas. Em abril de 1989, os metalúrgicos do ABC iniciaram uma difícil greve, e em uma das atividades do movimento a PM do Estado de S. Paulo protagonizou uma forte repressão, ocasionando uma verdadeira guerra campal, com oito metalúrgicos feridos – entre eles, três a bala e um atropelado pelo carro da PM⁵⁷ (Folha de S. Paulo, 06/05/1989).

⁵⁷ A Batalha de Piraporinha, como ficou conhecida, iniciou-se com uma passeata ao final da assembleia no Paço Municipal de S. Bernardo, com cerca de 60 mil metalúrgicos, tomando a Avenida Piraporinha em direção à fábrica ARTEB, que não estava paralisada e tinha como diretor-presidente um membro do Sindipeças, sindicato patronal. A greve, que havia se iniciado em 19 de abril, logo após a grande greve geral de 1989, pedia 84,18% de reajuste salarial, recebendo como contraproposta da patronal, antes da deflagração do movimento paredista, reajuste de 15%. Na matéria da *Folha de S. Paulo*, curiosamente, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de S. Bernardo está rendido e sendo empurrado pelo policial militar, porém diz a legenda: “Policial militar conduz presidente do Sindicato (...) ao local de confronto para acalmar os metalúrgicos”.

Apesar das dificuldades, os sindicatos se fortaleciam a cada nova mobilização. Os atores sociais que já haviam entrado em cena ao final da década de 1970 multiplicavam-se com a adesão daqueles que estiveram inertes. Em Fortaleza, como forma de pressionar a patronal para o conseguir os reajustes, categorias operárias que há anos não se mobilizavam ou paralisavam a produção passaram a usar esse expediente, embalados pelas oposições sindicais recém-nascidas ou pelas novas diretorias empossadas.

Segundo Noronha (1991, p. 123):

Nesses anos a greve foi a forma de reconstrução sindical e de renovação de sua liderança, processo que ao que tudo indica ainda está em pleno curso, mas já apresenta resultados sólidos. O sindicalismo “pelego” ou inativo tem sido rapidamente destituído por lideranças ativas, independente de serem mais ou menos negociadoras ou confrontacionistas. As empresas brasileiras expandiram suas áreas de recursos humanos, adaptando-se à essa nova realidade, e durante o governo Sarney os sindicalistas passaram a ser vistos como interlocutores válidos do governo – embora sem peso efetivo nas definições políticas.

Os jornais de janeiro, fevereiro e março noticiavam inúmeras greves e campanhas salariais em Fortaleza: a primeira delas, a dos motoristas de ônibus, prometia parar a cidade pedindo equiparação salarial com os rodoviários de Recife (O POVO, 18/01/1989). Na mesma edição, noticiava-se o início da campanha salarial dos trabalhadores da construção civil, que 150% de reposição salarial (ver em capítulo 3). Só no mês de janeiro, as perdas chegaram a 50%, inviabilizando o congelamento dos salários, e era preciso que o governo repensasse as políticas salariais – seguiam as negociações entre as centrais sindicais, governo e empresários, sem levar, porém, a medidas conclusivas.

Com a iniciativa de construir uma nova greve geral, o calendário das campanhas salariais passou a incluir essa mobilização como central. Assim, a construção civil, que havia marcado sua primeira greve nas semanas anteriores à da greve geral, decidiu atrasar sua campanha salarial para começar o movimento paredista junto àquela, conforme nos relatou Jânio Vidal (2018). No informe repassado à CUT nacional, confirma-se a adesão parcial dos metalúrgicos, têxteis, sapateiros e da confecção de roupas, com a observação: há “medo de demissões”⁵⁸. Nas empresas castanheiras, o sindicato era dirigido pela Corrente Sindical

⁵⁸ O medo pode ser atribuído ao fato de que a greve ocorreu antes do processo eleitoral do sindicato na confecção, e com isso a possível demissão de membros da oposição acarretaria a impossibilidade de concorrer ao pleito. Além disso, as demissões eram uma realidade e um medo constante das trabalhadoras, como veremos no próximo capítulo.

Classista (CSC)⁵⁹, que havia se incorporado à CUT recentemente, e sobre ela há, nas anotações que encontramos no informe sobre a greve, a seguinte referência “possibilidade concreta de greve, direção do Sindicato pertence a CSC”, mas a “CUT puxa a greve pela base”, ou seja, ainda que a CSC não mobilizasse, a direção da CUT puxaria a greve diretamente na porta da fábrica, como ocorria em outras empresas onde os sindicatos eram vinculados a outras centrais ou aos sindicatos patronais.

No transporte, o informe repassado à CUT nacional era de que haveria paralisação, segundo relatou Antônio Ortins (2018): “Nós furamos 400 pneus de ônibus nessa greve. O Sindicato dos Motoristas não entrou. Aí eu fui falar com o pelego: ‘Ortins, é o seguinte, eu não posso entrar nessa greve porque eu tô com um acordo aí com os patrões, mas eu vou fazer o seguinte, eu vou te dar meus furadores’”.

Participaram ainda da organização da paralisação os partidos PH, PSB, PT. O comando da greve geral seria composto pelas seguintes entidades: União de Mulheres Cearenses, CUT, CSC e os principais sindicatos. No telex enviado por Antônio Ortins à CUT Nacional (fig. 6), observa-se o grau de mobilização regional para a greve geral: além das assembleias por categorias, a CUT promoveria plenárias zonais divididas por bairros, entre os quais Carlito Pamplona, Barra do Ceará e Antônio Bezerra, todos de grande concentração fabril, além dos bairros Parangaba e Messejana, onde moravam muitos dos operários.

As paralisações começariam no dia 1º de fevereiro, quando diversas categorias iriam parar as atividades como preparação para a greve geral. Além disso, todas as quartas-feiras realizar-se-iam plenárias e, às sextas, panfletagens e “agitações” na praça José de Alencar, ou seja, um período preparatório de mais de 45 dias.

O volume de atividades e a quantidade de pessoas envolvidas demonstra o forte engajamento e o adensamento das atividades militantes da central na cidade de Fortaleza, uma atuação narrada por alguns de nossos entrevistados, que foram enfáticos ao afirmar que a CUT, naquele momento, realizava inúmeros debates com temas de amplo espectro, desde conjuntura política, economia a temas internacionais.

⁵⁹ Conforme veremos no próximo capítulo, a CSC era vinculada ao PC do B e havia saído, recentemente, da Central Geral dos Trabalhadores – CGT para compor a CUT.

Figura 6: Telex de Antônio Ortins – Presidente da CUT Ceará à CUT Nacional

58	Para: 1. der
	Para: coi. ento

01 0130.1148 00: SINDICATO DO
 02(R)
 111111.....(Z)

AO
 SR. 110511

0130.1021
 +
 1154282CUTS BR
 DA: CUT ESTADUAL - ANTONIO ORTINS - PRESIDENTE
 PARA: COMANDO NACIONAL DA GREVE GERAL
 ATTY: NETO

INFORMAMOS ENCAMINHAMENTOS E RESOLUÇÕES TIRADAS NA ÚLTIMA REUNIÃO
 PLENÁRIA EM FORTALEZA, TENDO EM VISTA A PREPARAÇÃO DA GREVE GERAL
 EM NOSSO ESTADO.

NO DIA 25, EM PLENÁRIA TIROU-SE VÁRIAS RESOLUÇÕES E ENCAMI-
 NHAMENTOS, OS QUAIS FORAM CONSOLIDADOS E SISTEMATIZADOS NA REUNIÃO
 DE ENTIDADES REALIZADA NO DIA 29.01.89 E QUE SÃO RESUMIDOS ABAIXO:

- 1- A PARTIR DO DIA 30.01.89 O COMANDO GERAL DA GREVE GERAL SERÁ
 LOCALIZADO NA SEDE II DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS, NA RUA: 24 DE MAIO,
 1289, E OS CONTATOS DEVERÃO SER FEITOS ATRAVÉS DOS TELEFONES (085)
 221.4288 E 231.8214, COM O COMP. ANTONIO ORTINS.
- 2- A EXECUTIVA ESTADUAL DEVERÁ PERMANECER EM ARTICULAÇÃO
 PERMANENTE.
- 3- REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA POR CATEGORIA, REUNIDOS E PLENÁRIAS
 SINDICAIS E POPULARES, CULMINANDO PELA ORGANIZAÇÃO DE PLENÁRIAS
 ZONAIS, AS QUAIS SERIAM DIRIGIDAS E ACOMPANHADAS POR MEMBROS DA EXE-
 CUTIVA ESTADUAL DA CUT- CE, TENDO COMO INDICATIVO AS SEGUINTE
 PLENÁRIAS E DATAS:

- 13 DE FEVEREIRO - PLENÁRIA DO CARLITO PAMPLONA/S.D.O CERRAH/CENTR
- 14 DE FEVEREIRO - PLENÁRIA DE PARANGABA E MESSEJANA
- 15 DE FEVEREIRO - PLENÁRIA DO ANTONIO BEZERRA E DISTRITO IN-
 DUSTRIAL

4- FICOU DECIDIDO QUE AS ASSEMBLEIAS DE CATEGORIA E PLENÁRIAS
 ZONAIS SE REALIZARIAM ANTES DO DIA 18 DE FEVEREIRO, TENDO EM VISTA
 QUE NO DIA 18 DE FEVEREIRO, DIA NACIONAL DE LUTA TIRADO NA REUNIÃO
 AMPLIADA DA EXECUTIVA NACIONAL, O COMANDO ESTADUAL DA GREVE GERAL
 NO CERRAH, QUE CONTARÁ COM A PARTICIPAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DE
 CADA CATEGORIA, ELEITO EM ASSEMBLEIA, JÁ DEVERÁ ESTAR EM PLENO
 FUNCIONAMENTO.

5- O DIA 1 DE FEVEREIRO SERÁ DIA NACIONAL DE LUTA E A CUT-CE
 DEVERÁ INDICAR AS CATEGORIAS QUE NESTE DIA REALIZAM PARALIZAÇÕES
 PARCIAIS (DE UMA HORA, POR EXEMPLO) SENDO QUE AS 17:00HORAS
 SERÁ REALIZADO ATO NA PRAÇA DO FERREIRA.

6- FICOU DECIDIDO ATÉ A GREVE GERAL QUE SERÃO REALIZADAS PLE-
 NÁRIAS EM TODAS AS QUARTAS FEIRAS (COM EXCEÇÃO DESTA QUARTA FEIRA,
 DIA 1) E QUE EM TODAS AS SEXTAS FEIRAS SERÃO REALIZADAS AGITAÇÃO
 COMUM, NA PRAÇA JOSEF DE ALENCAR, COM O CONJUNTO DO MOVIMENTO SIN-
 DICAL E POPULAR.

7- A PLENÁRIA DESTA SEMANA SERÁ REALIZADA NA QUINTA FEIRA.

8- NESTA SEGUNDA FEIRA, DIA 30.01.89 SERÃO REALIZADAS AS 18.30
 HORAS, NO SINDICATO DOS TEXTÉIS REUNIDAS DAS COMISSÕES CRIADAS NA
 PLENÁRIA DO DIA 28.

SAUDAÇÕES CUTISTAS.
 ANTONIO ORTINS - PRESIDENTE DA CUT - CE
 1154282CUTS BR
 001755282CUTS BR

Andressa

Fonte: CEDOC- CUT.

Entre as reivindicações nacionais desta greve estava a reposição das perdas salariais

acumuladas desde o Plano Cruzado, uma pauta recorrente nas mobilizações de categorias cutistas; reajuste salarial mensal de acordo com os cálculos do Dieese; congelamento real dos preços; pelo não pagamento da dívida externa e o “Fora Sarney”, uma reivindicação que até então não aparecera nas greves gerais e estava vinculada ao profundo desgaste do governo junto à população, com 70% de reprovação apurada por pesquisa do Ibope (CUT, 19/01/1989).

Os dois dias de greve confirmaram o descontentamento dos trabalhadores com os rumos da economia e do governo. Segundo informes da CUT, posteriormente confirmados pela Polícia Militar, a adesão à greve em Fortaleza foi de 70%. Na cidade, a repressão policial à greve foi, segundos relatos contidos nos jornais e nas entrevistas, violentíssima, e ao final do segundo dia a PM invadiu a reitoria da UFC atrás de um estudante que teria quebrado o para-brisa de um ônibus; mais cedo um efetivo policial havia tentado invadir a sede do Sindicato dos Rodoviários sob a mesma justificativa, mas a resistência por parte dos motoristas ali presentes frustrou a tentativa.

Foram 23 as prisões na cidade de Fortaleza relatadas à CUT (CUT, 14/03/1989). Na edição d’*O Povo* de 16 de março 1989, noticiou-se o atropelamento de uma operária castanheira por um carro com um motorista desconhecido, e de um estudante por um carro da PM. Houve também agressões de funcionários, possivelmente seguranças ou supervisores, a operárias, como foi o caso dos ataques contra uma castanheira da Irmãos Fontenele, durante piquete em frente à fábrica.

A PM também agiu reprimindo a manifestação que ia em direção à praça José de Alencar, tradicional local de concentração dos movimentos sociais, impedindo sua concentração ali. Mesmo assim, há informe sobre presença de 10 mil pessoas na passeata da tarde e três mil pessoas nas passeatas realizadas ao longo da manhã nos bairros (O Povo, 14/03/1989). A “passeata arrastão”, como era denominada pelo movimento, estava na programação e ocorreu com a junção de diversas caminhadas de diferentes fábricas, lembra Wélia Matias (2012):

Em 1989 eu participei [da Greve Geral] a gente parou a Guararapes mais ou menos por uma hora, muita gente ficou pra fora e outras entraram. Tem uma fábrica chamada CIONE, perto da Guararapes, eu lembro que veio várias trabalhadoras dessa fábrica, a gente se juntou na Guararapes e a gente veio em caminhada e aí a gente se juntou no Carlito Pamplona com outras trabalhadoras e a gente veio até o centro. Na praça José de Alencar nós fizemos um grande ato, nós conseguimos fechar o comércio. Eu lembro que eu tava grávida, e a Guararapes fica lá no Antônio Bezerra, a gente fez uma caminhada do Antônio Bezerra até o Centro, acho que tinha mais de mil

trabalhadores, a gente foi pela Francisco Sá pegando outra fábrica de Castanha.⁶⁰

O Povo também noticiou a junção das passeatas das operárias, sob o título “Passeatas se encontram e desviam da polícia”:

Duas passeatas que saíram do Carlito Pamplona, uma liderada pelos metalúrgicos e outra pelos trabalhadores da fábrica Guararapes encontraram-se na Barão do Rio Branco. O percurso que previa seguir pela Francisco Sá foi desviado para a Leste-Oeste, devido ao esquema policial. A passeata foi pacífica, com os manifestantes utilizando o carro de som para convocar o pessoal que estava trabalhando a parar com palavras de ordem que criticavam o governo e o Plano Verão (O POVO, 16/03/1989).

O grande movimento paredista de 14 e 15 de março de 1989 foi um importante e decisivo marco na queda de braço do governo para implementar seus planos, principalmente para enterrar as iniciativas privatistas. Muitos economistas consideraram a proximidade das eleições como o fator de engessamento do governo, mas esse motivo, certamente presente, não implica negar que a instabilidade social e a crescente influência do PT e da CUT sobre o conjunto dos trabalhadores vinha fortalecendo candidatos de oposição ao governo. Diferentemente de 1986, quando o PMDB conseguiu tirar proveito da breve estabilização que o Plano Cruzado trouxe, o Plano Verão era bastante impopular e os sucessivos achatamentos salariais não indicavam que este plano traria sinais de melhora.

Em seu *Boletim Nacional*, a CUT (17/03/1989) avaliou a paralisação como vitoriosa: “35 milhões atendem ao chamado da CUT/CGT (...) Esta greve geral coloca a classe trabalhadora como um interlocutor vivo e forte da sociedade brasileira na atual conjuntura e exige que seus direitos e sua dignidade sejam respeitados”. A avaliação da CUT regional da Grande Fortaleza, publicada como resolução em seu *Boletim de Reconstrução* foi, no entanto, bastante crítica:

53. [...] Os meses que se seguiram à greve geral viram o transbordamento dos limites que direções impuseram a greve de 14 e 15 de março como Greve de protesto. A intensa onda de greve de abril, maio, junho mostraram a insuficiência da Greve Geral com caráter de protesto e reduzida a dois dias como instrumento para alcançar as reivindicações.

54. O resultado desta incompreensão que impediu a deflagração de nova greve geral, em abril e maio, teve como consequência que as categorias que se jogaram à luta não conseguiram mais que vitórias parciais em que pesem ter desmontado o Plano Verão. As razões são cristalinas: falta de unidade contra o governo, ausência de centralização

⁶⁰ A distância entre a Confecções Guararapes e a praça José de Alencar é de sete quilômetros, caminhando seria em torno de 1 hora e 30 minutos sem paradas. Entre as fábricas da Francisco Sá, havia uma unidade da empresa Iracema de beneficiamento de castanha na avenida, é possível que Wélia se refira a ela.

nacional.

Figura 7: Capa d'O Povo de 16/03/1989.

Fonte: Acervo Hemeroteca Pública Menezes Pimentel

As eleições nacionais acenavam com um difícil cenário pois, segundo Barbosa (2004), grupos empresariais se organizavam para encontrar um candidato que pudesse “galvanizar a opinião o bastante para derrotar Leonel Brizola”. Estes viam na candidatura do pedetista o único adversário dos setores empresariais capaz de capitanear o sentimento de oposição aos planos econômicos governamentais. Por isso, precisavam apostar em uma saída que conseguisse manter os planos de ajustes, porém com um apelo de “novo”, “mudança”, um candidato “seu”. Após perceber que nenhum de seus legítimos representantes decolariam, a saída de apoiar Fernando Collor de Melo pareceu a mais viável para as elites brasileiras, que migrou todas as suas forças para essa alternativa.

A bancada do PT emitia sinais contra as medidas econômicas também, e após o anúncio

do Plano Verão logo havia declarado o voto contrário e a organização de um grupo opositor a este no parlamento. O jornal O Povo de 18 janeiro de 1989 noticiava a decisão do líder do PT na câmara, Plínio de Arruda Sampaio, para “tentar tudo o que for possível para modificar o pacote”. Os petistas consideravam que o Plano Verão era uma jogada política para tentar influenciar a sucessão presidencial, já que as eleições ocorreriam em novembro daquele ano, e consideravam que, ao desindexar os aumentos salariais, as medidas adotadas prejudicavam os trabalhadores e privilegiavam banqueiros internacionais, exportadores e especuladores.

Surpreendendo a todos e ao próprio protagonista, segundo Secco (2018, p. 135), “a campanha de Lula ascendeu junto com as greves e protestos que vinham crescendo desde o fracasso do Plano Cruzado” e chegou ao segundo turno com 16,08% dos votos. A paralisação do governo Sarney diante da campanha tinha, portanto, um forte motivo, pois a população queria mudanças e acreditou que nas eleições conseguiria mudar a situação, depois de muitos anos sem ter a oportunidade.

O fracasso do Plano, segundo análise de Barbosa (2004, p.77) teria entre as eleições um de seus principais motivos, mas, evidentemente, apresentava outros também:

O falseamento do problema fiscal pelo plano foi uma das causas imediatas do seu fracasso. Era bem verdade que a ideologia neoliberal – esposada por Maílson – preferia (e prefere) ignorar as circunstâncias históricas que criam o déficit público nas condições do subdesenvolvimento e procuram apresentá-lo como um fenômeno lógico – desprovido de história – uma conta nesse quadro, que está desequilibrada por vontade exclusiva dos governantes estruturalistas. Este modo falso de apresentar as coisas pode ser útil como espetáculo, mas é perigoso se o autor passa a acreditar nele e trata o déficit como algo manejável, à vontade do elaborador da política econômica. Uma olhada para o déficit anual brasileiro mostrava que mais de 80% dele era constituído pela dívida e ela não podia ser reduzida porque o crescimento econômico, o investimento, o consumo local, etc., eram insuficientes. Ou seja, financiado pela dívida externa ou pela dívida mobiliária, o déficit só poderia continuar crescendo. A outra maneira de financiá-lo seria possuir uma taxa de crescimento do PNB (e não do PIB) maior do que a taxa de crescimento da dívida. Não seria rolando títulos no “overnight” todas as noites que o governo conseguiria reduzir os juros elevados, diminuir a liquidez ou promover o crescimento. Todo o poder de compra existente no país que não podia ser convertido em divisas e batizado como “poder de compra no exterior” era, portanto, fictício, representando ficções de uma renda hiperconcentrada em ambiente estagnado. Dessa forma, as manobras das elites tinham que se apossar do aparato de mídia do país para conduzir as eleições, porque não havia nada de bom na economia para mostrar.

Assim, o ano de 1989 encerrou com o governo Sarney amargando altos índices de rejeição, com cerca de 60% achando seu governo ruim ou péssimo e uma aprovação de apenas

7% da população (*O Estado de S. Paulo*, 31/12/2010).⁶¹ Após anos sob período militar, o ano de 1989, auge da primavera das lutas, greves e mobilizações operárias em Fortaleza, terminou com um Plano Verão fracassado e mais de 1400% de inflação. O quinquênio desse fim de década, 1985-1989, trouxe consigo inúmeras mudanças: uma mulher vinculada aos movimentos sociais e operário eleita como prefeita em Fortaleza, oposições sindicais fortes, uma nova concepção de sindicalismo e inúmeras greves radicalizadas. A “década perdida” para a economia foi, para o movimento operário, de tempos difíceis, mas também de retomada, reorganização e reencontros com a história.

2.4 – Condições de vida, de trabalho e de política

As condições de trabalho nas categorias operárias que estudamos nesta pesquisa, durante a segunda metade da década de 1980, foram temas repetidamente citados quando perguntávamos aos entrevistados os motivos que os levaram a organizar oposições e deflagrar greves. Diversos movimentos reivindicatórios apontados nestes capítulos têm como pautas centrais as melhorias nas condições salariais, mas nem sempre foram estas reivindicações que motivaram levantes e indignação por parte dos trabalhadores. Relatos como assédios sexuais contra as operárias, humilhações nos locais de trabalho, falta de banheiros e de bebedouros com água potável, comida estragada em refeições fornecidas pelas empresas, calor insuportável (em uma cidade de médias entre 26° C e 33° C), intenso regime de trabalho com obrigação de realizar horas-extras, falta de equipamento de segurança ou minimamente necessários para realizar determinadas funções estiveram presentes nas insatisfações operárias.

A modernização das fábricas e o investimento resultante da ampliação fabril ocorrida a partir da década de 1970 alterou insuficientemente as péssimas condições de trabalho, evidenciando a concepção dos empresários sobre a relação com os operários. Conforme aponta Socorro, a temperatura em muitas fábricas calçadistas chegava facilmente a mais de 45° C e não havia equipamentos de segurança na maioria absoluta dos locais de trabalho.

Apesar da mudança com relação aos anos de 1950 quando as fábricas obsoletas impunham aos trabalhadores condições mais desumanas de trabalho, as renovadas fábricas

⁶¹ A matéria d’*O Estado de S. Paulo* usa como fonte as pesquisas do Datafolha sobre popularidade, iniciadas em 1986. Sarney permaneceu até este ano, 2018, como o presidente pós-ditadura com a maior rejeição, perdendo o posto para Michel Temer que em agosto de 2018 chegou a 79% de ruim/péssimo para seu governo na avaliação da população brasileira (TOLEDO, 2010).

mantinham diversos problemas herdados das primeiras indústrias. Conforme observa Gomes (2012), algumas fábricas têxteis empregavam, em 1950, crianças de até nove anos de idade, responsáveis por carregar os fardos de fios pesando entre 20 e 40 quilos, além destas fábricas não terem banheiros e sequer água potável disponível. A situação mudara, mas os temas persistiam.

Entre a categorias operárias fortalezenses, as castanheiras estão entre as que têm as mais severas condições de trabalho, sendo frequente a menção às mãos queimadas no manuseamento das castanhas ao sair do forno. Em sua pesquisa sobre estas operárias, Maria Helena Frota nomeou as indústrias de beneficiamento de castanha como uma “máquina de fazer loucos”, referindo-se às difíceis condições em que se encontravam as trabalhadoras. A autora cita algumas das reivindicações da greve de 1982 em uma das fábricas (não menciona qual): exigência de melhores condições de trabalho, denunciando a falta de materiais de segurança como luvas e álcool para evitar queimaduras – fato que levava as próprias trabalhadores a adquirir por conta própria o produto –, além de exigir repouso remunerado aos sábados e domingos, liberdade de ir ao banheiro sem “bater o cartão”, intervalos determinados para almoço, e alertar para situações de maus tratos, com relatos de agressão física por parte dos supervisores.

O episódio de 1982 remonta à outro, estudado por Ramos (2018) em meio à greve ocorrida na empresa CIONE, em 1968. O pesquisador viu a questão das condições de trabalho ser frequentemente abordada por seus entrevistados, pois as operárias castanheiras precisavam do álcool ou do óleo de mamona, ambos virgem, e a empresa, no entanto, fornecia uma mistura das sobras que ocasionava queimaduras, marcas e cicatrizes permanentes nas mãos das trabalhadoras. Foi esse um dos principais motivos que motivaram a greve de 1968, ainda durante a ditadura militar, na fábrica.

Em 1985, um acidente de trabalho gravíssimo matou 10 operários e deixou 30 feridos na Usina Lindoya de beneficiamento de castanha.⁶² A única caldeira da fábrica explodiu, destruindo completamente a fábrica e indo parar a 300 metros do local onde estava instalada. Familiares das vítimas, em entrevista ao O Povo (06/03/1985), afirmaram que as reclamações da falta de manutenção nas caldeiras eram constantes, mas, como aquela era a única em funcionamento, necessitava-se da paralisação total da produção para uma manutenção de maior

⁶² Conforme FROTA (1984), a Usina Lindoya pertencia ao Grupo empresarial José Amílcar Mendes, composta também pela empresa Cajunorte S/A e Alubras – Metalúrgica e Artefato de Alumínio. A origem do capital teria sido, segundo a autora, o beneficiamento de algodão e de carne.

profundidade. Dois dos operários mortos haviam reclamado recentemente para familiares de vazamentos na caldeira, e um deles chegou a afirmar que, se não houvesse a manutenção correta, o equipamento iria explodir, ao passo que o outro sofreu uma queimadura no pé resultado desses vazamentos, tempos antes da explosão. Após algumas investigações, diversas falhas foram encontradas e identificou-se na corrosão interna o fator que levou à explosão; além disso, o maquinário não tinha registro na Delegacia Regional do Trabalho, e estava instalado em local inapropriado e fora das especificações técnicas. Soma-se a estes problemas a falta de fiscalização por parte daquele órgão público. Evidentemente, tampouco averiguava as condições de trabalho dos operários ali.

As reclamações sobre maus tratos, controle de ida ao banheiro e condições de trabalho humilhantes no setor das castanheiras também foram retratadas em matéria de 03 de março 1989 d'O Povo, na qual a União de Mulheres Cearenses - UMC denunciava a Empresa Cione através de uma de suas representantes, Célia Zanetti.⁶³ A empresa reagiu às denúncias fotografando e anotando o nomes das operárias que falaram sobre a situação ao microfone, em frente ao local de trabalho. Apesar de não responder à jornalista se demitiria ou não as operárias, a funcionária responsável pelo registro afirmou que “empresa nenhuma aceita funcionário que a destrata”. Para contornar a presença da imprensa e negar as denúncias, o gerente conduziu a jornalista às instalações da fábrica, porém ao passar pela produção as funcionárias acenavam gestos de “é só conversa”, ou seja, mentira do gestor.

Cartas recebidas pela UMC com relatos de operárias sofrendo beliscões por parte dos inspetores teriam motivado a manifestação, as denúncias são as mesmas dos relatos encontrados nas entrevistas realizada por Frota (1984) durante sua pesquisa. O gerente ainda reconheceu ser o trabalho no setor de corte, onde ocorrem maiores chances de queimaduras, “sacrificado”, mas afirmou que caso a fábrica automatizasse a produção cerca de 600 operárias perderiam o emprego, de um total de 1.600 mulheres na produção. Essa posição reafirmava que a demissão era sempre a primeira alternativa e a principal forma de pressão para que as trabalhadoras aceitassem as péssimas condições impostas.

⁶³ A relação de militantes vinculados ao PCB e suas dissidências com as castanheiras vem de longa data. Conforme Ramos (2018), a influência da militância da AP – Ação Popular, na greve de 1968 foi um dos fatores que levaram as castanheiras a organizar aquele movimento paredista. Nos anos 1970, segundo Firmo (2017) o PC do B, através do núcleo formado pelo grupo que posteriormente viria a eleger Maria Luiza Fontenelle à prefeitura de Fortaleza, realizava sistematicamente um trabalho nas “portas de fábrica”. Célia Zanetti, representante da União de Mulheres Cearenses, entrevistada para esta matéria fazia parte deste núcleo dissidente do PC do B, denominado de “Grupo da Maria”. Em 1989 o grupo já havia saído do PRC e formado o PRO; o sindicato da categoria, no entanto, era influenciado pelo PC do B, através da Corrente Sindical Classista.

Os casos de agressão vividos pelas operárias nas fábricas castanheiras chamam a atenção não apenas pelo fato em si, mas porque entre as péssimas condições de trabalho experimentadas pelos operários da construção civil, por exemplo, em sua quase totalidade composta de homens, há inúmeras reclamações, mas nenhuma delas é de beliscões recebidos por superiores hierárquicos. Como vimos no primeiro capítulo, a prática da violência é direcionada às mulheres por sua condição de gênero, refletindo a “naturalidade” com que o controle sobre os seus corpos é exercido, permitindo os “toques” não autorizados e, neste caso, a agressão explícita.

Um legado de sociedades patriarcais sob o capitalismo essas práticas se reproduziram e mantiveram-se em voga, mesmo diante de novas relações sociais completamente diferentes, como as que pressupõem o contrato jurídico de trabalho livre entre a figura do assalariado e a do empregador, em que estes não deveriam ter sobre o corpo daquele qualquer tipo de ingerência. Com a mulher operária, no entanto, a lógica é outra: a exigência de exames atestando não estarem grávidas, o controle de idas ao banheiro e da realização de necessidades básicas diferentes das masculinas, o desprezo sobre as condições da gravidez e da maternidade nas especificidades de licença pós-parto e direito à amamentação, demonstram que o capital nunca abriu mão das heranças patriarcais quando se trata de aumentar suas taxas de exploração.

Não seria diferente nas demais categorias operárias de maioria feminina, nas quais as condições de trabalho também são uma reclamação constante. Quando perguntamos a Wélia Matias (2012) sobre este tema, ela nos relatou:

[as condições] eram muito precárias. Pra ir no banheiro a gente tinha uma ficha, a nossa supervisora lá tinha uma ficha. Eu colocava e quando chegava a minha vez é que eu podia ir no banheiro, às vezes tinha umas 20 pessoas na minha frente. Água, eu precisava da autorização da supervisora para ir beber água. A gente almoçava lá, por várias vezes o almoço fazia mal. No outro dia estava a fábrica inteira passando mal. E acontecia não só na Guararapes, não, por várias vezes também aconteceu na Villejack e outras fábricas.

As queixas são as mesmas relatadas no jornal *Pano Prás Mangas* do Movimento de Oposição da categoria (maio de 1988): “os salários continuam baixos; as condições de trabalho cada vez mais precárias (alimentação, higiene, humilhação por parte dos encarregados, etc)”. Esta era uma reivindicação constante das operárias, como é possível observar neste outro exemplar do mesmo veículo:

Por dentro da fábrica – Vilejack – Senzala do Asfalto (2º capítulo): Se não bastasse essa situação de miséria a realidade das condições de trabalho nos deixa como se não

fossemos humano e o que se constata na fábrica VILEJACK. Os companheiros dessa fábrica denuncia que pela manhã estão servindo um café com leite que mais parece água morna, não tem gosto nem de café nem de leite. Os mesmos também reclamam que a alimentação está cada vez pior, ao ponto de todos correrem para o Abreu (uma cantina) onde as coisas são caríssimas e como eles já ganham pouco, exigem que a empresa sirva uma alimentação mais digna de comer. Outra denúncia é com relação a higiene dos banheiros. São bastante sujos a ponto de poluir todo o setor. – Por melhores salários! -Por melhores condições de trabalho! - Por uma melhor alimentação! - Por higiene nos banheiros e nos setores. (PANO PRÁS MANGAS, [198-])

Além das péssimas instalações, as operárias trabalhavam sentadas em cadeiras de madeiras desconfortáveis que, ao final do dia, deixavam marcas na pele. A revista, ao entrar e sair do local de trabalho, era outro expediente que trazia muito incômodo para as trabalhadoras: Socorro Rodrigues (2011) relembra sobre as reclamações constantes sobre estas revistas feitas de forma arbitrária, muitas vezes vexatórias ou até mesmo proibindo as mulheres de levarem bolsas ao trabalho.

Segundo Wélia Matias (2012), como revisora de peitilho das camisas, ela tinha uma meta de mais 1.000 peças diárias e uma cobrança enorme para chegar a essa produção. Ficava em pé das 7:00 às 5:00 da tarde realizando o serviço de revisão e só pôde adquirir o direito de trabalhar sentada em um banquinho ao engravidar, pois já não conseguia mais realizar o serviço. Muitas operárias eram obrigadas a realizar horas-extras, sob ameaça de demissão, principalmente a partir de agosto, quando a produção aumentava muito pela proximidade das festas de fim de ano.

Nas fábricas têxteis a vida das operárias seguia o mesmo rito. A “quentura era insuportável”, como levantou Jormana Araújo (2013) quando entrevistou a operária Vera Lúcia Mendes da fábrica Santa Cecília. O trabalho no ramo têxtil exigia altas temperaturas para não “quebrar o fio”, os pelos resultantes da fabricação impregnavam na pele, cabelo, em todo o corpo. As grandes máquinas funcionavam quase incessantemente e apresentavam riscos à vida dos trabalhadores, como relata Gomes (2012, p. 123): “José Bezerra de Lima foi sugado pela máquina de carda enquanto dava-lhe manutenção. O acidente foi tão violento que suscitou uma operação do Corpo de Bombeiros para retirar o operário das ‘entranhas do monstro carda’”.

Figura 8: Boletim Pano Prás Mangas, edição extraordinária, do Movimento de Oposição Sindical da

POR DENTRO DA FÁBRICA

VILEJACK- SENZALA DO ASFALTO

(2º capítulo)

Se não bastasse essa situação de miséria a realidade das condições de trabalho nos deixa como se não fôssemos humano e o que se constata na fábrica VILEJACK.

Os companheiros dessa fábrica denuncia que pela manhã estão servindo um café com leite que mais parece um água morna, não tem gosto nem de café nem de leite.

Os mesmos também reclamam que a alimentação está cada vez pior, ao ponto de todos correrem para o ABEU (uma cantina) onde as coisas são caríssimas e como eles já ganham pouco, exigem que a empresa sirva uma alimentação mais digna de se comer.

Outra denúncia é com relação a higiene dos banheiros. São bastante surjos a ponto de poluir todo o setor.

-POR MELHORES SALÁRIOS!

-POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO!

-POR UMA MELHOR ALIMENTAÇÃO!

-POR HIGIENE NO BANHEIROS E SETORES!

IMPORTANTE

Todos os meses em nosso salário é descontado a contribuição sindical é importante que os companheiros se dirijam ao sindicato para exigir a carteira de sócio, como prova que é sindicalizado.

É só levar:

-Contra-cheque do dia 10,

-Duas fotos,

-Carteira profissional,

Endereço:

Rua- 24 de maio, 782

(esquina com Pedro Pereira)

Fonte: Acervo pessoal cedido por Francisca Eugênia do Nascimento

São frequentes os relatos de operários mutilados, com severos problemas de saúde e danos psicológicos porque, ao serem afastados pelo INPS (antigo Instituto de Segurança Social), sem nenhum tipo de indenização, e posteriormente liberados para o retorno ao trabalho,

são demitidos imediatamente pelas empresas que não querem em seu quadro trabalhadores com sequelas ocupacionais provocadas pelas condições de trabalho. É frequente, nestas empresas, a insalubridade provocada por vapores de produtos químicos, como tintas, querosene e outros tipos de substância relatadas pela DRT que, mesmo diante da constatação, não atuava a empresa ou orientava mudanças na produção, fazendo os trabalhadores permanecerem sob os riscos destas inalações (GOMES, 2012).

As máquinas de tecelagem apresentam uma gama de graves riscos à vida das trabalhadoras, do barulho ensurdecedor que as fazia improvisar tampões no ouvido ao perigo de terem os cabelos arrancados, junto com o couro cabeludo, caso não o prendessem, ou ainda terem pedaços do corpo decepados. Além destes, outros problemas, como a perda de visão, eram frequentes em setores como o controle de qualidade, ao terem que esforçar a acuidade para verificar as possíveis falhas na produção dos tecidos (ARAÚJO, 2013).

Os problemas com alimentação também eram frequente fonte de insatisfação demonstrada durante a primeira greve na categoria, em 1986, na Têxtil Bezerra de Menezes (cf. capítulo 3), impulsionada pela oposição e por membros da CUT de Fortaleza. Os jornais noticiavam os problemas na fábrica referentes a essa questão: “eles [os operários] denunciam o sistema opressor existente na indústria, executado principalmente pelos supervisores, e ainda a oferta de alimentos estragados em seus refeitórios. [...] alguns grevistas garantem já ter comido macarronada azeda, linguiça podre e fígado deteriorado.” (*Diário do Nordeste*, 20/05/1986 *apud* GOMES, 2012, p. 43) Também nesta fábrica, para as mulheres repetia-se o mesmo tipo de controle de ida aos banheiros, realizado pelos supervisores: após a entrada, às 5:30, a porta do banheiro só era aberta novamente após as 7:00, o controle de ida era rígido ao ponto de operárias chegarem a fazer as “necessidades nas calças”.

Nas reivindicações desta greve, percebemos pautas correlatas com as de outras mobilizações operárias deste período: além da exigência de recomposição salarial (conforme vimos no capítulo anterior), estavam as reivindicações para o fim do trabalho aos domingos, a melhoria na qualidade da alimentação, estrutura de bebedouros e dos banheiros, assim como o fim dos assédios sexuais.

As reclamações sobre a jornada de trabalho e a intensidade do ritmo empregado nela é também recorrente. Em uma de suas primeiras greves operárias em Fortaleza, em 1979, os metalúrgicos assumiram como uma de suas principais pautas de reivindicação a redução da jornada de trabalho para 45 horas semanais – lembremos que o estabelecimento da jornada de

trabalho de 44 horas semanais foi uma conquista da Constituição de 1988. Em 1986, em outra greve deflagrada pela categoria, exigia-se o fim da obrigatoriedade de horas extras pois, assim como no setor de confecção de roupas, essa prática por parte das empresas metalúrgicas era recorrente. Outra reivindicação foi o cumprimento de itens básicos da CLT, entre os quais o depósito do FGTS.

A condição de trabalho nos metalúrgicos também incorria em grandes riscos à saúde dos operários, conforme nos conta Ortins (2018) sobre a falta de equipamentos de segurança básicos:

Começou o pessoal a reclamar que o EPI não estava legal. A gente trabalhava em um barco, embarcado e a gente trabalhava com sandália japonesa [chinelo de borracha], aí eu disse não vou não, porque eu queria uma bota. Um barco daquele pesa 50 mil toneladas, bate um no outro na borda, fica um no outro enfileirado, se pegasse sua perna, ficava só a papa, né. Aí eu briguei lá, consegui a bota e todo mundo na oficina conseguiu. Aí o cara começou a desconfiar, né. Aí o pessoal da solda começaram a reclamar que tava trabalhando sem couro [sem proteção]...eu chamei várias, denunciei várias vezes a DRT, aí os caras começaram a desconfiar que tinha alguém [fazendo as denúncias].

Nas diversas categorias operárias, o trabalho configurava-se como um risco iminente à vida e à saúde, em algumas destas, no entanto, os perigos são ainda mais severos. Na construção civil, as condições em que os operários exercem a labuta escancaram relações de trabalho aviltantes, sem qualquer preocupação com a vida e higiene básica para o bem-estar do trabalhador. Um canteiro de obras é por si só um local inóspito, onde a convivência com a poeira provocada pela construção, o cimento, os ferros, pregos, parafusos enferrujados expostos trazem inúmeros riscos. Porém, as condições em que os operários deste setor se encontravam ao final da década de 1980, em Fortaleza, são as piores possíveis.

Não são nada incomuns mortes durante o expediente, provocadas pelas excessivas horas extras que potencializavam os riscos inerentes à profissão. A ausência de equipamentos de segurança era também uma reclamação constante⁶⁴, assim como a falta de água potável. Entre

⁶⁴ “O operário José Maria Pereira, 32 anos, casado, natural de Pacatuba, que residia à rua Delmiro Júnior, nº 100, Pajuçara, teve morte violenta quando despencou do décimo andar de um prédio em construção, fato acontecido às 10 hs, de ontem, próximo a Assembléia Legislativa. José Maria se encontrava desempregado e um amigo o convidou para trabalhar sem carteira de trabalho assinada, com o mestre de obra. A vítima topou e ao executar as tarefas determinadas pelo mestre de obras, desequilibrou-se e caiu, tendo morte imediata. No local ninguém quis dar informações mas ficou patenteado que todos que trabalhavam na obra não tinham as mínimas condições de segurança e os parentes da vítima, bastante revoltados, contaram que vão exigir os direitos trabalhistas junto ao Tribunal Regional do Trabalho” (Jornal *Tribuna do Ceará*, 30 de agosto de 1988 apud NOBREGA, 2006, p. 43).

as reivindicações das primeiras greves, após a eleição da nova diretoria ligada à CUT, esteve a exigência de itens indispensáveis, mas até então inexistentes, como bebedouros com água potável, banheiros, entre outros, e mesmo assim os empresários se negaram a fornecer estes itens, alegando serem muito caros.

Diferentemente de uma fábrica onde há a produção de mercadorias sob um galpão ou uma construção pronta, um canteiro de obra é em si a fábrica do “peão”. A mercadoria produzida ali é a própria construção, ou seja, ele trabalha sob as intempéries do tempo, o que em Fortaleza significa sol escaldante durante todo o dia, necessitando o uso de roupas que protejam a pele – material raramente fornecido pelas empresas neste período; isto é, os trabalhadores sequer podiam contar com uniformes apropriados. Em prédios já com andares altos e próximos às áreas litorâneas, o vento, muitas vezes em rajadas súbitas, é um forte fator de risco para os que trabalham pendurados em cordas presas às construções, executando diversos tipos de serviço.

As refeições neste setor são retratadas em relatos ainda piores daqueles expressos em outras categorias operárias, nos anos em que estudamos; os operários raramente tinham alimentação fornecida nos locais de trabalho, e às vezes cozinhavam para si com fogueiras e utensílios improvisados e comiam nos próprios capacetes. Quando a alimentação era fornecida pela empresa, não raramente vinha estragada ou com péssima qualidade. Por isso, esteve entre as reivindicações da primeira campanha salarial, seguida de uma greve deflagrada pela nova diretoria, a reivindicação de “Fornecimento de alimentação nos locais de trabalho (Vale refeição ou restaurante na empresa) e doação de equipamento de trabalhos, os EPI’s como chamamos atualmente”. Ao final da greve, as concessões conquistadas, erigidas no texto do acordo trabalhista, comprovam a realidade anterior da dura situação nas quais estes trabalhadores estavam exercendo sua atividade produtiva:⁶⁵

Cláusula 8ª- As empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados das obras, os **equipamentos necessários exigidos pela lei para o seu trabalho** (...), tais como: luvas, botas, capacetes, cintos de segurança e óculos de proteção.

Cláusula 9ª- **As empresas utilizarão andaimes de ferro e bandejas de madeira, devidamente cercados de grades de proteção e fechados com telas de aço** ou plástico (...) de tal maneira que incorram quaisquer acidentes oriundos de quebra de

⁶⁵ Segundo Nóbrega (2006) na campanha salarial seguinte, de 1990, foram necessárias novas cláusulas sobre os mesmos temas, já que os empresários conseguiam de diversas formas burlar os acordos, por exemplo ao fornecer refeições com péssima qualidade e sem carne, não garantir água potável ou instrumentos adequados. Posteriormente, os “peões” fariam um movimento paredista conhecido como greve do pãozinho pois, apesar de acordado em convenção que a empresa deveria fornecer no café da manhã 100 gramas de pão ou dois carioquinhos (pão francês), esta fornecia apenas um. Entre os outros pontos na pauta de reivindicação daquela mobilização, foi o pãozinho que emprestou o nome à greve naquele ano.

equipamentos, ou resvalo de trabalhadores (...). O mesmo ocorrerá com os elevadores, cuja manutenção deve ser rigorosamente observada (...).

Cláusula 10ª- As empresas dotarão as obras de **alojamentos gratuitos e de boas condições para que os que nela trabalhem e residam, além de sanitários e banheiros limpos e com perfeitos sistemas de chuveiros e de esgotamento, bebedouros que forneçam água potável, fogões, mesas para lanches em cozinhas de campanha**, além de outros.

Cláusula 11ª- As empresas **fornecerão uniformes de trabalho** aos seus empregados das obras, sem quaisquer ônus para estes, quando necessário à segurança e de acordo com a legislação.

(...) Cláusula 22ª- As empresas comunicarão aos empregados e ao sindicato profissional, com antecedência mínima de 30 dias, a data para a eleição de escolha de representantes nas CIPA's, sendo, a votação, direta e secreta.¹⁴³

(...) Cláusula 30ª- As **empresas manterão, nos estabelecimentos e canteiros de obras, medicamentos e materiais indispensáveis aos primeiros socorros**, os quais serão de uso gratuito por todos os que deles necessitarem (NOBREGA, 2006, p.143).

Como se observa dos temas tratados na Convenção Coletiva, a retomada da atividade reivindicatória destas categorias possibilitou que muitas mudanças fossem exigidas e outras tantas implementadas, mas a lógica de se produzir sempre mais a menores custos colocou constantemente a vida e a saúde dos trabalhadores em risco, sendo pauta permanente dos movimentos dos trabalhadores no setor operário.

CAPÍTULO 3 - O MOVIMENTO OPERÁRIO ENTRA EM CENA: NOVO SINDICALISMO, ORGANIZAÇÃO DE BASE E OPOSIÇÕES SINDICAIS.

[...] Tudo isto, leitor, é truque
de gente sem coração
que, com o fim de trazer
os pobres na sujeição,
da palavra comunismo
inventa um bicho papão

Porém a Igreja dos pobres
fiel se comprometeu,
cada um tem o direito
de defender o que é seu,
para quem segue Jesus
nunca falta um Cirineu [...]

Quando Jesus Cristo andou
pregando sua missão
falou sobre a igualdade,
fraternidade e união,
não pode haver injustiças
na sua religião

Por este motivo a Igreja
nova posição tomou
dentro da América Latina
a coisa agora mudou,
o bom cristão sempre faz
aquilo que Deus mandou [...]

Por isto, os nossos pastores
trilham penosas estradas
observando de Cristo
suas palavras sagradas,
trabalhando em benefício
das classes desamparadas [...]

Pois vemos o estudante
pelo poder perseguido,
operário, agricultor,
o nosso índio querido
e o negro? Pobre coitado!
é o mais desprotegido [...]

Padre Henrique e o Dragão da maldade
Patativa do Assaré⁶⁶

⁶⁶ Reconhecido como o maior cordelista do Nordeste e grande nome da cultura popular sertaneja, o cearense Patativa do Assaré retratou neste cordel um padre de nome Henrique, morto em 1969 durante a ditadura militar, por acusação de ser comunista. O cordel *Padre Henrique e o Dragão da Maldade* retrata a inflexão realizada pela Igreja Católica na América Latina, influenciada pela Teologia da Libertação, em busca de diálogo com os setores mais desamparados da sociedade.

Em 11 de novembro de 1988 as eleições para nova direção do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Fortaleza e Região Metropolitana consolidam o momento de ampla retomada dos movimentos sociais e, em especial, da ampliação do novo sindicalismo na cidade. Oposição à antiga diretoria do Sindicato, a chapa ligada ao PT e à CUT defendia como programa para as eleições a organização dos trabalhadores pela base e um sindicalismo de modelo reivindicatório em contraposição ao modelo assistencialista exercido até então. Estabelecendo-se como o maior sindicato operário da capital do Estado, com 20 mil trabalhadores na base (NOBREGA, 2006), logo seria um dos principais organizadores do movimento paredista, na greve geral de 1989.

Em 1979, quase uma década antes, a greve dos trabalhadores metalúrgicos de Fortaleza iniciava esse processo de reorganização na cidade. Em 1977, um grupo de metalúrgicos, entre os quais o futuro presidente do sindicato, Francisco José Lira, passou a frequentar as atividades sindicais. Influenciado pelas greves no ABC paulista, estes operários se aproximaram das ideias dos sindicalistas autênticos⁶⁷: “Tivemos um encontro que serviu de retomada da luta. Foi aí que conhecemos o Lula, Djalma Bom, o Severino. Daí nós começamos a copiar, porque a gente achou que aquela linha de São Bernardo era a que a gente deveria seguir, a linha da mobilização.” (LIRA, Francisco José, entrevista concedida a Altino Nogueira Neto, apud NOGUEIRA NETO, 1990, p.126).

Assim, o Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza foi o primeiro sindicato operário a se aproximar do novo sindicalismo que surgia no ABC paulista e nas oposições metalúrgicas, como o MOMSP – Movimento Oposição Metalúrgicos de São Paulo. O termo “novo sindicalismo”, incorporado pela sociologia do trabalho nos anos seguintes, passou a ser utilizado para se referir a este movimento que ganhou força ao final da década de 1970, mobilizando milhares de trabalhadores brasileiros e impulsionando o engajamento popular nas reivindicações pelo final do regime militar. Segundo Eduardo Noronha (1991, p.97):

[...] a flutuação do conflito trabalhista no Brasil seguiu de perto os passos da transição brasileira. Primeiro, porque o movimento sindical avançou (também soube recuar) a cada etapa do processo de liberalização do regime autoritário; segundo, porque a incorporação da classe trabalhadora e da liderança sindical no processo de transição deu-se fundamentalmente através das possibilidades abertas para expansão de suas demandas e não por meio de sua participação efetiva nos pactos políticos que definiram a transição. A greve não foi o único canal de manifestação desses

⁶⁷ O termo “autênticos” ou combativos foi cunhado por um grupo de sindicalistas e se refere a um grupo de dirigentes sindicais, que assim se autodefiniam por se considerarem independentes da estrutura sindical, do governo e da tradição pré-64. Formariam o núcleo do novo sindicalismo. A princípio não vinculados a partidos políticos, porém próximos de setores do PCB, esse grupo teve participação destacada na fundação do PT (ALMEIDA, 2011).

segmentos, mas foi certamente a forma mais duradoura, crescente e talvez eficaz de expressão.

A resistência à ditadura foi uma constante durante todo o regime.⁶⁸ No entanto, no âmbito fabril, o atrelamento dos sindicatos ao Estado durante o período mais repressivo do regime ditatorial inviabilizou ações reivindicatórias de cunho trabalhista abertas e expressivas. As reivindicações ocorriam no interior da fábrica de forma silenciosa, e a organização coletiva atuava por meio de pequenas ações, como diminuir a produção para conquistar aumento salarial ou combater um chefe autoritário (RODRIGUES, 1991).

Essas experiências com as pequenas ações no interior das fábricas foram os germens da organização de base que se transformariam nas comissões de fábrica dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e do MOMSP. Convém destacar que estas vertentes, as duas principais que originariam o novo sindicalismo, nasceram com concepções diferentes sobre as comissões de fábricas. Conforme Rodrigues (1991), a Oposição Metalúrgica de São Paulo expressava em seu jornal, já no ano de 1976, a necessidade de criar as comissões para resgatar o sindicalismo autêntico e defender os interesses da classe operária; já entre os metalúrgicos de São Bernardo, a concepção propugnava redemocratizar a estrutura sindical e eleger delegados sindicais.⁶⁹

As duas vertentes chegariam a posições muito próximas sobre o tema da organização de base e as comissões nos locais de trabalho nos anos que antecederam a formação da CUT, seja por influência da OMSP junto aos metalúrgicos do ABC ou pela própria formação – algumas vezes de forma espontânea, outras vezes de forma consciente – dessas comissões nos momentos de acirramento da luta de classes. A presença de ativistas ligados à Igreja Católica também influenciou essas organizações, conforme aponta Rodrigues (2011), pois ambos os tipos de abordagem tática foram formados por pessoas ligadas às Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

Por todo o período ditatorial, as organizações de base vinculadas à Igrejas Católica

⁶⁸ Antes da formação da Oposição Metalúrgica de São Paulo, ativistas ligados às organizações políticas fundaram, em 1968, a União dos Metalúrgicos em Luta, que atuava na organização da categoria na capital. O regime ditatorial assassinou dois de seus membros, Clavo Hansen e Luiz Hirata, colocando fim à UML (PEDREIRA FILHO, 1997).

⁶⁹ Segundo Pedreira Filho (1997), muitos militantes da OMSP tinham origens em organizações políticas comunistas e nos setores da Igreja Católica, tais como a Pastoral Operária- PO e Juventude Operária Católica - JOC, evidenciando a influência destas concepções na atuação da oposição. Figurando em destaque e sob certo consenso, ainda que envolvendo inúmeras polêmicas, está a ideia da importância do papel dos revolucionários nos conselhos de fábrica. Desde a Revolução Russa, passando pelo processo revolucionário alemão, mobilizações na Itália, Hungria, Espanha, entre outros, observou-se a participação dos conselhos de fábrica como forma de duplo poder nos momentos insurrecionais. Em especial, conforme aponta Rodrigues (1991), a OMSP foi fortemente influenciada pelo modelo de conselho de fábrica italiano e espanhol que, diante dos processos insurrecionais em seus países, assumiram o controle da produção e autogestionaram as fábricas.

abrigaram milhares de ativistas, não apenas no ABC paulista ou na cidade de São Paulo, mas em todo país. O diálogo entre o cristianismo e o marxismo, segundo Löwy (1989), começa ainda na década de 1950 quando a conjuntura mundial pós-guerra leva a duas crises: na Igreja Católica e no marxismo. O catolicismo passa a repensar uma renovação teológica (*aggiornamento*) diante de sua crise, elegendo um novo Papa, João XXIII, em 1958, concomitantemente o marxismo institucional passa a ser questionado após o XXº Congresso do PCUS (1956) e as denúncias sobre os crimes estalinistas. Abre-se neste momento uma janela de diálogo entre os dois campos, em especial na América Latina, em que o peso do catolicismo, aliado à urbanização acelerada e a Revolução Cubana (1959), possibilitou uma ampla convergência, chegando-se a fundir, em algumas situações, em uma corrente “marxista cristã”.

A primeira aproximação entre os dois campos se dá ainda antes da ditadura, através da Juventude Universitária Católica - JUC, no início dos anos 1960. Para Löwy (1989), “o Brasil foi o primeiro país em que a dinâmica da afinidade eletiva entre cristianismo e marxismo pôde se desenvolver”.⁷⁰ Isso foi possível, segundo hipótese do autor, devido a influência do catolicismo francês e dos padres missionários deste país em expedições no Brasil, entre os quais o radical anticapitalista Emmanuel Mounier. A respeito dessa influência, observa-se no interior do Ceará a forte atuação dos padres franceses na fundação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs, ainda durante a ditadura militar (MATOS, 2014).

Foi através dos Círculos Operários Cristãos que se deu a participação política da Igreja Católica junto aos sertanejos cearenses, mas essa aparente contradição terminológica tem uma trajetória. Idealizados como um instrumento assistencialista para as massas operárias ao final do século XIX, por determinação papal, estes organismos passaram a atuar também sobre as comunidades rurais no início do século seguinte⁷¹. Segundo Helaine Matos (2014), após 1964, o regime ditatorial passa a autorizar, com exclusividade, a fundação de sindicatos rurais pelas arquidioceses locais, apoiadas no movimento circulista. A intenção era combater a ação dos comunistas, em especial aqueles ligados ao PCB, que já haviam fundado diversos sindicatos rurais e gozavam, neste momento, de bastante influência entre os trabalhadores do campo no

⁷⁰ Michel Löwy usa o termo afinidade eletiva, a partir da concepção de Max Weber, para estudar a relação recíproca entre “uma forma religiosa (a ética protestante) e um *ethos* econômico (o espírito do capitalismo)”, através de uma relação dialética entre as duas estruturas.

⁷¹ Segundo Matos (2014), os Círculos Operários Cristãos foram ensejados pela publicação da encíclica papal *Rerum Novarum* em 1891, editada para sensibilizar os bispos das condições dos operários em todo mundo e retirá-los da influência dos “socialistas”. No Ceará, registram-se os primeiros Círculos Operários em 1915 em Fortaleza e, no interior, em 1930 na cidade de Aracati. Entre 1915 e 1963 foram registrados 86 Círculos Operários, distribuídos em 77 municípios.

Ceará.⁷²

No entanto, muitos arquidiocesanos iam de encontro a diversas diretrizes da Igreja e do próprio regime militar, abrigando e incentivando a atuação de missionários franceses nas comunidades. Paullet Ripert, uma assistente social francesa ligada à essas expedições, foi, por exemplo, uma das orientadoras dos trabalhadores rurais na fundação do STR Crateús-CE, ainda durante a ditadura (MATOS, 2014). Este movimento se tornou o gérmen da organização de sindicatos rurais combativos, dando origem também às Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e às Pastorais da Terra - CPT no Ceará. Nas décadas seguintes, na fundação da CUT nacional, a delegação de sindicatos rurais seria a maior representação entre os delegados cearenses, mostrando a força do movimento dos trabalhadores rurais no Estado.

Na cidade de Fortaleza, as CEBs e a Juventude Operária Católica -JOC passaram a se organizar a partir dos anos 1960, principalmente nos bairros da região periférica, com o intuito de “ajudar a comunidade a expressar sua palavra” (OLIVEIRA, 2014). Essa nova forma de atuação da igreja foi reforçada pelo Concílio Vaticano II, entre 1962 e 1965, que consolidou o momento de renovação católica e reposicionou as diretrizes da Igreja, aproximando-a do povo e elegendo-o como protagonistas evangelizadores. No Pirambu⁷³, bairro com grande concentração de operários, essas organizações eclesiais de bases ganharam força e, somadas às outras comunidades da região, instituíram uma forte tradição de organizar o movimento popular por dentro da Igreja Católica, muitas vezes diretamente nos salões paroquiais.

Em 1970, quando a Teologia da Libertação - TdL surge como corrente organizada no interior da igreja, as bases de sua concepção teológica já estavam difundidas. Como afirma Löwy (1989, pp. 14-15):

Efetivamente, no curso dos anos [19]60 se desenvolveu em toda a América Latina (como resultado da conjuntura mundial e continental acima referida) uma corrente cristã solidária aos pobres, com uma prática emancipadora, que participa em movimento de cultura popular, de alfabetização, de organização de bairro, de

⁷²No Nordeste, a partir da década de 1950, as lutas dos trabalhadores rurais passaram por um forte ascenso, possibilitando o surgimento das ligas camponesas nos estados de Pernambuco e Paraíba em 1955 e a irradiação desse movimento a várias outras localidades. Com a posse de João Goulart e a sinalização da possibilidade de se realizar uma redistribuição de terras no campo, o processo de fundação de associações e sindicatos rurais se acelerou. O PCB, exercendo forte influência sobre estes trabalhadores, fundou dezenas de sindicatos entre 1962 e 1964. Contabiliza-se, somente no ano de 1963, a fundação de 35 sindicatos no Ceará (OCHOA, 1989).

⁷³ O bairro do Pirambu, localizado à beira da praia, a oeste da região central da cidade, distante cerca de 3 km, foi ocupado inicialmente por pescadores. A partir da década de 1930, retirantes do sertão cearense passaram a ocupá-lo por se tratar de uma região desvalorizada com dunas de areia e lagoa que apresentava muita dificuldade para construção de habitações. Frequentemente ocorriam ali na região inundações ou soterramento das moradias e ruas pela areia. Além disso, não havia planejamento urbano, como acesso à luz, saneamento, água, sendo na década de 1940 já considerado como área de favelização. Desde essa década há relatos de reuniões de moradores para melhorias no bairro, mas foi em 1981 que o processo de organização das associações de bairro e dos movimentos de moradores ganhou força, contando com amplo apoio do Padre Haroldo Coelho, pároco recém-chegado à Igreja de Nossa Senhora das Graças e adepto da Teologia da Libertação (OLIVEIRA, 2014).

sindicalização rural, e mesmo, em alguns países, em movimentos políticos de inspiração marxista. A ideia fundamental, que começa a germinar no bojo dessa práxis, fruto da experiência juntos aos pobres, aos camponeses sem terra, aos favelados, aos trabalhadores, às mulheres, aos negros e índios, é a de que só uma mudança radical das estruturas sociais – protagonizada pelos próprios pobres – pode acabar com a pobreza.

O conjunto de escritos que daria corpo teórico à TdL, a partir de 1971, é a expressão dessa prática já consolidada em toda América Latina. Seus principais idealizadores, entre os quais Leonardo Boff e Frei Betto, reinterpretaram o Evangelho a partir de uma compreensão da realidade e das causas da pobreza com o olhar do método marxista. Essa nova elaboração reapproximou a teologia cristã de uma concepção anticapitalista em que a “solidariedade com o pobre” não deve estimular a prática assistencialista, como a desenvolvida até então, mas uma práxis transformadora, em que estes são os protagonistas de sua própria libertação (LÖWY, 1989).

O desenvolvimento do papel da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base, das Pastorais, da Juventude Católica junto aos movimentos populares, nos bairros e nas fábricas é essencial para compreendermos a organização de base nos locais de trabalho. Muitos dos métodos utilizados pelos ativistas – por exemplo, a forma de interação junto à comunidade e o local onde a Igreja realizava as reuniões, dava refúgio aos grevistas e sede provisória aos sindicatos – estavam ligados a essa concepção de Igreja de portas abertas à comunidade. Conforme aponta Rodrigues (2011, p. 63), a influência da igreja junto aos ativistas sindicais durante o período de resistência ao regime ditatorial foi enorme, sua práxis de “ir às bases, isto é, de pensar o trabalhador de forma mais integral: vendo-o não apenas como um operário no interior das fábricas, mas como pessoa no cotidiano de trabalho e como cidadão” seria identificada posteriormente como parte das características dos novos movimentos sociais, em especial, do novo sindicalismo.

Sobretudo, diante da forte repressão ditatorial, a atuação por dentro da Igreja também seria uma das únicas possibilidades de organização e atuação reivindicatória neste momento no país. Desta forma, as CEBs, pastorais e outros se transformaram em “organizadores coletivos”, conforme aponta Rodrigues (2011), consolidando um “centro reaglutinador do movimento de oposição” que, junto com as organizações de esquerda e do sindicalismo de “matriz renovadora”, possibilitou o encontro de correntes de tradições diferentes, mas com os mesmos interesses imediatos, possibilitando o surgimento da CUT e o protagonismo destes no ascenso do movimento operário no decênio 1979-1989.

Em Fortaleza, essa relação esteve marcada pela participação crescente dos operários nos movimentos sociais, ainda no fim da década de 1970. As organizações de bairros e de luta por moradia ganharam força, dada a necessidade de melhorias estruturais diante da urbanização acelerada e não planejada pela qual passava a cidade. A migração de milhares de sertanejos para a capital desde a década de 1950, após as grandes secas de 1953 e 1958, somadas ao intenso processo de industrialização, incharam os bairros próximos às fábricas (ver capítulo 1). Muitos destes locais passaram por processo de favelização e ocupações de terras para a construção de moradias, entre os mais conhecidos episódios nesse tema foi o da favela José Bastos, desocupada em 1978 após uma forte resistência à repressão policial – ao final, a comoção social conseguiu do governo a construção de conjuntos populares para abrigar a população.

A repressão por parte do regime ditatorial à atividade sindical e a organização de movimentos junto às fábricas era muito superior àquela realizada contra as associações de moradores nos bairros. Ainda que muitos párocos e membros da igreja tenham sido perseguidos e presos, é um dado que a presença da Igreja nas comunidades, organizando as associações e o movimento popular, como no bairro Pirambu, diluiu o poder da repressão militar.⁷⁴ Sobre essa atuação, é importante ressaltar que nem todas as paróquias contavam com apoio dos padres para a organização de CEBs ou da JOC, em especial àquelas vinculadas à diretrizes teológicas distantes da TdL.⁷⁵

A perseguição aos membros da igreja simpáticos às CEBs e à TdL não foi, no entanto, exclusividade do período ditatorial. Em 1989, a diocese de São Paulo foi dividida em várias partes para que o Bispo Dom Evaristo Arns não tivesse mais influência sobre as paróquias da capital. No Jornal *O Povo* de 24 de janeiro de 1989, o colunista Themístocles de Castro e Silva acusa o bispo paulista de ser um mentiroso ao denunciar os crimes da ditadura, pois os generais “não fuzilaram ninguém”, e defende que as Forças Armadas guardem uma carta de D. Paulo Arns sobre Cuba para que fosse utilizada “quando se possa fazer uma revolução de verdade”, referindo-se ao golpe militar e defendendo, evidentemente, que as forças militares reprimissem as posturas do bispo.

É possível que a reação do colunista esteja ligada ao grande peso que as CEBs tinham

⁷⁴ A atuação da Igreja nos bairros acontecia com uma perspectiva assistencialista, conforme aponta Oliveira (2014): o discurso da igreja era aparentemente despolitizado, o que lhe conferia legitimidade junto ao Estado, mas não podemos com isso negar houve perseguição política aos seus membros. Um dos casos mais conhecidos foi o de Frei Tito de Alencar, cearense, deportado para o Chile em 1971 e posteriormente exilado em Paris em um convento dominicano, onde foi encontrado morto em agosto deste mesmo ano.

⁷⁵ A Renovação Carismática, por exemplo, foi uma matriz teleológica cristã antagonista à TdL. Mesmo em paróquias em que existiam párocos ligados àquela registra-se a existência de CEB's ligadas à TdL (OLIVEIRA, 2014).

nas paróquias de Fortaleza. Muitos dos operários que ingressaram no movimento sindical na capital cearense iniciaram seu ativismo a partir dos movimentos comunitários de bairro, com toda uma camada de ativistas operários tendo sua formação intensamente determinadas pela força da Igreja Católica e da presença da esquerda organizada ali. RODRIGUES, L.M. (1991, p. 16-17) definiu da seguinte forma a relação movimento sindical/popular e Igreja:

Mas o dado novo, que viria alterar profundamente o quadro das lutas sindicais no país, foi a “esquerdização” do comportamento da Igreja e sua franca oposição ao governo militar em também o modelo econômico capitalista. Desse ponto de vista, é importante ressaltar, como acentua Vera Silva Telles, o surgimento, a partir de 1974, da Pastoral Operária, sob inspiração da Teologia da Libertação, e seu esforço no sentido de aproximar os movimentos populares do movimento sindical. Com isso, o bairro tornou-se também um local de articulação operária. Muitos trabalhadores, ligados aos grupos comunitários, passaram a atuar nos sindicatos, geralmente nas oposições a diretorias consideradas excessivamente moderadas ou “pelegas”, introduzindo novos conceitos e reivindicações no campo da militância sindical (democracia de base, autonomia sindical, organização a partir do local de trabalho e dos bairros, comissões de fábricas, etc.).

Indo ao encontro da observação realizada pelo autor, as origens do novo sindicalismo, das oposições sindicais e a fundação da CUT em Fortaleza estão relacionadas diretamente a duas vertentes: a militância católica das CEBs, JOC e Pastorais nos movimentos de bairros e por moradia; e a presença da esquerda organizada em partidos políticos. Tal situação de maior abertura para a ação política dentro dos movimentos de bairros e ligados às comunidades possibilitou aos militantes de organizações políticas em Fortaleza um fértil campo para atuação.

Entre estes, estiveram os militantes do PC do B que se mantiveram na clandestinidade, mas aproveitaram, quando houve abertura, para se organizar em movimentos como os de luta pela anistia aos presos políticos e nas organizações de bairro. Uma parcela do partido, ligada às figuras de Maria Luiza Fontenele, posteriormente prefeita da capital pelo PT, Rosa da Fonseca, Célia Zanetti e Jorge Paiva⁷⁶ se transformaria em um dos grupos com maior influência sindical no período em que estudamos, momento em que já haviam rompido com o PC do B e fundado o PRC – Partido Revolucionário Comunista, posteriormente PRO, incorporando em seus quadros diversos ativistas operários.⁷⁷

⁷⁶ O “grupo da Maria”, como ficaria conhecido depois da ruptura com o PC do B, teve uma atuação reconhecida e muito pesquisada nos meios acadêmicos junto ao Movimento Feminino pela Anistia no Ceará - MFPA, através de Rosa da Fonseca, Célia Zanetti e Maria Luiza Fontenelle. Após a anistia, fundou a União Cearense de Mulheres, com forte atuação na luta contra a violência às mulheres, além de participar de diversos movimentos sociais por moradia, conforme abordaremos no capítulo 4.

⁷⁷ Conforme Lincoln Secco aponta em seu livro *História do PT* (2018, p. 126), o PRC, fundado em 1984, “considerava que o Brasil passava por uma Revolução passiva e tinha uma estrutura de dominação baseada numa hegemonia passiva. O projeto da burguesia seria tentar transformar essa hegemonia passiva em ativa, enquanto o

Entre estes, Antônio Ortins havia sido membro do PC do B ainda em Pernambuco e mudou-se para a capital cearense no final da década de 1970 para atuar no movimento popular. Começou em 1983 sua atividade no movimento operário, durante a eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza, a segunda eleição após as importantes mobilizações da categoria em 1979:

(...)os metalúrgicos tinham realizado um grande movimento em [19]79 aqui no Ceará, por influência de São Bernardo. Lula teve em Fortaleza, falou com o pessoal aqui, na época Lula era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos [do ABC], eu não estava no Ceará, mas eu sei da história, né. Lula teve aqui, falou com o pessoal, fizeram um grande movimento de solidariedade, arrecadaram dois caminhões de alimentos para mandar para São Bernardo, foi uma coisa muito bonita. Aí depois disso houve um movimento de greve, parou a Esmaltec, parou a CEMEC e Ironte⁷⁸, pararam essas três fábricas. Ironte era uma fábrica de alumínio, a CEMEC uma eletro-metalúrgica, de material elétrico, faz esses materiais de eletrificação, estação elétrica, esses equipamentos mais sofisticados e faz também moinho, lá é uma fábrica altamente especializada e a Esmaltec que faz fogão a gás, essas coisas aí. Aí parou essas 3 em [19]79 (ORTINS, 2018).

O movimento paredista metalúrgico de 1979, em Fortaleza, foi reconhecidamente um marco na retomada da luta do movimento operário organizado na cidade. Com uma duração de 10 dias, a greve levou às ruas, durante manifestações promovidas para pressionar a direção do sindicato patronal, 4 mil trabalhadores, de um universo de 8 mil na categoria. (NOGUEIRA NETO, 1990). A assembleia que deflagraria a greve contou com 1.000 operários e foi realizada no Centro Comunitário do bairro Carlito Pamplona, próximo à região de maior presença das indústrias metalúrgicas e divisa com o bairro do Pirambu.⁷⁹

Após a mobilização metalúrgica, o Sindicato e a nova diretoria seguiram participando de encontros e congressos, aproximando-se, de forma definitiva, da construção da CUT nacional e do grupo dos autênticos do ABC. Além deles, outras categorias no Estado, como os bancários, eletricitários e os trabalhadores rurais, estavam debatendo a formação da nova central

PT constituiria um obstáculo a esse projeto (...) o principal nome do grupo era o Deputado Federal por São Paulo, José Genuíno Neto (...) O PRC era efetivamente um partido clandestino que usava o PT como fachada legal, às vezes até autorizando ‘dobradinhas’ legais de seus militantes com outros partidos, além do PT”.

⁷⁸ CEMEC Construções Eletromecânicas S/A, parte do grupo J. Macedo, localizada no bairro Jacarecanga; Alumínios Ironte, localizada no bairro Antônio Bezerra.

⁷⁹ Passou a dirigir o Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza neste momento o diretor sindical Francisco José Bezerra Lira, pois o presidente da entidade fora afastado pela Delegacia Regional do Trabalho. Durante a greve deflagrada em 23 de setembro, segundo Nogueira Neto (1990), comissões de operários foram organizadas para coordenar as ações e, após dez dias de enfrentamento e muita repressão por parte da empresa e da polícia, a greve terminava.

sindical.⁸⁰ O Iº Encontro Estadual de Dirigentes Sindicais, com 100 dirigentes vinculados a 20 sindicatos urbanos e 30 rurais, fundou a Frente Sindical dos Trabalhadores Urbanos do Estado do Ceará. Ortins (2018), relembra a criação da Frente Sindical e a importância para o movimento operário:

esse período da década de 80 foi o período de renascimento do movimento operário em Fortaleza, além de somado a isso você tinha outras experiências, como, por exemplo, a Frente Sindical. A Frente Sindical reunia bancários, eletricitários, sindicatos que estavam surgindo. [...] Foi um movimento de ressurgimento, foi quando ascendeu o movimento.

Em 19 de julho de 1981 ocorre, em Fortaleza, com a participação de 37 entidades sindicais, o Iº Encontro preparatório para a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras – Conclat.⁸¹ No mês seguinte, na Praia Grande, SP, o Conclat reuniu uma expressiva delegação do Ceará, vinculada principalmente aos sindicatos rurais, com a presença de 29 entidades, 9 sindicatos urbanos, 8 associações pré-sindicais, além a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE.

Foi neste encontro, realizado entre os dias 21 a 23 de agosto de 1981, que uma importante cisão ocorreu entre os setores do movimento sindical nacionalmente e, em especial, como veremos mais adiante, do movimento operário em Fortaleza.

Segundo RODRIGUES, L.M. (1990), duas tendências principais se cristalizaram: o “Bloco Combativo”, que tinha à frente o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, as oposições e a esquerda radical, representados por militantes ligados à Igreja e de orientação leninista e trotskista; e o “Bloco da Reforma”, ligados aos dirigentes de sindicatos, federações e confederações importantes, o MR-8, PC do B e PCB.⁸² As diferenças políticas e de concepção

⁸⁰ A participação de delegações no Ceará nos encontros que precederam a criação da CUT no país foi, desde o início do processo, uma constante. Em 1979, um encontro em Belo Horizonte deliberou pela criação de um Comitê Provisório para organizar o primeiro CONCLAT e as atividades do 1º de maio de 1980. Estava presente nesta reunião a diretoria do Sindicato dos Bancários de Fortaleza. Em 1981 é realizada uma reunião preparatória aos Enclat, Encontros Estaduais das Classes Trabalhadoras, na qual esteve presente o dirigente sindical dos trabalhadores rurais de Morada Nova. (NOGUEIRA NETO, 1990)

⁸¹ Realizada entre os dias 21 e 23 de agosto, com a participação de mais de 5000 delegados, o CONCLAT contou com a presença de amplos setores do sindicalismo de variados matizes, fato explicitado pela presença de cúpulas ligadas às federações e confederações e que evidencia também, segundo Rodrigues, L. M. (1990) a existência de vida ativista entre os sindicatos que estiveram sob a tutela e controle do regime ditatorial. O novo sindicalismo se apoiou nestas estruturas não apenas incorporando dirigentes sindicais oriundos dela, mas também financeiramente.

⁸² Antunes (1991) divide esse bloco em três correntes: o centro composto por sindicalistas vinculados ao “peleguismo tradicional” tentando modernizar-se, simpatizantes do PMDB, com uma “sólida aliança” com os setores da esquerda tradicional, como PCB e MR-8; à esquerda estavam os militantes do PC do B com a Corrente

foram fundamentais na ruptura dos dois blocos, segundo Antunes (1991, p.61):

(...) a nível da ação sindical, a postura da CONCLAT/CGT seria pautada pela moderação. Buscava-se, deste modo, manter-se a aliança policlassista, que encontrava no PMDB o seu centro político; a oposição à Ditadura Militar era vista como algo fundado numa postura moderada e mesmo conciliadora, ao contrário da política de confronto que pautava a ação da CUT. Quanto a estrutura sindical atrelada, sua postura era – também aqui em nítida distinção em relação à CUT - de adesão, criticando somente alguns aspectos desta estrutura.

A consolidação dessa divisão ocorre com a fundação da CUT, dois anos depois, no I Congresso da Classe Trabalhadora, em agosto de 1983, em São Bernardo do Campo. O programa da entidade continha elementos de reivindicação trabalhista e de questões políticas que exigiam reformas mais radicais, entre elas a reforma agrária ampla, massiva e imediata (RODRIGUES, L. M., 1990). Em novembro do mesmo ano, o grupo vinculado à Unidade Sindical funda o Conclat, organização que precederia a Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT- fundada em 1986, com o direcionamento político mencionado por Antunes na citação acima.

Em Fortaleza, essa cisão também se mostrou presente. O Sindicato dos Bancários – um dos organizadores dos primeiros Enclats, por meio de Maria da Natividade –, o Sindicato dos Rodoviários, das trabalhadoras castanheiras e dos têxteis, duas importantes categorias operárias, entre outros, se vincularão à CGT (NOGUEIRA NETO, 1990).⁸³ Diversos sindicatos rurais ligados à FETRAECE e outros sindicatos urbanos, entre eles o Sindicato dos Metalúrgicos, vinculam-se à CUT, organizando, em 1984, seu congresso de fundação no estado do Ceará.

A fundação da CUT-CE, realizada nos dias 14 e 15 de abril de 1984, incorporou importantes categorias operárias da capital cearense, como os metalúrgicos, marceneiros, sapateiros e eletricitários, mas a maior presença era, sem dúvida, a dos trabalhadores rurais. O ascenso da luta camponesa no interior do Ceará foi decisivo para que a CUT, em sua fundação, conseguisse reunir uma representativa delegação de trabalhadores rurais, refletindo nas resoluções finais uma ampla parte destinada à questão agrária. Das três regionais da entidade fundadas previamente, Crateús e Quixadá tinham fortes sindicatos rurais (CUT-CE, jun.

Sindical Classista – CSC; e à direita estava Antônio Rogério Magri, do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, e Luis Antônio Medeiros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

⁸³ No sindicato das trabalhadoras castanheiras, a direção tinha ligação com o PC do B e sua corrente sindical CSC, na cisão eles se aproximaram da CGT e lá ficaram até 1988.

1984).⁸⁴

O número de entidades presentes evidencia tal relevância: das 25 entidades sindicais, 14 eram sindicatos de trabalhadores rurais, 6 sindicatos urbanos, 3 associações profissionais e 2 associações de servidores públicos.⁸⁵ A formação de sua primeira diretoria também deixa evidente o peso do campo na CUT-CE: entre executiva, diretoria colegiada, suplentes e conselho fiscal, os trabalhadores rurais eram quase metade da diretoria, com 31 membros do total de 70 diretores da entidade. Os demais estavam entre as categorias profissionais do interior e da capital.

Outra categoria com peso expressivo na fundação da entidade é a metalúrgica, com o 2º vice-presidente e mais 6 membros.⁸⁶ A grande presença destes, possivelmente, foi pensada para tentar acolher no interior da nova central as diferentes tendências que haviam disputado as eleições da diretoria daquele sindicato e que, naquele momento, estavam questionando na Justiça a vitória da chapa 4, vinculada ao PRC, do campo cutista.

Tal eleição entre os metalúrgicos, ocorrida em 1983, tivera quatro chapas na disputa, três delas vinculada à CUT e uma vinculada aos membros do PC do B. A referida chapa que contestou judicialmente o resultado eleitoral, composta pelos diretores à frente da entidade naquele momento, entre eles José Lira, importante ativista da greve de 1979, conseguiu a intervenção da Diretoria Regional do Trabalho – DRT no Sindicato e a nomeação de um “administrador” (NOGUEIRA NETO, 1990).

⁸⁴ O primeiro boletim da CUT-CE traz a denúncia, realizada pela regional Crateús, da política da “indústria da seca”: “Mais uma vez fazemos esta afirmação para o país, porque depois da ampla propaganda feita pela grande imprensa sobre o flagelado nordestino, ‘vítima da seca’, a CUT REGIONAL DE CRATEÚS contesta essa propaganda. Queremos alertar às outras regiões do país, que não somos vítimas da seca, mas fomos usados na propaganda para servir à indústria da seca nordestina. Dizemos isto com experiência histórica destes cinco anos, que nos fez viver sob o jugo da ditadura militar, nos bolsões da seca de muitos municípios, e sob o desmando do CEDEC em outros, que ficaram controlados por cabos eleitorais do PDS, que são a base de sustentação do regime que nos entregou ao F.M.I. e manda a polícia reprimir as justas manifestações dos trabalhadores rurais que não podem viver com Cr\$ 15.300,00 por mês.” (CUT-CE, 1984, caixa alta do original).

⁸⁵ A fundação de sindicatos de servidores públicos somente foi possível, por lei, após a Constituição de 1988.

⁸⁶ Os metalúrgicos eleitos membros da primeira diretoria da CUT-CE foram José Ferreira Lima, José Eudásio de Souza, José Arimatéia Paulino, Evandro Martins, Francisco Souza Queiróz e Antônio Almada Moreira.

Figura 9: Boletim da CUT Estadual - CE, jun. 1984

CUT

Estadual

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Boletim da CUT Estadual - Ce.
Ceará - Junho 1984

FUNDADA A CUT ESTADUAL

ELEITA A DIRETORIA ESTADUAL DA CUT-CE

CRIADA A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CEARÁ

O CEARÁ JÁ CONTA COM 3 REGIONAIS DA CUT ESTRUTURADAS

NOTÍCIAS DAS LUTAS DOS TRABALHADORES DO ESTADO

LEIA AS RESOLUÇÕES DO I CECLAT DA CUT-CE

EDITORIAL

Este primeiro boletim da CUT-Ceará é lançado num dos momentos mais graves e importantes da história do país. Os trabalhadores e o povo em geral sofrem as consequências de pior crise do Brasil: desemprego para milhões, inflação de mais de 230% ao ano, salários reajustados muito abaixo do custo de vida, gêneros de primeira necessidade aumentados em mais de 300%, mutuários do BNH entregando sua moradia sem condições de pagar as prestações da casa própria, milhões de trabalhadores rurais sem terra para plantar ou sem condições para explorá-la.

No Ceará e no Nordeste, a situação da crise ficou terrivelmente agravada com a recente desativação dos bolsões da seca, no momento em que os camponeses ainda não tinham assegurada uma boa safra de alimentos, para enfrentar uma fome acumulada em décadas, pela espoliação dos latifúndios e acentuada nos últimos 5 anos de seca, e pela omissão criminosas das autoridades para combatê-la.

O resultado de toda essa crise está estampado nos rostos famintos de legiões de desempregados e desertados do capitalismo, muito dos quais a vagar pelas ruas e praças do interior e da capital, à procura de pão e trabalho.

Entretanto, mesmo diante desse quadro dramático de fome e miséria, o povo brasileiro não se deixou abater. Resiste e luta.

E a maior prova dessa resistência e luta está nas gigantescas manifestações ocorridas em todos os recantos do país,

exigindo **ELEIÇÕES LIVRES E DIRETAS** JÁ!, bem como nas explosões de trabalhadores reivindicando melhores condições de trabalho como a luta dos bóias-frias de São Paulo e a revolta popular da população de Rondônia contra os aumentos abusivos da taxa de luz.

O sentido dessas manifestações é muito claro — o veemente repúdio aos 20 anos de ditadura militar, responsável por tanto sofrimento.

Ao exigir eleições diretas já, o povo repudia a inflação, o desemprego, a recessão, a entrega da soberania nacional aos banqueiros do FMI, a corrupção desenfreada do governo, a repressão policial-militar. **É POR ISSO QUE O POVO QUER MUDAR.**

A mobilização popular pelas diretas já, a maior de toda a nossa história, é a expressão clara da vontade soberana do povo pelo boicote ao Colégio Eleitoral, instrumento de manutenção do regime repellido pelos trabalhadores brasileiros.

No entanto, tal mobilização não foi suficiente para arrancar os votos necessários do Congresso Nacional para aprovar a emenda Dante de Oliveira. Mas a sua rejeição na significou a derrota da luta do povo.

E preciso que os trabalhadores permaneçam vigilantes e mobilizados, pois setores da oposição, traindo os interesses populares, buscam entendimento com o governo, às escondidas e às costas do povo. Procuram negociar o que é inegociável; menosprezam o que há de mais sagrado para o povo no momento; entregam aos

opressores o que inalienável ao povo: o anseio de milhões de brasileiros de querer eleger livre e imediatamente o Presidente da República.

Só existe um caminho para impedir essa traição. A retomada firme das maciças manifestações de rua e a decidida preparação da Greve Geral para ser deflagrada em breve. A utilização dessa poderosa arma usada historicamente pelos trabalhadores, será um passo importante para atingir o grande anseio do povo oprimido em nosso país.

A conquista das eleições livres e diretas já, significará um avanço importantíssimo para os trabalhadores se organizarem e reforçarem a luta pela conquista de suas reivindicações mais urgentes: **FIM DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO; ESTABILIDADE NO EMPREGO; SALÁRIO - DESEMPREGO; LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL; REFORMA AGRÁRIA SOB O CONTROLE DOS TRABALHADORES; FIM DO REGIME MILITAR.**

A derrocada do atual regime de opressão e miséria importará no afastamento de um grande obstáculo que os trabalhadores têm pela frente para realizar o seu sonho maior: uma sociedade sem opressores e oprimidos.

CUT

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Fonte: Arquivo: CEDOC- CUT

A chapa vencedora, encabeçada por José Eudásio, membro do PRC, passou a organizar

o funcionamento do sindicato de forma paralela à DRT em uma sede provisória na igreja Nossa Senhora das Graças, no Pirambu, e posteriormente na Igreja do Carlito Pamplona, reunindo naqueles espaços a própria diretoria e os ativistas vinculados à categoria. Após dois anos de intervenção e vários novos pleitos com resultados favorecendo a chapa vinculada ao PRC, finalmente, a nova diretoria toma posse legalmente e realiza a filiação à CUT. O Sindicato dos Metalúrgicos e os membros vinculados se transformarão em importantes peças de apoio às oposições sindicais que surgiriam, como veremos adiante. Sobre a disputa sindical de 1983 e os desdobramentos junto à DRT, Ortins (2018) relembra:

E essa oposição, a chapa chamava Santos Dias⁸⁷, tinha a chapa do Lira que era a Chapa 1, tinha a chapa 2 que era do PC do B, tinha a chapa 3, que era um grupo aqui chamado Grupo do Machado (...) e tinha nós, que era do PRC, na época era chapa 4. Nós fizemos uma campanha, eu usei muito o Teatro de Bonecos, nessa época eu ainda não estava na categoria, eu tava como apoio, apoiava a chapa [4] e levei basicamente o processo nas costas, todo mundo dentro da fábrica, o único que tava fora era eu. Aí o pessoal foi crescendo, foi crescendo, foi crescendo, nós ganhamos a eleição, ganhamos a eleição e veio uma intervenção do Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho entrevistou no Sindicato porque a gente era comunista e o secretário aqui, o cara da DRT aqui, o Delegado Regional do Trabalho era reacionário que só (...) aí a gente entrou nessa briga, ganhamos, fomos chapa 4. Lula veio aqui, deu posse a gente, foi embora. Mesmo ele apoiando a outra chapa ele veio, isso é uma coisa que eu acho muito danada em Lula, apoiava a chapa contrária a gente e quando a gente ganhou a eleição ele veio. Aí nós fomos à Brasília brigar contra intervenção, tiramos a intervenção, aí passamos uma semana no sindicato veio outra intervenção, a pedido do juiz, já não era mais da DRT, já era do juiz. Aí brigamos contra essa intervenção, brigamos com o interventor, quebramos o birô, a polícia federal foi lá, a polícia civil armada com metralhadora. Nós tiramos o material todinho do Sindicato, botamos dentro da igreja, era o padre Haroldo na época.⁸⁸ Aí nós botamos na igreja do Padre Haroldo, aí ficava lá no salão paroquial, o Sindicato funcionava lá, todo o material do Sindicato estava lá.

Após a fundação da CUT estadual, o movimento operário passou a atuar de forma solidária nas greves que surgiam em categorias, mesmo naquelas não vinculadas à nova central – como o caso das castanheiras, que por suas difíceis condições de trabalho tinham problemas frequentes de acidentes de trabalho, o que levava o movimento a se mobilizar conjuntamente. A maior força do movimento operário neste período, no entanto, se concentrou na formação de oposições e nas mobilizações das categorias por fora de suas direções tradicionais, como

⁸⁷ Santos Dias foi membro da Pastoral Operária e da chapa da OMSP ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, demitido pela Metal Leve meses antes da eleição. Em outubro de 1979, ao participar de um piquete de greve em frente a fábrica Sylvania em Santo Amaro na capital, foi morto pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Seu cortejo fúnebre reuniu milhares de pessoas no centro da cidade. (Banco de Dados da Folha de S. Paulo, 2015)

⁸⁸ Padre Haroldo Coelho, nascido em 1935 na capital cearense, era sociólogo pós-graduado na Universidade Sorbonne, França, e foi militante ativo do PT, candidato ao governo do Ceará em 1986 e antes de falecer, aos 77 anos, em 2013, estava filado ao Psol – Partido Socialismo e Liberdade. Sobre a relação do Padre Haroldo enquanto esteve à frente da paróquia Nossa Senhora das Graças no Pirambu (OLIVEIRA, 2014).

veremos a seguir.

3.1 – Entre o couro, a luta e a “tomada” do sindicato – nasce a oposição sapateira.

Os sapateiros foram uma das categorias operárias que, através da organização de base e apoiadas na relação com as CEBs da Igreja Católica e com a Pastoral Operária, conseguiram formar uma oposição em fábricas centrais e derrotar a diretoria do Sindicato, vinculando-se posteriormente à CUT-CE, conforme Socorro Silva (2016):

Nosso sindicato, na época, era um sindicato pelego. Ele não representava os trabalhadores, a nossa associação era automática, não éramos consultados se queríamos ou não ser sócios do sindicato, porque o sindicato não fazia nada pelos trabalhadores. Então para a empresa era muito vantagem ela sindicalizar automaticamente os trabalhadores porque ela passava o dinheiro para o sindicato, o sindicato ficava lá na dele, não reivindicava nada. Então a gente juntou... o meu empregador tinha duas empresas, né... e aí a gente tinha o conhecimento [de] outras empresas pequenas... que a gente juntou com alguns colegas que, na época, eram da Pastoral Operária, ligados à igreja católica, que nos organizou, nos ajudou a chegar a outros trabalhadores, que ela... a Pastoral, através de suas organizações de igreja, conseguiu localizar e partir daí a gente formou um grupo de oposição ao sindicato. Nessa época a CUT ainda era um embrião no Ceará, quase não existia, era no final do governo militar, é... onde tava ainda né... tava brando, mas tinha coisa ainda ... a gente não podia nos identificar, às vezes a gente participava de reunião não podia deixar o nome correto da gente, a gente tinha que fazer reunião numa semana em um canto e em outra [semana] em outro. Então a gente formou esse grupo de oposição e... tomamos o sindicato.

O relato de Socorro Silva indica a importância da ação da Pastoral Operária para a organização da oposição, já que, através das ramificações daquela, ela pôde localizar trabalhadores da categoria para compor uma chapa de oposição. A indústria calçadista neste momento, em Fortaleza, ainda era reduzida se comparada a de duas décadas depois; grandes empresas como Grendene, entre outras, só se instalariam na capital a partir da década de 1990. No entanto, foi nas maiores empresas do setor à época, Kemp Indústrias de Calçados Vulcanizados e Conac Indústrias de Artefatos de Couro, reunindo mais de 600 operários, dos quais 80% mulheres, que a oposição se formou.

As reuniões não podiam se realizar no local de trabalho, conforme nos informou Valdir Pereira (2011; 2018), pois a clandestinidade da organização era fundamental para que os trabalhadores envolvidos na oposição não fossem demitidos. O local de encontro era nas paróquias onde a Pastoral Operária se reunia, ou na casa dos operários:

[...] eles tinham os núcleos, os grupos. Era muito clandestino, né, precisava ter uma

organização clandestina por conta das demissões na época. Já havia um crescimento muito grande da atuação da CUT e os patrões na época ... falou em CUT era demissão [...] A gente se reunia nas casas, né, escolhia a casa de um trabalhador, era uma vez numa casa, outra vez em outra, muito, era assim. Às vezes é que tinha reunião na Pastoral Operária. Algumas vezes, até porque um dos candidatos era dirigente da PO, na época, e havia aí essa aproximação. Normalmente, aos domingos, era uma casa ou era outra e questão da rotatividade, né, de repente montava [a chapa] ia alguém demitido e a gente tinha que pegar outro. Era dessa forma que foi feito e o núcleo maior na época era na fábrica Kempe e Conac que eram as maiores fábricas. O Valdeci e a Socorro trabalhavam, tinham o maior número de associados era nessas duas fábricas, então eles eram funcionários de lá. Mas aí acabou vindo gente de outras fábricas pequenas para compor e para não ser só de duas fábricas.

Corroborando o relato de Pereira, sabe-se que a atuação da PO na formação das oposições sindicais e organização dos trabalhadores operários vinha se intensificando nacionalmente após as greves do ABC Paulista e a morte de um de seus membros pela Polícia Militar de São Paulo, Santos Dias, metalúrgico vinculado à OMSP, em 1979. Seu surgimento enquanto grupo organizado no interior da Igreja Católica data do início de década de 1970, nas paróquias de São Paulo, através da reunião de diferentes grupos de militância católica no Conselho Arquidiocesano de Coordenação de Pastorais Operárias – CACPO. Estes grupos eram compostos pelos membros dos antigos Círculos Operários Católicos, da Ação Operária Católica - ACO, da JOC e da Missão Pedro e Paulo⁸⁹, composta pelos padres franceses (VARUSSA, 2001).

Essas reuniões do Conselho Arquidiocesano ideavam retomar a atuação católica para a promoção da harmonia entre patrões e operários, afastando-os da influência do comunismo, mas, ao mesmo tempo, defendiam reformas estruturais que tirassem as massas operárias da pobreza, numa ideia autodenominada “comunitarismo”⁹⁰. A primeira ação da CACPO foi no dissídio coletivo dos metalúrgicos de 1970, quando Frei Sartori, como “pastor” à frente da organização, lança um artigo conclamando a paz e a justiça no mundo do trabalho. As expectativas, no entanto, não correspondiam ao que uma parte dos grupos reunidos propugnava, já que a ACO e a JOC compreendiam como irreconciliável a relação entre empresa e operários. Por isso, ainda em 1970, os Círculos Operários Católicos se afastaram da CACPO, assim como

⁸⁹ Segundo Varussa (2001), a Missão Operária foi idealizada por padres franceses em 1940 que começam a trabalhar como operários, mantendo concomitantemente a atividade sacerdotal. Desta forma, ao assumir as atividades produtivas, os padres compartilhavam da vida operária, aproximando com mais facilidade os operários de sua igreja. Em 1965 o Vaticano autoriza o funcionamento dessa organização como um Instituto Apostólico, passando a se chamar: Missão Operária São Pedro e São Paulo.

⁹⁰ A primeira ação da CACPO foi no dissídio coletivo dos metalúrgicos de 1970, quando Frei Sartori, como “pastor” à frente da organização, lança um artigo conclamando a paz e a justiça no mundo do trabalho.

Frei Sartori em 1973.

Em 1976, a PO passa a ter uma estrutura nacional, e em 1979 lança seu primeiro boletim, já delineando efetivamente qual caminho traçaria:

[Editorial]: A fé tem sua pedagogia própria de crescimento até sua forma adulta e robusta. Também a militância no movimento operário tem seus caminhos de aprofundamentos e compromisso integral e clarividente, o que exige que o operário cristão participe dessa caminhada do movimento para que sua fé não tenda a reduzir-se a um pietismo individualista ou a ritualismo alienado da vida. Por isso: - Com todos os trabalhadores, o operário cristão precisa aprimorar, dentro do movimento operário, a sua prática libertadora dos pobres oprimidos, nos aspectos sócios-econômicos, políticos e cultural ou ideológico; - Com todos os cristãos, o operário cristão precisa alimentar constantemente a sua fé, participando da vida do Povo de Deus e celebrando sua fé, sobretudo no meio operário e com seus companheiros de trabalho e de fé, anunciando e testemunhando na luta e na história da classe trabalhadora sua fé em Jesus Cristo, que abre perspectivas de uma libertação integral e definitiva. (HUMMES, set./out. 1979).

Figura 10: 1º Boletim da Pastoral Operária. set./out. 1979.

Fonte: Arquivo Centro Pastoral Vergueiro - CPV

Seguindo estas diretrizes, a Pastoral Operária passaria a impulsionar, junto com os

setores apontados anteriormente, a formação da CUT. O boletim denunciava os diversos problemas sociais existentes, as condições de trabalho nas fábricas, compartilhava as experiências de organização de base em diversos locais, como na Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, em fábricas de Recife, em uma comunidade carioca e nos metalúrgicos de São Paulo – aos quais alertava sobre o imobilismo da direção do Sindicato e do “interventor” Joaquinção –, além de relatar a experiência das comissões de operários na greve metalúrgica. A charge em seu boletim indica o entusiasmo da militância católica operária na criação de uma nova central sindical.

Em todo o país, as comunidades católicas organizaram núcleos da Pastoral Operária, formando um germinadouro de ativistas do movimento operário. É importante lembrar que essa atuação não ocorreu organizando apenas disputas sindicais, mas também movimentos populares por moradia. Socorro Silva rememorou, em sua entrevista, a influência que as oposições, movimentos e diretorias recém-empossadas exerciam na reorganização do movimento operário neste momento:

A gente contou com o apoio de um padre que era da Igreja Católica, no Carlito Pamplona, que era um bairro essencialmente operário, ainda é, mas naquele tempo ele tinha uma efervescência porque a Igreja colocava à disposição do movimento e das oposições, e até de alguns partidos políticos, que naquele tempo já se mobilizavam, à disposição da luta. Então era um apoio a mais que a gente tinha. E começamos, nos juntamos ao Sindicato dos Metalúrgicos e começamos a nos aproximar de trabalhadores de outras categorias e organizando as oposições. Aí a gente conheceu o grupo da Pastoral Operária [...] era uma época que tinha muitos padres aqui, italianos, franceses, né... que vieram lá dos movimentos deles lá da Europa, padres e freiras que nos ajudaram muito, nesse sentido e desses trabalhadores a gente conseguiu ter contato com [trabalhadores] têxteis, com [trabalhadores da] construção civil, com comerciários e com bancários também [...] então a gente começou a fazer oposição, aí foi tomado o Sinttel, o Sindicato dos Telefônicos, depois foi o Sindicato dos Têxteis [...] Fechamos o ciclo de quase 100% sindicatos importantes saindo da mão dos patrões, nessa época em que a gente ganhou o Sindicato dos Têxteis, depois os Comerciário, depois Construção Civil, nessa época, a CUT já existia bem mais forte, né ... porque cada sindicato que ia ganhando, é... a tendência era de ir para a CUT. O Sindicato dos Sapateiros era filiado a uma outra Central Sindical, que era ligado ao PCB.

Socorro se refere à Conclat, que em seguida se tornaria CGT. Em 1985, antes da eleição em que a oposição seria eleita, os sapateiros tinham parte da diretoria influenciada pelo PCB. A luta contra a diretoria imobilista ocorria não somente contra dirigentes sindicais ligados às antigas diretorias, muitas vezes conduzidas por interventores designados pelo Estado, mas também contra a influência de organizações tradicionais da esquerda que estiveram à frente da luta sindical nos momentos anteriores de ascenso do movimento operário. Percebe-se que

muitas das diretorias neste momento são compostas por dirigentes sindicais profissionais, sem vínculo com a categoria, empossados com anuência da ditadura e que se mantiveram por mais de décadas na mesma função. Não obstante essa situação, em diversos momentos, como entre os metalúrgicos fortalezenses e os sapateiros, foi possível aos ativistas se aproximarem do sindicato, participando das reuniões ou de atividades oficiais promovidas por estes.

Valdir Pereira aborda essa aproximação:

Eu comecei a frequentar as assembleias dos sapateiros no final da década de [19]70, né. Então era dirigido pelo PCB. Os militantes, naquela época, majoritariamente, nos sindicatos, eram dirigidos pelo pessoal do PCB. Historicamente, nos sapateiros sempre tinha oposição, nunca era uma chapa única, sempre naquela linha, né, do Partidão e assim vinha se mantendo. No final da década de [19]70, no começo da década de [19]80, com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores, começou a ter uma mudança nesse sentido. O sindicato tinha uma ala capitaneada pelo PCB da CGT e havia um movimento mais progressista, aí do qual que eu já me incluía que era se filiar a CUT e que veio acabando a se filiar a CUT em [19]85. Final de [19]85, essa oposição ganhou o sindicato e começou a discussão verdadeiramente para se filiar à CUT.

As oposições sindicais já nasciam cutistas; evidentemente, a filiação à central sindical dependeria da aprovação da categoria, mas as oposições tinham uma ação alinhada aos métodos e debates programáticos que estavam surgindo no novo sindicalismo. Não obstante as concepções que permeavam a CUT permitirem ações e programas convergentes, havia em seu interior diversas organizações, correntes de opiniões e agrupamentos que, desde os primeiros congressos, deixaram expostas à mesa as diferenças em relação a sua experiência e proposições que viriam a adotar.

Rodrigues, L. M. (1990, p. 11), retoma esse tema ao abordar os dois principais grupos no I Congresso da CUT em 1984. De forma geral, os que ocupavam as diretorias dos sindicatos, como os “autênticos” do ABC, não tinham experiência de atuação em organizações políticas clandestinas, diferentemente dos membros das oposições sindicais: “estes pretendiam fazer da CUT apenas um instrumento de luta pelo socialismo, enquanto os primeiros viam a CUT como um organismo de coordenação das lutas sindicais.”

Formaram-se, portanto, diferentes correntes no interior da central, que se desenvolveram até compor, no II Concut em 1986, as duas principais tendências: a Articulação Sindical e a CUT pela Base. Respectivamente, na eleição para nova diretoria elas tiveram 59,9% dos votos e 28,95%, mostrando o acirramento da luta ideológica e política. (RODRIGUES, I. J., 2011). As oposições sindicais nascentes em Fortaleza, em especial as vinculadas ao movimento operário, aproximavam-se da CUT pela Base.

Essa corrente cutista tinha uma grande diversidade de quadros, pois era composta tanto por setores vinculados à militância católica, oriundos da OMSP, PO, CEBs, CPT, quanto pelas organizações políticas, entre os quais contava com o PRC, já dirigindo a categoria metalúrgica em Fortaleza, além da corrente petista Democracia Socialista, Vertente Socialista e, nos anos seguintes, o Coletivo Gregório Bezerra – CGB, que comporia a oposição vitoriosa nas eleições ao Sindicatos dos Trabalhadores na Construção Civil, como veremos mais à frente.⁹¹

A presença da CUT pela Base junto às oposições sindicais é confirmada por Valdir Pereira:

A CUT pela Base organizava várias correntes. A CUT pela Base aqui era a majoritária, pegava pessoal da Rosa [PRC], pegava o pessoal do Fórum do interior. A Convergência [Socialista] sempre teve uma tese própria, ela fechava algumas vezes com a CUT pela Base nos congressos, pontualmente [...]

A presença majoritária da CUT pela Base não ocorreu em Fortaleza de forma fortuita. Foi o encontro de duas tradições que possibilitou o surgimento da vigorosa tendência à esquerda nessa cidade, em relação à direção nacional: de um lado, os núcleos das organizações católicas que experimentaram a clandestinidade da militância operária nos momentos mais repressivos da ditadura; e, de outro, as organizações políticas, muitas das quais haviam rompido com seus antigos partidos precisamente por discordar da possibilidade de uma transição democrática em aliança com a burguesia nacional.⁹²

Mesmo as organizações que, no início do processo de reorganização, já haviam saído vitoriosas em eleições sindicais, mantiveram-se nesse diapasão radical, organizando oposições e disputando para posições mais à esquerda o movimento sindical, operário e popular, como foi o caso do PRC (posteriormente PRO), conforme nos aponta Ortins:

Aí eu fui fazer a oposição dos Metalúrgicos, ganhei o [Sindicatos dos] Metalúrgicos, daí eu fui fazer oposição nos têxteis, ganhei o [Sindicato dos] Têxteis, na verdade eu participei de 68 eleições sindicais no Ceará, nós perdemos 4, dessas 68. [...]. Nós

⁹¹ Segundo RODRIGUES, L.M. (1990, p.111) no III Concut, realizado em 1988, a tese de nº6, da CUT pela Base “expressa posições da tendência sindical e política CUT pela base, com apoio do MOMSP (Movimento das Oposições Metalúrgicas de SP), da Democracia Socialista, de tendência trotskista, do Partido Comunista Revolucionário e da Vertente Socialista”. A tese nº 08, apresentada por onze sindicatos, rurais e industriais expressava: “posição do grupo de orientação trotskista Causa Operária, de uma dissidência do Partido Operário Revolucionário (PRO) e do Coletivo Gregório Bezerra, uma dissidência do PCB, hoje [1990] Partido da Libertação Proletária [PLP]”. Segundo o autor, a tese nº 8, de organizações com amplo peso na CUT-CE e no movimento operário fortalezense, neste congresso, compõe chapa própria à direção da CUT, pactuando com a tese da corrente Convergência Socialista e não da CUT pela Base. “Unir a Cidade e o Campo” passaria de 2 membros na diretoria da CUT no II Concut para 1 membro no III Concut.

⁹² O PCB se dividiu em diversas outras organizações após a ditadura, a principal das cisões esteve nas organizações que optaram por realizar a luta armada. O PC do B esteve entre estas, e em Fortaleza sua principal cisão gerou o PRC, posteriormente PRO. No Ceará, outra importante cisão deste campo foi a dos prestistas, com a formação do Coletivo Gregório Bezerra e posteriormente o PLP, conforme veremos à frente.

tínhamos lá um núcleo do PT que era nossa organização de base e do PRC, tinha dois núcleos, do PT e do PRC. Eu tinha vários núcleos, tinha núcleo do PRC na Esmaltec, tinha núcleo do PRC na Ironte, tinha 6 ou era 8 núcleos do PRC.

A presença do PRC nos metalúrgicos e a reorganização política e sindical são temas indissociáveis: como apontamos no início deste capítulo, fazem parte da mesma lógica que permitiu o surgimento do novo sindicalismo, isto é, o binômio arrocho salarial/luta contra a ditadura. O PRC, que abordaremos no próximo capítulo, foi parte fundante do PT na capital cearense, elegendo a primeira prefeita não apenas pelos atributos positivos da candidata, mas também em consequência da relação apontada acima.

A missa celebrada na igreja do Pirambu de Ação de Graças pela eleição de Maria Luiza⁹³ ocorreu pelas mãos da militância católica. Mesmo diante de divergentes visões de mundo e de seus programas para os problemas sociais, a militância católica uniu-se à diferentes organizações políticas na atuação em diversas frentes dos movimentos sociais, sindical, popular e estudantil. Foi esta união que possibilitou a formação de um partido político de diferentes tendências, o Partido dos Trabalhadores. Conforme aponta Secco (2018, p.45), as CEBs e o novo sindicalismo foram os dois principais atores na formação da entidade:

Socialmente, a base mais importante do PT depois dos operários de empresas multinacionais e do sindicalismo de funcionários públicos foi, seguramente, a igreja católica. Sua influência popular era extensa através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB'S) que se multiplicaram nos setenta por causa da repressão sobre outras organizações populares (em 1974, o número de CEB's era de 40.000) [...] Em muitos locais as reuniões do PT se davam dentro da Igreja.

A relação entre partidos políticos, diretorias sindicais, organizações de base da Igreja não se realizava em campos separados, mas, ao contrário, conviviam e se retroalimentavam, possibilitando que os movimentos influenciassem a vida partidária e esta influenciasse os movimentos. As oposições e diretorias recém-eleitas formavam novas oposições, sobre as quais atuavam o movimento popular, as pastorais, CEBs e as organizações políticas. Assim começou a gestar-se a oposição das costureiras em Fortaleza em 1987.⁹⁴

⁹³ Conforme OLIVEIRA (2014), em 23 de novembro de 1985 foi realizada a missa de Ação de Graças pela eleição de Maria Luiza Fontenelle rezada pelo Padre Haroldo, membro do PT à época, na Paróquia Nossa Senhora das Graças no bairro do Pirambu. Participaram da missa 2000 pessoas.

⁹⁴ Sobre este tema, apoiamo-nos nas pesquisas realizadas em nosso trabalho de conclusão de curso, monografia defendida na Universidade Estadual do Ceará em 2013, com o tema *Costureiras em movimento: organização de base, oposição sindical e a greve na Fábrica Guararapes (1987-1989)* (STEGLE, 2013).

3.2 – Empunhando agulhas, boletins e bandeiras - O Movimento de Oposição Sindical na categoria de confecção

A oposição da confecção tinha como base centenas de mulheres incorporadas recentemente ao processo produtivo nas fábricas, atraídas pela industrialização projetada nos planos de desenvolvimento da SUDENE, conforme discutimos no primeiro capítulo. A principal concentração industrial estava na fábrica Guararapes, as demais eram nas fábricas Esplanord Confecção de Roupas do Nordeste, Villejack Industrial S/A, entre outras pequenas fábricas.

A Fábrica Guararapes Confecção S/A, com matriz em Natal (RN), foi fundada na década de 1940 pela família Rocha e expandiu seus negócios a partir da década de 1970, instalando a segunda filial em Fortaleza, em 1976. Em 1979, os Rocha adquiriram as lojas de departamento Riachuelo, ampliando sua presença em nível nacional.⁹⁵ Foi na fábrica dessa família que se concentrou o foco de ação da oposição e a organização de grupos de base que se reuniam para debater a situação de trabalho na fábrica e as ações da oposição.

Entre os principais agentes na construção desta oposição estão a Juventude Operária Católica - JOC, a Pastoral Operária - PO e o Coletivo Gregório Bezerra; os outros sindicatos e oposições da base cutista, assim como a própria CUT, também atuaram apoiando, mas a ação cotidiana era feita por aquelas organizações. Conforme nos contou Wélia Matias (2012):

Quando eu entrei na Guararapes em [19]87, a oposição já existia... várias pessoas da época eram ligadas ao PLP [CGB], mas eu pessoalmente não era, a Euzir também não era. Aí era a Eugênia, a Vânia [interrupção]. Nós eramos de diversas fábricas: eu, Socorro e Socorrinha éramos da Guararapes. Se eu não me engano a Vânia era da Esplanord. Eu tive o prazer de trabalhar no setor que a Euzir já trabalhava e como eu tinha simpatia na época de estudante aos movimentos sociais, aos poucos, na conversa, eu me engajei na luta da oposição. Quem dava o direcionamento era a CUT estadual, mas quem acompanhava mais de perto era o PLP. Quando eu entrei na oposição o presidente da CUT estadual era o Ortins.

O Partido da Libertação Proletária - PLP a que se refere Wélia passou a denominar-se assim a partir de janeiro de 1989 em seu I Congresso (I CONGRESSO DO PLP, 1989, p. 73). Antes disso, os diversos Coletivos Gregório Bezerra, presentes em diferentes estados, eram uma

⁹⁵ Sobre as empresas da família Rocha há, por parte de diversos acadêmicos, dificuldade em encontrar dados públicos quanto à relação entre financiamentos realizados com seu próprio capital *versus* capital público empregado, através de empréstimos recebidos por programas governamentais de apoio à expansão produtiva nacional. Sabe-se, conforme SILVA (2011), que as Confecções Guararapes receberam apoio dos programas da SUDENE através de incentivos fiscais durante a década de 1970, momento-chave na expansão de seus negócios, possibilitando a compra da rede de Lojas Riachuelo e que novamente, entre 2009 e 2016, a empresa recebeu valores acima de um bilhão do BNDES.

ruptura de origem pecebista, iniciada em 1979 com a saída de Luís Carlos Prestes do partidão e a formação do grupo de cognome “prestistas”. Para compreendermos a importância da saída de Prestes do PCB, precisamos lembrar que este foi, durante muitos anos, a figura-ícone da organização; sua ruptura provocou um profundo abalo, gerando inúmeras cisões.

Conforme nos indicou Frederico Costa (2011), após romper com o PCB, Prestes concluiu que não existiam quadros no Brasil em condições de construir um novo agrupamento revolucionário. Desta análise decorreu sua falta de interesse em impulsionar uma formação política⁹⁶ mas, desamparados quanto à estruturação organizativa, aqueles que seguiram o histórico líder na ruptura passaram a denominar-se “Aliados de Prestes” e, em cada Estado, formaram grupos de diferentes visões e concepções. (COSTA, I. C. G, 2013) Essas células possuíam líderes nas localidades que, em contato direto com Prestes, debatiam e determinavam as ações a serem tomadas em cada local, um tipo de estrutura que gerou um enorme descontentamento entre os que compunham as pequenas organizações, conforme nos relatou Frederico Costa (2011).

Anos após a ruptura, os membros jovens das organizações passaram a aglutinar-se em torno de uma “estratégia comunista”, formando os Coletivos Gregório Bezerra por todo o país. Salienta-se que, em Fortaleza, os membros do CGB, fundado em 1986, já atuavam construindo a CUT e, além de apoiarem a candidatura de Maria Luiza à prefeitura, chegaram, de forma breve, a fazer parte do gabinete da prefeita, conforme nos relatou Jânio Vidal (2018).⁹⁷

Sobre as diretrizes políticas, o CGB, e posteriormente o PLP, partiam da ideia do capitalismo dependente, marcado pela fase monopolista responsável pela agudização do conflito entre as forças produtivas e o aprofundamento das crises cíclicas e estruturais do capitalismo. Para os países dependentes da periferia do sistema capitalista, dentre os quais o Brasil, o processo de desenvolvimento técnico-científico mundial reservou um lugar secundário na divisão mundial do trabalho, aumentando a pobreza extrema de suas populações e sua relação de dependência para com as principais potências capitalistas.

Um dos basilares estudos que o grupo realizava era o mapeamento dos principais grupos

⁹⁶ Conforme Anita Prestes (2007), “Apesar da pressão ser fortíssima, (...) ele achava que as condições no Brasil não estavam maduras para isto, ele achava que não se organiza partido só porque um grupo quer, que pra isso tem que haver um conjunto de condições, a esquerda no Brasil estava derrotada, esfacelada, e organizar partido comunista naquele momento não tinha futuro” (Apud COSTA, I.C.G, 2013).

⁹⁷ Diferentemente do Rio de Janeiro onde o grupo CFCPC – Coletivo Fluminense para a Construção do Partido Comunista, considerado como núcleo fundador do CGB (1986) atuava dentro do PDT, conforme Costa, I.C.G (2013).

empresariais do país, aos quais atribuíam o controle das ações do Estado brasileiro, em especial, entre as corporações multinacionais que, formando gigantescos consórcios, dominavam setores inteiros da economia. Socorro Rodrigues, então militante do agrupamento à época confirma este posicionamento, indo ao encontro do Caderno de Resoluções do Primeiro Congresso do PLP (1989, p. 22) em que se lê:

Trata-se do controle da economia do país por um bando de magnatas membros de uma oligarquia financeira, entrelaçados por vínculos econômicos, pessoais, etc. Antônio Ermírio de Moraes (Votorantim), Amador Aguiar (Bradesco), Murilo Vale Mendes (Mendes Júnior), Abílio Diniz (Pão de Açúcar) e outros grandes capitalistas, juntamente com altos executivos de corporações internacionais aqui instaladas, constituem-se nos verdadeiros donos do país.

A Confecções Guararapes, apesar de ter capital nacionalizado, era um desses grandes grupos no âmbito regional, concentrando centenas de operários em suas fábricas e abrindo à organização uma extensa possibilidade de atuação, fazendo com que elencassem o trabalho operário na fábrica como sua prioridade. A diretriz para atuação junto às grandes concentrações fabris passou, inclusive, a compor as resoluções congressuais na fundação do PLP:

O Partido buscará incorporar fundamentalmente os elementos mais conscientes e mais combativos do proletariado, concentrados basicamente nas grandes concentrações monopolistas, que se constituem no seu principal destacamento de vanguarda [...] Cada revolucionário deve ser exemplar no trabalho, no comportamento, na vida social e pessoal. A solidez do vínculo entre o partido e as massas depende muito do quanto se revela o papel de vanguarda dos militantes. (I CONGRESSO DO PLP, 1989, p.73)

Em Fortaleza, o CGB⁹⁸ tinha grande presença de jovens universitários, oriundos de diversas vertentes, entre as quais os trotskistas e os vinculados à Igreja Católica. Uma das principais orientações da organização era realizar o “trabalho operário”, conforme apontou Frederico Costa (2011):

[...] O Nelson Vilela chegou e disse que a partir daquele momento eu estava vinculado ao trabalho operário. Que era o quê? [...] Você tinha a sua frente que era a frente estudantil, mas cada organismo era responsável por uma fábrica [...] Então nossa concepção era: organizar os trabalhadores dentro da fábrica. Então como a gente fazia: pegava o megafone, uma caixa de som e começava com a agitação na porta da fábrica, duas ou uma vez por semana. Com o tempo, os trabalhadores entravam em contato conosco e começavam a falar o que acontecia dentro da fábrica.

⁹⁸ Vamos nos referir ao CGB, a partir de agora, como CGB/PLP, para possibilitar a compreensão da organização que atuou no período entre a formação da Oposição Sindical e a disputa das eleições realizadas entre os anos de 1987-1989, já atuando com o nome PLP.

Os primeiros grupos de fábrica na Guararapes, ainda no início da década de 1980, haviam surgido por ação da JOC, conforme relatos de Eugênia Nascimento (STEGLE, 2013). A organização dos grupos não tinha como horizonte a disputa sindical, pois era uma iniciativa para aproximar os jovens operários da Igreja mas, além dos temas cristãos, debatia questões relacionadas às condições de vida e de trabalho dos operários e, principalmente, das operárias, maioria presente ali. Apesar de ter feito parte do PLP e das “células” organizadas por este para a disputa sindical na empresa, Eugênia demonstrou maior identidade com a JOC, organização na qual ingressou bastante jovem e militou durante alguns anos.

Novamente, é a Igreja Católica que, através da ala ligada aos movimentos sociais, surge como organizadora coletiva do movimento operário, atuando na formação desta oposição, conforme relatou Socorro Rodrigues (2011):

Então a gente contou muito nesse momento com a ajuda dos companheiros da Igreja, né. A gente fez um QG lá no Seminário do Antônio Bezerra⁹⁹, então a gente começou a reunir um pequeno grupinho. No início só a Euzir ia articulando, depois a gente ia abrindo as outras frentes, né. Foi começando a conversar com os operários ... os meninos que trabalhavam dentro da fábrica, eles eram todos da Igreja [...] A Euzir que era da Pastoral Operária, Eugênia que era da JOC, a Eulália [que era da] JOC, então assim a gente contou com isso.

Assim, a formação da oposição na Guararapes contou com duas frentes: a militância organizada do PLP, apoiada pelos jovens estudantes que realizavam “agitações” na porta da empresa Guararapes; e as operárias que aproximavam outros trabalhadores, através da relação com as organizações da Igreja Católica, ou pela “conversa” no dia-a-dia do trabalho. Wélia Matias (2012) confirmou a atuação da JOC na oposição e a participação de três trabalhadoras vinculadas à organização. Ela, no entanto, se organizava na Pastoral Operária.

Segundo Socorro Rodrigues (2011), os estudantes passaram a se reunir às segundas, quartas e sextas-feiras, no início da manhã e ao final da tarde, para realizar o trabalho que chamavam de “agitação”, começando no “trabalho miudinho, de porta de fábrica”, denunciando as “situações de humilhação” pelas quais passavam as trabalhadoras, como as revistas forçadas e a limitação para utilizar o banheiro. Contando com a “assessoria” dos estudantes, as trabalhadoras iam debatendo os temas levantados por eles e formando os grupos de fábrica que se reuniam nos espaços da igreja, no Antônio Bezerra ou na Paróquia do Carlito Pamplona.

O CGB/PLP também atuou na Oposição através dos membros que pertenciam a outras

⁹⁹ Seminário Arquidiocesano São José, localizado no bairro Antônio Bezerra, próximo ao corredor de fábricas entre a Avenida Mister Hull e Francisco Sá. Bairro onde se localiza também a fábrica Guararapes.

categorias, vinculados à CUT estadual. Além das reuniões, os membros do CGB/PLP ofereciam, através de um projeto de educação política, “cursos de formação” aos operários, Wélia Matias (2012) relembra a participação de João Bosco Sampaio ministrando um destes cursos, “muito bom”, sobre política e sociedade. A participação nestes não se restringia aos trabalhadores vinculados à Oposição na Guararapes, pois em dias de curso o público era ampliado para operários de outras empresas ou que não se organizavam rotineiramente na oposição.

As dificuldades eram muitas, principalmente de falta de recursos. Entre as situações que ficaram marcadas, Frederico Costa (2011) relembra o bingo de uma cesta básica que realizaram na porta da fábrica para “consertar o som do carro do Partido da Libertação Proletária” que havia quebrado. Wélia Matias (2012) também revelou como a Oposição conseguia levantar fundos para “rodar” os boletins a serem distribuídos:

Era muito difícil, a gente não tinha dinheiro. Éramos operárias, ganhávamos pouco, pra Oposição sobreviver era com a nossa contribuição. Várias vezes a gente fez feiras de cacarecos, que era com roupa usada, sapato usado. A gente ia para a escola, pedíamos o espaço e fazíamos a feira numa comunidade, aí divulgava, aí o pessoal comprava e com esse dinheirinho que a gente fazia jornal, rodava jornal. A CUT naquela época também não tinha uma grande estrutura para poder ajudar.

Ao questionarmos quem escrevia estes materiais, informou-nos que eram elas mesmas, e os estudantes e os dirigentes da CUT distribuíam na porta da fábrica; ela foi enfática ao afirmar que nenhum dos materiais foi feito de forma profissional, com impressão gráfica. Os periódicos eram impressos em papel A4 e fotocopiados, com uma produção realizada por elas e corrigidas gramaticalmente pelos estudantes, às vezes. A solidariedade entre as categorias é expressa em diversos momentos nestes boletins, entre os mais importantes está o apoio à greve ocorrida nos têxteis em 1987, na empresa Finobrasa. Há também referência à solidariedade que a própria oposição recebia, através do apoio da CUT, de sindicatos e oposições de outras categorias.

Conforme apontou Socorro Rodrigues (2011), o primeiro momento de grande atuação da central junto às trabalhadoras da Guararapes foi durante a greve geral em agosto de 1987 (ver capítulo 2), quando a Central esteve presente na porta da empresa fazendo uma breve paralisação. Naquele dia, a novidade daquela união de forças fica nítida em episódio relatado por Frederico Costa (2011) já citado aqui, quando um membro fundador da Democracia Socialista saiu em defesa de uma operária que sofria golpes de cassetete de um policial, e foi ele mesmo preso em seguida.

No sétimo boletim da oposição, de maio de 1988, celebra-se um ano de existência da organização. Denunciando as condições de trabalho, o boletim clama pela formação de comissões de fábrica para “conquistar um sindicato comprometido com a luta”. Vemos expressas nesse chamado as características das primeiras oposições vinculadas ao novo sindicalismo, bem como a reafirmação da necessidade de construir o movimento sindical pela base, através das comissões de fábricas e, a partir delas, disputar os sindicatos. (PANO PRAS MANGAS, maio 1988).

O boletim traz também, entre seus primeiros elementos visuais, a logomarca da CUT, reafirmando a relação das oposições com a central desde seu nascimento. O momento político, relembra Rodrigues (2011), era de “muita ebulição” com uma forte atuação da CUT em Fortaleza:

Importante colocar que aqui, na cidade, a gente teve um momento privilegiado de reorganização sindical (...) O Gordo, na época a gente chamava Gordo, né, o Ortins, ele vinha do movimento operário. Ele tinha uma característica pessoal de enfrentamento, então foi uma época que a gente viveu os dias áureos do movimento sindical aqui na cidade. Pra você ter ideia a CUT fazia plenária semanal, toda semana tinha plenária da CUT que era aberta a todos os militantes da CUT.

As plenárias da CUT organizavam os militantes para os embates no movimento sindical, para as paralisações gerais e disputas nas categorias que ocorriam. No dia-a-dia, no entanto, a organização da oposição ficava a cargo dos militantes da “frente operária” do CGB/PLP, junto com a Pastoral Operária. Em 1988, esses militantes conseguem, segundo Rodrigues, sem que nem eles acreditassem, realizar a primeira paralisação na Fábrica Guararapes:

E aí a gente conseguiu em 1988 a primeira paralisação na fábrica. Foi uma coisa assim, pra eu ser sincera com você, Thaís, nem a gente acreditou quando aconteceu. Foi um negócio assim tão grande quando a gente viu aquela fábrica parada e foi uma coisa que chamou muito a atenção (...) porque a fábrica nunca havia parado, era uma grande fábrica e isso significava um prejuízo muito grande. Foi uma coisa fantástica. Que pena que não conseguimos dar uma maior consequência por isso, não tínhamos uma organização sindical, então não tinha um sindicato pra negociar e a gente não podia se auto intitular representante da categoria.

Figura 11: Boletim Pano Prás Mangas (Movimento de Oposição Sindical da categoria de Confeção de

Fonte: Acervo Pessoal cedido por Francisca Eugênia do Nascimento

Segundo Frederico Costa, a Oposição chegou a reunir 30 operários na Guararapes. No entanto, entre as práticas comuns da empresa, estava a demissão de operários que se

vinculassem, de alguma forma, aos movimentos sociais. Conforme entrevista de Eugênia (STEGLE, 2013), ela foi demitida da empresa durante o processo de organização da oposição sindical por denúncias de que participava de movimentos políticos, retornando depois à oposição já como trabalhadora da Villejack. Santana Costa (2012), também foi demitida da empresa, em 1989, após a participação na paralisação ocorrida na Guararapes durante a greve geral. Para Wélia Matias (2012), essa era uma das principais dificuldades ao organizar a oposição: o medo de ser demitida, que era enorme e constante pois, naquele momento de recessão econômica, o desemprego era uma realidade muito presente na vida da classe trabalhadora.

As práticas antissindicais e de perseguição política não eram exclusividade da Guararapes e atingiam diversos ativistas dos movimentos sociais que entrevistamos, entre os quais Ortins, Valdir Pereira e Socorro Silva. Apesar das perseguições, o Movimento de Oposição Sindical da categoria de Confecção conseguiu manter por aproximadamente dois anos uma organização com trabalho de base e reuniões de grupos. No *Boletim Extra* (198-), além das comissões de fábrica que já abordamos, há apelo à necessidade de ter uma diretoria combativa, por meio da palavra de ordem: “Fora pelegos do Sindicato!”. Afirmavam ainda: “Todos os meses em nosso salário é descontado a contribuição sindical é importante que os companheiros se dirijam ao sindicato para exigir a carteira de sócio, como prova que é sindicalizado” (BOLETIM PANO PRÁS MANGAS, [198-], Frente).

A ideia era primeiro montar os grupos de fábrica, segundo Frederico Costa (2011) e, após consolidá-los, dispondo já de forte trabalho na base, fazer a disputa do sindicato; ou seja, a organização de base precedia a disputa sindical. Ele relembra também a participação de outro grupo, a Tendência Marxista, presente em outra fábrica e atuante quando tentaram montar a chapa para a disputa das eleições.

A disputa sindical, no entanto, não chegou a ocorrer efetivamente, conforme relatos de Wélia Matias (2012): a chapa estava formada, mas as eleições ocorreram sem que ninguém soubesse, sem divulgação, uma eleição “montada”: “[...] eles lançaram o edital meio que escondido, a gente conseguiu localizar este edital já estava quase encerrando o prazo para inscrever a chapa [...] gente entrou com um processo [...] e a Maura acabou disputando com chapa única.”

Figura 12: Boletim Pano Prás Mangas Extraordinário do Movimento de Oposição Sindical da categoria de Confeccção, [198-] Frente.

Fonte: Acervo pessoal cedido por Francisca Eugênia do Nascimento

Mesmo na Guararapes, maior empresa do setor e onde Wélia Matias trabalhava, não houve nenhum tipo de divulgação sobre a realização das eleições, não houve votação, nem urnas no local de trabalho. Uma das principais restrições enfrentadas pelos trabalhadores

membros da Oposição era a impossibilidade de falar abertamente sobre o processo de eleição pois, como não haviam registrado chapa, a situação dos trabalhadores mantinha-se em ampla instabilidade empregatícia, e, ao menor sinal de aproximação com relação à oposição, poderiam ser demitidos, impossibilitando a denúncia das condições em que as eleições foram realizadas.

Segundo Frederico Costa (2011), Maura Isabel da Conceição, trabalhadora da fábrica Esplanord que viria a disputar essa eleição e tornar-se presidente do sindicato, era vinculada ao PCB à época e à chapa da CGT. Hoje em dia, este sindicato, Sinticonf, segue existindo no mesmo endereço, rua 24 de Maio, 782, e o último Acordo Coletivo que conseguimos encontrar disponível eletronicamente de 2015 ainda contém referência à Maura Isabel como presidente da entidade. Manteve-se também sua filiação à Força Sindical, nova denominação que assumiu a CGT a partir de 1991.¹⁰⁰

Conforme Frederico Costa (2011):

Chamaram a eleição e pregaram o edital atrás da porta do banheiro do Sindicato [...] aí o pessoal do PCB pegou a Maura para ser a candidata [...] Aí nós organizamos o pessoal da Guararapes e da Villejack para ocupar o Sindicato. [...] Era tudo um jogo de cartas marcadas. Aí quando foi bem cedinho, seis e meia da manhã, ali na 24 de Maio, do lado do motel tinha a sede do Partidão. Vinha um cara com a urna, veio o Acrísio¹⁰¹, olhou para o cara e deu um chute, voou papel pra todo lado.

Entre os equívocos cometidos neste processo, Costa destaca a disputa malfeita, pois a oposição só começara a se divulgar como chapa candidata no curto espaço de tempo de um ou dois meses. Também cita o dado que o PLP não abarcou outras fábricas em seu trabalho político, limitando a uma fábrica a propaganda da chapa da “oposição”. E mais: as desejadas “comissões de fábrica” acabaram não acontecendo a contento; não conseguiram também eleger operários vinculados a esse trabalho para a as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPAS; e por fim, mesmo havendo apenas dois ou três homens no grupo da oposição, não se elaborou sobre como lidar com as especificidades da classe operária feminina na construção dessa oposição e como mitigar as dificuldades em organizar essa parcela da classe (cf. capítulo

¹⁰⁰ O Sinticonf não tem sítio na internet, nem página nas redes sociais. Há pouquíssimas referências sobre a entidade em meios eletrônicos. A filiação acontece, desde essa época até hoje, conforme relatos de trabalhadoras da fábrica Guararapes, de forma compulsória assim que ingressam na fábrica. Durante a realização das pesquisas para a conclusão do curso de graduação, realizei diversas entrevistas junto a esse sindicato para conseguir uma entrevista de Maura Isabel, todas sem sucesso. Concomitantemente, um outro Sindicato, o Sindconfe, foi fundado na base das costureiras em 1989, porém apenas sindicalizando aquelas que trabalhavam nas fábricas de roupas femininas, lingerie e afins, excluindo desta lista a Guararapes, maior empresa do setor no Estado. O Sindicato da Confeção Feminina filiou-se à CUT logo nos seus primeiros meses de existência.

¹⁰¹ Acrísio Sena, era membro do PLP neste período. Tornou-se presidente da CUT Ceará em 1990, após o mandato de Antônio Ortins.

1).

Após a eleição, a oposição passou a ter outras dificuldades de organização. Wélia Matias foi demitida em 1990, ano em que a fábrica Guararapes pediu concordata, fruto de dívidas junto aos bancos – no entanto, meses depois, a empresa voltou a funcionar, sem recontratar nem um dos funcionários demitidos às centenas. O PLP passou por um processo de disputas internas, com diversas cisões, conforme Frederico Costa (2011), à esquerda, resultado da “crise do Leste”, ou seja, o fim dos Estados socialistas no Leste Europeu. O trabalho operário no PLP junto à Oposição da confecção findou-se ao final da década, assim como as tentativas de disputa da diretoria sindical.

3.3 – O tear, os fios e a resistência operária na categoria têxtil

A têxtil, ao lado dos gráficos, é a categoria operária com maior presença na historiografia do movimento operário cearense. Os trabalhos neste campo fizeram significativas contribuições para compreendermos o movimento operário no período estudado – em especial, resgatando as memórias da marcante greve de 1988 na Finobrasa. Também contribuiu sobremaneira para a historiografia operária cearense a pesquisa sobre as operárias têxteis da fábrica Santa Cecília, um dos pouquíssimos trabalhos com temática operária e de gênero no estado do Ceará.

Foi através destes trabalhos que muito se desvendou sobre o novo sindicalismo na história do movimento operário cearense. A oposição têxtil e a vitória da nova diretoria vinculada à CUT foram um dos casos que popularmente essa parcela do movimento sindical chama de “tomada do sindicato”. Ou seja, uma substituição realizada por membros da base da categoria contra direções que negociavam diretamente com os representantes das empresas, sem realizar assembleias e muitas vezes empossadas ainda no período do regime militar.

Com características semelhantes a de outras “tomadas”, é possível atribuí-las todas ao fenômeno de fundo, processo de reorganização do movimento operário cearense. Referimo-nos à participação nessa oposição de militantes ligados às CEBs e à PO e, por pressuposto, a forte relação com a CUT desde o início, determinando seu perfil político. Atuavam na reorganização também, através da central, diferentes forças políticas que compunham o PT na cidade, sendo público e notório o apoio de Maria Luiza Fontenele, prefeita pela sigla no mesmo período da

greve.

A força da mobilização dos trabalhadores têxteis gerou, em todos os trabalhadores que entrevistamos, uma lembrança marcante do período, sendo o ponto de referência principalmente quando querem abordar duas questões: mobilizações reprimidas e solidariedade operária. Tal constância nos relatos daqueles operários nos fez levantar reflexões sobre a ideia de coletividade contida na associação de classe e como esta ficou gravada na memória coletiva do movimento operário fortalezense através das greves dos têxteis, principalmente da Finobrasa, em 1988. O vínculo que os demais trabalhadores nutriram por aqueles em greve, a grande presença de diversas categorias, estudantes, professores, metalúrgicos entre outros, e a resistência dos operários apoiados por estes setores e, em especial, pela Igreja, marcaram profundamente as gerações de ativistas, fornecendo à memória coletiva uma referência sólida sobre o significado da solidariedade de classe.

O ponto de partida para a formação da oposição sindical ocorreu com a greve na Têxtil Bezerra de Menezes em 1986: a base havia se sobreposto à direção do sindicato para deflagrar o movimento paredista e, já com essa iniciada, o presidente em exercício, Jonas Augusto, foi a público declarar sua discordância. A mobilização possibilitou um rápido e volumoso agrupamento de ativistas que, contando com intensa presença da Central Única dos Trabalhadores, passaram a se organizar em torno da Central.

Não foi, no entanto, um momento de reencontro apenas dos operários com as mobilizações: o movimento paredista na TBM reencontrou também os antigos métodos repressivos, tendo como uma de suas marcas a forte investida do Sindicato das Indústrias Têxteis e dos meios de comunicação locais para criminalizar os ativistas e a própria greve. Utilizando-se de expedientes do período ditatorial, entre os quais a “lei antigreve” no. 4.330 de 1964, a patronal impetrou ação contra os trabalhadores; o Tribunal Regional do Trabalho local, no entanto, declarou-se incompetente para dirimir a questão e não julgou a tentativa de criminalização.

Mesmo derrotado em primeira instância, o sindicato patronal procurou o Tribunal Superior do Trabalho -TST um mês após a decisão. Já finda a greve dos trabalhadores há mais de um ano, a instituição julgou-a ilegal, baseando-se na lei de 1964; antes disso, no entanto, a patronal já havia tomado medidas para reprimir os ativistas, demitindo uma parte dos trabalhadores. Além disso, fotografou-os e enviou à fábrica têxtil Santa Cecília o temerário álbum para que, caso os desempregados fossem ali procurar emprego, pudessem ser

identificados e não contratados. Conforme Gomes (2012), junto ao álbum foi encontrado um bilhete com essa orientação, e o pesquisador incluiu uma fotografia deste material em sua dissertação.

Essa primeira experiência de levante na categoria têxtil contra o arrocho salarial e as condições de trabalho, assim como a forte investida patronal contra o movimento paredista, indicam o alto nível de tensão entre trabalho e capital, prenunciando os fortes enfrentamentos que estavam por vir. Demonstrem também a disposição das elites empresariais do estado para utilizar todos os expedientes ao seu alcance para reprimir a organização dos trabalhadores. Pesa neste ponto a forte relação entre os empresários e os grupos políticos que estavam à frente da administração do Estado, já abordadas por nós no capítulo 1, e que ilustra a posição confortável em que estes se encontravam, resguardados pela máquina estatal.

Em alguns casos, essa relação foi tão íntima que seria difícil considerá-los dois grupos distintos, separando-os politicamente. Apesar de juridicamente serem “empreendimentos” de natureza diferentes, na prática estabelecia-se uma fusão entre empresa e o poder político estatal, como no caso da família Bezerra Menezes, proprietária da TBM, muito bem estudado por Lemenhe (1998). Não é coincidência que essa têxtil, durante o período de incentivos proporcionados pela SUDENE (ver capítulo 1), tenha transformado sua atividade de cotonicultura em um empreendimento industrial de grande porte.¹⁰² O aporte de capital para investimento em maquinário e as facilidades possibilitadas pelas obras de infraestrutura realizadas pelo governo Virgílio Távora favoreceram sobremaneira os negócios da família Bezerra. É notória a grande influência política desta família, tendo governado o Ceará através de Aduino Bezerra, indicado pelo general Geisel em 1974 e conhecido como um dos coronéis da política cearense, alternando-se no poder, ora diretamente, ora através de seus correligionários, durante décadas.

A vitória das marias e dos franciscos que derrotaram os coronéis, título do nosso próximo capítulo, poderia sê-lo também para relatar a eleição da oposição sindical dos trabalhadores e trabalhadoras têxteis e as mobilizações da categoria a partir de 1986. Maria Bezerra, operária da fábrica de tecido Santa Inês, foi um dos membros da oposição sindical e deu depoimentos para os trabalhos de Jormana Araújo (2013) e Alexandre Gomes (2012). Em uma de suas tentativas de aproximação com o sindicato, com um grupo de mulheres procurou

¹⁰² Conforme Lemenhe (1998), no início dos anos 1980 a cotonicultura sofreu um forte revés no Estado, resultado de uma praga que prejudicou severamente as plantações.

o presidente na sede, para denunciar os frequentes casos de assédio sexual. Além de não tomar nenhuma atitude, a reação do sindicalista foi procurar a empresa para apontar as funcionárias que haviam realizado a denúncia; como veremos em outras categorias, era comum a prática de denunciar aos empresários os trabalhadores “rebeldes”. Entrando em contato com Ortins, Maria Bezerra foi convidada por ele a fazer parte da oposição nos têxteis. (ARAÚJO, 2013)

Ortins (2018) de fato nos relatou que participou ativamente da formação e do aglutinamento dos ativistas em torno da oposição sindical:

Têxteis fez uma greve histórica [na Finobrasa], a gente entrou no Sindicato [dos Têxteis] aí o patrão tava acostumado a dar o reajuste lá tomando whisky com o Jonas, mas com a gente a história era diferente, né. Formamos a comissão de base, começamos a organizar o pessoal. Fiz uma organização de base da fábrica, lá na igreja em São Gerardo, aí comecei a educar pessoal, a gente fazia curso e tal.¹⁰³

Além de Maria Bezerra, fizeram parte da oposição trabalhadores da fábrica Santa Cecília, Santa Inês e Thomaz Pompeu. Antônio Ibiapino, encabeçando a chapa, era operário da Santa Cecília e, conforme entrevista concedida a Gomes (2012), foi convidado por outros dois trabalhadores, Roberto Faustino e Wiliam Gomes. As eleições marcadas para o dia 20 de maio de 1987 deram vitória à oposição; no entanto, apesar do grande passo dado pelos operários, o sindicato dispunha neste momento de pouquíssimos filiados.

A filiação dos trabalhadores ao sindicato era fortemente reprimida pelas empresas e estas, ao se depararem com a nova diretoria, passaram a não fazer o repasse dos valores da filiação dos poucos membros da categoria vinculados à entidade. Para existir como sindicato, foi preciso refundá-lo, realizando uma grande campanha de filiação, da qual participaram amplos setores vinculados à CUT, à Pastoral Operária, militantes do Partido dos Trabalhadores e, como relatou Ibiapino, o PRC, que tomou a frente da iniciativa. Segundo entrevista de Ibiapino a Gomes (2012, p. 121),

Primeiro nós tratamos de filiar os trabalhadores, isso não foi mérito meu, nem do Sindicato somente, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), a Pastoral Operária, o Sindicato dos metalúrgicos, o Padre Fernando Ferreira Pinto vigário do Carlito Pamplona e todo o movimento revolucionário da época foi de uma importância tremenda naquela luta. O PRC de forma disciplinada através do centralismo democrático deliberou como meta vencer todos os obstáculos. Então nós

¹⁰³ São Gerardo é o bairro onde fica localizada a Paróquia de São Judas Tadeu, a igreja ficava a algumas quadras da Avenida Sargento Hermínio, 2965, localidade onde estava instalada a empresa Finobrasa.

trabalhávamos de manhã, de tarde e de noite, fizemos as comissões de fábrica, fizemos os comandos secretos dentro da própria fábrica e tínhamos um forte comando externo representado pela diretoria do sindicato, esse atuava fora da fábrica. Desse modo em 90 dias nós filiamos 450 trabalhadores, foi um processo de agitação jamais visto neste Estado. Fomos à fábrica e obrigamos eles a receberem todas as filiações, nós nos apoiamos no grande número de sócios, como eles iriam demitir tanta gente?¹⁰⁴

Desde a formação da oposição em 1986, a CUT, através de seu presidente Antônio Ortins, esteve fortemente vinculada às ações de mobilização na categoria. O Sindicato dos Têxteis filiou-se à Central em 25 de outubro de 1987, mas antes mesmo disso, na greve geral de agosto de 1987, os informes no arquivo nacional da CUT apontam a participação ativa de Ibiapino respondendo, em nome da CUT regional, pelo quadro de mobilização de todo o Estado, indicando a rapidez com que esses ativistas se incorporaram às atividades da Central também.

Nos primeiros meses após empossada a nova diretoria, eclodiu uma greve na fábrica Santa Inês; para reprimir a ação, o governo estadual enviou a Polícia Militar, que chegou agredindo violentamente os trabalhadores. Conforme entrevista de Ibiapino a Gomes, já havia sete trabalhadores feridos, quando, no meio da noite, chega a prefeita Maria Luiza para apoiar a ação. Ela, junto aos operários, pula a cerca da empresa para proferir de lá de dentro uma mensagem de apoio aos grevistas.

Foi, no entanto, durante a campanha salarial de 1988, um ano após a posse da nova diretoria, que as tensões se tornaram agudas. Os empresários já haviam indicado nos últimos meses que a relação seria conflituosa; na Finobrasa, uma das empresas com maior histórico de repressão às práticas sindicais, eram comum as demissões de trabalhadores filiados ao sindicato, assim como a criação de “listas negras”, nome empregado pelos próprios empresários. A prática de “marcar” os trabalhadores atuantes era recorrente na categoria têxtil. A repressão não se restringia a isso: a agressão era física e material também, como no episódio em que a empresa chegou a orientar seguranças a quebrar o carro de som do sindicato.

O prenúncio estava correto, pois na campanha salarial o sindicato representante das empresas ensaiou fechar um acordo e, ao não cumpri-lo, mantendo sem respostas as reivindicações dos trabalhadores, estes decidiram pelo início do movimento paredista. A greve concentrou-se na Finobrasa, estendendo-se por 23 dias repletos de conflitos. A pauta exigia o reajuste salarial dos valores corroídos pela inflação e pelo Plano Bresser (cf. capítulo 2) e

¹⁰⁴ Neste momento, a prefeita Maria Luiza Fontenelle já se organizava em uma cisão do PRC, o Partido Operário Revolucionário - PRO, no qual estava desde março de 1986.

melhorias nas condições de trabalho, exigindo o fim do trabalho aos domingos e o fim das demissões por justa causa ocasionadas por ausência ao trabalho, entre outras.

Nos primeiros dias a adesão foi massiva e os piquetes garantiram a paralisação total da produção; no entanto, as forças policiais do Estado, nesse momento governado pelo empresário Tasso Jereissati, atuaram violentamente para reprimir os manifestantes e amedrontar os trabalhadores paredistas. A violência foi tamanha que há diversos relatos de trabalhadores com membros quebrados, agressão a mulheres grávidas e até ao deputado estadual João Alfredo (PT). Valdir Pereira (2018) relembra uma destas ações:

a greve dos têxteis foi um marco, essa foi assim, Tasso Jereissati [era] governador, uma repressão muito forte, mas algo assim muito interessante os trabalhadores do lado de fora, [dizendo] nós não vamos entrar e aí eles fecharam o portão... teve um momento assim muito importante. Agora os caras ganharam a greve na pancadaria, porque foi muito violento. Tinha cenas assim, policial batendo em mulher, porque eram muitas mulheres, mulher grávida tudo, foi algo selvagem. E aí foi uma aprendizagem, a polícia veio em um primeiro momento desorganizada, os trabalhadores botaram pra correr, e aí se empolgamos, aí ele se reorganizaram quando vieram, vieram mais e de forma que ... eu até me lembro... nunca esqueci da forma que eles usaram, entrou um pelotão assim [movimento de crus com mão] e outro assim, dividiu a manifestação em quatro, e aí fragilizou para caramba, né? Como eu sempre fui muito curioso eu prestei atenção e não tinha como chegar lá mais e aí foi muita pancadaria. A gente escapou na igreja São Judas.

A Igreja Católica, através da Pastoral Operária, não apenas abrigou os grevistas na igreja São Judas, como afirma Valdir, como também atuou para ganhar a consciência e apoio populares para aquela luta.¹⁰⁵ O bispo Dom Aluísio Lorscheider foi uma das principais figuras a tomar lado na greve, defendendo o direito dos trabalhadores em fazê-la e pedindo aos demais párocos apoio para os trabalhadores. Além de tentar abrir caminho para realizar uma nova negociação, o bispo denunciou o papel omissor da imprensa diante da forte repressão realizada pelas forças policiais. O apoio não era só político, mas financeiro também: a Pastoral Operária realizou diversas campanhas para arrecadar vale-transporte e alimentos para os grevistas.

Além da PO, outros sindicatos operários e a administração municipal da prefeita Maria Luiza estiveram na organização e no apoio à greve na Finobrasa. Outras fábricas têxteis e até metalúrgicas fizeram paralisações em apoio aos têxteis, realizando também uma manifestação

¹⁰⁵ Segundo Gomes, a igreja São Judas foi transformada no “QG”, como os trabalhadores costumavam chamar, um local de concentração dos operários, já que nas ruas próximas à empresa havia repressão policial. O pároco Abelardo Lima foi, inclusive, designado para realizar negociações com a patronal, sem resultado. Foi na igreja que quatro operários iniciaram uma greve de fome para que a empresa negociasse com os trabalhadores. Eram lá também realizadas as assembleias, como a que decidiu o fim do movimento paredista.

conjunta na praça José de Alencar, com mais de 1500 pessoas, contra a repressão sofrida na Finobrasa. A prefeitura forneceu cestas básicas e refeições aos operários em greve e transportou os grevistas em carros oficiais (Gomes, 2012). Até mesmo no Boletim *Pano Prás Mangas*, vinculado às trabalhadoras da confecção de roupas, era possível encontrar referências de solidariedade à greve e repúdio à violência policial. (figura 13)

Após 23 dias, finda a greve, os trabalhadores conseguiram uma parte das conquistas que pleiteavam, apesar de não terem conseguido todas. Mas, além das conquistas econômicas, ficou evidente naqueles dias o grande incômodo ocasionado aos empresários pelo movimento paredista. Práticas repressivas foram aprimoradas, houve muitas demissões, a lista de trabalhadores marcados para não serem mais contratados foi uma prática retomada e reforçada. No ano seguinte, a categoria têxtil seria uma das principais referências na organização da greve geral de 1989 e elegeu uma representativa nova diretoria em 1990. (GOMES, 1990)

Figura 13: Boletim Pano Pras Mangas Movimento de Oposição categoria de confecção - maio de 1988.

Fonte: Acervo pessoal de Francisca Eugênia do Nascimento

3.4 – Pás, colheres e cimento – os peões na construção do novo sindicalismo¹⁰⁶

Paulo Fontes, em seu livro, *Um Nordeste em São Paulo*, ao retratar os imigrantes nordestinos recém-ingressos na indústria petroquímica do bairro de São Miguel Paulista, em sua maioria provenientes da área rural, reconstrói o imaginário destes e como sua identidade nordestina possibilitou também que se vissem como classe. Assim como estes, advindos, quase em sua totalidade, de áreas interioranas do Estado, os operários da construção civil chegaram à capital do Ceará sem terem trabalhado profissionalmente na categoria, começando ali como ajudantes, aprendendo o ofício e tornando-se profissionais ao longo dos anos.¹⁰⁷

Conforme vimos no capítulo 1, a aceleração da urbanização ocasionada pelo desenvolvimento das indústrias na capital possibilitou também o crescimento do setor da construção civil. Diferentemente de outras categorias, nas quais os projetos de desenvolvimento econômico com expansão industrial criaram diretamente as vagas de emprego, neste setor os empregos foram gerados indiretamente, pela necessidade de ampliação infraestrutural, com elevado aumento populacional e a crescente demanda por novas moradias, centros comerciais, entre outros tipos de construção.

A relação compartilhada na vida de bairro, nas feiras, igrejas e comunidades, possibilitou que, mesmo dispersos em diferentes canteiros de obras com concentrações inferiores às das grandes indústrias, os operários pudessem identificar seus interesses em comum. Mais uma vez, foi a fórmula da conjunção de esquerda organizada com organizações de base da Igreja que fez nascer a Oposição dos Trabalhadores da Construção Civil.

Antes disso, ainda em 1982, houve a primeira tentativa de organização dos trabalhadores

¹⁰⁶ O Sindicato da Construção Civil foi objeto de estudo de diversos trabalhos acadêmicos em Fortaleza, com diferentes enfoques. Além de Yuri Nóbrega, José Ernandi Mendes e Paula Emanuela de Farias, com dissertações concluídas sobre o tema, há uma dissertação em andamento de Nericilda Bezerra da Rocha e dois doutorados no Departamento de Educação da Universidade Federal do Ceará: o de Paula Emanuela e o de Jânio Vidal, um de nossos entrevistados. Interdisciplinarmente entre a Sociologia, Educação e Direito, os trabalhos abordam diferentes enfoques sobre a relação dos trabalhadores com a construção do saber na prática do sindicalismo, além da relação com a legalidade jurídica. No entanto, por estes trabalhos não terem como foco o movimento operário na segunda metade da década de 1980, sua relação com o novo sindicalismo ou as organizações de base, optei por manter a realização das duas entrevistas que embasam essa parte, complementadas com a leitura dos trabalhos já realizados.

¹⁰⁷ Segundo Nóbrega (2006), diversos dos entrevistados têm a mesma trajetória, advindos das zonas rurais. A maioria possui baixa escolaridade, sendo a construção civil uma indústria que não exige diplomas nem formação, uma das mais acessíveis para entrar no mercado de trabalho urbano. Desta forma, ao ingressarem na categoria, os operários começam como ajudantes, serventes, fazendo serviços de apoio e depois vão migrando para as áreas especializadas, podendo tornar-se pedreiros, carpinteiros, gesseiros, entre outros, e por isso, para aqueles que já exercem o serviço com algum grau de especialização a denominação mais correta é de “profissionais”.

da categoria: é deste ano a expulsão de um trabalhador do quadro social do Sindicato, realizada por decisão de assembleia conduzida por Mariano Nunes, presidente naquele momento. A justificativa ficou registrada em um processo trabalhista protocolado no DRT, em que se pleiteia a convocação da referida assembleia para expulsão de Reinaldo Barroso por “impor séria confusão à assembleia, tratando de assuntos alheios à classe e cuidando de doutrina subversivas. Vem esse sócio, também, se fazendo passar por representante em entidades suspeitas, *como uma tal de Pró-CUT*” (NÓBREGA, 2006, p. 64, grifo nosso).

Segundo o Jornal *Tribuna do Ceará*, a Pastoral Operária enviou uma moção a esta assembleia conclamando a união da categoria: o documento, no entanto, sequer foi lido. Na ata, a justificativa para a expulsão se repete, dessa vez, porém, com novos elementos: o operário vinha participando das reuniões da Frente Sindical,¹⁰⁸ levando o nome do sindicato sem ser autorizado. Além disso, Reinaldo Barroso criticava nas reuniões o “sindicato pátrio” e o salário dos operários, como um salário de fome, caracterizações das quais, evidentemente, a diretoria discordava (NÓBREGA, 2006). Pelos elementos descritos – a proximidade com a CUT e os posicionamentos políticos –, é plausível que o ativista fosse ligado a organizações de esquerda ou à própria PO, tendo sido essa, possivelmente, umas das primeiras tentativas de construir uma oposição pela base com características similares às que surgirão posteriormente.

Assim como em outras categorias que estudamos, na construção civil a filiação ao sindicato também era compulsória, e os operários tinham o valor desta descontado todos os meses, mesmo sem aderir formalmente ao Sindicato, conforme nos apontou Manuel Farias (2018).¹⁰⁹ A entidade tinha uma concepção assistencialista: disponibilizava atendimento médico parcial, distribuição de remédios, caixa funerária e jurídica, esta apenas quando não se tratasse de demandas trabalhistas, já que o mesmo advogado que representava os patrões, o fazia para o sindicato.

Anos depois, um núcleo de trabalhadores técnicos, ligados a uma empresa de projetos na construção civil, inicia a idealização de uma oposição ao sindicato. Manuel Farias e Valdênio Caminha pensaram, inicialmente, em formar um sindicato de desenhistas e para isso procuraram um “engenheiro”, militante do PT, mas não sentiram força para seguir o projeto. Em 1987, outro engenheiro passa a conversar com os desenhistas e os demove dessa ideia, sugerindo

¹⁰⁸ A Frente Sindical a que nos referimos foi a reunião de diversas entidades e movimentos que prepararam o primeiro Enclat ainda em 1982, mas que se cindiram entre CUT e CGT meses depois.

¹⁰⁹ Manuel Farias, conhecido como “Seu Manuel”, era desenhista e trabalhava na área desde meados dos anos 1970, foi cooptado ao CGB em 1987. Paraibano, “Seu Manuel”, foi uma das principais figuras no pleito que elegeu a chapa cutista em 1988.

diretamente uma oposição ao sindicato, já que eles eram uma pequena parcela da categoria. Assim começou a oposição na Construção Civil, e Jânio Vidal acabou ganhando os desenhistas não apenas para a ideia de formaram uma oposição ao sindicato, mas também para a militância organizada no Coletivo Gregório Bezerra. (FARIAS, 2018)

A experiência das oposições anteriores ajudou a esboçar a maneira como essa se formaria. Segundo Manuel Farias (2018), eles começaram participando das assembleias do sindicato para conhecer os trabalhadores que as frequentavam e observar se poderiam aproximar alguém com um perfil “diferente” da diretoria. No entanto, a ponte entre os técnicos e os demais trabalhadores foi estendida principalmente pela Pastoral Operária, pois, mais uma vez, foi nas organizações de base da Igreja que a ligação entre bairro, comunidade e movimento operário aconteceu. Entre os operários que passaram a participar da oposição, uma parte importante veio através da ação da Pastoral Operária e já havia participado de lutas populares, como ocupações de terreno para construção de moradias.

Conforme apontou Jânio Vidal (2018),

[Sobre] o nosso trabalho político de mapeamento da categoria dos trabalhadores da construção civil, quando a gente resolveu formar a oposição e tomar o sindicato, nós terminamos descobrindo vários quadros nas obras e esses quadros tinham vínculos no movimento de bairro, como era o caso do Raimundão e outros. E descobrimos alguns trabalhadores da construção civil, pedreiros, marceneiros [entre outros] que tinham vínculos com a Pastoral Operária. Aí nós chamamos esses companheiros e na primeira diretoria tínhamos seis diretores ligados ao CGB e três ligados à Pastoral Operária.

Observa-se que o garimpo para encontrar a matéria-prima que formaria a oposição é muito próximo daquele empregado pelas primeiras oposições, ainda no período ditatorial. O movimento de bairro e por moradias, através de ocupação de terrenos durante a expansão urbana das grandes capitais, é uma realidade generalizada naquele momento. Em Fortaleza, como vimos, um dos mais fortes movimentos do final da década de 1970, desafiando a ditadura, surgiu dessas iniciativas e teve grande visibilidade.¹¹⁰

O movimento sindical ressurgiu no cenário político com mais força em Fortaleza a partir

¹¹⁰ Entre estes movimentos, a Favela José Bastos, como ficou conhecida a ocupação por localizar-se à margem da Avenida José Bastos em Fortaleza, foi protagonista de um dos principais eventos envolvendo o movimento popular de reivindicação por moradias. Em 1979, diante de uma tentativa de desocupação, dezenas de moradores resistiram à violência policial e conseguiram, diante da cobertura midiática, ganhar o apoio da população. Aquela vitória serviu de inspiração para dezenas de outros movimentos que foram se alastrando rapidamente, conseguindo realizar, mesmo diante do período ditatorial, diversas ações reivindicativas.

de 1985. No entanto, em categorias como a construção civil, em que o sindicato tinha como prática “avisar” as empresas quando algum trabalhador apresentava um potencial contestador (NÓBREGA, 2006), uma atuação reivindicativa dos trabalhadores em seu local de trabalho, nos canteiros de obra, ou no sindicato era muito difícil na prática, significava uma ameaça certa de demissão se descoberta pelos patrões ou pelos encarregados. Por isso, buscar nos movimentos populares e de bairros os trabalhadores com disposição para compor uma oposição sindical foi uma das alternativas utilizadas por diversas oposições, e na Construção Civil não foi diferente.

As relações que se estabelecem nos locais de moradia, entre os vizinhos ou aquele colega que se encontra na feira permitem, sem os olhares vigilantes dos encarregados, que os trabalhadores possam conversar sobre sua situação e se organizar a partir dali. Eluizito Alves, entrevistado por Yuri Nóbrega, relatou sua aproximação da Pastoral Operária, através dos mutirões de construção de moradias que se realizavam nesse momento na Barra do Ceará. Quem intermediou a apresentação entre Eluizito e os demais membros da oposição foi Socorro Rodrigues, uma de nossas entrevistadas, membro da PO e do CGB na construção da oposição na confecção (ver capítulo 3.2).

Foi também através destas reuniões para melhoria do bairro que Eluizito Alves e Raimundo Castro, o “Raimundão”, se encontraram e onde Seu Eluizito convenceu Raimundão a participar da Oposição (NÓBREGA, 2006). Pouco tempo depois, Raimundão se incorporaria ao CGB, tornando-se um dos principais líderes do sindicato, com forte atuação na CUT também. Ortins (2018) recorda em sua entrevista a parceria entre ele e o Raimundão, “que era danado demais”, nos enfrentamentos durante os difíceis momentos de mobilização e greves em diversas categorias.

Manuel Farias (2018), ao relatar a construção da oposição, relembra as dificuldades desse trabalho nos canteiros de obra. A princípio, por trabalharem de segunda a sexta-feira, iam às obras somente aos sábados, mas, depois, com a incorporação do Raimundão à oposição, eles passaram a frequentar os canteiros à noite, já que muitos trabalhadores faziam horas-extras noturnas, os chamados “ratos de obra”, segundo Farias.

Jânio Vidal (2018) apontou, em sua entrevista, quais estratégias o CGB usou para aproximar os operários, a relação destes com as demais organizações e a solidariedade estabelecida entre outros movimentos e categorias, e, em especial, com a Pastoral Operária:

Tínhamos a política de unidade, de atrair todo mundo. Quando a gente mapeou os principais quadros, as principais lideranças e íamos visitar nas casas, nos bairros e nos locais de moradias esses trabalhadores ... descobrimos também a questão da Pastoral Operária e fomos lá. Tinha um padre, não me lembro mais [o nome dele], ele teve um papel importante na oposição, que era o padre do Conjunto Palmeiras. Acho que era Luís o nome dele. Ele tinha um fusquinha, vinha do Conjunto Palmeiras, [às] 5:00 horas da manhã para fazer o trabalho [nas obras] junto com a gente. Sabia das nossas posições, marxistas, revolucionárias etc... fazia aliança sem qualquer restrição, nós tínhamos o maior respeito por ele. Essa questão de saber trabalhar essa unidade mesmo com as divergências... O pessoal da Pastoral Operária trabalhava com a gente sem qualquer problema, primeiro que religião não tem nem pauta [assunto], quando se tratava de discutir um projeto de transformação e emancipação a gente dizia: pensamos assim, mas não tem nenhum problema a gente ter unidade nas lutas e outro tipo de compreensão.

Observa-se, portanto, que a busca por congregar diversos setores não aconteceu de forma espontânea, mas como uma estratégia de ação, a chamada “unidade nas lutas”, que conseguiu, assim, atrair os trabalhadores para um campo político e colocá-los em movimento. Diferentemente das outras oposições, na construção civil a composição entre organizações vinculadas à igreja, como a Pastoral Operária, e organizações políticas não religiosas tinham pesos diferentes. O CGB tinha maior influência nessa oposição e isso possibilitou que imprimisse diferentes nuances na política de formação do grupo, quando comparada com as oposições de maior presença da Pastoral Operária. Apesar de valorizar e impulsionar a organização de base dos operários, o foco, neste momento, era a construção de um grupo para a disputa das eleições sindicais.

O referencial teórico do CGB pode ser uma das chaves para explicar essas estratégias diferentes, bem como a composição das oposições. Na construção civil, a formação do grupo de oposição inicia-se a partir de jovens militantes, com grande carga teórica marxista, mas sem experiência no movimento operário. Como afirmou Jânio Vidal (2018), naquele momento havia muito acordo de que a estratégia das organizações de esquerda deveria ser o trabalho operário, já que estes seriam os principais agentes em um momento insurrecional.

A incorporação dos estudantes ao trabalho operário, seja na confecção, através do trabalho nas portas das fábricas, ou na construção civil, atuando diretamente na categoria, decorre dessa ideia. Comungada pelo CGB e algumas organizações de esquerda, além da importância do setor operário na transformação social, a concepção leninista compreendia também, e crucialmente, a necessidade de a consciência socialista ser aprendida, ou seja, vir de fora. O papel dos revolucionários no movimento operário seria promover essa ideia, por acreditarem que a percepção da necessidade de realizar uma transformação socialista profunda

não surge espontaneamente das lutas, mas penetra na classe e cresce com a mobilização desta.

Desta forma, a própria luta de classes e o sindicato têm potencial para se tornarem uma escola de revolucionários, atuando pedagogicamente na conscientização dos operários e educando-os no enfrentamento entre duas classes antagônicas, burguesia e proletariado. Sobre essa concepção, Paula Farias (2013, p. 62), em seu estudo da formação política e de lideranças na construção civil de Fortaleza, afirma:

A luta de classes funciona como uma escola de formação. O trabalhador, cujo universo se restringia ao cotidiano da família, da comunidade bairrial e do exercício regular da labuta, começa a tomar o mundo em outra perspectiva quando passa a atuar coletivamente em torno às suas demandas. Descortina-se aí um novo horizonte. A percepção do operário se amplia. Alça voos que até então não estavam colocados em seu campo de visão. Presumidamente, é uma educação pela ação; um processo em que a atividade diária da luta direta incide sobre a sua cultura, a sua consciência e os seus hábitos. Incorpora-se um conjunto de novos artefatos que passa a atuar diretamente sobre a organização mental do operariado.

Refletindo esta concepção, era imprescindível, ao CGB criar condições nas quais os trabalhadores entrassem em movimento; os sindicatos vinham cumprindo esse papel notavelmente desde as grandes greves do ABC. Diferentemente do período anterior, em que a clandestinidade e a mobilização através das organizações de base eram as únicas alternativas, a década de 1980 e o movimento operário vinham mostrando, principalmente após a expressiva greve da Finobrasa em Fortaleza, que, apesar de todo o debate sobre seu atrelamento ao Estado, os sindicatos eram ferramentas potencializadoras das lutas e da educação revolucionária do operariado.

Importante ressaltar que o próprio CGB partilhava das críticas sobre o caráter dependente dos sindicatos ao Estado. Esse foi um dos principais temas abordados no 1º Boletim da Oposição, em junho de 1988:

Considerando que os trabalhadores, historicamente, organizaram suas entidades sindicais de forma autônoma, frente ao Estado e aos patrões, não se pode descartar da luta dos trabalhadores da Construção Civil, a sua livre organização, fora do aparato do Estado. O atrelamento do sindicato ao Estado é inaceitável. Na América do Sul, a intervenção do Estado só existe em três países (Brasil, Venezuela e Chile), tornando-se cada vez mais uma pedra na luta dos trabalhadores, pois, dirigentes pelegos se apudaram (sic) do sindicato e com o dinheiro fácil, jamais descem ao seio dos operários. Só a queda do imposto sindical obrigatório fará esses pelegos descerem até as obras, no intuito de arrecadar fundos e os trabalhadores só darão essa contribuição, se este sindicato estiver realmente defendendo seus interesses (1º Boletim da Oposição na Construção Civil, 1988 apud NOBREGA, 2006, p. 90)

Sobre o sindicalismo de Estado, é longa a polêmica do papel do novo sindicalismo e se

este, através de novas práticas, rompeu com a lógica imposta até então de atrelamento ao Estado. Armando Boito Júnior é categórico ao afirmar que o sindicalismo que surgia ao final da década de 1970 não conseguiu se desvencilhar das amarras impostas pela lógica da legalidade aos sindicatos. Ao contrário, se adaptou para que suas reivindicações coubessem nas possibilidades da atuação sindical, rebaixando as reivindicações e atuando de forma regressiva em relação ao potencial de luta da classe trabalhadora.¹¹¹

Não é nossa ideia entrar neste debate aqui, mas evidenciar que as organizações que construíam as oposições e eram os setores mais à esquerda dentro da CUT tinham profundas críticas ao caráter dependente dos sindicatos em relação ao Estado, e defendiam um sindicalismo combativo, construído através da participação da base em suas instâncias decisórias. Foi margeando este tema da denúncia de uma diretoria atrelada ao Estado e do imobilismo em relação às necessidades reais da categoria, como melhores condições de trabalho e recomposição salarial, que o grupo foi construindo sua atuação.

De um esboço de organização em 1987, em junho do ano seguinte já se registra um avanço significativo na oposição da construção civil, com a publicação de seu primeiro boletim; os informativos seguintes saíam com frequência mensal. Segundo Manuel Farias (2018), a reunião para debater aquele primeiro exemplar ocorreu no Sindicato do Gráficos, onde deliberaram por utilizar aquele endereço como contato para a oposição; no entanto, depois de impresso o boletim, a utilização do endereço foi desautorizada, causando um prejuízo considerável ao grupo naquelas circunstâncias. Assim como nos sapateiros e confecção, a questão do financiamento era essencial para a sobrevivência da oposição: para isso realizavam arrecadação junto aos professores universitários e demais servidores, através da compra de um bônus, além de realizar atividades mais lúdicas, como uma noite de forró cujo valor dos ingressos seriam revertidos para a oposição. (NÓBREGA, 2006) Outra ajuda veio através da participação de membros da oposição no III Concut: segundo Manoel Farias (2018), lá “teve uma conversa com o povo da construção civil [de outros estados] e nós conseguimos que eles ajudassem financeiramente”, demonstrando o nível de organização e solidariedade

¹¹¹ Conforme o autor, “A tese de que o sindicato de Estado depende ‘de maneira extrema e direta’ da correlação de forças esclarece o que se passou naquela conjuntura. Todo movimento sindical seja ele qual for depende da correlação de forças. Mas a expressão feliz ‘extrema e direta’ sugere uma particularidade importante. O sindicalismo de Estado é impotente para atuar como fator decisivo na promoção de rupturas políticas favoráveis às classes populares. Ele é seguidista, pode aproveitar-se de crises, contribuir para o seu agravamento, mas tende a permanecer a reboque da política do bloco no poder, mesmo quando abrigue uma tendência que, como a CUT, assuma uma postura de combate ao governo” (BOITO JR, 1991, p.278).

nacionalmente.

Assim, para novembro de 1988 estava prevista a eleição do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza – STICCF. A oposição escolheu para compor a presidência do sindicato Valdênio Caminha, membro do CGB e desenhista, mas não conseguiu registrar a chapa pois, por duas vezes, a diretoria à frente da entidade naquele momento negou-lhes a inscrição, alegando que uma parte dos membros não era sindicalizada, apesar de todos pagarem mensalidade ao sindicato. Foi através da Justiça, presente reiteradas vezes no sindicato para exigir a inscrição da Chapa 2, que se garantiu a realização do pleito com o registro de uma chapa opositora.

Segundo Farias (2018), as dificuldades para atuar na campanha eleitoral, além de financeiras, estavam também na realidade de trabalho dos membros da oposição: foi preciso que o presidente da chapa, Valdênio, entrasse em férias, para só assim poder percorrer os locais de trabalho. Instalada no Sindicato do Telefônicos - SINTTEL, filiado à CUT, e recebendo apoio dos militantes vinculados aos movimentos e à central, a oposição entrou na reta final da campanha e das eleições, conseguindo como resultado 87,7% dos votos contra 12,3% para a chapa da situação (NÓBREGA, 2018).

A vitória por grande margem de diferença não foi suficiente para garantir que pudessem tomar posse, já que a antiga diretoria utilizou diversos subterfúgios para reverter a vitória, que iam desde ações jurídicas contestando a eleição, e o emprego de seguranças privados armados, até ameaças de morte para impedir a posse. A estratégia da oposição foi o enfrentamento, apoiada na própria categoria e nos demais sindicatos do campo cutista. Para isso, a nova diretoria passou a distribuir boletins informando a vitória e convocando os trabalhadores para comparecerem na sede do Sindicato para pressionar a realização da posse da chapa de oposição. Depois de várias semanas, a justiça garantiu à oposição o direito à posse e no dia 27 de dezembro, finalmente, os novos diretores puderam ser empossados, encontrando, no entanto, as finanças do sindicato completamente dilapidadas e assumindo severas dificuldades financeiras para realizar a campanha salarial, a se iniciar semanas depois. (FARIAS, 2018)

A campanha salarial de 1989 foi o primeiro teste da diretoria e da própria categoria. Provavelmente nenhum operário das gerações mais novas havia participado de um movimento paredista em seu local de trabalho. Depois de anos sem nenhum tipo de mobilização por melhorias salariais, a campanha de 1989 enfrentaria, conforme vimos no capítulo 2, uma das maiores inflações acumuladas na história do país, mais de 1000% ao ano. Segundo Jânio Vidal

(2018), sem dinheiro em caixa para realizar as mobilizações, os trabalhadores da construção civil se deslocavam em pau de arara de um canteiro a outro, quando a distância era grande, ou em passeata, quando os locais eram menos distantes.

Figura 14:Foto do Jornal O Povo, 21 de março de 1989.

Fonte: Acervo da Hemeroteca Pública Menezes Pimentel - Fortaleza – CE.

Na capa do *Povo*, de 17 de março de 1989, encontramos a chamada da decisão da assembleia de paralisar a categoria em entrevista dada pelo presidente, Valdênio Caminha. A matéria informava que, com uma base de 15 a 20 mil operários, a categoria não tinha direito sequer a um salário mínimo. O Plano Verão (ver capítulo 2) havia “confiscado” 26% da URP de fevereiro, impondo um arrocho salarial que mantinha o salário recebido abaixo do mínimo. Entre as reivindicações estava a de 250% de reajuste salarial, o fornecimento de refeição nos locais de trabalho, o direito às comissões de obra (organizações por local de trabalho), com direito à estabilidade para os membros, e equipamentos de segurança, que, naquele momento, não eram fornecidos pelas empresas. Segundo o DIEESE (O POVO, 09/03/1989), o salário mínimo, que naquele momento era de NCz\$ 63,90 deveria ser 6,8 vezes maior, NCz\$ 434,9,

para efetivamente cobrir as necessidades básicas do trabalhador. A diferença entre o mínimo real daquele calculado pelo DIEESE demonstra a difícil situação do trabalhador da construção civil naquele momento.

A primeira greve deflagrada pela categoria trouxe em sua pauta reivindicações importantes para o novo sindicalismo, em especial o direito à organização de base por local de trabalho, além de outros direitos essenciais à categoria. No dia 21 de março de 1989, matéria d'*O Povo* noticia a manutenção da greve e o apoio da população e Valdênio Caminha, entrevistado novamente, afirma a disposição dos trabalhadores para parar os canteiros de obra: “o empenho dos trabalhadores tem fortalecido o movimento, fechando obras e conscientizando os que ainda não aderiram”. Acostumados com outro tipo de atuação sindical, os empresários não se dispuseram a negociar até o início da greve, quando mais da metade da categoria cruzou os braços; só então aceitaram realizar as primeiras negociações com a nova diretoria, empossada 3 meses antes.

Figura 15: Foto da Assembleia de greve, Jornal O Povo, 21/03/1989

Fonte: Acervo da Hemeroteca Pública Menezes Pimentel, Fortaleza- CE

A foto acima ilustra bem a categoria da construção civil que, neste momento, é formada praticamente só por homens. Notadamente, esses homens, em sua maioria de pele não branca, carregam consigo traços negros e/ou traços indígenas¹¹². Sobre a origem desses trabalhadores, é importante relembrar, conforme abordamos no primeiro capítulo, que uma parcela significativa migrou para Fortaleza durante as secas iniciadas na década de 1950, que mudaram completamente o quadro demográfico da cidade. Muitos dos operários que vemos, portanto, são de origem interiorana e encontraram na construção civil uma ocupação que não exigia especialização, na qual eles poderiam começar como ajudante de pedreiro, o servente, e depois evoluírem para as áreas específicas, tornando-se marceneiros, por exemplo. Algumas entrevistas da pesquisa de Nóbrega (2016), confirmam a ampla presença de não nascidos na capital, ou mesmo, como no caso do “Seu Manuel”, do interior de outros Estados.

A foto da assembleia demonstra a coesão dos trabalhadores em greve naquele momento: com os braços levantados, eles demonstravam a determinação de seguir na greve da categoria. Percebe-se um local cheio, porém não é possível identificar a quantidade de pessoas presentes; a matéria fala em 500 trabalhadores. O sindicato, neste momento, ficava localizado à rua 24 de Maio, no centro de Fortaleza e é provável que, conforme afirmou Jânio Vidal (2018), para chegar ao local esses operários envidaram esforço próprio, uma vez que a falta de verba do sindicato, relatada anteriormente, não lhe permitia bancar o deslocamento dos ativistas. Para atenuar esse problema, as greves seguintes ficariam conhecidas, na memória dos operários, por distribuir aos peões o famoso pão com rapadura, verdadeiro combustível das lutas, como se nota na quase rima por eles lembrada: “com pão com rapadura, a greve continua”.

Após oito dias em greve, em 22 de março de 1989, *O Povo* confirma o retorno ao trabalho dos operários, mas a manutenção do estado de greve, para garantir o restante da negociação de todo o acordo coletivo. A negociação chegou ao reajuste de 92%, com um salário de NCz\$ 126,00 para os profissionais e NCz\$ 82,78 para os serventes; além deste índice, o movimento paredista conseguiu alcançar em torno de 32 reivindicações, das 50 que estavam na pauta da campanha salarial, figurando entre elas algumas importantes conquistas, já garantidas pela CLT mas ainda não aplicadas na categoria, como direito ao vale-transporte, ao reajuste

¹¹² Conforme afirma Ratts (1996), durante muitos anos os negros e índios não existiram na historiografia cearense. A “descoberta” de agrupamentos negros no Ceará, contrariando o senso comum que até então acreditava na inexistência destes, iniciou-se em meados da década de 1980, por pressão do movimento negro que retomava força junto com outros movimentos sociais. Diferentemente do que se afirmava até então, as populações negras e indígenas mantiveram suas tradições e, inclusive territórios, perpetuando-se por décadas como comunidades isoladas. A expansão capitalista no campo expulsou e segue dispersando essas comunidades, como a dos Tremembés (indígena) e Caetanos (negra) que o autor aborda em sua pesquisa.

segundo a inflação (o chamado gatilho) até o ano seguinte, a estabilidade dos trabalhadores vinculados às Comissões Internas de Prevenção a Acidentes – CIPAS, bebedouros com água potável, além da garantia de que as empresas forneceriam equipamentos de segurança e uniformes. Alguns dos itens do acordo precisaram ser implementados com muita mobilização pois, apesar da convenção coletiva garantir esses direitos básicos antes desrespeitados, as empresas seguiram impondo dificuldades para garantir pontos mínimos, como água potável e transporte coletivo (NÓBREGA 2006).¹¹³

Aquele ano de 1989 foi deveras intenso para os operários da construção civil: após a campanha salarial, a nova direção sindical participou ativamente das lutas na cidade, criou uma escola de formação popular para os trabalhadores e realizou seu primeiro congresso entre os dias 05 e 06 de agosto, com a participação de mais de 100 delegados – só na noite de abertura compareceram 300 trabalhadores –, no qual foram tomadas importantes deliberações, como a filiação à CUT e a aprovação de um novo estatuto, apresentando uma concepção bem diferente daquele adotado, até então, pela antiga diretoria (NÓBREGA, 2006).

Durante o mesmo mês, representantes da categoria participaram do Congresso de Refundação da CUT – Grande Fortaleza, protagonizando parte importante de seus debates. Entre as resoluções do congresso regional, a concepção do novo sindicalismo foi expressa e votada como uma diretriz para a entidade e para os sindicatos, entre eles o da construção civil, citado nominalmente:

[Implantar o Novo Sindicalismo] 89. Cabe a CUT a implantação de vez do novo sindicalismo, que passa a transformar os Sindicatos em entidades de massa, auto-sustentáveis financeiramente (independente do estado com a não utilização do imposto sindical), com as diretorias funcionando de maneira colegiada (ex. SINTEL, STI da CONSTRUÇÃO CIVIL E SAPATEIROS), regendo-se por estatutos que expressem a democracia operária, contando com a participação ativa de delegados sindicais e de base e o fim do assistencialismo (serviços médicos-odontológicos) e do corporativismo onde se mantém os sindicatos atuando de forma isolada se participar da luta geral dos trabalhadores.

[Sobre as oposições sindicais] 92. O acompanhamento das oposições que se colocam no campo da CUT e tornar as demais cutistas, é uma das tarefas fundamentais da CUT Regional, este acompanhamento passa em transformá-las em instrumento de organização permanente dos trabalhadores, evitando a prática comum do movimento

¹¹³ Nos acordos coletivos dos anos seguintes, percebe-se como as empresas procuraram meios de burlar as convenções coletivas. Forneciam água da torneira alegando que era potável para não precisar instalar bebedouros; disponibilizavam ônibus para fazer a rota para os locais de trabalho, estipulando que os trabalhadores estivessem muito antes do tempo previsto no local do transporte e obrigando-os a acordar muito mais cedo do que o necessário caso utilizassem o serviço público de transporte; e por isso as campanhas salariais seguintes precisaram aprimorar os pontos desta para controlar a plena provisão destes direitos básicos (NÓBREGA, 2006).

sindical que acabam por tê-las como chapas eleitorais que lutam ferozmente para ter apenas o controle do aparelho sindical. A organização permanente das oposições sindicais permite aos trabalhadores disputar com as direções pelegas e atrasadas, possibilitando às oposições assumirem a direção real do movimento como ocorreu muitas vezes com o MOB [Movimento de Oposição Bancária] no sindicato dos Bancários, e ocorre hoje com a oposição dos professores na APEOC.

[Relação com o movimento popular] 93. A dinâmica da luta de classes em nossa cidade exige a presença constante da CUT em todos os fóruns que contribuam para a organização e libertação do nosso povo da exploração brutal imposta pelo capitalismo. A partir desse contexto a CUT Regional deve estreitar seus laços com o movimento comunitário, negro, índios e de mulheres, buscando em conjunto uma ação política coletiva e independente, construindo na prática a unidade de ação dos explorados. Neste sentido achamos de fundamental importância que a secretaria de políticas sociais da CUT, mantenha fóruns permanentes de discussões dos problemas que afligem o nosso povo. (CONGRESSO DE REFUNDAÇÃO DA CUT REGIONAL – GRANDE FORTALEZA, 4 de setembro de 1989)

As três resoluções citadas acima são o retrato da atuação da central desde sua fundação, 1984, até aquele momento. O quinquênio que se seguiu, objeto de nossa pesquisa, resultou na formação de várias oposições, novas diretorias sindicais e expressou uma profunda mudança na concepção sobre a forma de atuação dos sindicatos. As resoluções expressam o acúmulo destes debates e as experiências realizadas coletivamente pelo movimento operário e sindical, entre eles, a questão do autofinanciamento e a relação com a organização de base nos locais de trabalho. Em especial, nota-se, no item 93, a tentativa de retomada de contato com o movimento popular, tão importante para a formação da central desde seu início, principalmente através das comunidades de bairro.

A retomada do sindicato da construção civil, um dos maiores sindicatos operários do estado, permitindo a realização de mobilizações como a campanha salarial de 1989, encerraria, junto com a década de 1980, um ciclo de importantes lutas operárias em Fortaleza, consolidando o ressurgimento do movimento operário sindical e uma nova geração de ativistas, dentre os quais, diversos trabalhadores daquele ramo.

CAPÍTULO 4 – OS OPERÁRIOS E A ELEIÇÃO DA PRIMEIRA PREFEITA DE UMA CAPITAL NO BRASIL, MARIA LUIZA FONTENELE (1985)

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece
Viver e amar
Como outra qualquer
Do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri
Quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca

Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida

Fernando Brant e Milton Nascimento

Em 17 de novembro de 1985, cinquenta mil pessoas em passeata tomaram as ruas anexas ao ginásio Paulo Sarasate, no bairro Dionísio Torres, local da apuração da eleição para prefeitura de Fortaleza realizada dois dias antes. O resultado, ainda parcial, mas divulgado após abertura das últimas urnas, dava à Maria Luiza Fontenele a vitória do pleito do qual participaram também fortes candidatos ligados a políticos locais e à administração municipal. Nas ruas, os jovens apoiadores, os ativistas dos movimentos populares, os militantes do Partido dos Trabalhadores e a população em geral, motivados pelo sentimento de mudança e embalados ainda pelos ventos da redemocratização, seguiam entusiasmados, comemorando com músicas

de carnaval e o “jingle” da campanha, a canção “Maria, Maria” de Milton Nascimento e Fernando Brant. Após alguns quilômetros de caminhada, se dirigiram à Praia de Iracema, segundo *O Povo* (18/11/1985), onde os “integrantes da imensa passeata festejaram, madrugada adentro, em um festejo cívico sem precedentes na história de Fortaleza”.

Quixadaense, Maria Luiza se tornou prefeita de Fortaleza aos 42 anos de idade. Exilada nos EUA durante a ditadura civil-militar, lá se formou mestra em sociologia, na área de estudos urbanos. Ao retornar, ainda durante o regime de exceção, retomou suas atividades políticas ligando-se ao Movimento Feminino pela Anistia – MFPA, em 1976, onde encontraria um caminho para a ampliação da ação política. Em 1978, foi eleita pelo MDB, apoiada pelos que estavam engajados na luta pela anistia e pelos militantes do núcleo residual do PC do B no Ceará, que futuramente formariam o “grupo da Maria”: Rosa da Fonseca e Célia Zanetti, suas parceiras no MFPA, e Jorge Paiva. Em entrevista ao jornalista Érico Firmo (2016), o então militante do PC do B, Chico Lopes, cita a participação daquela organização na campanha realizada nas portas de fábrica nesta eleição.

Entre os eventos que alçaram politicamente Maria Luiza, um de relevância unânime entre os pesquisadores que estudaram sua figura e trajetória foi a desocupação da favela José Bastos, ocorrida em dezembro de 1978. Em uma das ações mais impactantes ocorridas na luta por habitação, ainda na ditadura, dezenas de famílias se colocaram à frente das forças policiais para impedir a destruição de seus “barracos”. Maria Luiza, então deputada ainda não empossada, e Rosa da Fonseca se juntaram à resistência dos “favelados” e protagonizaram um importante momento de solidariedade entre o MFPA e o movimento popular. Dezenas de pessoas ficaram feridas, os policiais atiraram contra a população (que resistia espirrando água fervente), e um homem foi atingido, apresentando sequelas que o deixaram paraplégico. Diante de tamanha violência, a repercussão na opinião popular foi extremamente negativa, colocando o governo em uma situação crítica, e Maria tomou a frente das negociações, junto com o bispo Dom Aloísio Lorscheider, intermediando junto ao governador Virgílio Távora a destinação de uma área para a construção de casas populares (*O POVO*, 27/12/1978 *apud* FIRMO, 2016).

Após esse evento, a ação do “grupo de Maria” junto aos movimentos populares ligados aos bairros e à luta por moradia se consolidaria, formando-se a partir desta atuação a principal base social da campanha eleitoral de 1985. Mas a participação política não ficou restrita a este setor: em 1979, com a promulgação da anistia, o MFPA se desfez, e a parte ligada a Rosa da

Fonseca, Maria Luiza e Célia Zanetti formou a União Cearense de Mulheres - UMC – em que “denunciavam situações de violência à mulher e formavam lideranças femininas.” (BARREIRA, 1998, p.120) A solidariedade às diversas lutas e a ação política do grupo era ampla, abarcando diversos setores da sociedade; por exemplo, Rosa também relata em sua entrevista a Firmo (2016) sua participação na importante greve metalúrgica ocorrida em Fortaleza em 1979.

Rosa da Fonseca, Célia Zanetti e Jorge Paiva, que comporiam o núcleo dirigente do chamado “grupo da Maria”, como ficou popularmente conhecido anos depois, estavam neste momento vinculados à direção do PC do B em Fortaleza, mas não eram, no entanto, os únicos dirigentes. Existiam dois núcleos dirigentes que atuavam sem se conhecer, para a preservação de ambos durante o período militar anterior. O grupo até então desconhecido era vinculado diretamente à direção nacional do PC do B, que não concordava com a exposição dos militantes na forma como ocorrera no caso da favela José Bastos. A perda ocorrida durante a luta armada, que dizimou a direção do velho partidão, o PCB, e parte importante de seus militantes de base, fez com que as diretrizes naqueles anos fossem de total clandestinidade, da qual o grupo ligado à Jorge Paiva discordava, já que via nesses movimentos “não tradicionais”, como de bairros e “favelados”, uma possibilidade de atuação política mais ampla (FIRMO, 2016).

As divergências sobre a avaliação da situação política, principalmente com a diretriz nacional do partido para a construção de “alianças democráticas” que pudessem “avançar na luta contra a ditadura”, levaram ao rompimento e à saída do “grupo da Maria” do PC do B. Segundo entrevista de Firmo (2016) com Rosa da Fonseca, a direção do PC do B “foi rachando o movimento de cima a baixo”, criando outros movimentos como a Federação de Bairros e Favelas e Centro Popular da Mulher de Fortaleza.

Em 1984, o grupo influenciado por Maria Luiza, Jorge Paiva, Célia Zanetti e Rosa da Fonseca participou da fundação do PRC – Partido Revolucionário Comunista que, diferentemente do PC do B, não via a aliança com os “setores progressistas, inclusive os ‘empresariais’”, como alternativa para derrubar a ditadura, mas acreditava que a alternativa estava na mobilização popular e por isso apostava na construção desta com todas as forças. (BRAGA NETO, 2011) Cumprindo seus objetivos, já no segundo mandato de Maria Luiza pelo MDB, o PRC se tornava, em Fortaleza, uma das principais organizações atuantes entre os movimentos sociais, e estava entre os operários, com expressiva presença no Sindicato dos Metalúrgicos e nas fábricas de beneficiamento de castanha, que ainda permaneciam sob

influência do PC do B.

Também ampliaram sua presença no movimento por moradia e nas associações de bairros, onde o contato com os operários acontecia através das reivindicações populares ligadas ao direito à cidade e à habitação. As CEBs e pastorais ligadas à Igreja Católica tinham grande atuação nestes movimentos também, em especial no bairro do Pirambu, onde diversos militantes ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos, que funcionou provisoriamente na igreja Nossa Senhora das Graças ali localizada, participavam ao mesmo tempo das associações de moradores, conforme vimos no capítulo 2. Foi nesta igreja que, em 24 de novembro de 1985, duas mil pessoas assistiram à missa em Ação de Graças pela vitória de Maria Luiza à prefeitura. Sobre essa relação, em entrevista a Oliveira (2014, p.128), Maria Luiza revela que, para ganhar o pleito, contou com a “importante contribuição das Comunidades Eclesiais de Base, [e] com uma importante contribuição do setor metalúrgico e de setores da Igreja Católica”.

Em 1985, quando o PRC optou por entrar no PT, ele sabia que levaria consigo uma base que sustentaria o nome de Maria Luiza à prefeitura, mas não realizou isto sem algum desconforto público das lideranças do PT: o jornal *O Povo* de 26 de abril de 1985 relata abertamente o descontentamento de correligionários do Partido dos Trabalhadores com a movimentação empreendida pelo grupo ligado à futura prefeita, questionando o método pelo qual iniciava sua campanha internamente à prefeitura.¹¹⁴ Segundo Irllys Barreira (1998), a pouca penetração do PT no cenário político local, e o fato de Maria Luiza congregar um grupo de adeptos, complicou a sua entrada na agremiação, pois havia um temor de que o PRC ameaçasse a hegemonia de outros grupos na direção da sigla.

A falta de coesão, no entanto, não era exclusividade do PT, já que, naquele mesmo pleito, as elites do Ceará se dividiram entre duas fortes candidaturas para a capital: Paes de Andrade (PMDB) e Lúcio Alcântara (PFL), e ainda uma terceira, na figura de Antônio Moraes pela coligação PDS-PTB. A filiação de Andrade e Alcântara àqueles dois partidos pouco tinha de ideológica, estava fundada na diferença fisiológica marcada pela ruptura de acordos políticos

¹¹⁴ “Petistas estranham campanha de Maria Luisa – Começou a reação dentro do Partido dos Trabalhadores à candidatura da deputada estadual Maria Luisa Fontenele (PMDB) pelo PT. Ontem, um grupo de integrantes da Executiva Estadual e a da Comissão municipal do PT de Fortaleza lançou um manifesto no qual argumentam que, a entrada da deputada no PT é bem aceita, ‘entretanto estranhamos a forma como esse processo vem ocorrendo’. Os signatários José Vital, Eudes Baima, Telma Castelo e Gardênia Baima consideram estranhas as declarações públicas de pessoas vinculadas à deputada Maria Luisa Fontenele... ‘Com que direito a deputada Maria Luisa desenvolve sua campanha, sem que o PT tenha tomado qualquer decisão indicando-a como candidata?’” (Petistas estranham campanha de Maria Luiza, O POVO, 26/04/1985).

que envolveram a última eleição indireta à presidência, ainda durante a ditadura militar. Gonzaga Mota (PDS - antigo ARENA), governador do estado durante a campanha de Maria Luiza, havia sido indicado pelos governadores anteriores, Virgílio Távora (1963-1966 e 1979-1982), César Cals Filho (1971-1975) e Adauto Bezerra (1975-1978) em um acordo que foi cunhado de “pacto dos coronéis” em referência à patente que ambos os governadores obtiveram durante a carreira militar.¹¹⁵

Durante quase vinte anos, os três coronéis se revezaram no poder entre governo do estado e senado federal, mas durante a eleição do colégio eleitoral para presidente em 1985, setores em desacordo com a direção majoritária do PDS, pressionados pelas amplas manifestações pedindo “Diretas Já!” formaram uma dissidência, a Frente Liberal que, junto com o PMDB, apoiaria Tancredo Neves contra Paulo Maluf (PDS) para a presidência. O pacto entrou em colapso quando a delegação do Ceará dividiu seus votos: o então senador Virgílio Távora votou em Maluf, setores ligados a Adauto Bezerra em Tancredo Neves. Após as eleições houve uma cisão no PDS, e parte de seus membros migrou para o PMDB, outros fundaram o PFL.

Entre os dissidentes do PDS vinculados à Frente Liberal, e posteriormente PFL, estavam Adauto Bezerra e os políticos alinhados a ele; já o governador Gonzaga Mota fez o movimento oposto se filiando, juntamente com dezenas de outros parlamentares, ao PMDB. Diante de um verdadeiro exercício de troca das cadeiras, em junho de 1985, Mota pediu a desoneração do prefeito de Fortaleza, César Cals Neto, para que seu correligionário do PMDB, Barros Pinho, se tornasse prefeito, deixando a situação da administração municipal caótica (BRAGA NETO, 2011).

Esses fatos não negam que a origem de ambos os candidatos, Paes de Andrade e Lúcio Alcântara, demonstre estreita relação com os políticos conservadores ligados à ditadura e às práticas coronelistas que se perpetuaram. Apesar de Andrade ter utilizado durante a campanha a estratégia de se vincular a uma imagem mais progressista, estava sustentado pelo apoio do governador Gonzaga Mota, anteriormente secretário de Planejamento do governo Virgílio Távora e indicado pelos coronéis ao governo do Estado. Lúcio Alcântara fora apoiado por

¹¹⁵ O coronelismo enquanto prática política clientelista, que pressuponha a troca de favores por votos, foi amplamente estudado pela sociologia e remete ao período da República Velha, entre 1889-1930. Apesar das práticas clientelistas continuarem vigentes durante a ditadura e do tema ainda ser empregado reivindicando-se seu conteúdo, veremos em diversos momentos que a referência aos “coronéis” está diretamente ligada à patente dos governadores.

A ideia de renovação democrática, vinculada à campanha de Andrade e ao PMDB, e a participação de agremiações ligadas à esquerda como o PCB e o PC do B naquele partido fizeram com que alguns sindicatos, seja por suas vinculações a tais agremiações comunistas ou com o sindicalismo estatal, apoiassem abertamente a candidatura de Andrade. O Sindicato dos Trabalhadores Estivadores foi um desses, e a matéria d'*O Povo* de 10 de outubro de 1985 estampava a manchete: “Paes: sindicato faz política sem partido”. Noticiava-se que o candidato, juntamente com o prefeito, Barros Pinho, participava da posse da nova diretoria.

Paes de Andrade salientou que entidades sindicais não podem fazer política partidária, já que são representantes de classe não de ideologia, “mas isso não impede que os membros de direção não possam ter preferência por um candidato”. Acrescentou ainda que o candidato hoje disfrutava do “apoio de quase todos que fazem sindicalismo no Estado” [do Ceará] (*O POVO*, 10/10/1985).

Andrade também ressaltava nesta declaração que tinha apoio de “quase todos os sindicatos”: descontando a presença possivelmente exacerbada de exagero retórico, o que se tem é que, efetivamente, o candidato trouxe para o campo político um tema sindical – no universo sindical, como mostramos ao longo da dissertação, a principal dinâmica era a da disputa da reorganização sindical. Desde que ganhou força nas greves do ABC Paulista, a partir de 1979, o novo sindicalismo tinha profundas consequências no campo político por meio da criação do PT. Afinal, formar oposições sindicais em direção a um sindicalismo mais democrático, amplo, com organização de base era, dialeticamente, também uma luta contra a ditadura e o modelo sindical ligado ao Estado. Como afirma Ricardo Antunes (1991, p.82), “É sabido que a primeira fase do movimento sindical foi marcadamente de resistência ao binômio arrocho/ditadura”. Nas eleições de 1985, essa dupla filiação temática dos sindicatos não passava despercebida aos candidatos das elites, que buscavam se realocar simbolicamente para não perder posições diante de novos agentes.

Através do apoio de organizações ligadas ao campo ideológico da esquerda, como o PCB e o PC do B, o PMDB estava na disputa pelo espaço político eleitoral gerado pelo amplo

¹¹⁶ O apoio político dos coronéis à campanha eleitoral de 1985 não pode ser subestimado, não se tratava “apenas” de militares que foram chamados ao posto de administradores durante a ditadura, mas de famílias com tradições oligárquicas e profunda influência política e econômica em todo o Estado do Ceará, como apresentamos no Capítulo I, o papel do Estado do Ceará no financiamento industrial privilegiou as famílias locais.

processo iniciado com a redemocratização e a luta contra a ditadura e, na outra ponta, seguia na disputa por espaço na reorganização sindical que vinha depondo diversas antigas direções de sindicato.¹¹⁷ Acreditavam estas siglas de esquerda que Paes de Andrade, após ter se posicionado no colégio eleitoral pelo nome de Tancredo Neves, embora tivesse ligações com os antigos políticos locais, representava o setor mais progressista (comparado os demais candidatos apoiados pelas elites cearense e os coronéis) com chances de realizar uma gestão conectada com os anseios de redemocratização, ou seja, com uma abertura política por etapas. Conforme Braga Neto (2011, p.74):

Nesse processo, no final dos anos de 1970, com a regulamentação das entidades estudantis, Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais de Estudantes e com a Anistia, as manifestações pela redemocratização se agigantaram em Fortaleza. Surgiram, envolvendo as divisões do PCB e do PC do B, diversos grupos militantes de esquerda com propostas divergentes. Olinda explica que a “... importância de registrar essa divergência reside no fato de que ela conduziu a posturas antagônicas no movimento de massa e, sobretudo, no Movimento Sindical, trazendo consequências importantes para o perfil do futuro quadro partidário em gestação”. Uns grupos propunham que era momento de aliança com a burguesia para garantir a redemocratização, desenvolver o capitalismo brasileiro e que, portanto, não era momento da luta revolucionária. Com essa proposta estavam, por exemplo, o PCB, o PC do B e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

As duas organizações, PC do B e PCB, apresentavam um peso importante no movimento social: sob sua influência estavam a Federação de Bairros e Favelas e o Conselho Popular de Mulheres, fundadas à época da disputa com o “grupo da Maria”, além de algumas categorias operárias que estudamos, como as trabalhadoras castanheiras e a direção de diversas entidades estudantis – os Diretórios Centrais do Estudantes da UFC, UECE, Universidade de Fortaleza e União Municipal dos Estudantes Secundaristas - UMES. Diversos nomes importantes da esquerda cearense também estavam em seus quadros partidários, como Inácio Arruda pelo PC do B e Tarcísio Leitão pelo PCB.

As relações internas destas organizações com a institucionalidade partidária no PMDB não se restringiam apenas ao tema ideológico, mas também se relacionavam com a política cotidiana implementada pelos seus governos. Durante a greve dos motoristas de ônibus em novembro de 1985, o então vereador pelo PC do B, Francisco Lopes, chefe da bancada do governo apoiada pelo PMDB, se colocou contra a paralisação, com a justificativa de que esta

¹¹⁷ Conforme apontamos no capítulo anterior, após o I Conclat, na Praia Grande, em 1983, que cindiu o movimento por uma nova central (pró-CUT), setores ligados ao PC do B, PCB e MR-8 e outros sindicalistas fundam a Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (CGT), traçado uma trajetória distinta da CUT baseada em outro projeto de disputa sindical.

possibilitava às empresas de ônibus conseguirem autorização para aumentar as passagens. (BRAGA NETO, 2011) A posição do prefeito Barros Pinho, vinculado ao mesmo partido, foi afirmar que teria ocorrido “uma manipulação político partidária e sindical no movimento” (O POVO, 30/10/1985), denunciando na atuação da CUT e do PT o objetivo de beneficiar a sua candidata.

A disputa eleitoral entre Paes de Andrade e Maria Luiza envolveu também uma contenda entre organizações que até poucos anos atrás conformavam um único campo político e que, por conseguinte, mantinham relações e influência junto aos mesmos setores. Assumir a posição de candidato apoiado pelos movimentos populares, neste momento de grande mobilização política, poderia definir muitos votos e, por este motivo, durante o debate eleitoral de 7 de novembro, Paes reforçou que sua campanha tinha “apoio das forças populares”. Foi retrucado pela candidata, que afirmou que “[as] lideranças que o apoiavam estavam isoladas da massa”. Em trecho da fala de Maria Luiza publicada por *O Povo* ela afirma: “Inclusive presenciei uma sonora vaia dos estudantes universitários ao presidente do DCE por estar apoiando sozinho a sua candidatura” (O POVO, 08/11/1985).

Não foram só os campos políticos próximos e identificados com a esquerda que se dividiram, pois os empresários também se aquinhoaram entre os três candidatos, seja por suas vinculações pessoais ou por pequenos matizes de uma mesma política. Apresentaram na declaração de seus votos, reproduzidas abaixo, suas predileções, deixando evidente que nenhum destes candidatos representava riscos para a perpetuação de seus negócios:

- Valman Miranda, “aspirante à presidência do Clube de Diretores Lojistas de Fortaleza”, “adautista”, votaria em Lúcio Alcântara;
- Herbert Aragão, Presidente do Clube de Diretores Lojistas de Fortaleza, informou que, como Presidente de “uma entidade de classe”, não poderia declinar o nome, além de ser amigo de Paes, Lúcio, Gonzaga Mota e Adaauto Bezerra, ter “carinho” por Moraes e “ressaltar o vigor da candidatura” de Maria Luiza, “graças à competência que ela vem exibindo” na propaganda exibida na televisão no horário eleitoral;
- Bismark Pinheiro Maia, dono da Tropical Viagens, “mesmo intitulado- se soldado do partido”, o PDS de Virgílio Távora, não estará em Fortaleza no dia da eleição;
- Vicente Linhares, Vice-Presidente da Associação Comercial do Ceará, declarou que votaria em Lúcio Alcântara;
- *Fernandi Dall’Olio, Tesoureiro do Centro Industrial do Ceará*, adepto da “Nova República”, informou que votaria em Paes de Andrade;
- José Adolfo Aguiar, empresário do ramo de moda, votaria em Antônio Moraes;
- *Beny Clayton Veras, Vice-Presidente do CIC*, apontou Paes de Andrade como a melhor alternativa;
- *Silvio Gentil Campos, empresário da Construção Civil*, “votará em Paes de

Andrade”;

- *Ernani Viana, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Caju*, estaria dividido entre Paes de Andrade e Lúcio Alcântara;

- João Carlos Mendonça, Diretor da Loteria Estadual do Ceará, informou que ele e sua mulher, dividiriam os votos em Paes de Andrade e Lúcio Alcântara. (Diário do Nordeste, 26/10/1985 apud BRAGA NETO, 2011. p. 110, grifo nosso)

Observa-se nesta lista influentes empresários ligados às associações patronais das indústrias, sendo os dois primeiros, Beny Veras e Fernandi Dall’Olio, do Centro Industrial Ceará - CIC, além de Silvio Gentil e Ernani Viana, vinculados à construção civil e às indústrias de beneficiamento de castanhas, e todos demonstrando predileções pelo candidato “progressista” Paes de Andrade.¹¹⁸ Já se gestava neste momento uma “reconfiguração dos setores dominantes” para disputar os cargos legislativos e executivos, como definiu Lemenhe (1998, p.200), que explica ainda: “ao se organizarem como força política, os industriais do Ceará têm como móvel, num momento de retração dos meios de acumulação assegurados pela União, ampliar seu poder de decisão sobre as instâncias de poder”. Assim, os industriais do CIC lograram conquistar o poder do Estado, elegendo, em 1986, pela sigla do PMDB, em disputa contra Aduino Bezerra, Tasso Jereissati governador do Ceará.¹¹⁹ A “aliança com setores burgueses em prol da redemocratização e desenvolvimento do capitalismo brasileiro” foi reeditada pelo PC do B nesta eleição, apoiando novamente um candidato do PMDB.

As diferenças entre os programas propostos para a administração municipal eram evidentes, com o corte de classe explícito da candidatura do PT: Maria Luiza defendia a criação de conselhos populares em que a população poderia participar da gestão administrativa, propunha governar com os trabalhadores e em prol dos interesses destes, legalizar as moradias irregulares, urbanizando e levando infraestrutura para os bairros mais pobres. Em uma cidade com 11% de saneamento básico, privilegiou os temas ligados aos bairros e às condições de vida da população periférica, entre estes: saneamento, transporte público e moradia eram

¹¹⁸ Segundo Lemenhe (1998) o CIC passou, a partir de 1978, a atuar com propósito diferente da FIEC (Federação das Indústrias do Estado do Ceará), enquanto essa tinha um caráter de debater assuntos meramente corporativos, aquela passou a se constituir como uma organização civil, composta por uma nova geração de empresários (segunda geração de herdeiros de grandes grupos empresariais), que se propôs a atuar ideologicamente, instrumentalizando os industriais para atuação política, como um “fórum de debate”.

¹¹⁹ Tasso Jereissati é filho do ex-senador Carlos Jereissati e esposo de Renata Queiroz, herdeira do grupo Edson Queiroz, donos de uma das maiores metalúrgicas do Estado, a Esmaltec e do grupo retransmissor da Rede Globo local, além do jornal *Diário do Nordeste*. A eleição que colocou os industriais no poder foi estudada por diversos autores, entre os quais se destaca o trabalho de Maria Auxiliadora Lemenhe em *Família, tradição e Poder: O caso dos coronéis*. O empresário traduziu o sentimento de mudança presente na campanha de Maria Luiza, porém com um programa oposto pelo vértice, em que defendia a derrubada dos coronéis para em seu lugar realizar uma gestão eficiente do Estado, implementando de forma pioneira, políticas neoliberais.

fundamentais. Conforme apontamos no capítulo 1, a ocupação urbana desordenada ocorrida após a década de 50 resultou em periferias distantes dos centros comerciais, desestruturadas e carentes de aparelhos públicos, transformando a luta pelo direito à cidade em uma luta por sobrevivência.

A força da campanha eleitoral de 1985 nos bairros está apoiada nesse programa voltado para as necessidades mais sentidas pela população pobre, além também da relação próxima da candidata com as comunidades, resultado da influência do PRC nas associações de bairros e movimento populares, e seu apoio às causas populares durante o mandato como deputada estadual. Segundo Ortins (2018):

(...) mas assim, era uma coisa que jamais você imaginaria que pudesse acontecer. Em Fortaleza, dentro da ditadura, uma cidade machista, reacionária, uma mulher subir naquele negócio? E a influência da Maria foi mais no movimento popular mesmo, apesar do PRC ter mais uma organização operária, a gente não tinha como [militar abertamente nos locais de trabalho], porque se você se expusesse a gente perdia tudo, perdia emprego. Mas o movimento popular foi quem de fato levou o nome da Maria Luiza. A Maria Luiza tinha uma influência muito grande, ela chegou aqui na favela do 8, quilômetro 8, as máquinas chegaram para derrubar as casas, ela foi lá botou na frente as mulheres, as crianças e ficou no meio, a mulher tinha uma coragem assim, estúpida, entendeu?

A campanha nos bairros de Fortaleza foi a marca forte da candidata. Ela ia às feiras, conversava com donas de casa, andava nas comunidades e fazia questão que essa fosse a imagem vinculada à sua campanha: “Assim, os que a assessoram pretende (sic) jogar com tudo isso e ainda mostrar o seu trabalho junto à comunidade, principalmente os contatos com os trabalhadores” (O POVO, 08/09/1985).¹²⁰

Sobre a relação com os bairros, Ortins (2018) relembrou:

(...)O grande lance da campanha da Maria Luiza que eu aprendi e trouxe para campanha da Luizianne era visita aos bairros.¹²¹ A gente botava a bandinha do camburão, um boneco da Maria Luiza, um bonecão daqueles [de Olinda], a meninada adorava, pegava na mão e ela andando no bairro, ela andando, bate perna, bate perna, andava toda a periferia de Fortaleza. Todo dia tinha caminhada com Maria Luiza e a noite tinham os pequenos comícios, o grande lance era caminhar (...).

¹²⁰ “Maria Luiza vai à feira e conversa com Donas-de-casa - (...) Maria Luiza, candidata do Partido dos Trabalhadores esteve na feira da Gentilândia em contato com os feirantes e com as donas-de-casa que ali faziam suas compras. Ouviu queixas, reclamações e pedidos.” (O POVO, 09/09/1985).

¹²¹ Luizianne Lins (PT) foi eleita prefeita de Fortaleza em 2004 e reeleita em 2008.

Os apoiadores não estavam apenas nos bairros, já que Maria Luiza mantinha forte adesão entre os estudantes universitários e secundaristas, apesar de a maioria das entidades representativas deste setor estarem sob a direção do PC do B. Alguns desses jovens chegaram a ser presos, acusados de “fixar cartazes”. Um menor de idade, com 15 anos, permaneceu dois dias detido no Juizado de Menores, onde um grupo de 15 secundaristas manifestou-se pela sua libertação (O POVO, 20/10/1985). Com poucos recursos financeiros, esta era mais uma das formas da candidata ligada ao PT fazer campanha gastando pouco, mas a reação das grandes mídias contra a afixação de cartazes e as pichações de muros com dizeres políticos, no entanto, foi bastante efusiva, condenando e denunciando a prática como vandalismo, entre outros termos. A legenda do jornal, na imagem abaixo, ilustra a detração:

Figura 16: Foto publicada no Jornal O POVO em 09 de setembro de 1985. Matéria: "Eleições de novembro: os gastos desconhecidos"

Nos bairros da cidade, a pichação continua livre e solta.

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

O relato da falta de recursos para a campanha também é recorrente na fala dos operários que entrevistamos. Os jornais, matérias inteiras, reiteradas vezes, abordavam essa característica

da campanha.¹²² O artigo: “Calçada é palanque de candidata” (O POVO, 25/09/1985) afirmava na segunda chamada, “como fazer uma festa pobre”, sobre a falta de recursos na campanha. Na foto que ilustra a matéria, vê-se Maria ao microfone e pessoas sentadas possivelmente na guia, entre a calçada e a rua, com a legenda: “O som é deficiente e a candidata fala alto para ser ouvida pelo povo”. Os “comícios relâmpagos”, como o acompanhado pela reportagem, eram organizados pelos próprios apoiadores, operários, trabalhadores de diversos ramos, líderes comunitários vinculados ao movimento popular. Valdir Pereira (2018) lembra sua participação nesses comícios:

(...) a Maria eu acho que teve assim o corpo a corpo, né. Como não se podia fazer campanha da forma que hoje [é feito] a gente fazia muito corpo a corpo. Na região que eu morava, eu era o responsável de fazer o comício relâmpago, então todo mundo queria ouvir a Maria. A Maria vinha em um bairro, daquele bairro a gente escolhia três ou quatro lugares para aglomerar o pessoal, pegava um tambor de 200 litros, botava uma tábua em cima, subia ela para fazer na guela, sem som, sem nada, conversava com pessoal, dali já descia pra outra, ela fazia várias coisa dessa [comícios] por noite, isso na periferia de Fortaleza.

As improvisações de pequenos palanques feitos com grandes tambores também são outra referência quando questionamos sobre os recursos financeiros da campanha de Maria Luiza e a participação operária o entrevistado Antônio Ortins (2018):

A gente fazia comício relâmpago em cima de um tamborete, tinha um carro de som e o carro velho dela, um Corcel. Aí tinha um comerciante, ele pegou o carro dele, botou um som em cima, foi lá no comitê e disse: “Toma, o carro é de vocês, pode usar”. Era coisa assim, você não imagina o que era não (...) a gente fazia os comícios em um palanque assim, quase caíndo. Quando tinha palanque era um comício geral, [nas outras situações] era um palanquezinho pequeno, coisa pequena.

A matéria d’*O Povo* também relata detalhes desses comícios, que chama de “reunião informal” no bairro de Aerolândia:

Não foi propriamente um comício. Faltou infraestrutura, um fato normal em uma campanha que “não conta com o apoio de grupos econômicos”, como a candidata

¹²² Ainda sobre a falta de recursos o jornal O POVO de 15 de outubro de 1985 trazia: A falta de recursos não possibilitou ao PT a produção de um “jingle”, mas nem por isso a campanha de Maria Luiza perdeu “sonoridade”. “Maria, Maria” composição de Milton Nascimento está sendo utilizada nos programas de propaganda da candidata petista, porém os direitos autorais não estão pagos. Segundo Paulo Mamede, integrante do Comitê de divulgação, o cantor deu depoimento que não se importaria que suas obras fossem utilizadas. Mamede esclarece também que a música tema do partido surgiu desde a convenção de homologação das candidaturas. “Lá, todos já cantaram, e a música foi se impondo com o crescimento da campanha. Foi feita a escolha já que não tinham dinheiro para comprar uma música própria a opção não poderia ser outra” finalizou.

Maria Luiza Fontenele faz questão de ressaltar. Desde cedo, um Corcel II com duas cornetas de som percorria as ruas do bairro anunciando a realização do comício, que na realidade foi muito mais uma reunião informal. A plateia era constituída essencialmente de mulheres. Muitas trazendo filhos pequenos nos braços e preocupadas em voltar cedo para casa. Todos ouviam atentamente e interrompiam com aplausos quando a candidata falava de problemas enfrentados diariamente pela comunidade do bairro Aerolândia (...) A professora Diana Maria Chaves de Freitas passou a manhã toda e parte da tarde tentando improvisar uma mesinha do filtro da sua casa em uma tribuna: “deu um trabalho danado, mas o resultado foi ótimo”. Colocada na frente da residência de número 1098 na Rua Capitão Olavo, servia para compor o cenário do comício da candidata Maria Luiza (...) Através do serviço de som de taboca rachada, o líder comunitário Messias conclamava o povo a participar do comício falando em história do Brasil: “Princesa Isabel libertou os escravos e Maria Luiza promete libertar Fortaleza dos burgueses”. E depois de ser anunciada como “a candidata que só tem compromisso com o povo”, a candidata subiu na mesinha de filtro e depois de se equilibrar começou a falar para meia centena de pessoas [...] depois de falar meia hora Maria Luiza tomou um copo de água (para temperar a garganta), arregaçou as calças e saiu para mais uma reunião no Lagamar (O POVO, 25/09/1985).

Figura 17: Foto publicada no Jornal O Povo, 25/09/1985. Matéria: "Calçada vira palanque para candidata."

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel

Quando questionamos Valdir Pereira e Antônio Ortins sobre a participação do movimento operário na campanha eleitoral, a resposta foi a mesma: não havia participação do

movimento de forma organizada, mas os operários estiveram à frente de várias ações de campanha, seja através de sua ligação com o PT ou pelo ativismo voluntário desvinculado de uma orientação partidária. As oposições sindicais ainda estavam nascendo, muitas delas não haviam sido gestadas, como na construção civil, nas empresas de confecção de roupas ou entre os trabalhadores têxteis. Já entre aquelas que iniciaram sua atuação antes, caso dos metalúrgicos, a campanha é evidente:

O pessoal da Maria e da Rosa [PRC] tinha uma inserção muito grande no movimento popular, não vou dizer que o movimento operário não teve algumas lideranças [envolvidas na eleição] teve, agora o movimento popular foi quem deu a sustentação e fez o link dela com a periferia, muito forte, eles já tinham participados de muitas manifestações [...] Essa ligação da eleição da Maria com o movimento operário pegou mais forte com os metalúrgicos, né... eles já dirigiam os [Sindicato dos] Metalúrgicos na época... Então os Metalúrgicos tinham mais contato lá, era dirigido pela organização deles, né [PRC] (PEREIRA, 2018).

A afirmação de Valdir Pereira sobre essa ligação ficou evidenciada por matéria que encontramos n’*O Povo* de 28 de outubro de 1985: “Metalúrgicos denunciam que PT manipula as assembleias”. Na foto de chamada há uma comissão de metalúrgicos na redação d’*O Povo*, com a legenda: “partidarismo prejudica as reivindicações da categoria, dizem metalúrgicos”, relatando que estes foram ao jornal para denunciar que “as assembleias estavam sendo manipuladas para a campanha de Maria Luiza” e que a candidata estaria “fazendo campanha ostensiva, afirmando que está ao lado dos trabalhadores metalúrgicos para fazer [o] programa [dela, mas o] certo é que os metalúrgicos não a apoia (sic)”. Essa comissão, divulgada nominalmente pelo jornal, era composta pelos membros da antiga diretoria, encabeçados por Lira, que em 1983 perderam as eleições para a chapa presidida por José Eudásio, vinculado ao PRC. (METALÚRGICOS..., 28/10/1985).¹²³

A direção eleita em 1983, ligada ao PRC, continuava à frente da condução das assembleias e da campanha salarial, mas só tomou posse efetiva do Sindicato após ganhar a terceira eleição, finalmente reconhecida pela DRT, ainda no ano de 1985 (NOGUEIRA NETO, 1990). Ressalta-se que ambos os grupos eram ligados à CUT e que em 1983, ano em que o PRC ainda não compunha o PT, Luís Inácio Lula da Silva declarou apoio à chapa da situação, demonstrando que as preferências petistas estavam depositadas na chapa encabeçada por Lira.

¹²³ Sobre as eleições e a categoria metalúrgica, ver capítulo 3. Os nomes da comissão divulgados pelo jornal eram: José Rubens Sales Bastos, Francisco Jorge da Silva, Francisco Lira, Flávio Cavalcante, José Arimateia Paulino, Manuel Bezerra de Sousa e Juarez de Paula Santos, dentre os quais encontravam-se membros da diretoria da CUT eleitos no primeiro congresso estadual da entidade em 1984.

Este episódio indica as contradições que a entrada do PRC, um grupo com trajetória distinta, gerou em uma camada de membros do PT e da CUT, evidenciando a heterogeneidade que marcou ambas as organizações neste período histórico.

Essa relação com os metalúrgicos não estava restrita às declarações da candidata. Antônio Ortins, um dos principais dirigentes do PRC durante esses eventos, nos relata sua atuação na fábrica metalúrgica em que trabalhava, e a receptividade dos metalúrgicos à campanha de Maria Luiza:

Aí arranjei um emprego na Refrigeração Imperial trabalhei lá dois anos, aí quando Maria Luiza ganhou eleição, eles descobriram minha relação com Maria Luiza [...] Tinha pessoas do movimento operário [apoando ela], eu fiz campanha mesmo, todo mundo lá na fábrica votou na Maria Luiza, aí o pessoal ia chegando e dizendo: “olha é a Maria mesmo, é a mulher mesmo.” (ORTINS, 2018).

Sua ação na campanha não perpassa só pela propaganda que realizava entre os colegas de trabalho. De origem paraibana, Ortins começou a militar no movimento estudantil ainda em Pernambuco, quando estudante do curso de Letras; já dentro do PC do B, mudou-se para Fortaleza no início da década de 1980 para ampliar sua atividade política. No PRC, engajou-se inicialmente no movimento popular e através de peças de cunho político, realizadas por um Teatro de Bonecos, atuava nos bairros. Somente a partir de 1983 passou a operar no movimento sindical, durante a eleição do Sindicato dos Metalúrgicos, quando utilizou o mesmo teatro de bonecos para dialogar com os operários sobre a campanha (ver Capítulo 3). Dois anos depois, uma foto de um pequeno palanque e uma estrutura improvisada sobre a bandeira do PT com diversos bonecos estampava a capa d’*O Povo*, a manchete secundária anunciava: “Até o teatro de bonecos anima comícios”:

Teatro de bonecos, ou mais popularmente o “Casemiro Coco”, é a principal atração dos comícios da deputada Maria Luiza. O cenário é simples; uma empanada sobre a qual os personagens vão surgindo, com mensagens políticas, mostrando a diferença entre a candidata do PT e o seus concorrentes. O espetáculo ontem, foi em Messejana, na Praça do BEC e reuniu centenas de pessoas. A princípio são as crianças, depois os adultos e, no final a multidão está com a atenção voltada para o palanque. Só aí entra a Maria, falando da sua militância, criticando os candidatos oficiais, alertando os oprimidos e fazendo sua proposta de mudança (O POVO, 10/11/1985).

O teatro não tinha como intuito apenas divertir as crianças: através de uma linguagem artística e de fácil acesso, apresentava uma temática ampla, mas essencialmente ligada à luta de

classes entre burguesia e trabalhadores, sejam rurais ou urbanos:

Figura 18: Foto publicada no Jornal O Povo, 10/11/1985. Matéria: “Maria leva bonecos à praça.”.

Fonte: Acervo da Hemeroteca Pública Menezes Pimentel.

O Casemiro Coco como é popularmente chamado, apresenta ao público cenas de lutas do trabalhador pelos seus direitos; a luta entre patrão e empregados, com estes saindo vitoriosos; a exploração do trabalhador rural; a busca da conquista do direito dos trabalhadores; a organização da classe operária e, por fim, a diferença de propósitos entre a candidata do PT e seus concorrentes (O POVO, 10/11/1985, grifo nosso).

A concepção de uma campanha popular estava vinculada não apenas ao formato, dialogando com a população mais carente, mas ao projeto de governo. Desta forma o compromisso de Maria Luiza com um programa voltado para a classe trabalhadora, dialogando com os movimentos populares, era retomado constantemente e amplamente utilizado na campanha. Os novos ventos da redemocratização e o ascenso grevista permitiram que a vinculação de Maria a esses movimentos reivindicatórios conferisse firmeza e espírito de

mudanças à sua candidatura; uma dessas iniciativas ficou registrada em panfleto analisado por Braga Neto (2011), “Porque venceremos as eleições dia 15 de novembro”, no qual a participação da candidata nas greves das categorias bancária, metalúrgica, servidores e motoristas de ônibus é relembrada.

Entre os episódios que reforçaram, durante as eleições, esse casamento entre Maria Luiza, “a política”, e Maria Luiza “das lutas populares” esteve o movimento paredista iniciado pelos motoristas de ônibus semanas antes do pleito. Entre 4 e 5 de novembro, uma forte greve parou a cidade, realizada pelos condutores que reivindicavam a antecipação da data-base da categoria para recompor a perda imposta pela inflação, além de quatro salários mínimos para os motoristas e dois para cobradores. A Polícia Militar foi chamada à ação publicamente pelo Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes, Edmar Feitosa: “Se o prefeito garantir, com policiamento nas ruas, nós rodamos amanhã, com todos os nossos ônibus e sem a necessidade de esquema alternativo” (O POVO, 04/11/1985).

E assim fizeram as forças de segurança pública, reprimindo os ativistas ligados ao movimento paredistas em frente ao Sindicatos do Rodoviários, na avenida Tristão Gonçalves, no último dia de greve. Segundo matéria do *Diário do Nordeste*, ocorreram ‘dezenove prisões, espancamentos e apreensão de uma camioneta’, um grevista teria sido atingido por um cassete na cabeça e após ter ido ao chão continuou sendo espancado. Entre os ativistas, estavam diversos correligionários petistas e a própria candidata que, durante a incursão policial, manteve-se no local mesmo entre “pedras e tiros”. O fato foi amplamente citado nos meios de comunicação e inclusive pelo próprio presidente do sindicato patronal ao se referir à participação de candidatos na greve (BRAGA NETO, 2011).

Entre os meios de comunicação e seus adversários, Maria não era retratada como a mulher destemida e corajosa que ao lado dos grevistas enfrenta a repressão policial, mas sim por “clichês” quanto à candidata, que estavam presentes com frequência e de forma pejorativa e estigmatizada. Em diversos momentos, os aspectos ligados à sua vestimenta, postura e beleza física foram ressaltados como suas principais qualidades: em matéria n’*O Povo* de 8 de setembro de 1985 sobre o início das gravações do programa televisivo, destaca-se, por exemplo, as dificuldades de gravação causadas pelo forte vento que “não deixava em paz” os cabelos longos e a roupa da candidata, que usava “um biquíni por baixo do blusão”. Nada foi reportado, no entanto, sobre o conteúdo da gravação.

Em outra situação, *O Povo* de 15 de outubro traz uma matéria com as duas candidatas à

prefeitura e uma vice – Maria Luiza, Moema São Thiago (PDT) e Célia Gaspar (vice pelo PFL) – com a chamada: “Eleição ganha charme com presença da mulher”. Charme não é atributo indispensável a um político, é uma qualidade que no imaginário popular está fortemente vinculada com o que se espera de uma mulher: postura, delicadeza, “bons modos”, boa aparência, ou seja, atributos que não estão relacionadas com sua capacidade intelectual para gerir a administração pública, mas com o que a sociedade, reproduzindo os papéis delegados às mulheres, espera delas. Já o conteúdo da referida matéria debatia os espaços conquistados através do avanço do movimento feminista e uma parte dos projetos contidos no programa eleitoral de Maria Luiza para este segmento, já que a candidata reivindicava “implantação de creches, maiores oportunidades de emprego nos bairros onde residem, atendimento à maternidade”.

Apesar de ser utilizado de forma depreciativa por seus adversários, como em um panfleto de apoio a Paes de Andrade em que se exaltava a necessidade de Fortaleza ter um prefeito “macho” (BRAGA NETO, 2011), o atributo feminino foi uma das principais “marcas” da campanha petista. A música “Maria, Maria” vinculou a imagem de Maria Luiza à mulher forte, que tem gana, raça, coragem; nos materiais de campanha, como cartazes e adesivos para carros, cunhou-se o *slogan* “Sou mais Maria” e “Uma mulher é melhor” (O POVO, 08/09/1985). Segundo Irlys Barreira (1998, p. 122), a música possibilitou a identificação da candidata com um “conjunto de amplos significantes populares, personalizando tanto atributos pessoais como a defesa dos excluídos”. Citando entrevista da petista à Rede Manchete a autora reforça essa ideia: “Nos comícios as mulheres diziam: olha, vá em frente que aqui tem muitas Marias” (BARREIRA, 1998)

Valdir Pereira (2018) também comentou o tema: “foi trabalhado muito a figura da mulher, né”. Nos bairros, nas fábricas, quando as pessoas afirmavam seu voto em Maria Luiza, diziam “é a mulher mesmo, olha é a Maria mesmo, lá no bairro todo mundo é a mulher, lá na rua todo mundo é a mulher, na vila todo mundo é a mulher”. Um atributo que deveria ser uma desvantagem pela posição social que historicamente as mulheres ocuparam na vida pública passou a ser uma qualidade importante para a campanha, por ser aquele um momento de negação, inclusive da negação estética do que havia sido o tempo dos coronéis: “[...] a estética feminina não era um dado acidental. [...] a imagem criava uma espécie de oposição discursiva e estética ao coronelismo. [...] também diluiu, sob alguns aspectos, a austeridade da militância atribuída à candidata” (BARREIRA, 1998, p. 123).

Foi desta forma, com um programa de mudanças ligado às aspirações populares e uma estética completamente oposta à dos antigos políticos locais que, em 13 de novembro de 1985, o “comício político da virada”, às portas do teatro José de Alencar, reuniu mais de 50 mil pessoas, como lembra Valdir Pereira (2018):

(...) tinha a música ‘Maria, Maria é um dom’ (cantando), do Milton [Nascimento]. Essa música virou chiclete na cabeça das pessoas, né, todo mundo cantava, e arrepiava, né, quando ela chegava, ela é muito carismática! ... a Maria foi contagiando. E outro fato muito importante ... [no] último comício, o início da virada, na praça José de Alencar, a população veio a pé da periferia, andando, as famílias vinham assim, muita gente... deu mais de 50 mil pessoas, eu trabalho com 50 a 60 mil pessoas, o Jorge Paiva ... dizia que era uns 100 mil, mas não chegava a isso não, mas a praça estava lotada.

Os presentes se concentraram próximos ao palanque, entoando palavras de ordem como o “povo unido jamais será vencido”, além da canção *Maria, Maria*. A música que se tornou o jingle da campanha ficou cravada na memória dos fortalezenses, “grudou como chiclete”, sendo entoada inúmeras vezes durante a eleição, apuração e posse, marcando a campanha ao lado do *slogan* “construir o novo com o povo”. Para Irllys Barreira (1998, p.126), essa frase continha a “recuperação de um sentido menos populista e mais alusivo à ideia de povo-sujeito da transformação social (...) o povo nas condições anunciadas seria constituído por favelados, operários e demais setores identificados com um tipo de projeto político.”

Fenômeno foi a palavra de que Antônio Ortins e Valdir Pereira se utilizaram para definir Maria Luiza e a eleição de 1985. Foi essa também a expressão usada pelos meios de comunicação e pelos jornais de grande circulação, como no editorial d’*O Povo* (18/11/1985), “Vitória fenomenal”, em que qualifica o resultado como um fato inusitado e uma surpresa apoiados no carisma da candidata e na capacidade de “traduzir uma reação popular contra as notícias de inoperância e de corrupção de vários níveis da administração pública. Resposta sobretudo dos jovens de Fortaleza”. O editorial opta por atribuir ao tema da corrupção, quase exclusivamente, a vitória da candidata, omitindo outros temas amplamente abordados em sua campanha, como aqueles voltados para a população pobre e trabalhadora de Fortaleza.

Durante a campanha, no entanto, Paes de Andrade foi sempre indicado como favorito pelas pesquisas eleitorais. Ambas as instituições que divulgaram as pesquisas apontaram percentuais próximos: a primeira delas, realizada pela FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura/UFC, indicava Paes com 29% dos votos, em segundo Lúcio Alcântara (PFL) com

19% e Maria Luiza em terceiro lugar com 18% dos votos. Após 20 dias depois, em 17 de outubro, Paes de Andrade subiu para 41%, Lúcio Alcântara 26% e Maria Luiza havia perdido dez pontos percentuais, chegando a apenas 8% das intenções de votos. Os indecisos computavam 15% dos votos, e mesmo que somados aos eleitores de Maria, ela não passaria de 23% das intenções de voto contra os 41% de Paes de Barros, o que indicava que qualquer vitória dependeria de uma virada de ampla magnitude.

O IBOPE, renomado instituto de pesquisa, fez previsões ainda mais distantes do resultado definitivo das eleições, divulgando a abertura de 46 pontos percentuais entre Paes de Andrade com 53,3% das intenções de votos e Maria Luiza, com apenas 7,3% em 30 outubro de 1985, último dia permitido para divulgação de pesquisas. Um dia após o pleito, 16 de novembro, autorizada a divulgação de novos resultados, o IBOPE divulgou que em pesquisas realizadas entre 08 e 14 de novembro Paes seguia como favorito com 39,5%, Lúcio com 23,1% e Maria Luiza 20,3%, mesmo às vésperas da eleição, após os acontecimentos envolvendo a greve dos motoristas e os últimos debates, as pesquisas ainda indicavam uma diferença de quase vinte pontos percentuais para o candidato da situação.

* Dados coletados no Jornal O POVO, nas edições entre setembro e outubro de 1985 e compilados na edição de 30 out. 1985.

Tabela 3 – Pontuação de candidatos nas pesquisas eleitorais de 1985

Fonte: (BRAGA NETO, 2011, p. 109)

As pesquisas apresentaram resultados contraditórios com as diversas matérias jornalísticas veiculadas nos grandes meios de comunicação que julgavam o desempenho de Maria Luiza como ótimo diante das câmeras durante o horário eleitoral televisivo. O próprio jornal *O Povo* fez uma série de matérias após o início destes em que um “júri popular” avaliava os melhores programas e projetos de governos, e nas duas semanas em que as matérias foram publicadas, Maria Luiza foi “eleita” todas as vezes pelo júri popular como a mais preparada e com melhor performance.

A campanha empreendida pela sua equipe publicitária foi inclusive objeto de estudos acadêmicos de Irllys Barreira. Analisando os símbolos utilizados nas campanhas eleitorais, a autora identifica, através desta eleição, os novos elementos que até então não estavam presentes e foram utilizados pelos publicitários ligados ao PT. O uso dos meios de comunicação com destaque à televisão representou uma “quebra na tradição de campanha política”, que possibilitou à população a apropriação das imagens construídas da candidata, “mais do que um detalhe de personalidade, o sorriso usado, sempre, na campanha, simboliza o momento de abertura democrática. Era a convocação à proximidade, o ensaio de outra estética.”

(BARREIRA, Irllys. 1998, p. 123).

A equipe de comunicação e propaganda do PT foi reconhecida como uma equipe de grandes talentos pelos meios de comunicação, formada por simpatizantes e militantes do partido, e foi pauta de diversas matérias por conseguir com poucos recursos potencializar as qualidades de Maria citadas por muitos dos que entrevistamos e encontrada em diversos outros meios, como simpatia, presença física, boa oratória.¹²⁵

Como resposta a essa contradição entre o avanço da receptividade da campanha e os resultados das pesquisas, a equipe de campanha elaborou uma “votação popular em praça pública” para saber em quem as pessoas votariam – contou Antônio Ortins (2018) sobre essa ação:

(...) ela tinha 3% na pesquisa, aí o cara fazia a pesquisa e ela saía com 3%, com 6%, com 4% e com 8%, nunca subia daí, só que os caras estavam sacaneando, eles tinham a pesquisa real, Maria Luiza subindo, mas eles não diziam para não estimular, aí nós dizíamos: “é mentira”. Aí fizemos uma eleição simulada na Praça do Ferreira, dizendo “vote aqui”. A Maria Luiza fez 80% dos votos na Praça do Ferreira, aí nós ficamos doido, então é verdade o que o pessoal comentava, era verdade, [que ela] tava bem.

A Praça do Ferreira é a principal praça da cidade, localizada no centro, e foi palco de centenas de eventos de ampla expressão política, cultural e popular, é frequentada pelas camadas populares e setores médios, que se deslocam das periferias da cidade para acessar serviços e comércios que não estão disponíveis lá. Diferentemente, os bairros com maior concentração de riqueza têm à disposição de seus moradores inúmeros serviços e comércios. Esse resultado expressa uma ampla aceitação da campanha de Maria nas camadas populares, fato que ficará comprovado quando Maria, na apuração, passa a figurar à frente com os votos das zonas eleitorais periféricas e de moradia operária.

Traz a informação a manchete do *Povo* de 17 de novembro de 1985: “83ª Zona eleitoral dá vantagem de votos para Maria”. Localizada entre diversos bairros, entre os quais alguns operários, aquela zona tinha seções em regiões próximas ao bairro operário Antônio Bezerra,

¹²⁵ “A equipe encarregada da gravação argumenta que Maria Luiza tem facilidade de expressão, boa figura, não fala em tom discursivo e é muito simpática [...] Eles argumentam que a propaganda gratuita nem sempre é bem recebida pelo público, mas isso pode ser creditado ao fato que a utilização da imagem dos candidatos, de forma quase estática e sem movimentação, agride o veículo de televisão.” (O POVO, 08.09.1985) e ainda “A gravação do programa teve lugar no hotel Samburá, na Avenida Presidente Kennedy (Beira Mar). O PT ao não dispor de condições financeiras para contratar a seu serviço, uma agência de publicidade, está produzindo seus programas com a colaboração de profissionais de propaganda engajados em sua campanha” (O POVO, 09/09/1985).

com grande concentração de fábricas metalúrgicas, têxteis, confecção de roupas, sapatos e castanheiras, além do bairro Bela Vista, com predominância de terrenos com ocupações, entre elas a região da avenida José Bastos, onde ocorreu a histórica desocupação já citada¹²⁶. Também continha seções na Maraponga e no Montese, ambos bairros com presença de fábricas, neste último, mas não predominantemente operários.¹²⁷

A diferença de 11.386¹²⁸ votos que deu à Maria a vitória anunciada na manhã de 18 de novembro teve grande peso das urnas vinculadas aos bairros populares – os 2.536 votos conseguidos na 83ª Zona somaram mais de 20% dessa diferença. Com vitória em todas as urnas, o que demonstra adesão dos setores médios à sua campanha, Maria abriu vantagem apenas ao final do terceiro dia de apuração. As últimas urnas a serem abertas estavam localizadas nas novas seções eleitorais, em regiões periféricas ocupadas recentemente. Valdir Pereira (2018) relata em sua entrevista essa relação:

O que é o interessante é que eles começaram a contar [os votos] na Aldeota, esse centro mais elitizado, então o Paes de Andrade [saiu na frente], a Maria era a terceira colocada e nós sabíamos que quando nós saíssemos dessa área mais populosa, do centro [iria virar], aí quando nós pegamos Praia do Futuro saindo por lá era onde a gente ia começar [a virar], aí a Maria começou a chegar, né.¹²⁹

Após o resultado, alguns institutos de pesquisas vieram a público justificar o enorme erro que dava ampla margem de vitória para Paes de Barros. O FCPC, ligado à UFC, através de seu Secretário Executivo publicou n’*O Povo*: “É preciso que se entenda que, por mais rigor metodológico que se empregue, não se consegue controlar todas as variáveis presentes num processo eleitoral”, entre os elementos que permitiram a discrepância estaria o “contingente não desprezível de eleitores indecisos” e a “tendência de queda do candidato do PMDB”. Sem adicionar à sua explicação outros elementos plausíveis, o professor Raimundo Hélio Leite passa a discorrer sobre os motivos políticos que teriam levado Maria Luiza à vitória, entre eles: a greve dos motoristas e a migração de votos de Paes de Andrade para Maria Luiza, já que esta teria captado efetivamente o sentimento de oposição e mudança, e finaliza afirmando que “em

¹²⁷ Em e-mail enviado no dia 21 jun. 2018 ao Tribunal Regional Eleitoral de Fortaleza, pedimos acesso aos resultados por zonas eleitorais da eleição de 1985. Em resposta, o servidor nos informou que não há compilação disponível desses dados.

¹²⁸ Segundo *Diário do Nordeste* em 21 de dezembro de 1985, após a Justiça Eleitoral dirimir algumas contestações de resultados localizadas, foi anunciado o resultado definitivo: 3º Lugar- Lúcio Alcântara 121.404 votos, 2º lugar Paes de Andrade 148.521 e Maria Luiza com 159.907. (DN 21/12/1985 apud BRAGA NETO, 2011, p. 121)

¹²⁹ Valdir se refere a região costeira Praia do Futuro (Leste) à Barra do Ceará (Oeste), entre as quais localiza-se o bairro do Pirambu, com alta densidade populacional e adesão massiva à campanha de Maria Luiza.

face de um fenômeno eleitoral não há previsão que resista” (O POVO, 17/11/1985).

Figura 19: Foto publicada na capa do Jornal O POVO, em 18 de novembro de 1985.

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

O fenômeno Maria Luiza não foi um acidente histórico em contradição com os eventos que ocorriam no Brasil naquele momento. O papel dela como indivíduo na história foi muito importante – como mulher precisou enfrentar ideias retrógradadas, preconceituosas e diversos estigmas que reforçavam lugares femininos, negando seu desempenho na política e na vida pública –; porém, apenas sua figura não explica o fenômeno eleitoral e a adesão à sua campanha. A eleição de Maria se apoiou nas enormes mobilizações que levaram milhares à praça José de Alencar nos históricos comícios pelas “Diretas Já!”, nas reivindicações contra a carestia, por moradia, contra a seca no interior do estado e nas greves iniciadas em 1978-1979 que se espalharam por diversas categorias no país e chegaram muito vivas a Fortaleza.

Foram estes ventos de redemocratização e o desejo de mudanças que impulsionaram o

engajamento de centenas de ativistas em sua campanha, entre eles inúmeros operários. É insuficiente apontarmos a participação operária nesta campanha apenas ligando o PRC a diversos militantes da categoria metalúrgica, pois existia uma rede de militância muito mais extensa, que trocava experiências e se apoiava em ações políticas. O movimento popular estava nas Comunidades Eclesiais de Bases e nas pastorais ligadas à Igreja Católica, e através delas muitos trabalhadores operários passaram a se organizar em oposições sindicais e engajaram-se nas lutas em suas categorias. Portanto, a relação entre o movimento popular, as CEBs, pastorais e o movimento operário era muito próxima, e a ação política em diversos momentos foi interseccional, apoiando-se em uma relação simbiótica entre a militância no bairro, na fábrica, na igreja e nas organizações “tradicionais”, como partidos e sindicatos.

A participação política na vida operária se opera de forma dialética, tendo a história do movimento operário fornecido diversos exemplos de situações em que a luta sindical e a política se entremearam, fazendo parte de uma só tradição operária, como afirma Coggiola (2010, p.18): “Luta sindical e ação política não estiveram separadas por momentos históricos diferenciados, nem possuíram natureza radicalmente diferente: formam duas faces de uma mesma atividade histórica da classe”. No Brasil, a luta contra o “binômio ditadura e o arrocho salarial” foram as duas faces dessa atividade histórica no período aqui retratado, possibilitando que os trabalhadores fossem protagonistas de eventos políticos de grandes magnitudes.

O capítulo da eleição de Maria Luiza à prefeitura faz parte deste momento histórico: a participação operária e popular, desta vez, permitiu que, ao invés de transformarem aço, algodão ou couro em mercadorias, transformassem, com suas próprias mãos, os caminhos da redemocratização no país. Desta forma, a não formalização da adesão à campanha de Maria Luiza por parte dos sindicatos ou das oposições sindicais não anula o fato de que, ali, naquela campanha vigorosa, a classe operária atuou de forma consciente, reproduzindo seus métodos de organização, sua experiência, sua atuação clandestina no interior das fábricas, sua criatividade, e sua resiliência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quinquênio compreendido entre 1985-1989 foi um dos momentos econômicos mais amargos da história recente brasileira. A hiperinflação, que crescia exponencialmente, chegou ao final de 1989 com o índice de 1417%, provocando inúmeras convulsões sociais, greves gerais e manifestações. A década perdida para a economia foi para o movimento social, no entanto, o decênio do reencontro com as ruas e mobilizações de grandes magnitudes.

No primeiro capítulo de nossa pesquisa, buscamos compreender as características econômicas e sociais presentes na realidade fortalezense para apontar as especificidades da composição de uma classe operária jovem, recém-chegada à capital, fugindo das secas e da forte concentração fundiária que não permitia ao sertanejo subsistir em suas terras. A expansão industrial, através da criação da SUDENE, resultado da compreensão dos problemas gerados pelo desequilíbrio regional, não cumpriu, no entanto, sua vontade primeira de reverter essa tendência.

O planejamento da ampliação da infraestrutura urbana necessária às indústrias, tão insistentemente reivindicado pelas elites locais, não foi acompanhado por um projeto de urbanização preocupado com as operárias e operários que trabalhariam nas novas fábricas. Um rápido inchaço, seguido pela favelização das áreas próximas às vias de instalações industriais e de ligação com o centro comercial da cidade, tornou-se a característica marcante da expansão da cidade entre os anos 1950 e 1980. Não à toa, foi o movimento de bairro e por moradias um dos primeiros a ganhar força e ter forte projeção durante o período de redemocratização.

O direcionamento dos projetos implantados pela SUDENE para as áreas econômicas anteriormente exploradas no estado do Ceará, como a indústria têxtil, a de beneficiamento de castanha e do couro, possibilitaram que, diferentemente de outras capitais nordestinas, Fortaleza expandisse sua industrialização a partir de setores não intensivos, como o metalúrgico e químico presentes em Salvador e Recife. A predominância desse tipo de indústria influenciou diretamente na mão de obra empregada, tornando a capital cearense ampla absorvedora de trabalhadoras do sexo feminino, historicamente presentes nas indústrias têxtil, de confecção, castanha de caju e sapatos.

Buscamos compreender também as diferentes especificidades resultantes da ampla presença feminina na expansão fabril fortalezense. As novas relações de produção sob o

capitalismo, apesar de pressuporem uma relação contratual de força de venda de força de trabalho, mantiveram antigas heranças patriarcais, infligindo a essa parcela dos trabalhadores a responsabilidade pela reprodução social, ou seja, tudo aquilo que se referia à manutenção vital dos trabalhadores para manterem no dia seguinte sua jornada de trabalho.

Tal obrigação perpetua uma relação material desigual entre operárias e operários para realizar suas atividades laborais e, por conseguinte, também as atividades político-sindicais. As motivações que levavam as mulheres a se mobilizarem ou, muitas vezes, as impossibilitavam de organizar-se eram muitas vezes diferentes daquelas encontradas pelos operários homens. Diversas delas enfrentaram supervisores e direções sindicais para denunciar os recorrentes casos de assédio sexual a que estavam submetidas, ou ainda, os controles constantes e vexatórios de ida ao banheiro.

Apesar das fábricas femininas terem sido as de maior participação nas greves gerais, abordadas no segundo capítulo, observamos que após estes movimentos há relatos de dificuldades em manter altos os níveis de organização das ativistas operárias. Uma das possibilidades que levantamos é que muitas das mulheres que participavam do processo ativamente, após as paralisações, apresentaram dificuldades para se organizar a longo prazo, indicando como o peso das tarefas vinculadas à reprodução social pressionava esta parcela para o retorno ao lar, após os períodos de fortes movimentações.

No segundo capítulo abordamos mais profundamente as condições de vida e de trabalho dos operários no quinquênio estudado. As origens da hiperinflação galopante, que chegou a quatro dígitos no final da década, explicam também o tipo de reação adotada para combatê-la. A captação de recursos no exterior, a taxas flutuantes de dólares, para incentivar a infraestrutura no Brasil do período de milagre econômico, cobrou a sua conta. Surtiram efeito contrário as duas principais medidas adotadas pelo governo: internalização da dívida, transformando em títulos da dívida pública a captação adquirida no exterior por empresas públicas e privadas; e maxidesvalorização da moeda, diminuindo seu valor frente ao dólar, para equilibrar a balança de pagamento. Os juros da dívida continuaram expandindo-se, resultado da forte crise econômica mundial provocada pelo aumento expressivo do valor do barril de petróleo e, desta forma, quanto mais se destinavam recursos, transferindo montantes enormes para estes pagamentos, mais se aprofundava a crise inflacionária.

Os organismos internacionais passaram a exigir do Brasil uma política recessiva para conter a inflação e garantir o pagamento dos juros, com o centro destas medidas em dois

alicerces: o congelamento de salários e a redução de gastos públicos, incluindo nesta lista um plano de desestatização das empresas públicas, eleitas como vilãs. Quem pagava a conta no final do mês, ou até mesmo do dia, eram os trabalhadores que perdiam seu poder de compra e, na maioria das vezes, não conseguiam recompor as perdas salariais no mesmo patamar dos aumentos sucessivos de preços. O resultado foi a realização de três grandes greves gerais no quinquênio, a de 1986, 1987 e 1989.

Através de relatos orais, periódicos de grande veiculação e aqueles vinculados ao movimento sindical e operário, pudemos observar as consequências da política de hiperinflação na corrosão salarial dos trabalhadores e a resistência aos planos heterodoxos, de choque, contra os quais tiveram que mobilizar-se. O primeiro deles, o Plano Cruzado de fevereiro de 1986, foi recepcionado com uma certa positividade, mas a recomposição salarial determinada pelo gatilho, no entanto, não pressupunha a recomposição da perda salarial total, acabando por gerar grande descontentamento entre as categorias e a retomada de importantes paralisações operárias em Fortaleza. Meses após o decreto instituindo o plano, os metalúrgicos realizaram sua primeira paralisação na década e, em seguida, no dia 12 de dezembro, seria a vez da primeira greve geral do período. A greve geral de 1986 foi um ensaio para as que viriam em seguida; foi também uma das primeiras movimentações realizadas nas fábricas de confecção de roupas na cidade, sendo uma das primeiras atuações da CUT como entidade organizada, com amplo apoio de setores ligados à Igreja Católica.

O Plano Bresser, decretado meses depois, enterrou o plano anterior e avançou em medidas que achatavam o salário dos trabalhadores, retirou a política de gatilho salarial parcial até então utilizada para reajustar as perdas, e congelou preços e salários. Durante nossas entrevistas, os operários referiram-se às dificuldades desse momento, lembrando que, para burlar os congelamentos, os empresários aplicavam um ágio sobre as mercadorias, aumentando ilegalmente o seu preço, outros escondiam estoques das prateleiras para poder vendê-los somente após o reajuste da tabela de preços. A escassez de mercadorias tornou-se constante, obrigando os trabalhadores a estarem sempre alertas e correrem ao mercado para adquirir gêneros básicos no dia de seu pagamento. As mobilizações decorrentes dessa situação passaram a ganhar força em todo país, e a greve geral convocada para agosto de 1987 conseguiu paralisar diversas concentrações operárias na cidade; através dos *Boletins Informativos* da CUT nacional, pudemos ter acesso às informações que detalharam a organização do movimento paredista e constatamos que, desde este momento, as atividades em porta de fábricas organizadas pelos grupos que compunham a CUT passaram a ser recorrentes, sendo primordiais para a construção

das oposições a seguir.

Nos anos de 1988 e 1989, a inflação seguiu seu curso de crescimento exponencial, colocando o governo completamente em crise e paralisia ao final do mandato e o país, que havia entrado em um momento de forte ascenso dos movimentos sociais, passava pela elaboração de uma nova constituinte, que revogava uma série de medidas dos anos de regime militar. Os jornais pesquisados durante nossa pesquisa demonstram, nestes anos, duas manchetes recorrentes em suas chamadas de capa: inflação e a constituinte, mas, a partir da promulgação do Plano Verão em janeiro de 1989, passam a predominar nas manchetes as greves, que já estavam em curva ascendente desde 1986. Através das pesquisas no arquivo da CUT nacional, pudemos verificar que a preparação da greve geral de 1989 pela CUT regional Fortaleza começou semanas antes e contou com uma forte organização, participando dela diversos membros de oposições que surgiram nos anos anteriores. É perceptível a incorporação de diversos novos ativistas operários às atividades da Central e a consolidação da entidade como um polo aglutinador do movimento operário naquele momento.

A participação operária na greve geral de 1989 em Fortaleza foi expressiva, passeatas saíram de diversas fábricas de confecções e castanhas passando por uma das principais concentrações operárias da cidade naquele momento, a avenida Francisco Sá. Observa-se a grande participação de mulheres nesta caminhada para a realização de uma manifestação no centro da cidade, convergindo ali diversas categorias. Observamos também a importante atuação, dos trabalhadores da construção civil, sendo seu sindicato um dos principais a organizá-la.

A entrada em cena do movimento operário na cidade de Fortaleza foi o objeto do terceiro capítulo desta pesquisa. Abordamos, através da organização de base nos locais de trabalho, greves nas categorias, formação das oposições sindicais e a eleição de novas diretorias, como o movimento operário se reorganizou na cidade; para isso, nos debruçamos sobre as origens das duas principais tendências que aglutinaram os ativistas operários em Fortaleza, aquela vinculada aos Autênticos do ABC, que influenciaram diretamente os metalúrgicos e a greve de 1979 na categoria, e a CUT pela Base, através dos diversos grupos que a compunham e carregavam consigo a tradição da Oposição Metalúrgica de São Paulo, com grande influência da Pastoral Operária e outros grupos não religiosos.

Apesar de ambas as tendências terem tido forte influência no início da década de 1980, retomando a atuação nas diversas frentes dos movimentos sociais, foram as organizações

ligadas à CUT pela Base, principalmente àquelas vinculadas à Igreja Católica que passaram a organizar parte importante dos movimentos sociais na cidade. Além delas, as organizações de origem pecebista, entre as quais o PC do B e outras rupturas do partidão, em especial aquela de que derivou o “grupo da Maria” ou PRC no momento em que Maria Luiza Fontenele foi eleita prefeita pelo PT, também ganharam, ao longo da década, grande influência nos movimentos sociais e em especial no movimento operário.

Foi, no entanto, pelas mãos da Pastoral Operária e seus militantes que uma parte importante das oposições surgiu. A oposição dos sapateiros esteve entre a primeira delas: amplamente formada por mulheres, a categoria organizava as reuniões de trabalhadores nas casas de membros da PO ou dentro das próprias paróquias. Assim como em todas as oposições, a realização dessas reuniões da forma mais clandestina possível era fundamental para garantir que os futuros membros das chapas de oposição não fossem descobertos e demitidos antes de inscreverem-se para o pleito.

Outra oposição com forte presença da PO foi a do setor de confecção de roupas, formada em sua maioria por trabalhadoras da empresa Guararapes, as reuniões também chegaram a acontecer em paróquias. Uma de nossas entrevistadas, Eugênia Lima, foi militante da PO e nos indicou como era a atuação da organização na construção da oposição. Diferentemente dos sapateiros, no entanto, os grupos de fábrica da confecção contavam com o apoio e atuação direta dos estudantes do Coletivo Gregório Bezerra – CGB, uma ruptura do Partidão. A atuação da PO e do CGB era permeada por contradições, mas, apesar de serem organizações com matizes diferentes, alguns dos militantes operários cooptados para o CGB se organizavam em ambas, construindo assim uma relação ainda mais próxima entre igrejas e a militância de estratégia comunista.

Conforme abordamos nesse capítulo, a relação entre a Igreja e a militância organizada foi em Fortaleza amplamente presente, inclusive se confundindo em diversos momentos, como na greve dos têxteis de 1987, na empresa Finobrasa, quando a Igreja não foi apenas o refúgio dos operários da repressão policial, mas também a intermediadora da negociação com a administração da empresa. Nas paróquias, a presença das Comunidades Eclesiais de Bases, as CEBs, permitiram a ampla divulgação da Teologia da Libertação, mesmo naquelas que contavam com párocos de tradições diferentes e antagônicas a essa.

Entre as categorias operárias, a têxtil, abordada em nossa pesquisa e estudada por diversos outros pesquisadores, foi a que expressou na historiografia do movimento operário

cearense mais profundamente a ascensão do novo sindicalismo no Estado. A formação da oposição têxtil contou com a influência direta da CUT, através de Ortins, um de nossos entrevistados, mas também da PO e das CEBs. A rápida aproximação dos operários têxteis e a força com que entraram em cena também indica que aquele momento impulsionava um forte ascenso em diversas categorias.

A força da mobilização dos trabalhadores têxteis também reforçou, em todos os trabalhadores que entrevistamos, parte de suas principais lembranças do período, sendo o ponto de referência, principalmente, quando querem abordar duas questões: mobilizações reprimidas e solidariedade operária. Tal constância nos relatos daqueles operários nos fez levantar reflexões sobre a ideia de coletividade contida na associação de classe e como esta ficou marcada na memória coletiva do movimento operário fortalezense através das greves dos têxteis. O vínculo que os demais trabalhadores nutriram por aqueles em greve, a grande presença de diversas categorias, estudantes, professores, metalúrgicos entre outros e a resistência dos operários apoiados por estes setores e, em especial, pela Igreja, marcou profundamente as gerações de ativistas, fornecendo à memória afetiva uma referência sólida sobre o significado da solidariedade de classe.

O ascenso do movimento operário fortalezense possibilitou não somente a retomada das atividades sindicais reivindicatórias, mas a forte expansão da CUT no Estado, influenciando outras categorias operárias e gerando uma relação de reciprocidade entre as atividades da Central e dos sindicatos. Cada categoria e cada grupo que viriam a formar as oposições continham particularidades, resultando em diferentes formas de organização e de ação política. No entanto, essas particularidades não impossibilitaram que a classe operária congregasse um conjunto de características que a identificava. Os salários nas indústrias em Fortaleza tiveram neste período as piores médias no país: dificilmente um operário ganhava acima de três salários mínimos, a não ser nas pouquíssimas indústrias especializadas. Na construção civil e nas indústrias de mão de obra majoritariamente feminina, a realidade salarial era muito próxima, e a justificativa da não especialização para a realização do serviço determinava os baixos salários.

Assim, em 1987, quando se iniciou o processo de formação da oposição na categoria de construção civil, por iniciativa do CGB e com apoio da Pastoral Operária, além de receberem salários abaixo da média nacional, os trabalhadores dispunham de condições de trabalho completamente desumanas, improvisavam fogueiras em tijolos e restos de construção para preparar suas refeições. Sem utensílios, colocavam a comida dentro dos capacetes, não tinham

equipamentos de segurança e sequer água potável. A oposição que se formou, diferente das anteriores, foi organizada a partir da ação direta dos membros do CGB que trabalhavam em um escritório de projetos, conseguindo encontrar, através da ação da Pastoral Operária, diversos outros “peões” dispostos a fazer parte do grupo. Apesar de valorizar e impulsionar a organização de base dos operários, o foco da oposição na construção civil, naquele momento, foi a construção de um grupo para a disputa das eleições sindicais.

De tal forma, como na formação de outros grupos de oposição, a proximidade da Pastoral Operária com a vida do bairro, nas comunidades, possibilitou o encontro de operários membros de uma mesma categoria e com interesses em comum, que até então não se conheciam. A ação de procurar membros de uma mesma categoria nas comunidades, dispostos a formar organizações de base para atuar sobre os locais de trabalho e, consequentemente, constituir oposições cutistas, era consciente e orientada pela própria PO. Os relatos envolvendo a construção civil e atuação nesta categoria repetem-se na formação das outras, demonstrando que as organizações ligadas à Igreja Católica foram essenciais para a retomada do movimento operário organizado em Fortaleza.

A eleição da oposição no maior sindicato operário da cidade, o da construção civil, a ampla participação operária na greve geral e o movimento paredista da categoria que se desenrolou nos dias seguintes demonstraram uma forte retomada das mobilizações operárias iniciadas na década anterior e consolidaram uma nova geração de ativistas operários à frente de organizações políticas e sindicais na cidade.

Meses após a fundação da CUT-CE, no início do quinquênio que estudamos, em 1985, uma “onda vermelha”, como aludiam os jornais, tomava conta da cidade. A eleição da primeira mulher prefeita de uma capital no Brasil também ocorreu pelas mãos dos movimentos sociais, fortemente influenciados pelos grupos vinculados à Igreja Católica e dos trabalhadores de diversas categorias que desde o final da década anterior iniciaram uma forte retomada das ações reivindicativas. Entre estes, os operários foram ativos na campanha de Maria Luiza à prefeitura de Fortaleza, ainda que não atuassem através de seus sindicatos, como vimos, diversas oposições ainda não existiam.

“Quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida”, cantava a música *Maria, Maria* de Milton Nascimento e Fernando Brant que se tornou hino na campanha de Maria. Os relatos que encontramos em nossa entrevista não permitiram que realizássemos uma pesquisa sobre o quinquênio 1985-1989 sem abordar essa campanha eleitoral. Ortins

(2018), em um dos trechos de sua entrevista, no relatou que frequentemente usava uma frase nas portas da fábrica: “Eles podem tirar nossa liberdade, tirar nossos sonhos, podem botar na a gente na prisão, podem tirar nosso emprego, podem tirar nosso salário, até nossos filhos podem tirar de nós, mas eles não poderão tirar nossa esperança”. As memórias dos operários que entrevistamos evidenciaram que, antes de tudo, a eleição de Maria Luiza foi um ato de fé, de esperança para eles.

A campanha eleitoral de 1985 em Fortaleza transbordou as tradicionais mobilizações sindicais por aumento salarial, levando centenas de trabalhadores às ruas para pedir votos para a professora. A ação política e sindical, conforme afirmamos no quarto capítulo, formaram, especialmente nesse capítulo da história de Fortaleza, faces de uma mesma atividade histórica. A campanha eleitoral espalhou-se pelos bairros em tamboretos improvisados como palcos para o comício, em campanhas no boca-a-boca, dentro das fábricas de forma clandestina ou mesmo na boca de urna entre os amigos mais próximos. A atuação operária na campanha de Maria foi antes de tudo permeada pelas possibilidades postas naquele momento, com a falta de estrutura e finanças sendo uma das principais marcas de campanha, mas que não impediu que a candidata realizasse a campanha entre as periferias de Fortaleza, nas feiras e nas comunidades mais carentes da cidade.

E quando as urnas se abriram no dia 16 de novembro de 1985, o favorito de todas as pesquisas, Paes de Andrade, aliado de longa data dos poderosos coronéis que se alternavam no governo do Estado, permaneceu à frente nos bairros menos populares, sendo derrotado após a contagem dos votos da 83ª. Zona Eleitoral e das zonas mais afastadas de bairros operários da cidade, demonstrando que não apenas na campanha, mas também nas urnas, os operários se identificaram com a fé e esperança que os novos tempos de redemocratização traziam. Dias após o resultado, foi na Igreja Nossa Senhora das Graças, na comunidade do Pirambu, bairro com grande presença de operários, que mais de 2.500 pessoas participaram da missa de Ação de Graças pela vitória de Maria Luiza.

O anonimato daqueles que construíram os palcos improvisados, os tamboretos, costuraram os bonecos do teatro, carregaram os panfletos e realizaram a boca de urna não diminui a importância que cumpriram nesse período histórico. Optamos, desta forma, por resgatar o episódio histórico da eleição de Maria Luiza à prefeitura de Fortaleza a partir das memórias dos operários, compreendendo que, apesar da importância do indivíduo na história, o protagonismo do sujeito coletivo, através da participação dos movimentos sociais, foi

essencial para a vitória eleitoral de 1985.

Por fim e afinal, encerramos esse trabalho com a convicção de que a opção de contar essa história pelo viés do sujeito coletivo, e não apenas do indivíduo, é uma escolha da qual os historiadores dos movimentos sociais não podem abrir mão. Aqueles que dedicam sua vida a um mundo com mais coletividade podem, e devem, escrever a história desses momentos em que a comunhão dos menos favorecidos falou mais alto.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida*:. PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- _____. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Editora Pontes, 1995.
- _____. *Os Sentidos do Trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ARRUZZA, Cinzia. *Matrimonios y divorcios entre feminismo y marxismo*. [s.l.]: Crítica Alternativa, 2010.
- BACELAR, Tânia. *A Questão Regional e a Questão Nordestina*. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- BADARÓ, Marcelo Mattos. *E. P. Thompson, e a Tradição de Crítica Ativa do Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- BARBOSA, Wilson Nascimento. *Política econômica do governo e estagnação: duas décadas perdidas: 1981-2000*. São Paulo, 2004. [Relatório de pesquisa]. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/dnbwilson/histriaeconmica>> Acesso em: 16/09/2018.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. *Ritos e símbolos de campanha eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BHATTACHARYA, Tithi. *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentring Opression*. London: Pluto Press, 2017.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BLAY, Eva Alterman. *Trabalho domesticado: A Mulher na Indústria Paulista*. São Paulo: Ática, 1978.
- BOITO JR, Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec, 1991.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: UNESP-IE; Campinas: Unicamp, 2002.

CARR, Edward. *O Que é história?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIRMO, Érico. *Rosa da Fonseca*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2017.

FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo*. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1946-66). São Paulo: FGV, 2002.

FUNARO, Vânia Martins Bueno de Oliveira (Coord.). *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: parte I (ABNT)*. São Paulo: SIBiUSP, 2016. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/111/95/491-1>>. Acesso em: 06 jul. 2018.

FURTADO, Celso. *Seca e poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998. Entrevista concedida a Maria da Conceição Tavares, Manoel Correia de Andrade e Raimundo Rodrigues Pereira.

GIRÃO, Raimundo. *A abolição no Ceará*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1984.

GONÇALVES, Adelaide; VIANNA, Allyson Bruno. *O Trabalhador Graphico*. Fortaleza: Editora da UFC, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000a.

_____. *Os Trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000b.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder: o caso dos coronéis*. São Paulo: Anna Blume; Fortaleza: Edições UFC. 1998.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Helene; SENOTIER, Daniele. (Orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

NEVES, Frederico Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone (org). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

NOBRE, Geraldo da Silva. *O Processo Histórico de Industrialização do Ceará*. Fortaleza: SENAI/DR-CE, 1989.

NORONHA, Eduardo. A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR., Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

OCHOA, Maria da Glória W. *As Origens do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no Ceará 1954-1964*. Fortaleza: NUDOC, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE: Nordeste, planejamento e Conflito de Classes*. São Paulo. Boitempo, 2008.

PEDREIRA FILHO, Valdemar S. *Comissões de Fábrica um claro enigma*. São Paulo: Entrelinhas; Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PORTELLI, Alessandro. *História Oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RODRIGUES, Iram Jacome. *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT (1983 a 1993)*. São Paulo: DLTR, 2011.

_____. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JR., Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos*. Trabalho, dominação e

resistência. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VOGEL, Lise. *Marxism and the Opression of Women: Toward a Unitary Theory*. Chicago: Haymarket Books, 2014.

WOOD, Ellen M. *Democracia contra Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2010.

DISSERTAÇÕES E TESES

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. *Virgílio Távora: O coronel modernizador do Ceará*. Fortaleza, 2006. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará.

AMANO, André Tomio Lopes. *A estratégia oculta de continuidade: a política econômica do governo Sarney (1985-1990)*. São Paulo, 2016. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

AMORA, Zenilde Baima. *As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste*. São Paulo, 1978. Dissertação (Mestrado em geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ARAGÃO, Elizabeth Fiuza. *Relações de Trabalho na Indústria de Fortaleza*. Fortaleza, 1982. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará.

ARAÚJO, Jormana Maria Pereira. *Tecendo memórias: Resistência e luta das operárias da fábrica Santa Cecília (Fortaleza, 1988-1993)*. Fortaleza, 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará.

BRAGA NETO, Aristides. *O Diário do Nordeste sobre a Administração Popular de Fortaleza: palavras de oposição*. Fortaleza, 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Estadual do Ceará.

COSTA, Izabel Cristina Gomes. Luiz Carlos Prestes e os “filhos” da carta aos comunistas no PDT. In: Simpósio Nacional de História, XXVII, 2013, Natal. *Anais*. Disponível em

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370725888_ARQUIVO_TEXTOANPUH2013REVISAOFINAL.pdf> Acesso em: 16/08/2018.

ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite. *O Feminino na sombra: a face oculta(da) da mulher na Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Estado do Ceará*. João Pessoa, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba.

FARIAS, Paula Emanuela Lima de. *Dos canteiros ao sindicato: a formação política das lideranças da construção civil sob a égide do sindicalismo classista*. Fortaleza, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Universidade Federal do Ceará.

FROTA, Maria Helena de Paula. *A Indústria de beneficiamento de castanha de caju no Ceará: “uma máquina de fazer louco”*. Fortaleza, 1984. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará.

GOMES, Francisco Alexandre. *Um Fio da Meada: experiência e luta dos trabalhadores têxteis em Fortaleza (1987-1991)*. Fortaleza, 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História, Universidade Federal do Ceará.

MARQUES, Regina Elizabeth do Rego Barros. *Urbanização, dependência e classes sociais: o caso de Fortaleza*. Fortaleza, 1986. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará.

MATOS, Helaine Saraiva. *Justiça juntos: os sindicatos de trabalhadores rurais no Ceará de 1950-1985*. Fortaleza, 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará.

NOBREGA, Yuri Holanda. *Operários em construção: As experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1990*. Fortaleza, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará.

NOGUEIRA NETO, Raimundo Altino. *Movimento Sindical e processo de redemocratização no Brasil: sua configuração nos sindicatos de bancários e Metalúrgicos de Fortaleza*. Fortaleza, 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências

Sociais, Universidade Federal do Ceará.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira de. *A igreja católica no Pirambu: As relações de poder presentes no discurso da teologia da libertação e da sua renovação carismática católica (1968-1986)*. Fortaleza, 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Estadual do Ceará.

PARENTE, Eduardo Oliveira. *Operários em movimento: a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceara Light*. Fortaleza, 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Ceará.

PARENTE, Eneida Ramos. *Seca, Estado e Mobilização Camponesa: a expressão da resistência coletiva dos trabalhadores rurais cearenses na seca de 1979-1983*. Fortaleza, 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará.

RAMOS, Marcelo Henrique Bezerra. *A Guerra das Castanheiras da CIONE (Fortaleza - CE, 1968): Contra-hegemonia, consciência de classe e memórias de luta*. Niterói, 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. *Fronteiras Invisíveis: território e indígenas no Ceará*. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SILVA, Ângelo Magalhães. *Guararapes confecções S.A da Empresa familiar ao Grupo Econômico*. Natal, 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

STEGLE, Thaís Zapala. *Costureiras em Movimento: organização de base, oposição sindical e a greve na Fábrica Guararapes (1987-1989)*. Fortaleza, 2013. Monografia (Conclusão de Curso) – Departamento de História, Universidade Estadual do Ceará.

ARTIGOS EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Neodesenvolvimentismo no Ceará: autonomia empresarial e política industrial. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, v.

28, n. 3, p. 325-345, 1997.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gêneros: reabrindo o debate entre patriarcado e ou capitalismo. *Revista Outubro*, São Paulo: Sundermann, n. 23, 2015.

BADARÓ, Marcelo Mattos. Trajetória entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. *Revista Mundos do Trabalho*, s.l.: ANPUH, v.1, n. 1, janeiro-junho de 2009. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/issue/view/1130/showToc>> Acesso em: 18 set. 2018.

CABRAL, Renan. Das ideias à ação. A SUDENE de Celso Furtado – oportunidade histórica e resistência conservadora. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, v. 6, n. 8, maio de 2011. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109201209490.CD8_0_018.pdf> Acesso em 30 mar. 2019.

CASSEMIRO, Liana M.C. de; OLIVEIRA, Aécio A. Considerações sobre acumulação, emprego e crise na Região Metropolitana de Fortaleza. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, v.16, n.1, jan./mar. 1985. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=664> Acesso em 29 jul. 2018.

LÖWY, Michel. Marxismo e Cristianismo na América Latina. *Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n. 19, nov. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000400002> Acesso em 03 ago. 2018.

QUEIROZ, Fábio José. Marx entre andaimes: capital e trabalho na construção civil em Fortaleza. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*, Fortaleza: UFC, ano 1, n. 1, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/fabio.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2018.

SALES, Telma Bessa. Tecelões da história: trabalhadores têxteis e a greve de 23 dias. *Revista de História da UFC*, Fortaleza: UFC, v. 6, n. 11, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29721/1/2008_art_tbsales.pdf> Acesso em 20 maio 2016.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias F. de. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. *Revista Brasileira de História* [online]. São Paulo: s.n., v.24, n. 48, 2004, p. 39-72. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000200003>> Acesso em 10 de mar de 2018.

VARUSSA, Rinaldo José. Igreja Católica e movimentos católicos operários na Constituição da Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo (1970-1975). *Revista Tempos Históricos*, Marechal Rondon: Unioeste, v. 3, n. 1, ago. 2001.

JORNAIS

- O POVO:

ATÉ o teatro de bonecos anima comícios. *O Povo*, Fortaleza, 10 nov. de 1985.

BANCADA do PT votará contra o Plano Verão. *O Povo*, Fortaleza, 18 jan.1989, p.5.

CALÇADA é palanque de candidata. *O Povo*, Fortaleza, 25 de set. 1985.

CANDIDATOS se revelaram no debate da TV. *O Povo*, Fortaleza, 08 nov. 1985.

CASTRO E SILVA, Themistocles. Cardeal Comunista. *O Povo*, Fortaleza, 24 de jan. de 1989.

DE REPENTE, a explosão: 10 estão mortos e 30 feridos. *O Povo*, Fortaleza, 06 mar. 1985, p.11.

DETIDOS pichadores do PT. *O Povo*, Fortaleza, 20 de out. 1985, p. 3.

ELEIÇÃO ganha charme com presença de mulher. *O Povo*, Fortaleza, 15 de out. de 1985.

EXPLOÇÃO de caldeira mata 10 e fere 30 na Usina Lindoya. *O Povo*, Fortaleza, 06 mar. 1985.

LEVAREMOS dez anos para atingir os níveis de 80. *O Povo*, Fortaleza, 1 maio 1985, ano 58.

GREVE paralisa trabalhadores da Construção Civil. *O Povo*, Fortaleza, capa, 17 mar.

1989.

LEITE, Raimundo Hélio. Fenômeno eleitoral fura previsões. *O Povo*, Fortaleza, 17 nov. 1985.

MANIFESTANTES denunciam caso de atropelamento. *O Povo*, Fortaleza, 16 mar. 1989, p.10a.

MARIA LUIZA emocionou o povo na praça. *O Povo*, Fortaleza, 18 nov. 1985.

MARIA LUIZA vai à feira e conversa com Donas-de-casa. *O Povo*, Fortaleza, 9 set. 1985.

METALÚRGICOS denunciam que PT manipula assembleias. *O Povo*, Fortaleza, 30 out. 1985.

MOTORISTAS dos ônibus em greve. *O Povo*, Fortaleza, 04 nov. 1985.

PAES: sindicato faz política sem partido. *O Povo*, Fortaleza, 10 out. 1985.

PARALISADA a Construção Civil. *O Povo*, Fortaleza, 21 mar.1989, p. 10-a.

PARENTES afirmam que faltava manutenção. *O Povo*, Fortaleza, 06 mar.1985, p. 11.

PASSEATAS se encontram e desviam da polícia. *O Povo*, Fortaleza, 16 mar. 1989.

PETISTAS estranham campanha de Maria Luiza. *O Povo*, Fortaleza, 26 abr. 1985, p.2.

PISO deveria ser NCz\$ 434,9. *O Povo*, Fortaleza, 09 mar.1989 p. 14-a.

PRIMEIRA greve do ano é deflagrada por motoristas de ônibus urbanos. *O Povo*, Fortaleza, 18 jan. 1989

PT FEZ pré-lançamento dos programas dos candidatos. *O Povo*, Fortaleza, 08 set. 1985.

PT INICIA gravação de imagens para a TV. *O Povo*, Fortaleza, 08 ago. 1985.

OPERÁRIAS denunciam escravidão em fábrica. *O Povo*, Fortaleza 06 mar. 1989.

SARNEY: sacrifício no lugar de sangue e lágrimas. *O Povo*, Fortaleza, 16 jan. 1989, p. 9.

TÁVORA, V. Entrevista ao Jornal O POVO. *O Povo*, Fortaleza, 18 de jun. 1988.
Entrevista concedida a Jorge Henrique Cartaxo, 1988 apud ALENCAR JÚNIOR, 2006, p.

TRABALHADORES voltam, mas estado de greve continua. *O Povo*, Fortaleza, 22 mar. de 1989.

VITÓRIA Fenomenal. *O Povo*, Fortaleza, 18 de nov. de 1985.

- OUTROS JORNAIS:

CONFRONTO entre metalúrgicos e polícia no ABC acaba em tiros e vinte feridos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 maio 1989, p. B1.

FIESP diz que grande aumento no mínimo não é viável. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Ano 66, n. 21.123, 01/02/1987, p. A35.

GOVERNO tem tudo pronto para moratória”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 jan. 1989, A1.

IGREJA Cearense apoia a greve. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1987.

NO CEARÁ até sabotagem contra um trem. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 21 ago. 1987.

ROSSI, Clovis. Empresários insistem em choque já. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Ano 66, n. 21.122, 31/01/1987, p. A1.

SÁ, Jayme Magrassi. A execução. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 jan. 1989, p. B2.

SAFATLE, Claudia. A mãe de todas as crises do Brasil. *Valor Econômico*, Brasília, 10 ago. 2012. Disponível em: < <https://www.valor.com.br/cultura/2783388/mae-de-todas-crieses-do-brasil> > Acesso em 16 set 2019.

TOLEDO, José Roberto. O vaivém da popularidade dos presidentes pós-ditadura. *Estado de São Paulo*, 31/12/2010. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/blogs/vox-publica/o-vaivem-da-popularidade-dos-presidentes-pos-ditadura/> > Acesso em 24/09/2018

PERIÓDICOS SINDICAIS E OUTROS DOCUMENTOS

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, 1990. São Paulo,

FGV, 1990. Disponível em:

<<http://documents.worldbank.org/curated/pt/188701468322757498/pdf/PUB85070SPANIS1o0A1994100101PUBLIC1.pdf>> Acesso em 22/09/2018.

BOLETIM DA COMISSÃO DA PASTORAL OPERÁRIA. Rio de Janeiro: Comissão da Pastoral Operária, set./out. 1979.

BOLETIM DA CUT – CE. Fortaleza: CUT-CE, jun. 1984. Arquivo: CEDOC/CUT - São Paulo – SP.

BOLETIM DO DIEESE. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, janeiro de 1989.

BOLETIM INFORMATIVO GREVE GERAL. São Paulo: CUT, dez. 1986. Arquivo: CEDOC/CUT.

BOLETIM INFORMATIVO GREVE GERAL. São Paulo: CUT, n. 11, p. 03, 11 dez. 1986.

BOLETIM NACIONAL ESPECIAL. São Paulo: CUT, dez. 1986. Arquivo: CEDOC/CUT.

BOLETIM NACIONAL ESPECIAL. São Paulo: CUT, 19 jan. 1989. Arquivo: CEDOC/CUT.

BOLETIM NACIONAL ESPECIAL. São Paulo: CUT, 3 fev. 1989. Arquivo: CEDOC/CUT.

BOLETIM NACIONAL ESPECIAL. São Paulo: CUT, 6 fev. 1989. Arquivo: CEDOC/CUT.

BOLETIM NACIONAL ESPECIAL. São Paulo: CUT, 17 mar. 1989. Arquivo: CEDOC/CUT.

CEARÁ. Governo estadual. *Mensagem do Governo à Assembleia Legislativa*, 1963 *apud* ALENCAR JUNIOR, 2006, p.177

CONGRESSO DE RECONSTRUÇÃO DA CUT REGIONAL GRANDE FORTALEZA, 4 set. 1989, Fortaleza. *Resoluções*. Arquivo: CEDOC/CUT, São Paulo.

CONGRESSO ESTADUAL DA CUT-CE, III, ago. 1988, Fortaleza. *Teses para o III Congresso Estadual da CUT/CE - Construindo a CUT pela base*. Arquivo: CEDOC/CUT.

CONGRESSO DO PLP, I, jan. 1989, Goiânia. *Caderno de Resoluções*. Rio de Janeiro: Editora Spartakus, 1989.

CUT-CE. *Telex para Comando nacional de Greve da CUT*. Fortaleza, jan. 1989. Arquivo: CEDOC/CUT.

CUT ESTADUAL CEARÁ. *Fundada a CUT Estadual Ceará*, Fortaleza: CUT-CE, jun. 1984. Arquivo: CEDOC/CUT .

CUT NACIONAL. *Levantamento/Informe interno*. São Paulo, 10 dez. 1986.

_____. *Panfleto convocatório Greve Geral 14 e 15 de março*. São Paulo, 1 mar. 1989. Arquivo: CEDOC/CUT.

_____. Secretaria de Comunicação. *Quadro de mobilização da Greve Geral*. São Paulo, 11 dez. 1986. Arquivo: CEDOC/CUT.

_____. _____. *Quadro de mobilização da Greve Geral*. São Paulo, 20 de agosto de 1987. Arquivo: CEDOC/CUT.

_____. _____. *Quadro de mobilização da Greve Geral*. São Paulo, 14 mar. 1989. Arquivo: CEDOC/CUT

_____. _____. *Questionário de Coleta de Informações*. São Paulo, 18 ago. 1987. Arquivo: CEDOC/CUT

_____. _____. *Questionário de Coleta de Informações*. São Paulo, 14 mar. 1989. Arquivo: CEDOC/CUT

_____. *Porque Vamos Parar no dia 12*. São Paulo, 7 dez. 1986. Panfleto.

_____. *Vamos parar porque assim não dá*. São Paulo, s/d. Panfleto. Disponível em <[http://cedoc.cut.org.br/sistema/ck/images/1987%20-%20Greve%20Geral%20-%2008_87\(2\).JPG](http://cedoc.cut.org.br/sistema/ck/images/1987%20-%20Greve%20Geral%20-%2008_87(2).JPG)> Acessado em 22/09/2018.

HUMMES, Cláudio. Fé e prática. In: BOLETIM DA COMISSÃO DA PASTORAL OPERÁRIA. Santo André: Pastoral Operária, Santo André, set./out. 1979.

PANO PRÁS MANGAS. Fortaleza: Movimento de Oposição Sindical da categoria de Confecção de Fortaleza, n. 07, maio de 1988. Acervo pessoal cedido por Francisca Eugênia do Nascimento.

PANO PRÁS MANGAS. Fortaleza: Movimento de Oposição Sindical da categoria de

Confecção de Fortaleza, s. d. Acervo pessoal cedido por Francisca Eugênia do Nascimento.

QUINZENA. São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, 16/12/1986. Boletim de publicação quinzenal de circulação interna – tiragem nacional. Arquivo: CEDOC – CUT.

TRIBUNA BANCÁRIA. Fortaleza: Sindicato dos Bancários do Ceará (SEEB-CE). Anos 1987, 1988, 1989. Arquivo: Sindicato dos Bancários Do Ceará- SEEB/CE.

FONTES ORAIS

COSTA, Frederico. Entrevista concedida a Thaís Zapala Stegle. Fortaleza, 11 jun. 2011, MP3 (62’30”).

[Frederico era estudante de direito da UFC e atuante na organização do grupo de fábrica da Guararapes desde 1987. Membro do CGB/PLP, fazia parte da “célula” destacada para o trabalho entre os operários.]

FARIAS, Manuel. Entrevista concedida a Thaís Zapala Stegle. Fortaleza, 19 abr. 2018, MP3 (16’58”).

[Conhecido como “Seu Manuel”, era desenhista e trabalhava na área de projetos na construção civil desde meados dos anos 1970. Foi cooptado ao Coletivo Gregório Bezerra em 1987. Paraibano, “Seu Manuel”, foi uma das principais figuras no pleito que elegeu a chapa cutista de oposição ao Sindicato em 1988.]

MATIAS, Wélias. Entrevista concedida a Thaís Zapala Stegle. Fortaleza, 02 out. 2012, MP3 (28’42”).

[Wélia Matias foi funcionária da Guararapes entre 1987 e 1990 e participou do grupo de fábrica e dos grupos de fábrica e do movimento de oposição da categoria. Foi também militante da Pastoral Operária.]

ORTINS, Antônio. Entrevista concedida a Thaís Zapala Stegle. Fortaleza, 19 abr. 2018, MP3 (112’22”).

[Conhecido apenas como Ortins, foi uma das principais personagens do movimento sindical cearense da década de 1980. Pernambucano, Ortins era estudante universitário quando decidiu mudar-se para o Ceará para realizar trabalho no movimento popular, anos depois tornou-se metalúrgico para ingressar no movimento operário. Foi membro do Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza, do Partido Revolucionário Comunista – PRC – durante a eleição de Maria Luiza Fontenelle (PT) e membro da CUT regional, sendo presidente desta durante a greve geral de 1989.]

PEREIRA, Valdir Alves. Entrevista concedida a Thaís Zapala Stegle. Fortaleza, 15 abr. 2018, MP3 (59'19").

[Pereira foi sapateiro durante a década de 1980, participou da chapa de oposição que ganhou o Sindicato dos Sapateiros e da fundação da CUT estadual, participando também ativamente da eleição de Maria Luiza Fontenelle ao governo municipal em 1985.]

RODRIGUES, Socorro. Entrevista concedida a Thaís Zapala Stegle. Fortaleza, 15 set. 2011, MP3 (35'15").

[Estudante de História na Universidade Federal do Ceará, como membro do Coletivo Gregório Bezerra- CGB e posteriormente PLP – Partido da Libertação Proletária – Socorro Rodrigues era responsável pelo trabalho da organização do grupo operário da fábrica Guararapes, atuando na organização da oposição sindical das operárias para a disputa do sindicato. Também atuou junto a Pastoral Operária.]

SANTANA, Maria da Costa. Entrevista concedida a Thaís Zapala Stegle. Fortaleza, 20 set. 2011, MP3 (24'01").

[Santana foi funcionária da empresa Guararapes no período estudado, casada e com três filhos naquele momento, foi demitida da empresa em 1989, após a participação da paralisação ocorrida durante a greve geral daquele ano.]

SILVA, Socorro. Entrevista concedida a Thaís Zapala Stegle. Fortaleza, 14 set. 2016, MP3 (52'22").

[Socorro entrou para o movimento sindical em 1986, trabalhava, naquele momento, na Kempe Industrial S.A, umas das maiores fábricas do ramo calçadista. Fez parte da oposição que derrotou a chapa da diretoria do Sindicato no mesmo ano e foi membro da entidade durante todo o período pesquisado.]

VIDAL, Jânio Nunes. Entrevista concedida a Thaís Zapala Stegle. [chamada de vídeo], 29 jun. 2018, MP3 (111'03").

[Jânio nasceu em 1961, iniciou a militância no ensino secundário. Entrou na Universidade de Engenharia Civil em 1980, se formando em 1985, participou ativamente da vida política na cidade nesse momento. Entre 1987 e 1989 trabalhou em uma empresa de projetos da Construção Civil, Água Solos, quando iniciou sua atuação na categoria de construção civil, sendo um dos principais idealizadores da oposição que viria a ganhar o Sindicato em 1988.]